



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

KEYLA PATRÍCIA DA SILVA MACENA

**REPRESENTAÇÕES DAS IDENTIDADES CULTURAIS EM “GUPEVA” E “A
ESCRAVA”, DE MARIA FIRMINA DOS REIS, NOS JORNAIS DO SÉCULO
XIX**

Recife – PE

2024

KEYLA PATRÍCIA DA SILVA MACENA

**REPRESENTAÇÕES DAS IDENTIDADES CULTURAIS EM “GUPEVA” E “A
ESCRAVA”, DE MARIA FIRMINA DOS REIS, NOS JORNAIS DO SÉCULO
XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Estudos da Linguagem.

Linha de pesquisa: Análises literárias, culturais e históricas.

Orientador: Prof. Dr. Natanael Duarte de Azevedo.

Recife – PE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M141r Macena, Keyla Patrícia da Silva
Representações das identidades culturais em "Gupeva" e "A escrava", de Maria Firmina dos Reis, nos jornais do século XIX / Keyla Patrícia da Silva Macena. - 2024.
242 f. : il.
- Orientador: Natanael Duarte de Azevedo.
Inclui referências e apêndice(s).
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, , Recife, 2024.
1. Maria Firmina dos Reis. 2. Imprensa oitocentista. 3. Literatura nos jornais. 4. Representações. 5. Identidades. I. Azevedo, Natanael Duarte de, orient. II. Título

CDD

DEDICATÓRIA

À minha avó, Maria da Conceição, a mulher mais forte e incrível que já conheci.

À minha mãe, Kessia Cynara, que é minha parceira e fã número 1.

E à minha avó, Avani Neves, que nunca esteve no ambiente acadêmico, mas muito me ensina em outras áreas da vida.

AGRADECIMENTOS

Como disse a Historiadora Lilia Swcharcz na biografia *Lima Barreto: Triste visionário*: “Passar quase dez anos fazendo pesquisas e escrevendo um livro como este implicou acumular um número impressionante de amigos e referências” (Swcharcz, 2017, p. 610), preciso dizer que, ainda que minha pesquisa tenha se efetivado em dois anos, de semelhante modo, também foi feita com a ajuda e parceria de várias pessoas, por isso tenho muito a agradecer.

Antes de tudo, a meu Deus, Santo e Exaltado, que me possibilitou realizar este estudo em condições muito mais favoráveis das que outrora pensei, por ter me dado força, calma e resiliência nos momentos de dificuldades e por ter colocado em minha vida cada uma das pessoas que se seguirão nestes agradecimentos.

À minha avó, Maria da Conceição, que foi o pilar mais importante na minha formação intelectual, foi quem contribuiu e fez o possível para que eu pudesse ter uma boa educação, um bom aprendizado e chegasse até aqui. A senhora me apoiou quando eu escrevia livrinhos na infância e esteve ao meu lado durante todo o Mestrado, contribuindo comprando material, ouvindo minhas descobertas, apoiando-me e fazendo café, além de ter me acompanhado na viagem que fiz a São Luís em busca de mais fontes. Obrigada por ter a estranha mania de ter fé na vida (e fé em mim), *Vovis*. Eu te amo muito!

À minha mãe, Kessia Cynara, por ter vibrado por cada passo dado ao longo da graduação e por todo suporte, psicológico e financeiro, ao longo desses anos de Mestrado. A senhora é parte fundamental de tudo. Amo-te!

Agradeço, também, à minha sogra, Eleta Freire, que não só é sogra, mas é também amiga, professora e orientadora. Foi em um grupo de pesquisa por ela coordenado que tive o privilégio de desenvolver meu primeiro estudo sobre Maria Firmina dos Reis, intitulado *Análise da obra Oitocentista Úrsula sob a perspectiva das categorias gênero e raça*, que foi revertido em um artigo publicado na *Revista Educare* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e nos *Anais da ANPUH – Associação Nacional de História –*, além de ter sido apresentado no Seminário *História da Educação, gênero e diversidade étnico-racial no contexto escolar*. Obrigada por ter me incentivado, ajudado e ter me

apresentado à Lais Bonamigo, que foi parceira nas referidas escritas e apresentações.

Ao marido que tanto amo, Elton Macena, pois sem ele eu não teria metade das minhas conquistas. Obrigada, meu bem, por ser meu parceiro desde a graduação, por ouvir meus desabafos, ler meus artigos, estar nas minhas apresentações e se dispor a escutar e ler o que pesquiso. Além disso, quero lhe agradecer por cuidar de mim e possibilitar-me o estudo e a dedicação à Academia, enquanto você trabalha nas madrugadas. Você é o amor da minha vida!

Aos meus irmãos que, mesmo sem saber, salvaram minha vida. Minha irmã, Evelyn Ravena, que tornou cada etapa da minha trajetória na Academia única e especial, desde o ingresso na graduação em uma universidade pública até a primeira disciplina ministrada no Nível Superior. E ao meu irmão, Renato Henrique, que aguentou desabafos, presenciou os passos dados, brigou comigo por fazer muitas coisas ao mesmo tempo, mas esteve sempre presente quando eu precisei, inclusive na viagem que fiz a São Luís para realizar esta pesquisa. Eu amo muito vocês!

Agradeço, também, à minha família paterna, líderes de torcida de filmes norte-americanos teriam muito o que aprender com meus parentes sobre torcer. Obrigada por confiarem tanto em mim e serem força quando eu não conseguia sair do lugar, embora eu pouco tenha dito, vocês sempre foram fundamentais. Amo vocês, Papai Edvaldo Júnior, Tia Mana, Tio Binho, Tia Vana, Vovó Avani, Mar, Bibi e Dedé.

Um agradecimento aos professores incríveis que tive na graduação em Letras, em especial, Eliene Amorim, que foi professora e orientadora, incentivando a pesquisa e investindo financeiramente nas minhas apresentações em eventos; a Glauco Cazé que foi orientador e conselheiro na minha jornada acadêmica e à Nelma Azevêdo, que confiou no meu trabalho e me deu a primeira oportunidade enquanto docente do Ensino Superior, a de ministrar a disciplina de *Crítica Literária* na Pós-graduação em Literaturas Infantil, Juvenil e Brasileira da *Faculdade Frassinetti do Recife* (FAFIRE).

Aos professores do Progel – *Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem* – Ivanda Martins e Iêdo Paes, que fizeram parte da minha seleção do Mestrado, portanto, foi a eles que primeiro apresentei meu projeto. Ademais,

sou muito grata por Ivanda ter conduzido duas disciplinas excelentes e ter acompanhado o desenvolvimento da presente pesquisa.

Ao meu querido professor, João Batista Pereira, que também foi meu supervisor no estágio docência e me ensinou como ser uma melhor professora de Literatura. O senhor não sabe, mas quando pensei em desistir da carreira docente, quando estava passando por uma “crise existencial”, sua fala no último dia de aula na turma de Teoria da Literatura I me salvou, suas aulas e seu amor pelos livros fez-me ver que não há lugar melhor no mundo para eu estar, que não agarrada com a literatura. Serei eternamente grata ao senhor!

Agradeço, também, ao meu orientador, Natanael Duarte de Azevedo, pela paciência e pela confiança atribuída a mim, dando-me autonomia nas leituras, pesquisa e escrita, e por me mostrar quão interessante e necessário é realizar pesquisas nos jornais do século XIX.

Quero agradecer às pessoas maravilhosas que cruzaram meu caminho durante a viagem que fiz à cidade de São Luís em busca de dados para analisar. Muito obrigada, bibliotecário Eduardo Trivelli da *Biblioteca Pública Benedito Leite*, bibliotecária Huayna da *Academia Maranhense de Letras* e Ivone Almeida, auxiliar na biblioteca do *Arquivo Público do Estado do Maranhão*.

Um agradecimento mais do que especial ao Marcelo Cardoso, mediador da experiência de letramento racial *Cidade Griot*, que, muito gentilmente, nos guiou pelo circuito Maria Firmina para nos mostrar pontos que foram importantes na trajetória da autora e de sua família, apresentando-nos um pouco da história maranhense e da romancista.

Por fim, agradeço à *Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco* (FACEPE), por conceder a Bolsa que me possibilitou estudar e me dedicar integralmente à pesquisa que, orgulhosamente, aqui apresento.

“Há infinitamente mais passado do que há futuro. Talvez não em termos cronológicos, mas em termos de informação certamente sim. Então a cada passo para trás há um outro mundo, e outro mundo. O passado é infinito. Eu não sei se o futuro é, mas sei que o passado é”.¹

Toni Morrison

¹ MORRISON, Toni. **A fonte da autoestima**: ensaios, discursos e reflexões. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 388.

RESUMO

Maria Firmina dos Reis tem uma obra diversificada em gêneros literários, contudo, os seus textos em prosa têm a particularidade de tecer críticas às condições sociais que eram impostas às identidades divergentes a do homem branco detentor do poder. Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as representações das identidades culturais nas obras “Gupeva” e “A escrava”, que foram veiculadas nos jornais do século XIX. O corpus da pesquisa é constituído pelas versões do romance-folhetim “Gupeva”, que circularam nos periódicos *O Jardim das Maranhenses* (1861), *Porto Livre* (1863) e *Eco da Juventude* (1865) e pelo conto “A escrava”, que foi publicado na *Revista Maranhense* (1887). Para isso, foram adotados os seguintes objetivos específicos: a) mapear as publicações das narrativas “Gupeva” e “A escrava” nos periódicos do século XIX; b) descrever o corpo editorial dos jornais em que foram veiculados tais textos; c) examinar as identidades dos personagens indígenas e brancos representados em “Gupeva” e d) analisar as representações de negros, pardos e brancos no conto “A escrava”. Deste modo, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que foi realizada a partir de uma interlocução entre as teorias da História Cultural e dos Estudos Culturais, principalmente para a compreensão dos conceitos de *Representação* (Chartier, 2009; Hall, 2016) e de *Identidade* (Hall, 2006, 2014; Woodward, 2014; Silva, 2014). Posto isso, ao longo da investigação serão analisadas as seguintes categorias: a) *Negro* (Nascimento, 2021; Gonzalez, 2018; Souza, 2021; Fanon, 2020) a partir de uma compreensão do negro não apenas como corpo físico, mas também em termos sociopsicológicos; b) *Indígena* (Gonzaga, 2022; Potiguara, 2019; Krenak, 2020, 2022), considerando o que é ser indígena e os processos de violência colonial; c) *Pardo* (Schwarcz, 2012, Ribeiro, 2006; Carneiro, 2011) a fim de compreender a posição e trato para com as pessoas que não eram vistas como brancas ou negras, devido à miscigenação na constituição do brasileiro e d) *Branquitude*, (Bento, 2022; Schucman, 2014) para entender como se construiu as relações de poder entre pessoas brancas, negras e indígenas ao longo dos séculos. Os resultados da análise demonstram que a literatura produzida por Maria Firmina dos Reis não só entretia o público leitor do século XIX, como tinha interesse em denunciar o sistema escravocrata vigente, bem como evidenciar as relações de poder que eram estabelecidas entre povos de origem, gênero e etnia diferentes, ainda que, por vezes, a autora reforçasse determinados estereótipos que também circulavam nas obras literárias de seus contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Firmina dos Reis; Imprensa oitocentista; Literatura nos jornais; Representações; Identidades.

ABSTRACT

Maria Firmina dos Reis has a diverse work in literary genres, however, her prose texts have the particularity of criticizing the social conditions that were imposed on identities different from those of the white man holding power. Therefore, the research has the general objective of analyzing the representations of cultural identities in the works “Gupeva” and “A escrava”, which were published in newspapers in the 19th century. This research corpus is made up of the versions of the serial novel “Gupeva”, which circulated in the periodicals *O Jardim das Maranhenses* (1861), *Porto Livre* (1863) and *Eco da Juventude* (1865) and the short story “A escrava”, which was published in *Revista Maranhense* (1887). To this end, the following specific objectives were adopted: a) map the publications of the narratives “Gupeva” and “A escrava” in 19th century periodicals; b) describe the editorial board of the newspapers in which such texts were published; c) examine the identities of the indigenous and white characters represented in “Gupeva” and d) analyze the representations of black, brown and white people in the short story “A escrava”. Therefore, this is a bibliographical and documentary research, which was carried out based on a dialogue between the theories of Cultural History and Cultural Studies, mainly to understand the concepts of Representation (Chartier, 2009; Hall, 2016) and of Identity (Hall, 2006, 2014; Woodward, 2014; Silva, 2014). That said, throughout the investigation the following categories will be analyzed: a) Black (Nascimento, 2021; Gonzalez, 2018; Souza, 2021; Fanon, 2020) based on an understanding of black not only as a physical body, but also in terms sociopsychological; b) Indigenous (Gonzaga, 2022; Potiguara, 2019; Krenak, 2020, 2022), considering what it means to be indigenous and the processes of colonial violence; c) Pardo (Schwarcz, 2012, Ribeiro, 2006; Carneiro, 2011) in order to understand the position and treatment towards people who were not seen as white or black, due to the miscegenation in the Brazilian constitution and d) Whiteness, (Bento, 2022; Schucman, 2014) to understand how power relations were constructed between white, black and indigenous people over the centuries. The results of the analysis demonstrate that the literature produced by Maria Firmina dos Reis not only entertained the reading public of the 19th century, but was also interested in denouncing the current slavery system, as well as highlighting the power relations that were established between peoples of origin, gender and ethnicity, even though, at times, the author reinforced certain stereotypes that also circulated in the literary works of her contemporaries.

KEYWORDS: Maria Firmina dos Reis; 19th century press; Literature in newspapers; Representations; Identities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Capa do número 34 do jornal <i>A verdadeira Marmota</i>	60
Figura 2. Divulgação da colaboração de Firmina no jornal <i>A verdadeira Marmota</i>	61
Figura 3. Sinais tipográficos em “Gupeva”	100
Figura 4. “Gupeva” no rés-do-chão do jornal <i>O Jardim das Maranhenses</i>	102
Figura 5. Seção literatura no jornal <i>O Jardim das Maranhenses</i>	107
Figura 6. “A Rainha do Baile” na seção Literatura de <i>O Jardim das Maranhenses</i>	108
Figura 7. Seção “Poesia” no Jornal <i>O Jardim das Maranhenses</i>	112
Figura 8. Jornal <i>Porto Livre</i> danificado	113
Figura 9. Anúncio de aluguel de escravizados no Jornal <i>Porto Livre</i>	113
Figura 10. Publicação de “A escrava” na <i>Revista Maranhense</i>	155
Figura 11. Poema “A estremecida Madasinha Serra”	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identidades analisadas	26
Quadro 2: Comparativo dos jornais que publicaram “Gupeva”	104

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ENTRE CONTEXTOS E CONCEITOS: IMPRENSA, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES	30
2.1 PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS PERIÓDICOS NO MARANHÃO	31
2.1.1 Ideário civilizacional no Brasil oitocentista	31
2.1.2 Criação da Athenas Brasileira	37
2.1.3 Imprensa Maranhense no século XIX	42
2.2 MARIA FIRMINA DOS REIS NA IMPRENSA OITOCENTISTA	47
2.2.1 A produção literária das mulheres no século XIX	47
2.2.2 A trajetória de Maria Firmina dos Reis nos periódicos	56
2.2.3 Em busca de um público leitor	66
2.3 CONSTRUINDO CAMINHOS HERMENÊUTICOS A PARTIR DOS CONCEITOS DE IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO	74
3 ANÁLISE CRÍTICA DE “GUPEVA, ROMANCE BRASILIENSE”	85
3.1 UM PREÂMBULO SOBRE O CONTO INDIANISTA	86
3.1.1 Os indígenas na história	86
3.1.2 Indianismo Romântico	90
3.1.3 A narrativa “Gupeva”	96
3.2 PUBLICAÇÃO E CIRCULAÇÃO NOS PERIÓDICOS	98
3.2.1 O Jardim das Maranhenses	105
3.2.2 Porto Livre	111
3.2.3 Echo da Juventude	116

3.3 UMA ANÁLISE DO CONTO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES DAS IDENTIDADES	122
4 UM OLHAR SOBRE A NARRATIVA “A ESCRAVA”	138
4.1 CONTEXTUALIZANDO O CONTO ABOLICIONISTA	139
4.1.1 A escravização no Brasil	139
4.1.2 A literatura e o movimento abolicionista	144
4.1.3 A narrativa abolicionista de Maria Firmina dos Reis	153
4.2 PUBLICAÇÃO NA REVISTA MARANHENSE	155
4.3 ANALISANDO AS REPRESENTAÇÕES DAS IDENTIDADES NO CONTO	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS	182
APÊNDICE A – O Jardim das Maranhenses	192
APÊNDICE B – Porto Livre	200
APÊNDICE C – Eco da Juventude	218

1 INTRODUÇÃO

É curioso que um país cuja economia foi erguida e sustentada por um regime escravista, que durou quase quatrocentos anos, tenha tido uma autora negra, filha de escravizada forra e neta de escravizados, que não só contribuiu com a imprensa do século XIX, como obteve reconhecimento da elite letrada durante o período (Gomes, 2022).

Falo aqui de Maria Firmina dos Reis, esta que foi poetisa², professora de Primeiras Letras, aprovada em um concurso público realizado no ano de 1847, musicista e que fundou uma “escola” mista, portanto, para lecionar aos meninos e as meninas que não tinham condições de pagar por uma educação formal, que, à época, era pensada apenas para uma elite (Telles, 2007). Inclusive, enquanto docente, Maria Firmina dos Reis divergia do modelo de professor que vigorava no século XIX, pois, segundo depoimento de uma ex-aluna, tem-se a informação de que Firmina “falava baixo, não aplicava castigos corporais nem ralhava, aconselhava. Era estimada pelos alunos e pela população da vila. Reservada, mas acessível...” (Telles, 2007, p. 412).

Maria Firmina dos Reis inaugura a literatura afro-brasileira no país, como afirma Duarte (2004), sendo a primeira mulher negra a publicar um romance neste território, tecendo críticas, inclusive, as condições sociais que eram impostas as identidades divergentes a do “homem branco” detentor do poder.

No mesmo ano em que Firmina publica *Úrsula*, Luiz Gama traz a lume o seu texto que também é considerado fundador da literatura negra³ por vários estudiosos da área, *Primeiras trovas burlescas de Getulino* (1859), cuja

² Apesar do termo “poetisa” ser criticado devido à questão semântica apresentar, em certa medida, inferioridade em relação à poesia produzida pelos homens, eu prefiro manter o termo poetisa, pois acredito que ao demarcar, no próprio ofício, o gênero feminino, eu marco e dou vida a essas mulheres que escrevem.

³ A diferenciação teórica entre as literaturas afro-brasileira e negro-brasileira é feita pelo doutor em Literatura Brasileira pela Unicamp, Cuti (Luiz Silva), que em seu livro “Literatura negro-brasileira” (2010) explica que quando colocado o prefixo “afro”, associa-se imediatamente a obra ao continente africano, tratando-a como apêndice da literatura brasileira e não como algo fundamental e de literariedade tão complexa como uma obra aceita no cânone literário brasileiro. Assim, o teórico afirma que o prefixo “negro” não coloca as obras como algo menor ou ligado ao continente de descendência dos autores, mas reflete a posição subjetiva dos escritores, reforçando as reivindicações do povo negro.

“pergunta sobre identidade, pronunciada no ‘Quem sou eu?’ é uma derivação fundamental da literatura de autoria negra no Brasil” (Miranda, 2020, p.15).

Assim, independente da primazia, ou não, de Maria Firmina dos Reis, mais relevante é apresentar como a sua obra foi produzida, circulou e repercutiu no século XIX, propondo a discussão de temas tão relevantes que, inclusive, dialogam com outros escritores negros que foram seus contemporâneos como o já citado Luiz Gama, que ao lado do, também maranhense, Cruz e Souza, atuaram a favor da abolição da escravidão (Cuti, 2010).

Embora tenha estreado com um romance antiescravista, cujo discurso marcado nas literaturas de autoria de mulheres negras, traz uma crítica antipatriarcal e antidiscriminatória a partir das representações que são construídas (Da Silva, 2010), ainda no período em que escreveu, meados do século XIX, a autora obteve reconhecimento dos intelectuais da província do Maranhão. Moraes Filho (1975) afirma que a entrada da autora na literatura foi recebida pela Imprensa Maranhense com entusiasmo e estímulo à estreada que, apesar dos esforços empreendidos para separar a mulher da vida intelectual no Brasil, neste caso, os intelectuais conterrâneos de Firmina contribuíram com sua força para a criação de uma literatura própria do Maranhão, a fim de que houvesse a presença maranhense na formação da Literatura Brasileira.

Desta forma, ainda que vivendo em um período que era difícil para as mulheres produzirem literatura, como Moraes Filho constata, Maria Firmina dos Reis conquistou espaço. Contudo, após o período de ativa colaboração da autora nos periódicos e de notável reconhecimento pelos seus pares, as suas produções e sua vida foram apagadas da historiografia literária, ressurgindo apenas na década de 1970, devido aos achados e a publicação de Moraes Filho, *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*.

Acredito que tal apagamento tenha se dado devido ao fato de se tratar de uma mulher negra que criticava veementemente as mazelas sociais, principalmente os males provocados pela escravidão e pelo patriarcado da época.

O próprio sucesso obtido por Firmina no Maranhão oitocentista é um fato impressionante, já que a autora fazia parte de grupos excluídos em uma sociedade preconceituosa e dentro de um contexto social e racial perverso.

Porém, ela foi uma verdadeira cidadã, com uma visão de mundo elevada, portanto, superior à de seus contemporâneos que representavam a geração de intelectuais maranhenses que recebeu notoriedade no país (Cruz, 2006).

Cruz (2006) ainda relata que após o apagamento da autora, Nascimento Morais Filho e Horácio de Almeida tiveram um grande trabalho para divulgar a obra e a vida de Firmina, inclusive se tornaram alvo de chacota, o que demonstra que mesmo um século depois, a sociedade ainda não achava ser positivo divulgar uma obra com tantas críticas sociais.

Segundo Cruz (2006), se não fosse José Nascimento Morais Filho, que caminhava sempre por trilha nunca antes percorridas, não se saberia nada acerca de Maria Firmina dos Reis, até porque, quando ele trouxe a lume à escritora, juntamente ao paraibano Horácio Almeida, ambos foram alvo de chacotas e zombaria na capital maranhense, e não só eles, mas Firmina e seu romance *Úrsula* também, pois as pessoas consideravam que Morais Filho depositava uma importância exagerada em sua descoberta que, para elas, teria pouca serventia, o interesse era que Maria Firmina dos Reis permanecesse no limbo, desconhecida.

Sendo assim, fiquei bastante instigada a pesquisar⁴ e conhecer mais sobre as obras da figura que, como bem diz Agostinho (2021), se não houvesse documentação que comprovasse sua existência, poderia ter sido designada como personagem de obras fictícias. Dessa forma, estudar a obra de Maria Firmina dos Reis, tem, para mim, relevância pessoal e social, pois encontro-me no lugar de mulher negra em uma sociedade que foi estruturada na escravidão, possibilitando-me a identificação com a autora e com a sua escrita, pois me valho da compreensão de que “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos” (Woodward, 2014, p.11) e, assim, reafirmo a minha própria identidade de intelectual negra, buscando em uma romancista preta, do século XIX, caminhos, representações e perspectivas para se compreender as desigualdades do Brasil.

⁴ O empreendimento de pesquisar sobre Maria Firmina dos Reis ao longo do Mestrado, que resultou no presente trabalho, foi possível devido ao financiamento proporcionado pela Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), instituição para qual registro, nesta nota, os meus agradecimentos.

Ademais, a pesquisa possui relevância epistemológica e acadêmica, pois, trata sobre a escrita de uma romancista que, apesar de estar ganhando espaço na academia, ainda é pouco estudada, principalmente quando o assunto está vinculado a suas publicações e sua trajetória nos periódicos do Maranhão oitocentista.

Referente ao exposto, Lobo (2022, p. 13) afirma que “o grande número de artigos, congressos, críticas e reedições mostra que Maria Firmina dos Reis está no foco dos estudos universitários”, todavia, Zin (2019) é enfático ao dizer que a maioria desses estudos se detém a analisar o romance *Úrsula*, relegando as outras obras da autora ao segundo plano.

Isto é comprovado a partir do levantamento que realizei no Repositório de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), utilizando o descritor “Maria Firmina dos Reis”⁵, a fim de mapear os trabalhos defendidos nos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* que poderiam tratar da mesma temática pretendida por esta pesquisa, para verificar as contribuições que já foram apresentadas por outros estudos desenvolvidos e compreender como eu poderia me aprofundar para oferecer outras perspectivas à discussão.

Constanei, porém, um número ínfimo de trabalhos sobre a autora, um total de apenas 37 dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado, destas, apenas 4 pesquisas enfocam as representações, direcionando os estudos para a compreensão do escravismo maranhense e das construções do negro e da mulher, principalmente por meio da obra *Úrsula*.

Outro dado interessante proveniente dessa busca no repositório foi a demonstração de apenas um trabalho cujo enfoque é dado na trajetória de Maria Firmina nos periódicos do Maranhão oitocentista⁶, o que surpreende, já que, a

⁵ Levantamento realizado durante o mês de fevereiro de 2022 para saber o que já se tinha pesquisado acerca da obra de Maria Firmina dos Reis.

⁶ Trata-se da dissertação de Mestrado escrita por Natália Lopes de Souza (2020), intitulada *Uma senhora maranhense que cultivava as belas letras: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 - 1911)*, trabalho no âmbito da história, cujo intento é discutir a entrada e a permanência de Maria Firmina nos jornais do século XIX. Ao longo da minha pesquisa há uma interlocução com este estudo demonstrando como Firmina se estabeleceu na imprensa, em quais jornais colaborou e como a passagem por diferentes periódicos foi importante para a construção das narrativas “Gupeva” e “A escrava”, cujo conteúdo demarca visivelmente posicionamentos políticos da autora.

maioria dos estudos defendidos não se encontra na área de Letras, mas de História e Sociologia.

Assim, esta pesquisa pretende-se inovadora ao tomar como objeto de estudo as narrativas “Gupeva” e “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis, partindo dos periódicos do século XIX, unindo a historiografia da Literatura Brasileira e a análise literária do próprio texto, pois “o imbricamento entre História e Literatura, por seu turno, abriu outras sendas. Uma delas colocava a questão da produção e do consumo dos impressos” (Luca, 2006, p. 123).

Entendo que não há como dissociar a produção da autora do contexto ao qual estava inserida e do meio no qual seus textos circularam, pois, conforme advoga Farias (2016) os estudos literários precisam se voltar para as primeiras formas de publicação no século XIX, visto que não é possível compreender um momento específico da história da literatura se esquecer o principal veículo de circulação impresso.

Portanto, é imprescindível reconhecer a importância dos periódicos que circulavam à época, o público-leitor desse material, o contexto de produção e as relações entre o autor e a sociedade como um todo, já que a literatura também representa “uma dada realidade social e humana, que faculta maior inteligibilidade com relação a esta realidade” (Candido, 1999, p. 86).

Barbosa (2007) explica que uma pesquisa realizada em periódicos evita que uma obra impressa em livro seja tomada como a definitiva e, portanto, o único meio relevante para se investigar. A autora complementa que quando se consideram as modalidades “originais” de um texto, “conhecemos as relações de (re)significação que podem ser estabelecidas a partir da sua leitura, em um periódico, por leitores contemporâneos” (Barbosa, 2007, p. 28).

Ao estudar a literatura a partir dos jornais, é possível compreender como os textos circularam, por quais mutações passaram e como foram recebidos e lidos pelas pessoas, já que as formas de leitura atribuem significados aos textos que são consumidos, conforme afirma Chartier (1999).

Sendo assim, no que diz respeito a esta pesquisa, estudar as representações e as identidades a partir das obras de Firmina que circularam nos periódicos maranhenses permite que se reconheça quais jornais possibilitaram a escrita de uma autora negra, cujos temas abordados eram polêmicos, bem como permite a identificação do público-leitor interessado nas

temáticas e, ainda, possibilita uma leitura mais crítica acerca das versões que circularam do “mesmo” texto, mostrando relevantes mudanças, inclusive no trato com determinadas identidades.

Posto isso, a pesquisa tem como objetivo geral investigar as representações das identidades culturais nas obras “Gupeva” e “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis, que veicularam nos jornais do século XIX. Adotei, então, como objetivos específicos: a) mapear as publicações das narrativas “Gupeva” e “A escrava” nos periódicos do século XIX; b) descrever o corpo editorial dos jornais em que foram veiculados tais textos; c) examinar as identidades dos personagens indígenas e brancos representados em “Gupeva” e d) analisar as representações de negros, pardos e brancos no conto “A escrava”.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que foi realizada a partir de uma interlocução entre as teorias da História Cultural e dos Estudos Culturais, principalmente para a compreensão dos conceitos de *Representação* e de *Identidade*. Vale ressaltar que, ao utilizar como base teórica a História Cultural, estou me guiando pela seguinte definição:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real (Chartier, 2002, p. 17).

No que diz respeito aos Estudos Culturais, especialmente para trabalhar com as noções de identidade, discutidas por Hall (2006; 2014) e Woodward (2014), tomo como referência o entendimento de que se ancorar nos Estudos Culturais

Trata-se de considerar a cultura em sentido amplo, antropológico, de passar de uma reflexão centrada sobre o vínculo cultura-nação para uma abordagem da cultura dos grupos sociais. Mesmo que ela permaneça fixada sobre uma dimensão política, a questão central é compreender em que a cultura de um grupo, e inicialmente a das classes populares, funciona como contestação da ordem social ou, contrariamente, como modo de adesão às relações sociais (Mattelart; Neveu, 2004, p. 13-14).

Entretanto, o conceito de identidade foi construído posteriormente as publicações de Maria Firmina dos Reis, o que não invalida a influência dos sujeitos para a construção das obras, mas me impõe o desafio de olhar para tais

personagens e as possíveis identidades por ela representada com maior cautela, para que a pesquisa não incorra a um anacronismo, já que trabalhar com um objeto histórico, como é o caso dos jornais, é se colocar diante da possibilidade de analisar a partir da ótica atual, todavia, isso é muito perigoso (Azevedo, 2015).

Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida no período de dois anos, tempo correspondente ao mestrado, e ocorreu a partir da análise dos periódicos maranhenses *O jardim das Maranhenses* (1861-1862), *Porto Livre* (1861-1865), *Echo da Juventude* (1861-1865) e *Revista Maranhense* (1887-?), em que veicularam, no século XIX, os textos de Maria Firmina dos Reis.

Para chegar ao objeto de análise, portanto, as narrativas “Gupeva” e “A escrava”, eu pesquisei os referidos jornais na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, que detém um grande acervo de periódicos publicados no país ao longo dos séculos, e encontrei as edições de *O jardim das Maranhenses* e *Porto Livre* que contém as publicações de “Gupeva”. Já o jornal *Echo da Juventude*, cuja versão final de “Gupeva” foi publicada, encontrei no acervo digital da Biblioteca Benedito Leite.

Vale ressaltar, ainda, que a *Revista Maranhense* não está disponível na internet, pois não foi encontrada e disponibilizada nos acervos documentais físicos que existem no Maranhão, impossibilitando, excepcionalmente, o texto “A escrava” de ser analisado em fonte primária. Entretanto, o que se tem é apenas a primeira folha da revista em que o conto de Firmina foi publicado e a versão fac-símile, disponibilizada na organização feita por Moraes Filho, em 1975, o que nos fornece algumas informações sobre o material.

Desta forma, após mapear os referidos jornais, identifiquei algumas das referências feitas à Maria Firmina dos Reis e as narrativas que foram analisadas neste trabalho e fiz a transcrição que pode ser conferida em apêndice. Para isso, não só foi necessário o entendimento do contexto de produção da autora, a identificação de palavras hoje inutilizadas, como também foi importante a compreensão da linha editorial⁷ de cada periódico, já que, a depender dela e do

⁷ Barbosa (2007) explica que o termo “linha editorial” é um termo acrônico, ou seja, que não existia há época, porém é o que mais se aproxima do que temos hoje em relação à caracterização de um jornal. Desta forma, toda vez que tal termo for utilizado, estarei me referindo aos posicionamentos que certo periódico estabeleceu para suas publicações.

público-leitor é que o autor escreve e define o que será ou não importante e aceito na narrativa publicada (Farias, 2016).

Chartier (2002) alerta que as formas que propiciam a leitura de um texto são muito importantes na construção dos seus significados, de forma que o “mesmo” texto pode não ser mais o “mesmo” a partir da mudança de dispositivos de sua escrita.

Por isso, no que diz respeito à transcrição dos periódicos, como poderá ser notado ao se consultar o apêndice, eu não fiz alterações nas pontuações que a autora usou, pois não queria que o significado atribuído ao texto dependesse da minha leitura da obra. Assim, há momentos em que percebemos desvio de pontuação conforme a gramática atual, mas, em outras partes do texto, a interpretação ficaria muito subjetiva, de acordo com o que eu acredito que a autora estava querendo dizer, caso eu fizesse alteração, por isso, a preferência por atualizar a escrita normativa das palavras, mas deixar a pontuação intacta, de acordo com o Firmina escreveu.

Desta forma, eu não corro o risco de alterar completamente o significado do texto, visto que nem sempre as correções de pontuação dos “editores” estarão realmente de acordo com as próprias intenções do autor, já que, segundo Chartier (2002, p.66), “em raros casos é possível atribuir a pontuação das edições antigas não aos hábitos dos compositores nem às decisões dos corretores, mas às próprias intenções do autor”.

Além disso, é necessário compreender o período histórico no qual Firmina viveu e como a literatura se inseria em tal contexto para compreender os textos da autora. Logo, vale salientar que o romantismo, escola na qual a obra de Maria Firmina dos Reis se encaixa, cronologicamente falando, surge e cresce no Brasil durante o século XIX, principalmente após a Independência do país, já que se precisava criar uma história para o país, pois não havia a possibilidade de uma civilização sem literatura e sem cultura (Facioli, 2001).

O projeto de civilização do Brasil, consistia, majoritariamente, na escrita de sua história, principalmente após a independência, o que culminou em investimento nas produções intelectuais e literárias, visto que os autores românticos seriam os responsáveis por criar um imaginário e um sentimento de pertencimento nacional.

Segundo Dolhnikoff (2021, p.74), “a formulação de uma história do Brasil aparece claramente vinculada à construção da nacionalidade, como a ela se articulava também parte da obra dos escritores românticos”. Assim, era importante as produções literárias tratarem de elementos próprios do país, a fim de construir uma simbologia em torno do que seria ser brasileiro.

Desta forma, não era apenas pelo meio da força que o Império deveria se impor, mas precisaria de boas instituições que fossem capaz de escrever uma história do Brasil, a partir de escritos literários e pesquisas antropológicas, que “justificasse a razão de ser da nação que estava se formando” (Del Priore; Venancio, 2016, p.172).

É com essa função que surge o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) e, para felicidade dos intelectuais brasileiros, Del Priore e Venancio (2016) afirmam que outros países da Europa também estavam passando por processos de unificação e de construção de um caráter nacional.

Sobre o IHGB, os historiadores completam que, numa perspectiva, a instituição foi estruturada, enquanto projeto, para reproduzir o modelo centralizador do Império. Logo, já que a sede era localizada na Corte, Rio de Janeiro, as províncias deveriam ter institutos regionais que seriam responsáveis por enviar os documentos e os relatos regionais para a capital, que se encarregaria de escrever a história oficial do Brasil (Del Priore; Venancio, 2016).

Contudo, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão só foi fundado em 20 de novembro de 1925, em homenagem ao centenário de D. Pedro II, de acordo com o seu site oficial. Ainda assim, independente do Instituto, os intelectuais maranhenses produziam a todo vapor e fundaram o projeto de tomar a capital da província, São Luís, a Atenas brasileira.

Assim, houve uma quantidade robusta de produções intelectuais na província, bem como a Imprensa maranhense surgiu e cresceu, possibilitando a circulação de textos de diferentes autorias e temáticas. De acordo com Zin (2019), a criação do jornalismo político e literário, devido a intensa atividade tipográfica no século XIX, principalmente em São Luís, foi um dos fatores que concretizou a atividade letrada e estabeleceu um círculo de leitores no Maranhão.

Desta forma, fica evidente que a Imprensa teve um papel importante no crescimento intelectual maranhense e, por que não dizer brasileiro, já que São Luís era um dos principais centros editoriais do país (Gomes, 2022).

Dolhnikoff (2021) explica que apesar de todo investimento feito em cultura e produções intelectuais devido ao projeto de construção civilizacional do Brasil oitocentista, foi na década de 1870, que mudanças importantes efetivamente aconteceram na produção cultural do país, pois os literatos já não se importavam apenas com a forma de seus textos, mas buscavam escrever de acordo com o contexto em que estavam inseridos, considerando as questões temporais.

Foi assim que questões políticas e sociais passaram a ser temas relevantes nas produções literárias, principalmente porque o país vivenciava um momento em que a monarquia era alvo de contestações e o movimento republicano começava a se organizar (Dolhnikoff, 2021, p.81).

Contudo, décadas antes, Maria Firmina dos Reis já escrevia e publicava, chamando atenção para problemáticas sociais, principalmente a escravidão e a sujeição feminina diante de uma sociedade patriarcal. Tais temáticas não só estavam presentes em seu romance, como também foram centrais nos contos da autora que circulavam em periódicos.

Destarte, todo o conjunto das narrativas é melhor analisado a partir dos personagens, pois a base da visão romântica de mundo está no sujeito (Bosi, 2017), na forma como os autores criam e representam as identidades coexistentes na sociedade, pois, conforme Candido, o personagem é o centro, principalmente porque pensamos “na vida que vivem, nos problemas em que se enredam, na linha do seu destino” (Candido, 2014, p.53) e, como se sabe, a literatura é, também, um meio de descrição e reflexão acerca da realidade, das problemáticas existenciais e sociais.

As obras românticas, não destoante das de Firmina, trazem em seu enredo uma exaltação da natureza, uma descrição dos lugares, que revelam significados próprios, cria-se um ideal de família, de beleza, de mulher e amor, cujo herói épico está sempre disposto a ceder e salvar a mulher, a pátria, em prol de uma ficção que exalte o país, principalmente porque esse movimento literário representou a burguesia dos Séculos XVIII e XIX, deixando exposto características da ideologia da época (Bosi, 2017).

O romance-folhetim⁸, “Gupeva”, foi publicado pela primeira vez em 1861 no Jornal *O Jardim das Maranhenses*, posteriormente, teve mais duas publicações (com explícitas alterações) em 1863 e 1865, nos jornais *Porto Livre* e *Echo da Juventude* respectivamente. Nesse texto, Maria Firmina dos Reis trata da impossibilidade da união passiva entre as raças branca e indígena no período colonial do Brasil, e a autora traz como subtítulo da narrativa “Romance brasiliense” em que demonstra, também, um posicionamento acerca da construção de identidade nacional que estava sendo construída durante o Romantismo brasileiro (Zin, 2019).

Já em “A escrava”, conto publicado na *Revista Maranhense* em 1887, momento em que o movimento abolicionista já estava consolidado no Brasil, e, dessa forma, é possível perceber o amadurecimento da autora em relação à oposição direta ao sistema escravista no Brasil. Firmina traz, nesse texto, uma personagem declaradamente abolicionista que narra o encontro que teve com personagens escravizados, dentre eles uma mãe impossibilitada de criar os seus filhos por conta do período escravocrata brasileiro.

Para caracterizar os personagens das narrativas, a partir dos conceitos de *identidade* (Hall, 2006, 2014; Woodward, 2014; Silva, 2014) e de *representação* (Chartier, 2009; Hall, 2016), primeiro eu mapeei cada um deles, inclusive os personagens que estão inseridos em identidades opostas às que eu pretendo analisar – indígenas e escravizados –, pois entendo que a identidade só existe em relação ao outro, em diálogo e contexto, como defende Hall (2014).

Assim, foram trabalhadas ao longo da investigação as seguintes categorias:

a) *Negro*, a partir de Souza (2021), Nascimento (2021), Gonzalez (2018) e Fanon (2020), que compreendem o negro não apenas como corpo físico, mas também em termos sociais, cujas ocupações e tratamentos eram imputados a eles devido à cor e ao gênero, e em termos psicológicos que serão refletidos nas atitudes dos personagens, inclusive no desencadeamento da loucura, que afeta muitas das personagens criadas por Maria Firmina dos Reis (Batigniani, 2018).

⁸Alguns pesquisadores da obra de Maria Firmina dos Reis tratam *Gupeva* como um conto, outros interpretam o material como uma novela, entretanto, antes de sua publicação em forma seriada, contendo cinco capítulos, ele foi anunciado pelo jornal *O Jardim das Maranhenses* (1861) como um romance, o que me leva a compreensão de que, apesar de ser curto, pode ser entendido como um romance-folhetim, gênero que será explicado ao longo da pesquisa.

Assim, partirei também de uma compreensão questionadora da universalização da mulher, visto que a mulher negra era tratada de forma diferente das brancas e foram colocadas num lugar de elemento indispensável ao regime escravista, pois não só era mão-de-obra, como produziria novos servos para os senhores de engenho.

b) *Indígena*, fundamentada principalmente em Gonzaga (2022), Potiguara (2019) e Krenak (2020; 2022), a partir da compreensão e leitura do que é ser um nativo no/do Brasil que vivenciou diversos processos de violência física e simbólica, compreendendo, também, as relações entre homens e mulheres indígenas, bem como as atribuições de papéis dadas a cada um da comunidade.

c) *Pardo*⁹, com base em Schwarcz (2012), Ribeiro (2006) e Carneiro (2011), categoria na qual são inseridas as pessoas que não eram vistas como brancas ou negras, possuindo um tratamento diferenciado, como é apresentado na obra oitocentista de Maria Firmina dos Reis. Desta forma, busco analisar os comportamentos dos personagens, bem como a forma pela qual são tratados, a partir da investigação acerca da influência da miscigenação na constituição do pardo brasileiro.

d) *Branco/Branquitude*¹⁰, categoria que foi analisada a partir dos estudos de Bento (2022) e Schucman (2014) para entender como se construiu as relações de poder entre pessoas brancas, negras e indígenas ao longo dos séculos.

Posto isso, a fim de facilitar a compreensão do que foi mencionado acima, permitindo uma visualização total das categorias que serão analisadas, como

⁹ Atualmente, a pessoa parda, juntamente às pretas, compõe no Brasil o que é definido por negro. De acordo com Carneiro (2011, p. 67), “os pretos e pardos (conforme a nomenclatura do IBGE) compõem um agrupamento que, do ponto de vista dos indicadores sociais, apresenta condições de vida semelhantes e igualmente inferiores quando comparadas ao grupo branco, razão pela qual se define hoje, política e sociologicamente a categoria negra como o somatório daqueles que o Censo classifica como pretos e pardos”. Entretanto, optei, neste trabalho, em atribuir uma categoria de análise separada, visto que a compreensão oitocentista de pardo era diferente do entendimento acerca de negro ou preto, influenciando nas tarefas que seriam atribuídas aos escravizados e no tratamento que era direcionado a eles. Ademais, Firmina faz a descrição de personagens a partir da “cor parda” e alguns pesquisadores, que serão utilizados na análise, se debruçaram na compreensão de como se constituiu o pardo, histórica e socialmente falando.

¹⁰ Geralmente, quando se estuda identidades o foco é atribuído aos negros e ou povos indígenas, contudo, entendendo que as identidades são formadas a partir de relações é necessário estudar também os brancos, visto que, conforme advoga Schucman (2014) em *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*, pouco se estuda sobre os europeus e os brancos, porque a branquitude se colocou no lugar de identidade universal, portanto, ela é a norma, logo, o que precisaria de estudos seriam as identidades dissidentes da branquitude.

recurso imagético, construí um quadro no qual dispus lado a lado as categorias, os principais autores que servirão de base para a análise e os elementos que serão analisados em cada identidade.

Quadro 1: Identidades analisadas

Categorias de análise	Fundamentação teórica	Elementos analisados
Negro	Souza (2021), Nascimento (2021), Gonzalez (2018) e Fanon (2020)	Tratamento enquanto escravizados, diferenciação entre o trabalho das mulheres negras e a consciência do <i>locus</i> social que define as ações de medo e/ou de reação a partir da fuga.
Indígena	Gonzaga (2022), Potiguara (2019) e Krenak (2020; 2022)	Sobrevivência no Brasil colonizado, imposição do estereótipo de guerreiro no jovem indígena e tratamento deferido às mulheres indígenas.
Pardo	Schwarcz (2012), Ribeiro (2006) e Carneiro (2011)	Tratamento mais “brando” em relação aos de pele escura, miscigenação a partir da relação entre pessoas negras e brancas e filiação atribuída ao senhor de engenho.
Branco/branquitude	Bento (2022) e Schucman (2014)	A noção universal de si mesmo e a posição de autoritarismo, que acaba

		produzindo ações cruéis de violência e crueldade.
--	--	---

Fonte: Elaboração da autora (2024).

Deste modo, foi possível compreender a construção dos personagens de Maria Firmina dos Reis, atentando-me sempre para o perigo do anacronismo e, assim, dialogando com a História Cultural para a reconstrução dos contextos históricos retratados por Firmina nas narrativas e a conjuntura a qual ela escreveu e publicou.

Ademais, este estudo pretende contribuir não só com a hermenêutica literária como propor reflexões acerca da própria historiografia da literatura brasileira, já que é evidente a importância de se trazer ao debate e à Academia autoras como Maria Firmina dos Reis que, por meio de seus escritos, subverteu toda uma ordem ao escrever de uma perspectiva distante da eurocêntrica, apresentando uma multiplicidade de identidades e questões, apontando as explorações e opressões existentes no Brasil Imperial, destoando das produções intelectuais regidas pela lógica masculina e branca do período, pois, como afirma a historiadora Régia Agostinho da Silva (2020, p. 212), “ao pensarmos as formas como Maria Firmina dos Reis representou os cativos em seus escritos, podemos perceber como ela lutou contra discursos considerados dominantes, em relação à escravidão da época”.

Vale ressaltar, ainda, que Maria Firmina dos Reis aponta as mazelas sociais causadas pela desigualdade social e pela escravização e provoca a discussão a partir da localização social dos seus personagens, utilizando-se da voz em primeira pessoa para tratar de tais questões, demonstrando como a cor, o gênero, a etnia e a classe, por vezes, acabam definindo as trajetórias e possibilidades de vida dos sujeitos, já que os personagens são figuras que provocam mudanças na narrativa, que são agentes, pois “depende delas o sentido das ações que compõem a trama” (Soares, 1997, p.46).

Sendo assim, a análise das identidades realizada nesta pesquisa também respeitou o lugar social dos personagens das narrativas analisadas, de forma que as representações estudadas guiaram-se pelas concepções dos autores cujas identidades sejam as mesmas dos personagens, portanto, ao estudar os indígenas, baseei-me em autores de diferentes etnias indígenas – Krenak,

Munduruku, Potiguara, Macuxi e Guaraní-Kaiowá – e para discutir negritude e branquitude, bem como a construção e localização do pardo na sociedade, ancorei-me nos estudos de teóricos negros e brancos, respectivamente.

Entretanto, não quero limitar a discussão apenas as pessoas que fazem parte de determinada identidade, já que lugar de fala não é interdito, como aponta Djamila Ribeiro (2019) ao defender que falar não significa apenas emitir palavras, mas demonstrar sua existência.

Dito isso, a filósofa explica que pensar lugar de fala é refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes que parte apenas de um único lugar social, para, então, abrir caminhos à discussão de existência digna, a partir do direito à voz, ou seja, o lugar de fala está associado ao *locus* social e não a uma visão essencialista que impõe interdito ao sujeito, como erroneamente se defende ao dizer que só uma pessoa negra pode falar de racismo, por exemplo (Ribeiro, 2019).

Desta forma, a opção de estudar as identidades a partir de teóricos que se identificam com a mesma identidade faz sentido, porque a análise não tem o intento, apenas, de entender as experiências individuais dos personagens, mas de compreender como alguns grupos estão/estavam localizados socialmente e interagindo entre si na literatura de Maria Firmina, que retratou tais identidades no século XIX.

Este trabalho está dividido em três capítulos, o primeiro irá explorar os conceitos fundamentais para a compreensão do estudo que aqui se delineia, portanto, serão trabalhadas as noções de representação, identidades e cultura, além do contexto histórico no qual Maria Firmina dos Reis se inseria e produzia.

O segundo capítulo, por sua vez, trata única e exclusivamente do romance-folhetim “Gupeva”, apresentando os elementos fundamentais da narrativa, em quais periódicos foi publicado e o porquê de ter sido em mais de um jornal, além de expor o corpo editorial de cada um desses jornais, até chegar na análise das representações das identidades indígena e branca, pensando a relação entre os brancos europeus e os nativos tupinambás do Maranhão.

Por fim, no terceiro capítulo, semelhante ao segundo, tratarei de “A Escrava”, conto publicado apenas na *Revista Maranhense*, como citado anteriormente. Assim, descreverei o que possivelmente levou a autora a escrever tal conto e publicá-lo no referido periódico, entendendo que se trata

também de um documento histórico e, portanto, considero a conjuntura histórica e social para compreender o discurso exposto pela escritora. No que diz respeito à análise dos personagens, no conto “A escrava” serão analisadas as representações das identidades dos negros, brancos e pardos, considerando o contexto escravocrata do século XIX.

Posto isto, o presente texto, sendo trabalho de um sujeito, com carga histórica e social, e mais especificamente produzido por uma pesquisadora negra, cuja subjetividade está intrínseca à obra, como o professor Cuti (2010) caracteriza a escrita de autores negros, eu optei por escrever na primeira pessoa do singular, marcando não só a importância da autoria na pesquisa como o próprio lugar de mulher negra, atravessada pelo que se apresenta na escrita de Maria Firmina dos Reis, sem querer, entretanto, apresentar-me como única nesta escrita, já que trago em meu trabalho não só conceitos de outros pesquisadores e teóricos, como a ancestralidade negra que lutou e luta nesta diáspora brasileira para que eu e tantos outros pudéssemos escrever.

2 ENTRE CONTEXTOS E CONCEITOS: IMPRENSA, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES

A necessidade deste primeiro capítulo se justifica no intento em reconstituir o Brasil oitocentista, mais especificamente o Maranhão do século XIX, mostrando os ideais civilizatórios e até “reprodutores” das práticas culturais europeias, que reverberou numa crescente da imprensa e das narrativas que por ela circulavam, quer sejam representações reais ou não.

Dito isso, o primeiro capítulo desta pesquisa tratará da conceitualização que possibilitará as análises que se seguirão nos capítulos posteriores, a saber: análises das identidades nos contos “Gupeva” e “A escrava”, que foram publicados nos periódicos *O jardim das maranhenses*, *Porto Livre*, *Eco da Juventude* e *Revista Maranhense*.

Como bem afirmou Zin (2019):

As condições e possibilidades de emergência de um determinado escritor, bem como de seus respectivos textos literários, pressupõem o encaixe nem sempre perfeito de uma série de variáveis que podem ser interpretadas como resultado de sua genialidade, mera sorte, fruto do acaso ou, de modo mais abrangente, sob uma perspectiva que, além de considerar os aspectos sociais aos momentos e movimentos históricos que antecedem a criação e a publicação da obra, os temas que ela aborda, a forma como estes são concebidos, os impactos que geram entre os leitores, sua apreciação crítica e eventual consagração (Zin, 2019, p.31).

Desta forma, não se tem como dissociar a publicação de um texto de seu período histórico e, de certa forma, separar em sua totalidade das vivências do autor e das identidades que o atravessam, pois “as condições sociais objetivas, a partir, também, da posição social e econômica que um sujeito ocupa na sociedade, o marcam indelevelmente” (Adler, 2017, p.53).

Portanto, o contexto sócio-histórico em que Firmina viveu impactou consideravelmente na construção de sua obra, desde os temas abordados até a forma de circulação das suas produções, o que justifica a necessidade deste capítulo para o entendimento das análises literárias que se seguirão.

Assim, este primeiro capítulo divide-se em três subseções, cujo objetivo é entender a construção da imprensa e circulação dos periódicos no Maranhão oitocentista, compreender o ingresso e participação de Maria Firmina dos Reis

nesta imprensa na qual os seus textos circularam e discutir acerca dos conceitos de representação e identidades que nortearão as análises posteriores.

2.1 PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS PERIÓDICOS NO MARANHÃO

2.1.1 Ideário civilizacional no Brasil oitocentista

O projeto de civilização do Brasil no século XIX não é novidade, muito já foi pesquisado e discutido por historiadores e pesquisadores da área da Literatura, afinal havia-se o consenso de que um país independente precisava se converter em nação, algo que só aconteceria por meio das artes e da cultura. Entretanto, a própria ideia de civilização no Império coloca em xeque os meios pelos quais esse caminho seria seguido e consolidado.

Com isso, quero dizer que há um paradoxo. Buscava-se uma civilização e equiparação com outros países da Europa que tinham sua própria literatura e cultura letrada, mas aqui não se buscava uma construção artística singular, ocupava-se mais de imitação e cópia de nações europeias do que na formação de algo que só existisse no Brasil, ainda que no projeto de identidade nacional, o romantismo buscasse, em certa medida, escrever uma narrativa com símbolos nacionais.

Em *Marxismo e Literatura*, o sociólogo Raymond Williams (1979) escreve um pouco acerca do que seria civilização e, traçando um percurso histórico, aborda a noção evolucionista que se tinha da sociedade no século XVIII, de que se sairia da barbárie e alcançaria a civilização à medida que houvesse avanços sociais no meio das artes e das tecnologias.

Essa concepção, um tanto primária, de civilização, explica ele, foi importante para que os homens se entendessem enquanto agentes da história e, portanto, da cultura, fugindo da ideia pré-iluminista de que as coisas aconteciam por interferência ou querer divino. Entretanto, aqui há um entrave, pois esse ideal de civilização é extremamente ambíguo, ora dando a entender que a civilização é um estado pronto que precisa ser alcançado, ora apresentando-a como um percurso, algo em desenvolvimento (Williams, 1979).

De toda forma, essa perspectiva etnocêntrica de civilização, que enxerga outros povos como primitivos, que já foi debatida e, em certa medida,

desconstruída nos *Estudos de Cultura*¹¹, era a mentalidade que pairava nas cabeças das pessoas que estavam em terras brasileiras no século XIX.

Haja vista que foi apenas em 1822, por consequência da independência do Brasil, que houve um investimento maior na parte de cultura, quando foram criados teatros, bibliotecas e o *Instituto Histórico e Geográfico*, cujo objetivo era escrever uma história oficial do Brasil, uma história que construísse uma imagem de avanço no país, que mostrasse os heróis nacionais, perspectiva essa que durou, inclusive, até o século XX (Dolhnikoff, 2021).

Portanto, a história oficial não passava, em certa medida, de uma narrativa construída para criar uma mentalidade de avanço e progresso civilizacional de uma nação que acabava de nascer, dentro da perspectiva eurocêntrica vigente. Todavia, se entendia que não havia a possibilidade de moldar o imaginário dos brasileiros e dos estrangeiros sobre o Brasil sem que se investisse em arte, sendo a literatura o “carro-chefe” dessa transformação.

Assim, logo após a independência, como afirma Facioli (2001), é que surge o Romantismo brasileiro, que seria o responsável por “fundar” a nação, no que diz respeito às artes literárias. O que reverberou na ideia de que os escritores românticos estariam vivendo uma importante missão, a de demonstrar que, tal qual os países europeus, o Brasil também era civilizado e evoluído.

O questionamento feito por mim, acerca da possibilidade de se converter em nação um país cuja identidade pauta-se apenas na reprodução, foi feito, também, por Alencar, ao apontar a preferência de Gonçalves de Magalhães por escrever um poema épico, que José de Alencar considerava ser uma cópia das poesias europeias. O que foi brilhantemente definido pela historiadora Miriam Dolhnikoff (2021, p.72) na seguinte afirmação: “Os escritores românticos contribuíram para que fosse delineada uma identidade brasileira à sua imagem e semelhança. Uma identidade branca e europeizada, a qual sucumbia até os índios”.

É evidente que a influência da Europa sobre o Brasil era muito grande, e ainda o é, pois o país foi colonizado por Portugal, recebeu imigrantes de vários

¹¹ Refiro-me, aqui, as pesquisas e trabalhos que são desenvolvidos dentro dos Estudos Culturais, tendo como principais expoentes: Stuart Hall, Richard Hoggart, Raymond Williams e Homi K. Bhabha.

outros países como França e Holanda, além de ter um imperador português, revelando que o Brasil não era tão independente quanto queria demonstrar ser.

Para além da óbvia influência portuguesa, um dos maiores influenciadores do Brasil no século XIX foi a França, contribuindo inclusive com os estrangeirismos que são utilizados no vocabulário dos brasileiros até hoje, como *abajur*, *sutiã*, *buffet*, entre outras palavras. No período, os franceses foram os maiores exportadores de cultura para o país e ditavam as regras da moda, culinária e literatura em todo o mundo (Schwarcz, 1998).

A historiadora Mary Del Priore, em *Histórias da gente brasileira: Império* (2016), conta que eles tiveram grande participação no desenvolvimento das letras, pois fizeram circular romances franceses, jornais e empreenderam com livrarias e cafés, locais estes que eram os principais pontos de encontros e interações entre os letrados da época.

Para além disso, algo curioso na relação entre a França e o Brasil foram os manuais de civilização que circularam na época do Império, principalmente na Corte situada no Rio de Janeiro, o que não deixava de fora a circulação nas variadas províncias do território brasileiro.

Os manuais serviam para regular os comportamentos sociais, traziam consigo normas e regras de como se portar, falar, comer etc. para ser considerada uma pessoa cortês e digna de circular nos bailes e livrarias, portanto, fazer parte da elite cultural do século XIX. Desta maneira, se torna “claro como tais guias cumpriam funções específicas: criar uma civilização, impor modelos de etiqueta a sociedades carentes desse tipo de escola” (Schwarcz, 1998, p. 197-198).

Portanto, no que diz respeito à civilização de um lugar, além de se ter uma cultura e identidade próprias, com produção artística nacional, era preciso saber se portar de acordo com os padrões e costumes europeus. Ser civilizado significava reproduzir os comportamentos, ainda que se fizesse de tudo para demonstrar que não se tratava de mera cópia, logo, “a dificuldade da civilização estava em copiar, porém, adaptando às condições do local” (Schwarcz, 1998, p. 199).

No que diz respeito à educação formal no século XIX, Duarte (2017) afirma que havia uma diferença na instrução que era oferecida, tendo como critério o sexo a partir das diferenças biológicas e morais, logo

Aos homens, uma educação que os preparasse para o mundo do trabalho; às mulheres bastava a “educação da agulha”, saber se comportar e atuar dentro da casa. Numa formação mais sofisticada, a jovem aprendia francês, música, pintura, as quatro operações, e ainda etiqueta, catecismo, culinária e os princípios morais, o suficiente para formar a mulher que o discurso senhorial prescrevia: educada, meiga, acomodada (Duarte, 2017, p.25).

Contudo, ainda assim, até a década de 1870 pouquíssimas pessoas eram alfabetizadas, conforme o Censo de 1872 disponibilizado por Duarte (2017), apenas 19,85% entre os homens e 11,5% entre as mulheres no país sabiam ler e escrever, desconsiderando-se as pessoas escravizadas.

Devido a essa diferenciação na educação, a escritora e professora de Primeiras Letras¹², Maria Firmina dos Reis, fundou na província do Maranhão uma escola mista. Sobre isso, Mendes afirma:

Por não concordar com a educação freirática, que promovia a desigualdade entre meninos e meninas, a autora maranhense, na condição de professora, em 1880, criou uma sala de aula gratuita para ambos os sexos que não pudessem pagar. Decidiu fazer isso um ano antes de se aposentar, com trinta e quatro anos de magistério público oficial. [...] Conhecidos seus contam que toda manhã, subia em um carro de bois para dirigir-se a um barracão de propriedade de um senhor de engenho onde lecionava para as filhas do proprietário. Levava consigo alguns alunos, outros se juntavam (Mendes, 2016, p.32).

Tal como o afirmado por Mendes acerca de Firmina, outros intelectuais, imbuídos de ideias liberais, reivindicavam uma educação igualitária no século XIX, acreditando que seria fundamental para o progresso do Brasil (Mendes, 2016).

Afora tal educação, as pessoas da elite se letravam por meio de saraus, teatros e jornais, ainda que os periódicos da época fossem destinados a poucas

¹² Apesar de muitos pesquisadores atribuírem a Maria Firmina o título de Mestra Régia, Gomes (2022) explica que quando Firmina foi para Guimarães exercer tal cargo, o título de Mestra Régia não era mais usado oficialmente, a terminologia adotada no novo regime era de Professora de Primeiras Letras. Ademais, Adler (2017, p. 60-61), ao consultar o Arquivo Público do Estado do Maranhão, expõe o Despacho 13 de Agosto de 1847 sobre a nomeação de Maria Firmina dos Reis, que registra o seguinte: “Faço saber aos que este Alvará virem, que atendendo a que Maria Firmina dos Reis opositora a cadeira de primeiras letras do sexo feminino de Villa de Guimarães, se acha competentemente habilitada na forma da Lei de quinze de outubro de mil oitocentos e vinte e sete, tem por bem, em conformidade das leis em vigor provê-la na serventia vitalícia da mencionada cadeira, que se acha vaga, havendo o ordenado annual que legalmente lhe competir. Mando por tanto a quem pertencer, que dando-lhe a posse desta cadeira, depois prestar o juramento do objeto, a deixa servir e exercitar”. Portanto, o que foi bem pontuado por Gomes está em conformidade com o documento transcrito por Adler.

peessoas, devido ao que consta na informação dada acima a respeito do quantitativo de alfabetizados (Duarte, 2017).

Isto porque, na primeira metade do século XIX, não era permitido o funcionamento de tipografias no Brasil, de forma que o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Brasiliense*, foi publicado em Londres, na Inglaterra, em 1808 (Zilberman, 2007), mesmo que houvesse, também, uma imprensa clandestina.

Contudo, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, por ocasião da vinda da família real, após fugir de Napoleão Bonaparte, D. João tomou como uma de suas primeiras medidas a fundação da Imprensa Régia, a qual propiciou o surgimento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que tinha como intuito divulgar ações e documentos do Estado, algo semelhante a um Diário Oficial (Zilberman, 2007).

De acordo com Mary Del Priore (2016), foi em 1832, quando Baptiste-Louis Garnier desembarcou na corte que o cenário para a imprensa melhorou no Brasil. A historiadora complementa que Garnier

Trazia na bagagem a ideia de um novo e ambicioso comércio jornalístico, assim como a de constituição de um mercado editorial. Foi o primeiro a contratar redatores, revisores e tradutores pagos e a lançar clássicos do Barroco e do Arcadismo em língua portuguesa. Foi, igualmente, pioneiro em manter o preço de capa fixo, e mais importante, em mirar um público-alvo, um público leitor (Del Priore, 2016, p.267).

Assim ocorre a fundação do *Jornal das Famílias*, e Garnier contrata Machado de Assis como colaborador, investe na tradução e publicação de escritores renomados como Oscar Wilde, Dickens e Alexandre Dumas, além de ser presidente da Livraria Garnier que era mais que apenas uma livraria, tornara-se ponto de encontro de grandes intelectuais (Del Priore, 2016).

Isso aponta para a grande influência, já comentada, que a França e a Inglaterra exerciam sobre o Brasil no século XIX, influência essa que ia desde os costumes do dia a dia, como se portar em uma mesa, o que vestir, até o que ler e escrever, portanto, a literatura que circulava no país também era ditada por esses países europeus.

Nadaf (2002) ressalta que a literatura brasileira era quase que completamente inspirada na francesa, pois havia uma concepção generalizada de que a única nação realmente civilizada que existia no mundo ocidental era a França. Dessa forma,

Na década de 1840, da difusão inicial do folhetim, o país já expressava firmemente, através da restrita elite intelectual e política, a sua busca pela construção de um Estado Nacional, mas dava sequência ainda a esse processo de europeização. Com o restabelecimento da ordem político-social decorrente da Maioridade, efetuou-se um retorno a práticas sociais e culturais imitadas do modelo francês, destacando-se entre elas a *flânerie*, teatros, cafés, saraus, leitura de livros estrangeiros, bem como a procura demasiada pelos artigos franceses, como os tecidos, porcelanas, perfumes, chapéus, móveis, e os livros, vendidos nos requintados comércios das ruas do Ouvidor e do Ourives (Nadaf, 2002, p.42).

Assim, com a crença de que a França era o padrão civilizado que precisava ser alcançado, foi fácil introduzir nos jornais e no costume da população brasileira a leitura dos folhetins, que surgiu em território francês, na década de 1830, “inventado pelo jornal e para o jornal” (Meyer, 1996, p.30).

Desta forma, vide que no século XIX, o jornal era “por excelência o lugar do diálogo, do debate, da fofoca e das polêmicas” (Barbosa, 2007, p.18), sendo o principal veículo de informação e de textos, fica claro o porquê de ele se tornar uma fonte importante para pesquisas nas diferentes áreas das ciências humanas.

No caso específico da literatura, o jornal ganha um valor e importância peculiar, pois serviu para difusão e consolidação da nossa literatura no século XIX. Foi ele, o jornal, que deu espaço para que se tornasse possível a profissionalização do trabalho intelectual no país. Graças às suas páginas, ao espaço que esse suporte dedicava ao pensamento, foi possível ir se criando um ambiente literário aqui (Farias, 2016, p.19).

Logo, os jornais se tornaram espaço de “experimento” onde vários gêneros surgiram e se consolidaram, em que várias personalidades publicavam, sejam autores já consagrados como Machado de Assis e José de Alencar, até leitores anônimos que eram convidados pelos próprios periódicos a colaborar. Dessa forma, é perceptível que a imprensa foi fundamental no processo de construção de uma sociedade letrada e literária, como afirma Farias:

Há opiniões que veem no jornalismo a gênese da literatura brasileira, além de dar ânimo e proteção a ela, como afirmou Sylvio Romero. Enfatiza o crítico que o jornalismo serviu também para consolidar as nossas letras, propiciando a elas um público e, ao público, a oportunidade de uma leitura cotidiana, permitindo-lhe que tivesse contato com muitos gêneros, dado a multiplicidade deles presentes nos periódicos (Farias, 2016, p.35).

Portanto, é perceptível a importância da imprensa no Brasil oitocentista, pois foi fundamental para a aproximação do público com a literatura, seja a

produzida no país ou a traduzida da Europa, ainda que a circulação dos periódicos e o seu acesso no século XIX fosse maior em algumas províncias do que em outras.

2.1.2 Criação da Atenas Brasileira

Para além da dominância cultural francesa, outros países europeus também exerciam influência sobre o Brasil e as suas províncias. Isto fica comprovado por meio do “projeto” intelectual que se instalou no Maranhão do Século XIX, que intentava transformar a capital São Luís em uma Atenas Brasileira.

Entretanto, vale ressaltar que ainda que São Luís possuísse bibliotecas, teatros e jornais, portanto, fosse um local de diferentes possibilidades culturais, não havia uma Instituição de Ensino Superior. Logo, no Império, para se obter formação acadêmica era preciso viajar para Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Olinda (Gomes, 2022). O que significa que apesar dos ilustres homens e mulheres letrados que existiam na província maranhense, havia poucos com titulação formal.

Não preciso dizer que, apesar de algum investimento feito em educação, o privilégio da educação formal ainda era para uma certa elite que possuía condições de investir em viagens de estudo para seus filhos. Como já dito, não havia faculdade no Maranhão, então as famílias mais abastadas tinham o hábito de mandar para Portugal suas filhas e para Inglaterra e França os filhos, de forma que se fosse possível cultivar um ambiente com costumes europeus (Resende, 2007).

Essa possibilidade foi possível devido ao crescimento econômico que o Maranhão teve no século XIX, proveniente da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a partir da segunda década do século XVIII, que alterou a situação periférica do Maranhão colonial, dinamizando a economia local, pois inseriu a região no tráfico internacional de escravizados que, inclusive, era mais lucrativo que o próprio comércio monocultor (Costa, 2018). Resende explica que

Este ambiente diferenciado de relações sociais e mentais [...] só teria sido possível de ser construído graças a implementação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no início da segunda

metade do século XVIII, que inserira o Maranhão no cenário do progresso e do desenvolvimento. [...] Fora a partir das políticas do Marquês de Pombal, através de sua ação na Cia. de Comércio, que se deu a consolidação de um Maranhão moderno, e entre outras coisas, possibilitaram à elite mecanismos de uma maior acumulação de riquezas, derivadas da agro-exportação, gerando, em última instância, o hábito de mandar estudar na Europa os filhos e filhas da nobreza (Resende, 2007, p.30).

Portanto, fica evidente que o crescimento intelectual da província se deu em conjunto ao desenvolvimento econômico do lugar e esta relação existente entre fulgor cultural e progresso econômico é o que explica a trajetória que conduziu o Maranhão a alcunha de Atenas Brasileira nos idos do século XIX (Resende, 2007).

Entretanto, é importante destacar que tal esplendor e esforço para se assemelhar a um país europeu partia de uma parcela população que era abastada e que pouco a pouco se consagrava como grandes intelectuais, pois a diversidade cultural e a desigualdade social existentes na província estavam sendo ignoradas.

A escravização dos indígenas, de diferentes povos como tupinambás, tabajaras, caetés, timbiras e outros, perdurou durante mais de um século, escravização essa que não foi só comandada por portugueses, mas também pelos franceses a partir de 1612 e, em seguida, pelos holandeses na década de 1640 (Gomes, 2022).

Quando “findada” a escravização dos povos originários no século XVII, os africanos foram trazidos para o Brasil, e a proporção foi tão grande, principalmente devido a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, cujo principal objetivo era introduzir mão de obra africana escravizada no norte do Brasil, que entre 1756-1777 foram embarcados mais de 20 mil africanos nos portos de Cacheu e Bissau (Gomes, 2022). Logo, a mesma companhia que possibilitou o aumento na riqueza da província e levou o local a uma grande efervescência cultural só o fez devido a exploração de pessoas escravizadas.

Gomes (2022), sobre a questão econômica do Maranhão, explica que São Luís enriqueceu por meio dos ciclos de algodão e de cana-de-açúcar, de forma que as ruas estavam tão bonitas e luxuosas, para a época, com mirantes e sobrados revestidos de azulejos que chamava a atenção dos estrangeiros que

iam comercializar ou visitar. Contudo, o pesquisador afirma: “a capital da província edificara-se sangrando mão de obra escrava” (Gomes, 2022, p.46).

Isto fora possível, pois ao longo do século XIX, aconteceu uma mudança no comércio agroexportador, em que o foco passou a ser o açúcar, principalmente na metade do Oitocentos, o que alterou o cenário da produção e do comércio em algumas partes da província. Foi, devido à produção do açúcar que se concentrou uma grande mão de obra de escravizados no Maranhão, embora alguns cativos fugissem para outras províncias do Império (Costa, 2018).

Com isso, grande parte da população do Maranhão era composta de escravizados, Costa explica que

Nos primeiros anos do império, preponderou na província uma população de negros escravizados sobre a de homens e mulheres livres, permanecendo essa tendência até meados do século XIX. [...] em 1822, quando o número de habitantes da província foi estimado em 152.893, havia 77.914 escravos, correspondendo a 51% do total da população. Em São Luís, que concentrava um maior contingente de cativos, o percentual de escravos chegou a 62% da população. Já em 1841, com uma população total de 217.054 pessoas, o Maranhão possuiria 111.905 escravos, ou seja, 51,6% da população (Costa, 2018, p.247).

Para além disso, o Maranhão, na segunda metade do século XIX, possuía quase um quarto da população analfabeta, de acordo com o advogado Frederico José Correa (1878), significando que independente da massiva produção de livros e publicações em periódicos, o público leitor seria muito restrito e as ideias não circulariam de forma ampla e pública como se queria.

Fechavam-se os olhos para o que ocorria de pior na cidade ou permitia a indiferença reinar ao passo que se investia em cultura para poucos. Afinal, São Luís seria o *locus* de saber, das letras, das artes, a cidade em que as pessoas encontrariam avanço e civilização.

Contudo, é perceptível que havia um descompasso entre as relações sociais e quem deveria ou poderia participar da intelectualidade maranhense. Dentre os afortunados que usufruíram do sistema para produzir intelectualmente estavam, entre outros nomes, Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, Antônio Henriques Leal e Joaquim de Souza Andrade (Sousândrade), que formaram o Grupo Maranhense, ativo entre os anos de 1832 a 1868 (Souza, 2020).

Tal Grupo foi o principal responsável pela denominação de Atenas brasileira a São Luís, capital da província. A escolha deste título foi proposital, pois na Grécia Antiga, a partir de 450 a.C, Atenas havia se tornado o lugar onde emergia e se centrava a cultura grega e os debates de ideias, culminando, inclusive, na própria constituição de democracia (Gaarder, 2012).

Resende (2007) explica que

A aparição do Grupo Maranhense neste cenário das letras é sobremaneira significava, a ponto de ser postulado a inexistência de uma literatura do Maranhão antes deste advento. [...] Em torno deste grupamento de letrados elaboraram-se as significações mais diversas para legitimar um arquétipo de grandeza para o Maranhão, de tal forma que teria sido supostamente com o Grupo Maranhense que a sociedade ludovicense chegara a um nível consideravelmente diferenciado de desenvolvimento intelectual e refinamento educacional graças à ação primorosa de Odorico Mendes, Sotero dos Reis, entre outros (Resende, 2007, p.36).

Os intelectuais que circulavam na imprensa e nos saraus realizados em São Luís, já imbuídos dos costumes europeus, buscavam representar uma civilização na cidade, mostrar o *locus* de cultura que a capital da província se tornara ou viria a se tornar, inclusive, o título de Atenas brasileira foi atribuído a São Luís também devido ao florescimento da imprensa na província, que foi profícuo.

Mendes (2016) explica que São Luís, em meados do século XIX, foi cognominada de Atenas brasileira devido a dominância cultural de latinistas e helenistas na província, como é o caso do próprio Sotero dos Reis. Portanto, confirma-se que tal título não foi convencionado de forma “popular”, mas por um grupo realmente intelectualizado e elitizado, já que, como mostrado anteriormente, a desigualdade e a escravidão eram fortes na província.

Como afirma Souza (2020, p. 37-38), as pessoas que fizeram parte dessa idealização ocupavam “espaços de legitimação social, instâncias de poder e decisão, quer seja na estrutura administrativa da província, quer seja na imprensa ou na educação formal como educadores e na literatura”. Em outras palavras, os letrados do Maranhão não só tinham domínio no que diz respeito à intelectualidade, mas exerciam poder em outras áreas importantes, inclusive para tomada de decisões e “criação” de uma história maranhense idealizada.

A historiadora complementa que foi a partir desse ideal de Atenas brasileira que

A cidade de São Luís passaria a ser vislumbrada como um lugar propício ao desenvolvimento das luzes e letras. Essa representação do Maranhão como um lugar das letras acabou por fixar uma tradição inventada e promovendo uma maturidade do campo literário colaborando com uma construção identitária nacional. O que impactaria em um incentivo social e institucional às letras e a educação, além de desenvolvimento da imprensa e de jornais literários, coletâneas, peças teatrais, tudo isso valorizando a produção intelectual e cultural da cidade (Souza, 2020, p.40).

Contudo, Resende (2007, p.20) afirma com todas as letras que “a consolidação da ‘Atenas Brasileira’ foi um processo essencialmente historiográfico, produto da escrita de sujeitos históricos do século XIX e de sua forma de pensamento”. Dessa forma, o historiador explica que a criação dessa Atenas foi, em certa medida, uma invenção da cabeça dos intelectuais que desejavam ser conhecidos e transformar a província em um local estimado como eram os países europeus, conforme trecho seguinte:

Estamos diante de uma elaboração identitária que se comportou como produto do conflito entre representações impostas pela elite intelectual, que produzia as mais variadas classificações, e as construções que a sociedade elabora sobre si mesma. E com base na trajetória trilhada através dos textos desde os cronistas até os poetas decadentistas do fim do século XIX, é que está menos confusa a compreensão de que sentir-se singular, de pensar-se enquanto ateniense, é mais fruto da relação de representações das narrativas com o imaginário social do que uma vontade de seus supostos agentes históricos (Resende, 2007, p.45).

Posto isso, é evidenciado que a associação de São Luís com a cidade Grega não perduraria por tanto tempo, já que as mazelas sociais e as desigualdades no que diz respeito à educação e ao ensino apareceriam em algum momento e não sustentariam a narrativa criada pelo Grupo Maranhense.

Ademais, com vistas a ampliar a circulação de seus textos e ter alcance nacional enquanto escritores, muitos dos intelectuais pertencentes ao Grupo Maranhense acabaram viajando em busca de sucesso na Corte, pois, no Rio de Janeiro havia uma imprensa ainda maior, além da possibilidade de acesso aos imperadores.

Esse momento, de acordo com Resende (2007), foi o período em que os intelectuais maranhenses acabaram por se consagrar como literatos nacionais, mas que deu início ao fim do mito de “Atenas Brasileira”, já que, de um lado levavam a imagem positiva e intelectualizada do Maranhão para outros cenários

no Brasil, ao passo que promoviam certa estagnação na produção literária da terra natal.

Resende (2007) afirma, ainda, que no *Semanário Maranhense* (1867-1868), periódico este em que Maria Firmina dos Reis também colaborou¹³, agonizaram os últimos esforços para a conservação no ritmo de produção e vivência intelectual da província. O historiador conclui que

O princípio do século XX foi o último período desta epopeia que tem sua gênese no Grupo Maranhense. [...] estavam cientes de que a capital não se configurava mais como o centro de excelência do conhecimento que outrora fora, e que seus literatos pertenciam agora à nação. Tentaram de todas as formas conservar, consagrar, cristalizar a fama da “Atenas Brasileira” para si e para seus escritos, afinal, ser bom poeta era ser herdeiro da tradição de “Athenas” (Resende, 2007, p.43).

Assim, a repercussão do Maranhão enquanto “Atenas brasileira”, ou seja, lugar de excelência no que diz respeito à educação e literatura, perdurou durante todo século XIX, ainda que em seu final já mostrasse que tal “fama” não duraria muito, mas o investimento dado à intelectualidade maranhense à época reverberou em consagrados textos e periódicos.

2.1.3 Imprensa Maranhense no século XIX

No século XIX, mais precisamente na segunda metade, durante o Império de D. Pedro II houve um investimento maior na imprensa. Tipografias eram abertas na Corte e nas capitais das províncias, os literatos ocupavam os jornais com seus romances-folhetins e os assuntos políticos estavam em voga nos jornais conservadores e liberais. Logo, só haveria avanço e civilização reconhecidos por meio de publicações e diálogos entre os homens de letras nos salões da elite e espaços das tipografias.

Entretanto, Martins (2010) relata que o surgimento do jornalismo literário e político no Maranhão, sobretudo em São Luís, ainda no início do século XIX, foi um fator decisivo para a consolidação da atividade letrada no Maranhão (Martins, 2010, p.108). Esta informação reafirma o que constata Barbosa (2007,

¹³ Souza aponta que alguns dos importantes literatos do Grupo Maranhense, como Antônio Gonçalves Deis e Francisco Sotero dos Reis tiveram participação nos mesmos espaços tipográficos de Firmina, o que “revela um estreitamento de laços entre autores. E tais ligações podem ter contribuído em muito para o reconhecimento da mesma como escritora e poetisa” (Souza, 2020, p. 38).

p. 19) ao dizer que existia “a dependência da literatura em relação à imprensa, não apenas na Corte, como também nas Províncias” (Barbosa, 2007, p.19).

O autor acrescenta que o primeiro jornal da província surgiu, inclusive, antes da primeira prensa tipográfica do Maranhão, devido ao desejo do governador Marechal Bernardo da Fonseca. Assim,

Começou-se a publicar um periódico manuscrito, considerado o primeiro jornal maranhense, cujo título era *O Conciliador* do Maranhão. [...] Estima-se que eram impressos centenas de exemplares deste periódico manuscrito, distribuído a expensas do governo local. Contudo, é pouco provável que a tiragem desta primeira tentativa de imprensa no Maranhão tivesse alcançado algumas centenas de exemplares, já que era escrito à mão, em bico de pena. Quando chegou a primeira tipografia de São Luís, encomendada de Lisboa e denominada de Imprensa Nacional, *O Conciliador do Maranhão* começou a circular impresso na capital maranhense a partir de 10 de novembro de 1821. O seu formato, em folha de almoço, não foi alterado. [...] A partir de 6 de abril de 1822, o número 77 do periódico aparece com o título reduzido para *O Conciliador*. Contudo, o semanário durou somente até 16 de julho de 1823, chegando aos 210 números impressos (Martins, 2010, p.108).

Souza (2020) acrescenta a tal informação que *O conciliador do Maranhão* (1821) contou com a circulação de trinta e quatro números escritos à mão, e surgiu em meio a agitação política da Revolução do Porto, junto a primeira tipografia do Maranhão, a Tipografia Nacional Maranhense, cujo intento era imprimir as publicações oficiais da província e panfletos de natureza didática.

Desta forma, a imprensa nascente junto ao *Conciliador* se tornou o principal veículo de informação e posicionamento político a respeito da província, tornando-se, inclusive, ferramenta política e porta-voz dos anseios da população maranhense (Souza, 2020).

Assim, para além de toda a crescente cultural propagada pelo Grupo Maranhense, a imprensa teve um papel singular no que diz respeito à intelectualidade no Maranhão, excepcionalmente na capital da Província. Como evidencia Resende:

Se por um lado, a ação engajada e politicada do Grupo Maranhense poderia ser considerada motivo suficiente para justificar aos seus contemporâneos o brilhantismo superior que a posteridade afirmou que eles possuíam, e da mesma forma, através do volátil imaginário social maranhense, se consagraram como herdeiros do ideal clássico da Atenas Grega, por outro, é igualmente verdadeiro o florescimento acelerado de inúmeros periódicos e jornais, que em tese, ilustram o esplendor literário vivido “por todos” nesta parte das terras do Brasil. O marco ideal para esta explosão de publicações é, indiscutivelmente, a instalação da Tipografia Imperial Nacional, nas primeiras décadas do

século XIX, em terras do Maranhão. Legou-se como responsabilidade de tal tipografia, um verdadeiro nervosismo editorial e intelectual que seria palco, motivo e cenário dos mais diversos embates entre a elite pensante de São Luís (Resende, 2007, p.37).

Algo que era bastante comum na Imprensa do século XIX em todo território brasileiro, pois, segundo Barbosa (2007), o jornal era o espaço de diferentes opiniões e, por isso, sempre havia embates e debates, o que culminou, inclusive, em um jornal próprio para tais discussões, o *Jornal de Debates*, ainda que este também publicasse literatura.

O Maranhão era, contudo, um dos principais centros editoriais do Brasil, principalmente a capital São Luís, onde muitos jornais renomados tiveram êxito, a província, inclusive, igualava-se a de Pernambuco no tocante aos trabalhos tipográficos, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, afinal, era a Corte Imperial (Gomes, 2022).

Porém, uma parte desses periódicos teve curta duração, devido à baixa repercussão ou a linhas editoriais um pouco desorientadas, muitas vezes utilizadas apenas para hostilizar a administração do Imperador, principalmente na fase inicial de implementação, segundo Zin (2019). Ainda assim,

Os periódicos maranhenses representados por jornais e revistas de temas diversos, passaram a desempenhar um importante papel no desenvolvimento político e cultural da província, principalmente na capital, uma vez que exerciam acentuada influência sobre a opinião pública e a intelectualidade locais. O Maranhão conheceu, assim, uma fase agitada e próspera de seu jornalismo, já que foram muitos os periódicos colocados em circulação (Zin, 2019, p.33).

Com isso, posso afirmar que os homens e mulheres de letras, incluindo os que formavam o Grupo Maranhense, já mencionado acima, estavam envolvidos com a imprensa, colaboravam constantemente e escreviam a história dessa São Luís que deveria se tornar uma versão de Atenas.

Esses intelectuais que possuíam relação com o jornalismo na província foram os responsáveis pela construção das vidas intelectual e literária maranhense, atribuindo às letras a ferramenta civilizatória devido à mentalidade oitocentista de que a literatura deveria servir de instrumento de formação não só cultural como moral de um povo, além de ser colocada como fundamental na constituição de identidade nacional (Souza, 2020).

Martins (2010) afirma que, na província do Maranhão,

Ao lado de muitos periódicos de cunho partidário, circulavam também um número razoável de revistas literárias, entre outras, nas quais se realizava a difusão de conhecimentos úteis sobre lavoura, saúde, costumes, ciências, filosofia, religião, indústria, comércio, geografia e, sobretudo, literatura (Martins, 2010, p.110).

O autor está em consonância com Barbosa, quando esta afirma que “literatura” nos jornais incluía uma variedade de textos e não apenas os que possuem literariedade. A pesquisadora explica que “o termo englobava a eloquência, a poesia, a história, a crítica e também as ciências” (Barbosa, 2007, p.30).

Souza (2020) explica que o surgimento desse expansivo número de periódicos literários na província do Maranhão tem a ver com o fato de o entretenimento passar a ter alto consumo da sociedade, o que reverberou não só nesse próspero aumento de jornais e revistas literárias como na própria consolidação da literatura maranhense, de forma que a própria atividade letrada e a construção do mito de Atenas brasileira estavam interligadas ao jornalismo literário em São Luís.

A imprensa maranhense oitocentista conheceu um grande número de jornalistas e periódicos com intensa atividade não somente na capital da província, mas também pelas cidades do interior do Maranhão. Foram muitos os jornais e revistas postos em circulação, sobretudo em virtude do significativo crescimento do parque tipográfico instalado principalmente em São Luís. Nesta fase de prosperidade e crescimento do jornalismo maranhense, é possível enfatizar a atuação de alguns importantes periódicos literários, a maioria com uma duração sempre muito breve, mas que foram decisivos para a consolidação do mundo literário da província, uma vez que ofereceram espaço para a publicação da abundante produção poética que o Maranhão conheceu logo após a criação de um dos parques tipográficos mais ativos e avançados do Brasil do século XIX (Martins, 2010, p.116-117).

Isto explica o porquê de o Maranhão ter tido tanta visibilidade e importância no que diz respeito a cultura letrada e ao avanço intelectual, não só na capital da província, como em outras partes, pois, em consonância com Martins, Souza (2020, p.83) afirma que “a maioria dos periódicos foram fundados em São Luís, mas circulavam por outros lugares da província”, portanto, a produção ocorria lá, mas a circulação extrapolava a capital.

Dentre os periódicos de grande repercussão que surgiram na época, está o *Jornal de Instrução e Recreio* (1845) que, de acordo com Martins (2010), foi o primeiro periódico literário da província maranhense. Pois, ainda que também

houvesse assuntos sobre educação e instrução, era um jornal composto majoritariamente de textos literários, além de ser escrito por literatos.

Barbosa (2007) explica que o jornal tinha uma função de educador, já que havia uma carência muito grande de escolas no Brasil oitocentista e o livro era um objeto de luxo, o que pode justificar artigos educativos e morais num jornal que se pretendia literário, como é o caso do *Jornal de Instrução e Recreio*.

“Além de poemas e contos, o periódico também publicou artigos sobre assuntos diversos, como historiografia, moral, artes, religião, biografias e anúncios” (Martins, 2010, p.117), o que mais uma vez comprova o que diz Barbosa (2007) acerca do conceito amplo abarcado pelo termo “literatura”, como já mencionado.

Um outro jornal literário de destaque foi *O Arquivo* (1846), que publicava também assuntos diversos, mas o preponderante era a literatura. Havia, em seu primeiro número, uma sessão dedicada exclusivamente a artigos científicos, contudo, esta foi removida logo em seguida (Martins, 2010).

Foi n’*O Arquivo* em que o importante literato brasileiro, e contemporâneo de Firmina, Gonçalves Dias dá verdadeiro início a sua carreira literária, ainda que tenha tido alguns poemas publicados no *Jornal de Instrução e Recreio* sem sua autorização (Martins, 2010).

Ambos os jornais são produtos da Associação Literária Maranhense que tinha como expoentes Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, que exercia função de presidente da associação, Sotero dos Reis, Gonçalves Dias, entre outros nomes. Era uma associação de “mancebos corajosos” que visava a reverberação da cultura e das belas-letas¹⁴ (Martins, 2010).

O Jornal de Instrução e Recreio e *O Arquivo* foram veículos essenciais para a formação de uma primeira geração de literatos bastante ativos no Maranhão do período e na consolidação de uma literatura produzida por literatos maranhenses muito conscientes de seus papéis como criadores e difusores da cultura letrada, contribuindo para a grandeza da cultura nacional dentro e fora da província (Martins, 2010, p.119).

Souza (2020) complementa que o *Jornal de Instrução e Recreio* foi um veículo fundamental para a formação dos literatos ativos no Maranhão, pois era

¹⁴ Devido à indefinição da palavra “literatura”, Barbosa (2007) explica que o termo mais apropriado para fazer tal tradução é o de Belas-letas, pois é o mais referido pelos escritores do século XIX e engloba um conjunto extenso de escritos, por exemplo: carta, sermão, biografias, narrativas de viagens, entre outros.

o momento em que a literatura maranhense se consolidava. Ademais, a circulação de tal veículo teve como argumento principal o de que a sociedade andava inerte à literatura, de forma que era necessário tornar o conhecimento literário acessível.

Portanto, fica evidente que foi no século XIX que a influência da literatura nos jornais se tornou mais visível, resultando em um certo “fenômeno universal”, exibindo o folhetim como principal instrumento da junção entre o jornalismo e a literatura. Foi em meados do século, principalmente, quando a qualidade dos periódicos melhorou, que acabou por favorecer a proliferação de artigos literários nas folhas impressas, contribuindo para uma consolidação da atividade letrada (Souza, 2020).

Com isso, não foi diferente no Maranhão, como esta seção evidenciou, já que durante do século XIX a imprensa maranhense atingiu um inequívoco processo de maturação e os jornais e revistas científicas e literárias, mesmo os que tiveram pouco tempo de duração, tenham sido incorporados à vida social da província, principalmente em São Luís, a capital (Martins, 2010).

Assim, é evidenciada a inquestionável relação existente entre a literatura e os jornais, de forma que os autores oitocentistas que ambicionavam qualquer tipo de carreira literária, como é o caso de Maria Firmina dos Reis, precisariam integrar a imprensa, como será mostrado na seção posterior.

2.2 MARIA FIRMINA DOS REIS NA IMPRENSA OITOCENTISTA

2.2.1 A produção literária das mulheres no século XIX

O século XIX passou por intensas transformações, dentre elas, as econômicas, sociais e culturais. Essas mudanças, obviamente, mexeram com a vida cotidiana das pessoas, oferecendo formas corretas de se portar, de se cuidar, de ler etc. (Telles, 2007).

Contudo, mesmo com o aparecimento de grandes teorias científicas e filosóficas, manteve-se, ou até aumentou, a abrangência do imperialismo europeu. Segundo a pesquisadora,

A cultura desempenhou papel fundamental nesse processo, sendo que no centro da cultura europeia, durante os séculos de dominação, havia a marca de um eurocentrismo inabalável que acumulava experiências e territórios, pessoas e narrativas, classificando-as, unificando a

multiplicidade na medida em que bania identidades diferentes, a não ser como ordem inferior da cultura e da ideia de uma Europa branca, masculina, letrada e cristã (Telles, 2007, p.401).

No Brasil não era diferente, haja vista que os países europeus influenciavam diretamente a cultura e a produção intelectual do país, como se evidenciou na seção anterior.

Desta forma, é perceptível a importância da literatura produzida por Maria Firmina dos Reis, pois a autora trata de uma multiplicidade de identidades e as apresenta sob diferentes prismas. Firmina foi, de certa maneira, subversiva e desafiou a norma hegemônica tanto nos seus atos em vida, como nos seus textos.

Entretanto, conquistar espaço na vida pública não era algo fácil para as mulheres do Brasil oitocentista, pois, de acordo com Telles (2007), havia um círculo vicioso que corroborava a deseducação da mulher da época, já que “como não tem instrução, não está apta a participar da vida pública, e não recebe instrução porque não participa dela” (Teles, 2007, p.406).

Woolf (2018) chama atenção para o fato de que intelecto significa dominação, portanto, conhecer e saber representava poder e liberdade

Por isso a enorme importância do patriarcado de ter de conquistar, ter de governar, de achar que um grande número de pessoas, metade da raça humana, na verdade, é por natureza inferior. Deve ser realmente uma das principais fontes de seu poder (Woolf, 2014, p.53-54).

Isto significa que a educação e a produção das mulheres do século XIX estava sob o controle masculino, pois ao pensar, conquistar espaço e fazer circular as ideias “femininas” poderia provocar a diminuição do poder dos homens, assim, fazia-se crer que a mulher era inferior e não tinha condições de produzir literatura de qualidade.

Inclusive, a própria “idolatria” do homem pela mulher dócil é explicada pelo medo de perder o poder. De acordo com a historiadora Mary Del Priore (2016, p.367), “nesse culto, o homem aprecia a fragilidade feminina para sentir-se mais forte, mais dominador”, é, portanto, um impulso narcisista do homem patriarcal.

Além disso, outra dificuldade que as mulheres enfrentavam na Europa e no Brasil diz respeito à condição financeira para a produção, pois se a mulher quisesse viver da escrita, ela precisa de dinheiro e um lugar próprio para se dedicar ao trabalho intelectual (Woolf, 2014).

Em continuação, Woolf (2014, p.148) pontua que “é muito mais importante no momento saber quanto dinheiro as mulheres tinham, e quanto espaço, do que teorizar sobre suas capacidades”.

É a partir do século XIX, apesar da dificuldade que ainda se mantinha, que a mulher de renome deixa de ser apenas a aristocrática que escrevia cartas e tinha alguma influência política (Woolf, 2018). Tratando-se das mulheres comuns e brasileiras, no curso do século XIX, Silva enfatiza que

a escrita pública era uma prática considerada masculina, poucas mulheres se arvoraram no mundo das letras, e quando faziam isso, na grande maioria das vezes, escreviam sobre fatos triviais, amores, poesias adocicadas, uma literatura perfumada de “bicos e bordados”, tocar em assuntos tão sérios, como a escravidão ou a abolição, era assunto de homem (Silva, 2009, p.2).

A historiadora defende, ainda, que produzir uma literatura “de perfumaria”, leve ou “fútil”, era permitido para as moças de família, sendo, inclusive, algo bem-visto socialmente, pelo menos da segunda metade do século XIX em diante. “Escrever alguns versos, publicar em algum jornal, ter seus álbuns de recordação escrita, era até considerado de bom tom” (Silva, 2009, p.4).

Isto ocorria devido à própria estrutura social e o que era designado para mulheres e homens, já que os papéis sociais eram demarcados de forma clara e para agradar era preciso estar dentro de determinados padrões sociais. Del Priore explica que havia “coisas de mulher” e “coisas de homem”. Sobre isso a autora completa que “para as moças de elite, era obrigatório saber piano, inglês e francês, canto e tudo o que permitisse brilhar nas reuniões” (Del Priore, 2016, p.286).

Portanto, as mulheres burguesas participavam das reuniões sociais e era de bom tom que fossem educadas, soubessem diferentes línguas, estivessem vestidas de acordo com as tendências francesas, cantassem e tocassem. O espaço era por elas ocupado, contanto que fosse limitado.

O problema maior da escrita de mulheres nesse período era quando elas optavam por criticar a sociedade vigente, discutir sobre a escravidão e o patriarcado, pois estas posições políticas eram destinadas e próprias dos/para os homens (Silva, 2009).

Devido a essas divisões sociais claras no Brasil oitocentista, os periódicos também se ocupavam em produzir material para que as mulheres consumissem

dentro daquilo que era permitido, criando-se, então, um certo “mundo feminino”. De acordo com Farias (2016, p.135), “A imprensa feminina sustentou-se no eixo moda-literatura e voltar-se para esse eixo significava adotar uma postura conservadora em relação à mulher”, contudo, a união entre moda e literatura vendia bastante (Farias, 2016), principalmente porque o ideal de beleza já estava estabelecido.

No século XIX, segundo Del Priore (2016), esse modelo de beleza era o que acompanhava a futura Imperatriz Maria Leopoldina, portanto, a mulher deveria ser essencialmente feminina, discreta, elegante e dócil, tal qual era a esposa de D. Pedro I. Segundo a historiadora:

A aparência tinha muito a dizer sobre a sociedade nos tempos do Império. O homem tentava fazer da mulher uma criatura tão diferente dele, quanto possível. Ele, o sexo forte, ela, o fraco; ele, o sexo nobre, ela, o belo. [Havia] o culto pela mulher frágil, que se reflete nessa etiqueta e na literatura e também o erotismo de músicas açucaradas, de pinturas românticas (Del Priore, 2016, p. 367).

Desta forma, definindo-se o que era bom ou não para mulher, como ela deveria se portar e o que deveria consumir, ficava fácil para controlar, dentre outras coisas, o que ela poderia escrever. Assim, suas produções deveriam ser coerentes com o que a mulher “era”, logo, doce, bela e frágil.

Era comum que a imprensa destinada às mulheres tentasse construir um imaginário acerca do sexo feminino por meio de características abstratas como pureza, beleza ou doçura, tanto que as mulheres eram tratadas por “belo sexo”, que era uma forma de imobilizá-las enquanto seres históricos, conscientes, que faziam parte do mundo concreto. Criava-se, portanto, um mundo à parte para elas, o chamado “universo feminino”, com o objetivo de mantê-las afastada do mundo que era dos homens (Farias, 2016).

Ainda que colocadas à margem da sociedade e, posteriormente, sendo silenciadas por críticos e historiadores da literatura, houve uma produção literária considerável por parte das mulheres, produção essa que fora constante nos jornais e revistas do século XIX, seja nos periódicos dirigidos por homens quanto nos que foram criados e mantidos por elas (Zin, 2018).

Contudo, Adler evidencia que era bastante reduzida a colaboração das mulheres no mundo da escrita durante o período oitocentista e “a participação

feminina naquilo que Henriques Leal intitulou ‘Pantheon Maranhense’ era rara” (Adler, 2017, p.54). Ademais,

No caso de Maria Firmina, as barreiras a serem transpostas eram recrudescidas, pois, enquanto os homens brancos e ricos iam para Europa estudar nas melhores faculdades, até meados do século XIX, poucas eram mulheres educadas formalmente. A educação para mulheres, ainda de forma precária, foi iniciada no período imperial, com a chegada da família real ao Brasil. A partir de então, [...] as mulheres começaram a moldar uma nova visão acerca do seu papel e passaram a materializar, nas artes, o instrumento de visibilidade do seu potencial e capacidade intelectuais. Vale salientar que a imprensa foi um importante veículo nesse processo; produções femininas começaram a ser publicadas na forma de artigos, crônicas e poesias, com o objetivo de contribuir para a superação da supremacia do pensamento preconceituoso dominante, ao qual eram submetidas (Adler, 2017, p.22-23).

Fica claro que a mulher do século XIX fazia reivindicação de direitos básicos, e a dominação de um clima conturbado no Brasil durante o período regencial fazia com que as mulheres, a despeito do que queriam os homens, tomassem partido e colocassem a política como um tema prioritário (Duarte, 2017), de forma que o espaço público fosse cada vez mais preenchido por elas.

Sendo assim, ainda que destinadas a discutir e consumir sobre beleza, moda e comportamento, terem sido presença constante nos jornais que tratavam disso, as mulheres romperam com as barreiras nas quais estavam cerradas e começaram a discutir e reivindicar direitos, demonstrando tanta inteligência e autonomia intelectual quanto os homens da época.

O interesse das mulheres para além da vida privada se amplia na década de 1870, quando os órgãos feministas começam a se multiplicar de forma espantosa, diminuindo o isolamento das mulheres, divulgando suas conquistas e realizando uma troca intelectual (Duarte, 2017).

É desta forma que o protagonismo feminino começa a adentrar as redações de jornais e toma posse da direção política e ideológica de muitos periódicos que eram destinados às mulheres. Assim, elas deixam de ser leitoras passivas e passam a ser redatoras, “e empreendem a transformação hoje perceptível no perfil dessa imprensa: de ‘revistas de moda’, a órgãos de reflexão” (Duarte, 2017, p.26).

Contudo, ainda que as mulheres tenham conquistado um espaço maior na Imprensa a partir de 1870, Maria Firmina dos Reis muito antes já iniciava a sua carreira no Maranhão. Primeiro com *Úrsula*, em 1859, posteriormente com

suas outras publicações nos jornais, entre as principais, “Gupeva”, que foi publicado em três periódicos diferentes, respectivamente em 1861, 1863 e 1865.

Posto isso, após grandes contribuições de Firmina na década de 1860, com a publicação de contos, poemas, charadas e crônicas, nas décadas seguintes há uma redução significativa nas produções da autora. Souza (2020) acredita que pode ter sido devido à prisão e morte de Belarmino de Matos, dono da tipografia que produzia grande parte dos jornais nos quais ela colaborava.

Ainda assim, sendo precursora, antes do alvorecer do feminismo nos jornais, Firmina continuou com suas publicações, mesmo que de forma diminuta. O que me faz acreditar que conseguiu espaço na imprensa de forma “solitária”, mas pode ter contribuído, indiretamente, para que outras mulheres também publicassem e se posicionassem nos jornais.

Além disso, quando a autora publica o seu romance *Úrsula*, pela tipografia do Progresso, ela reforça o desejo de que outras mulheres se inspirem na sua atitude e passe a produzir literatura também.

A publicação do livro de Firmina pode ser vista, inclusive, como um ato audacioso, visto que um escritor publicar seu primeiro romance direto em formato de livro não era algo comum no âmbito literário do século XIX, pois para ser “transformado” em livro, a narrativa precisaria, primeiro, ter alcançado algum sucesso em formato folhetim (Farias, 2016). Para as mulheres da época, com aspirações de escrita, não era diferente, pois

Como os jornais se constituíram no grande veículo da literatura, e a maioria das escritoras publicou antes em suas páginas para depois se aventurar em livros, como costumava acontecer, é quase certo que o caráter engajado de muitos dos textos destinados a um público mais amplo tenha contribuído para a posterior exclusão de certas autoras da história literária nacional (Duarte, 2017, p.19).

Entretanto, Maria Firmina faz o caminho inverso, inicia sua vida literária com o romance e, depois, passa a colaborar com a Imprensa maranhense oitocentista. O que provoca a reflexão acerca do seu apagamento durante décadas da história da literatura, já que, como visto acima, Duarte (2017) aponta que uma das causas de apagamento pode ter sido devido às publicações políticas feitas em jornais da época.

No que diz respeito ao seu romance *Úrsula*, no mesmo prefácio em que a autora incentiva outras mulheres a também escreverem publicamente sobre

temas relevantes, ela também “pede a compreensão dos leitores às limitações de sua educação acanhada” (Gomes, 2022, p.175).

Zin (2020) afirma que a estratégia de pedir perdão ao publicar literatura, era comum entre as escritoras do século XIX, contudo, outros autores negros também se desculpam por escrever devido a sua identificação racial e/ou a sua condição financeira, como Luiz Gama (Kouklanakis, 2023). Portanto, acredito se tratar de uma atitude comum entre pessoas de identidades dissidentes a do intelectual branco, de família abastada, que ocupava os espaços de poder na época.

Outra atitude comum observada nas obras de escritoras do século XIX, não só no Brasil, era a utilização de pseudônimos a fim de proteger sua imagem, por diversas razões diferentes. Firmina, portanto, “não ousa colocar o próprio nome na capa, é o romance feito por uma maranhense” (Silva, 2009, p.3).

Embora o livro tenha sido muito anunciado na imprensa, como será demonstrado na próxima subseção do capítulo, em nenhuma das vezes o nome da autora fora divulgado. Inclusive, três anos antes de sua publicação, o jornal *A Imprensa*, que era publicado pela mesma tipografia de *Úrsula*, divulgou que o livro estava indo para impressão, mas nada falava acerca da autora, apenas a mencionava como uma jovem maranhense (Gomes, 2022).

Desta forma, fica evidente que Maria Firmina dos Reis ainda não era uma autora conhecida, pois só passa a colaborar ativamente nos periódicos após a publicação do seu romance que, provavelmente, deve ter tido uma boa quantidade de leitores, visto que muitos foram os anúncios feitos ao livro, mesmo que não divulgassem o nome da escritora, conforme afirma Gomes (2022).

Suponho que devido à sua educação autodidata ou à insegurança na qualidade de seu romance, transparente no prefácio que escreveu, Firmina tenha ficado receosa em assiná-lo, pois não sabia o teor das críticas que poderia receber.

A outra hipótese que levanto quanto ao uso do pseudônimo está relacionada ao tema que atravessa o livro, visto que ela atribui fala aos personagens escravizados para denunciar a desumanidade da sociedade escravocrata do século XIX em um momento que o movimento abolicionista não estava consolidado ainda. Maria Firmina dos Reis, talvez, quisesse se proteger

da retaliação ou até de alguma ameaça física que poderia advir de seu posicionamento político na obra literária que estava publicando.

Contudo, tratava-se de uma autora anônima, que preferia não se identificar, mas que obteve um reconhecimento, talvez inesperado, a partir da publicação de um romance antiescravista que a possibilitou trilhar outros caminhos na literatura e lhe abriu portas para publicar textos de gêneros literários diferentes em vários jornais da época.

Posto isso, no prefácio de seu livro consta o seguinte:

Deixai pois que a minha Úrsula, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem enfeites e louçanias de arte, caminhe entre vós. Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez que nós (Reis, 2018, p.34).

Ainda que Maria Firmina dos Reis tenha tido coragem para escrever sobre um tema tão importante e polêmico à época, ela expõe que seu romance se trata de uma obra simples, que ela não tem tanto estudo para escrevê-lo, mas ainda assim seu livro merece atenção dos leitores, visto que enxerga se tratar de algo que precisa ser exposto.

Ademais, a autora pede apoio ao seu empreendimento literário de forma que ela própria acabe melhorando enquanto escritora e sirva de inspiração para outras mulheres que aspiram tal carreira e possuem melhor educação.

Sobre isso, Miranda (2020) aponta para elementos fundamentais neste prólogo de Firmina ao seu romance, pois ele evidencia a consciência da autora sobre o seu próprio tempo, pois sabia da dificuldade com a qual poderia ser recebido, mas o argumento definitivo, para reivindicar o seu espaço nas produções literárias, é o seu desejo de incentivar outras mulheres a escreverem e publicarem. Segundo a pesquisadora:

Destaca-se no prólogo de Firmina dois movimentos complementares e igualmente transgressores dentro do seu contexto histórico de enunciação: um assentado no presente da autora; outro lançando uma carta ao futuro. Em poucas linhas, a romancista solicita ao leitor que ampare e não despreze a obra, justificando seu pedido, primeiro, para que o acolhimento do público lhe garantisse condições de continuidade do ofício de escrita; depois, porque a circulação da obra fortaleceria a insurgência de outras escritoras, podendo ser tomado como um paradigma narrativo durável capaz de ocupar um espaço ausente – da

inscrição enunciativa da mulher no mundo público de circulação de discursos. Quando Maria Firmina dos Reis salienta o desejo de que sua obra não seja desprezada para que sua existência material possa incentivar outras mulheres a produzirem a sua própria escrita, ela também está nos dizendo do peso – e/ou da liberdade – que é não ter um passado literário o qual se apoiar: não havendo um antes(?), restava apostar no devir (Miranda, 2020, p.58).

Logo, Maria Firmina dos Reis não estava sendo apenas estratégica para ser bem recebida por si mesma, mas pensando também no caminho que poderia abrir para que outras autoras ocupassem o espaço público de escrita e criação literária.

Para além do desejo de inspirar outras mulheres, a aparente insegurança de Firmina quanto a sua permanência na literatura pode ser sum dos motivos do prólogo ter sido escrito no seu romance de estreia, pois ainda não havia parâmetros para medir a repercussão de suas produções literárias.

Entretanto, como já mencionado, Maria Firmina dos Reis tem seus trabalhos repercutidos entre os intelectuais do Maranhão oitocentista, embora fosse uma mulher negra, o que demonstra sua popularidade ainda em vida. Conforme Zin (2019, p.26),

Suas publicações chamam a atenção dos leitores e repercutem nos meios intelectuais, o que nos leva a crer que a autora já era reconhecida, admirada e apreciada por seus escritos e pela ousadia de pensar e realizar coisas, considerando o contexto, não muito comum a uma mulher afrodescendente e que vivia distante dos perímetros da Corte: a publicação de um romance inaugural em formato de livro; três publicações de uma mesma obra em periódicos distintos; além da veiculação de diversos outros textos, em curto espaço de tempo e em diferentes canais (Zin, 2019, p.26).

Desta forma, o sucesso intelectual de Firmina à época, “torna-se prova da inconsistência de teses em voga, no século XIX, que sustentavam a inferioridade intelectual da mulher” (Gomes, 2022, p.40).

Como demonstrei acima, não só no Brasil, como na Europa, a mulher era vista como inferior intelectualmente e incapaz de produzir literatura ou impossibilitada de discutir temas que diferiam do que para elas era designado, contudo, Firmina é uma das personalidades oitocentistas que quebra com tal silenciamento.

Como bem disse Moraes Filho (1975), Maria Firmina dos Reis compreendeu sua função social e, por isso, não só divulgou suas criações, como,

por meio delas, contribuiu para as letras brasileiras sugerindo novos temas aos grandes e abordando com originalidade os assuntos propostos.

Em consonância com o pesquisador, Miranda (2020) explica que a presença de Firmina na literatura fundou um espaço textual¹⁵ que valorizava a possibilidade de falar, algo que não era comum à época, visto que suas obras partem dos atos de fala dos próprios negros, assim, a escritora “foi uma precursora negra que inscreveu a presença ativa, viva e potente da pessoa negra no romance, sem, para isso, apagar a alteridade” (Miranda, 2020, p.60).

Sendo assim, considerando o contexto preconceituoso no qual a autora estava inserida e percebendo as dificuldades que era para uma mulher produzir literatura com temas sérios, discutir a emergência da obra de Maria Firmina dos Reis nos periódicos e compreender a trajetória da autora na imprensa se faz necessário, principalmente pela sua ousadia e inovação proposta por sua literatura, de forma que a próxima subseção tratará de investigar o percurso percorrido por ela nos diferentes jornais e revistas.

2.2.2 A trajetória de Maria Firmina dos Reis nos periódicos

Após reconstituir de forma breve o cenário brasileiro no século XIX com seu ideário de civilização que reverberou nas províncias do país, a exemplo do Maranhão, cuja capital chegou a ser chamada de Atenas brasileira, e indicar como os periódicos fizeram parte de todo esse processo civilizatório, inclusive no que diz respeito à emancipação feminina, é importante iniciar tal subseção explicando que foi neste contexto em que Maria Firmina dos Reis se inseriu na Imprensa e recebeu notoriedade dos homens de letras maranhenses.

Inclusive de Sílvio Romero que, segundo Barbosa (2007), foi quem primeiro chamou atenção para a relação íntima que existe entre a literatura e os jornais. Foi também tal intelectual que a despeito de tantos outros historiadores da literatura inseriu Firmina na sua *História da literatura brasileira*, ainda que de forma modesta. Como afirma Mendes:

Somente Sílvio Romero e Wilson Martins mencionam a escritora, registrando-a no índice onomástico. [...] A referência a Maria Firmina dá-se ao enumerar os 52 escritores que fazem parte do *Parnaso*

¹⁵ Trata-se da possibilidade de o próprio personagem cuja identidade era dissidente ter um espaço para si na narrativa, apresentando sua perspectiva, questionamentos, angústias e história.

Maranhense em uma nota de rodapé no qual a autora participa com três poemas (Mendes, 2016, p.34).

A citação do nome de Maria Firmina foi breve e sem qualquer informação sobre a autora, contudo, mediante à exclusão da romancista da historiografia da literatura brasileira nos séculos XIX e XX é importante mencionar esse certo “cuidado” que Romero teve de inseri-la ao citar os colaboradores do periódico *Parnaso Maranhense*.

Maria Firmina dos Reis colaborou com os Jornais maranhenses, demonstrando ser uma autora multifacetada, cuja produção caminha entre romance, contos, poemas, cantos, charadas etc., o que revela muito do caráter dos periódicos oitocentistas, pois, conforme Barbosa (2020, p.31), “não há nada que traduza melhor o que era um jornal do século XIX do que as palavras *Variedade e Miscelânea*”, visto que nas diferentes colunas de um jornal poderia haver, em termos de matéria literária, a publicação de conto, poesia, crônica e romance.

Ademais, muito do que Firmina escreveu tem relação direta com o que o público desejava ler, como as charadas, que se enquadra nas “práticas de leitura e de escrita características do século XVIII, que foram restauradas pelas possibilidades tipográficas oferecidas pela imprensa” (Barbosa, 2007, p.53).

Ainda assim, a vida da escritora não foi fácil, pois, além de ser uma pessoa negra num país cujo sistema econômico apoiava-se na escravidão, ela também não fazia parte de uma família abastada, com possibilidade de receber instrução formal. Contudo, Firmina “experimentou diversas formas de expressão, da poesia à música popular. Compôs letra e música à tradição do bumba-meu-boi e um hino à libertação dos escravos, para comemorar o Maio de 1888” (Farias, 2020, p.38). E foi nos jornais maranhenses, como já mencionado, que a autora encontrou espaço para publicar suas mais diversas produções.

Era comum que os escritores no Maranhão recorressem às tipografias dos jornais com o intuito de publicar os seus livros, assim, as tipografias anunciavam os títulos e as resenhas dos livros, adotando peculiar sistema de subscrição (Gomes, 2022). Acerca disso, Barbosa afirma

Outro mecanismo presente tanto nos jornais da Corte como naqueles das Províncias diz respeito aos reclames ou anúncios da venda de livros. Estes são de natureza diversa e, assim como as notícias críticas, devem ser apreendidos em suas condições de produção. Os anúncios

são sobretudo importantes para os historiadores da literatura que abstraem do “texto literário” toda a materialidade, entre elas as que envolvem questões “menores e menos importantes” como as de preço, pouco dignas de serem avaliadas (Barbosa, 2007, p.76).

Foi de semelhante forma que aconteceu com o romance *Úrsula*, de Firmina, que, ao contrário do que outras autoras fizeram na época, pois a maioria das escritoras publicou primeiro em páginas de jornais para depois se aventurar na escrita de livros (Duarte, 2017), ela iniciou sua produção literária com o romance e posteriormente adentrou à Imprensa.

Desta forma, *Úrsula* foi divulgado nos reclames das revistas maranhenses, o que é bastante relevante, visto que é a partir dos anúncios que se pode testemunhar os livros mais lidos e preferidos do público, pois estes não possuem relação com o cânone do século XIX que foi construído bem depois (Barbosa, 2007).

Um dos anúncios do romance de Firmina diz o seguinte:

ÚRSULA – Acha-se à venda na Tipografia do Progresso, este romance original brasileiro, produção da exma. sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública em Guimarães.
Saudamos a nossa comprovinciana pelo seu ensaio, que revela de sua parte bastante ilustração: e, com mais vagar emitiremos a nossa opinião que desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana (*A Moderação*, 11 de agosto de 1860, *apud* Moraes Filho, 1975, s/p).

Com este reclame, fica claro a importância das divulgações feitas pelos jornais, tanto no que diz respeito a propagação de uma obra, como o valor que era criticamente atribuído. Segundo Barbosa (2007, p.77), o anúncio, na maioria das vezes, “tem o mérito de trazer, entre outros elementos, o valor do livro, como podemos observar em muitos dos reclames publicados em vários jornais do país ao longo do século XIX”.

Em consonância com Barbosa, Zin (2019) afirma que era comum que os jornais trouxessem, em seus números, anúncios de obras, com o intento de estimular a escrita, de fomentar o debate em torno dos textos e de propagandear o nome de autoras e, junto à divulgação, apresentar alguma apreciação crítica, ainda que de forma enxuta e sem muito aprofundamento na análise.

No que diz respeito à publicação de autoras e divulgação de suas obras no Brasil oitocentista, Duarte (2017) aponta que os periódicos refletiam a dicotomia vigente, de forma que alguns se empenhavam em acompanhar as

transformações sociopolíticas e defendiam que as mulheres deveriam ter direito de estudar e adentrar aos espaços públicos, principalmente os jornais liberais, ao passo que outros reiteravam a fragilidade e delicadeza das mulheres, limitando-as à moda e maternidade. Contudo, muitas vezes, propostas antagônicas estavam presentes no mesmo jornal e a emancipação da mulher brasileira ficou, assim, sob forças que ora a impulsionavam, ora a queriam estacionada na ignorância.

É possível constatar essa informação em um anúncio publicado n'A *Verdadeira Marmota*, em 1861, que divulga e resenha *Úrsula*, mas afirma ser raro a mulher se entregar a trabalhos como o da escrita em detrimento dos prazeres fáceis do salão e ainda acrescenta que a mulher é um ente delicado, sentimental e caprichoso (Morais Filho, 1975), demonstrando que mesmo apoiando e divulgando a obra de Firmina, o periódico carrega uma visão completamente essencialista própria do século XIX.

Analisando esse artigo publicado no jornal *A Verdadeira Marmota*, Mendes critica os termos utilizados para se referir à Firmina, conforme demonstra o seguinte trecho:

Em alguns comentários, a delicadeza (incapacidade?) é atribuída às mulheres. Percebe-se essa visão através de alguns termos destacados das críticas citadas que substituem o nome mulher pelos adjetivos: belo sexo, ente delicado, carinhoso e sentimental, belo e amável sexo de sentimento delicado. *A Verdadeira Marmota* diz que é raro ver a mulher preferir cultivar o espírito aos prazeres do salão. Por outro lado, faz parte do estilo da época dispensar esses atributos à mulher. Ao afirmar que, se escritoras causam estranheza na Europa ou nos Estados Unidos, no Brasil, onde a mulher não tem quase educação literária e os homens também, tal feito é uma singularidade (Mendes, 2016, p.46).

A pesquisadora complementa que não há registro de quem escreveu tal artigo acerca da obra de Firmina, mas que é dito que o romance foi festejado pelo jornalismo maranhense e pelos homens de letras (Mendes, 2016), sendo uma obra de muito mérito que precisava ser festejada e lida, pois traz descrições naturais e poéticas, com um enredo muito bem amarrado e capaz de reter toda a atenção do leitor (Morais Filho, 1975).

Este artigo, sem assinatura, publicado no *A Verdadeira Marmota*, referido por Mendes (2016), foi divulgado unicamente por Nascimento Moraes Filho em *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* (1975), acompanhado de algumas

charadas e poemas, cuja autoria pertence a ela, que também circularam neste periódico, de acordo com o pesquisador.

Porém, a única comprovação que se tinha acerca da relação entre Firmina e este periódico é a primeira capa da edição de número 34 do jornal, conforme figura abaixo, pois todos os outros textos apresentados por Morais Filho (1975) como tendo sido publicados em *A Verdadeira Marmota* são apenas transcritos por ele.

Figura 1 – Capa do número 34 do jornal A verdadeira Marmota



Fonte: Morais Filho (1975)

Constata-se que este jornal não está disponível no acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite e nem no Arquivo Público do Estado do Maranhão, tampouco é possível encontrá-lo em acervos digitais como o da Fundação Biblioteca Nacional.

Todavia, algumas informações desta imagem disponibilizada por Morais Filho (1975) são relevantes, a primeira é que no artigo intitulado “À autora de Úrsula” há a seguinte afirmação:

Oferecemos hoje aos nossos leitores algumas de suas produções, que vem dar todo o brilho e realce à nossa "Marmota", que ufana-se de poder contar doravante com tão distinta colaboradora, que servirá por certo de incentivo às nossas belas, que talvez com o exemplo, cobrem ânimo e se atrevam a cultivar tanto talento, que anda acaso por aí oculto (A verdadeira Marmota, Ano II, n. 34, 13/05/1861 *apud* Morais Filho, 1975, s/p).

Isto significa que Maria Firmina dos Reis passou a ser uma colaboradora ativa no periódico e que os primeiros textos dela circularam neste número. A outra informação pertinente, diz respeito à edição ser datada de 13 de maio de 1861, pois na pesquisa que realizei no acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, cheguei a um anúncio publicado no dia 11 de maio de 1861, em outro periódico, *O Progresso*, cuja informação segue:

Figura 2 – Divulgação da colaboração de Firmina no jornal *A verdadeira Marmota*



Fonte: *O Progresso*, Num.13, 11/05/1861.

Tal descoberta corrobora a divulgação feita por Morais Filho da primeira página do periódico e testifica as informações que lá se encontram, visto que é mencionado no anúncio que as poesias de Maria Firmina dos Reis estariam disponíveis no periódico *A verdadeira Marmota* a partir da data da figura divulgada pelo pesquisador, conforme o artigo publicado.

Além disso, o anúncio propicia a conclusão de que Maria Firmina dos Reis, por já ser conhecida e reconhecida em São Luís, agregaria mais valor *A verdadeira Marmota* enquanto jornal, ao ponto de ser importante divulgar a colaboração da autora nas colunas que seguiriam.

Enquanto a participação de Firmina era importante para *A verdadeira Marmota*, tal valor não era a autora atribuído pelo *Jornal do Comércio*, que, em 4 de agosto de 1860, faz a divulgação de *Úrsula*, convidando os leitores a comprar e ler o livro que estaria disposto na Tipografia do Progresso, mas reforça

que a autora pode melhorar muito se não lhe faltar ânimo e que, apesar de ter um estilo agradável e fácil, não desenvolve bem as cenas tocantes, porém, se não desanimar, no futuro poderá oferecer bons volumes para os comprovincianos (Morais Filho, 1975). Assim, é perceptível o “tom” condescendente dos anúncios feitos sobre a obra de Firmina, visto que elogiam um pouco, mas na continuidade do texto demonstram algum descrédito ou preconceito.

De toda forma, tais comentários reforçam que “existiram, de fato, muitos anúncios vendendo o livro e falando de seu aparecimento, mas apenas duas notas falando sobre seu conteúdo” (Agostinho, 2021, p.299), o que é intrigante, já que a Crítica do século XIX valorizava mais as publicações em livro do que o que era publicado nos jornais (Farias, 2016), o que não ocorreu com a publicação de *Úrsula*, ainda que tenha sido um romance publicado unicamente em forma de livro.

Segundo Zin (2019), os periódicos que circulavam no Maranhão, traziam temas muito diversos e começaram a desempenhar um papel no desenvolvimento político e cultural da província, principalmente em São Luís, já que exerciam grande influência sobre a opinião pública. Nos oitocentos, o Maranhão passou uma fase agitada e próspera no jornalismo, pois muitos foram os jornais e revistas que circularam, como demonstrado na subseção anterior.

Vale destacar que as linhas editoriais dos jornais tinham grande viés político e, por isso, acabaram influenciando os demais órgãos da imprensa maranhense, principalmente no tocante ao patriotismo e na transmissão de conhecimento e cultura para os cidadãos, por meio do cultivo das belas-letras e de outras formas de arte, bem como também se dedicava às novidades científicas, com o intento de estimular o debate sobre a política, economia e cultura da província. Ainda havia uma preocupação com o estabelecimento de uma escrita simples e de fácil compreensão, mas que não banalizasse os conteúdos apresentados (Zin, 2019).

Portanto, havia o interesse de atrair sempre novos leitores aos jornais, bem como manter os assinantes já angariados, mas buscando discutir sobre a realidade socioeconômica e, ainda assim, apresentar arte para o público, de uma forma que fosse acessível.

Logo, é possível inferir que havia periódicos de várias linhas editoriais, que possibilitavam que os jornais não só discutissem temas diversos, como oferecessem espaço para um público mais amplo colaborar, de forma que um jornal, raras vezes, estava destinado apenas a um campo específico do conhecimento, abrangendo, por exemplo, literatura, política, teatro etc., sendo uma reunião de textos e, portanto, um caos organizado (Barbosa, 2007).

Duas figuras de grande destaque na imprensa maranhense, e que já foram apresentadas neste estudo, são o João Francisco Lisboa e o Francisco Sotero dos Reis, pertencentes ao Grupo Maranhense, que contribuíram com a consolidação da opinião pública e para o fortalecimento da atividade letrada na província. Ambos eram autodidatas e juntos se responsabilizaram por criar vários periódicos participantes do processo de efervescência cultural maranhense (Zin, 2019).

Alguns pesquisadores levantam a hipótese de que Sotero dos Reis, tal qual o sobrenome sugere, pode ter sido primo de Maria Firmina dos Reis, mas não se tem materialidade suficiente para comprovar tal afirmação (Zin, 2019), ainda assim, sendo ou não parente de Firmina, há dúvidas quanto ao auxílio que ele possa ter dado à possível prima.

Zin (2019), embasando-se nas pesquisas de Lobo, aponta que a pesquisadora acredita que pouco Sotero dos Reis poderia ter ajudado Firmina a trilhar caminho na imprensa, mesmo que ele fosse bastante influente. Somando-se a isto, Mendes (2016), ao realizar um levantamento bibliográfico com o intuito de localizar Firmina na historiografia literária, afirma que Sotero dos Reis, publicou em 1868 o *Curso de Literatura portuguesa e brasileira*, mas sequer faz menção a sua contemporânea, Maria Firmina.

Entretanto, Souza (2020) expõe que a relação entre Sotero dos Reis e Maria Firmina teria sido fundamental para o ingresso da autora na imprensa, pois Sotero dos Reis era um dos redatores da Tipografia do Progresso, gráfica essa responsável pela impressão do romance *Úrsula*.

Já Gomes (2022) afirma que Sotero dos Reis era tio de Maria Firmina e acrescenta que ele se mantinha perto da mãe dela, Leonor, e auxiliou os mais pobres da família a se instruir, de forma que Leonor e seus irmãos sabiam ler. Ademais, Firmina dedica um poema de seu *Cantos à beira-mar* ao Sotero, o que

indica que, sendo ou não parente dele, ela o admirava e tinha algum vínculo intelectual com ele.

De toda forma, auxiliando ou não a possível prima ou sobrinha, Zin (2019) afirma que Sotero dos Reis foi fundamental para o ingresso de várias mulheres na imprensa, já que fundou uma série de jornais que circulavam no período.

Maria Firmina dos Reis, como já mencionado, foi destaque na Imprensa Maranhense, inclusive, tendo reconhecimento em vida pelas suas produções que foram publicadas em diferentes jornais. De forma que, além de escrever para eles, também teve seu romance, *Úrsula* (1859), divulgado e resenhado por alguns periódicos, como o *Jornal do Comércio* e *A verdadeira Marmota*.

Ainda que tenha sido criticada ou elogiada por alguns periódicos, Firmina também recebeu agradecimentos dos jornais nos quais colaborou. O *Jardim das Maranhenses* (1861-1862), no dia 13 de Janeiro de 1862, em sua vigésima nona edição, publicou um artigo comemorando a entrada no novo ano e agradecendo aos assinantes que possibilitavam a existência do periódico, além de se desculpar pelas faltas e rogar para que continuem dando o apoio financeiro.

Neste artigo, há ainda o seguinte acréscimo por parte do editor¹⁶:

Concluindo este pequeno artigo, não podemos deixar de agradecer a todas as pessoas que, com suas belas produções literárias, honraram as páginas do nosso acanhado jornal; muito especialmente a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis. Francas estão as páginas do *Jardim* a quem quiser honrá-las com seus escritos, uma vez que estes estejam compreendidos nas raias da decência (*O Jardim das Maranhenses*, Num.29, 13/01/1862).¹⁷

Desta forma, o jornal agradece aos colaboradores e estende o convite de colaboração para que outros leitores publiquem em suas páginas, mas ressalta a contribuição de Maria Firmina dos Reis, dirigindo a ela um agradecimento especial, o que demonstra que a autora já gozava de certa importância e reconhecimento, caso não fosse assim, não precisaria ser a única citada pelo jornal.

¹⁶ Apesar de se tratar de um jornal destinado ao “belo sexo”, portanto, às mulheres, de acordo com o Dicionário ilustrado *Imprensa Feminina e feminista no Brasil (Século XIX)*, de acordo com Souza (2020) não havia, no século XIX na província do Maranhão, jornal dirigido e editado por mulheres, mesmo que fossem elas maior alvo como público.

¹⁷ *O Jardim das Maranhenses*. Ano 1. Segunda-feira, 13 de janeiro de 1862. N.29. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Porém, tal agradecimento pode ter ocorrido devido ao fato de que foi justamente n'O *Jardim das Maranhenses* que Firmina estreou na imprensa com o conto "Gupeva" (1861), que foi publicado como um romance brasileiro, em formato folhetim. Suponho que a publicação como um romance, ainda que não tenha as características que hoje se atribui ao gênero romanesco, ocorreu porque "literatura" ainda não era um termo bem demarcado, como dito na subseção anterior, podendo abranger várias tendências do literário, de forma que os gêneros ainda estavam se formando e/ou se consolidando (Barbosa, 2007).

Não foi apenas n'O *Jardim das Maranhenses* que Maria Firmina colaborou, ela também contribuiu com os jornais *Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense* (1867-1868), *O Domingo* (1872-1874), *O País* (1863-1864), *Federalista* e *Pacotilha* (1880-1890) (Duarte, 2017). Além desses, sabemos também de outros periódicos: *Eco da Juventude* (1864-1865) e *Porto Livre* (1861-1865), por exemplo.

Sendo Firmina uma autora que produzia textos em formatos e gêneros diferentes e tinha reconhecimento, não é de se espantar o fato de ela ter colaborado em tantos periódicos. Inclusive, Zin (2019) afirma que a colaboração da autora em distintos periódicos revela uma certa abertura da imprensa maranhense para intelectuais mulheres.

Como demonstro na seção anterior, não se tem como comprovar uma ligação direta entre Maria Firmina dos Reis e o feminismo da época, entretanto, é evidente que o movimento abolicionista a influenciou diretamente, pois o seu conto "A escrava", publicado na *Revista Maranhense* (1887), tem uma personagem branca e declaradamente abolicionista.

A promulgação da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, responsável pela proibição do tráfico negreiro, e a abolição da escravidão nos EUA, foram responsáveis pela pressão do surgimento de um movimento abolicionista no Brasil. Assim, em 1860 os discursos antiescravistas começam a surgir em todo o país e, logicamente, na província do Maranhão (Agostinho, 2021).

Desta forma, o romance *Úrsula*, de 1859, ainda que já traga consigo um discurso antiescravista, não pode ser declaradamente abolicionista, como o conto "A escrava", visto que, de acordo com Agostinho (2021), é unânime na

historiografia o surgimento do abolicionismo a partir da década de 1860. A historiadora complementa:

Em particular, a escrita negra e feminina de Maria Firmina, que, se em 1859, com seu romance *Úrsula*, não pode ser taxada historiograficamente como abolicionista (e sim como precursora do abolicionismo), pode ser lida como “sinceramente abolicionista” em 1887, no conto “A escrava” (Agostinho, 2021, p. 298).

Posto isso, é evidente que os escritos de Maria Firmina dos Reis foram fundamentais para a consolidação e circulação das ideias antiescravistas e abolicionistas no Maranhão, principalmente devido à sua atuação na imprensa. Ademais, suas publicações tornaram-se marcos na história da Literatura Brasileira, tanto por abordarem temas urgentes e relevantes, como pelo seu pioneirismo enquanto mulher negra escrevendo literatura.

A trajetória da autora na Imprensa demonstra a relação existente entre os jornais e a literatura, visto que, no século XIX, não havia possibilidade de escritos literários fecundos sem a contribuição dos periódicos, tanto no que diz respeito à publicação de textos ficcionais e traduções, como na divulgação destes materiais, portanto, na circulação, comentários e crítica das obras.

Assim, deixo transparecer a concordância com o que diz Zilberman (2007) acerca da capacidade dos jornais em suscitar formas originais de invenção literária, sendo um suporte indispensável para se entender e se estudar a literatura. Afinal, em se tratando da autora pesquisada, ela não só publicou textos de diferentes gêneros, como teve seu romance sendo criticado e divulgado pelos jornais da época.

2.2.3 Em busca do público leitor

Muitas das informações que se tem acerca de Maria Firmina dos Reis são controversas, desde a data de nascimento da autora¹⁸, até textos autobiográficos

¹⁸ Muitos pesquisadores afirmam que Maria Firmina dos Reis havia nascido em 11 de outubro de 1825, devido a uma circular, que provavelmente fora preenchida pela própria autora, para que Sacramento Blake a incluísse no seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. As únicas documentações que até então poderiam atestar a data de nascimento da autora, era o atestado de óbito que comprova sua morte em 1917 aos 92 anos e a certidão de batismo que, apesar de não conter a data de nascimento de Firmina, registra que ela foi batizada em 21 de dezembro de 1825. Contudo, num levantamento feito por Dilercy Aragão Adler em 2014, em que a pesquisadora visitou o Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) após uma conversa com a professora Mundinha Araújo, foram encontrados os autos de justificação do dia de nascimentos de Maria Firmina, no qual apontava que a autora havia nascido, na verdade, em 11 de março de 1822 (Adler, 2017). Todavia, Gomes (2022) explica que tal alteração na data de nascimento tem

que foram perdidos, como o álbum da escritora que é conhecido e estudado única e exclusivamente por meio da organização feita por Nascimento Moraes Filho, em 1975.

Com isso, quero dizer que pouco se sabe sobre Maria Firmina dos Reis e muito ainda se tem a descobrir sobre a vida e a obra dela. Então, o intento de investigar um público-leitor da autora, com vistas a entender como esse público influenciou a sua escrita e suas publicações nos periódicos, é uma tarefa complicada que perpassa fatos sobre o Brasil e o Maranhão oitocentistas até hipóteses acerca de quem poderia ou teria interesse em ler o que a maranhense escrevia.

Chartier (1999) explica que a leitura é um processo de apropriação e de produção de significados, portanto, o leitor ao apreender o texto tem a liberdade de atribuir sentidos ao que está sendo lido. Contudo, a liberdade de quem lê não é total ou absoluta, pois ela está inserida em um contexto cujos hábitos, convenções e práticas de leitura a limitam, desta forma, os gestos e formas de ler, mudam de acordo com o tempo e o lugar.

Sendo assim, já sabendo que a maioria dos textos de Maria Firmina dos Reis circulou em periódicos e entendendo a importância da imprensa maranhense para a consolidação de uma cultura intelectual e de um projeto de europeização da província, visto que não havia faculdades ou um grande número de escolas locais, fica implícito que as pessoas se instruíam e se entretiam por meio dos jornais que circulavam.

Como Maria Firmina dos Reis teve uma vasta e diversificada produção na imprensa, principalmente devido as décadas em que publicou e na quantidade de periódicos com os quais colaborou, é possível inferir que a autora fora lida

relação com a impossibilidade dela se inscrever no concurso para professora de Primeiras Letras da Vila de Guimarães, pois tinha apenas 22 anos. Ao se inscrever no concurso, a autora recebeu um parecer escrito pelo Inspetor da Instrução Pública, Sotero dos Reis, em que negava a sua inscrição, pois mesmo que ela alegasse ter 25 anos, não tinha como provar, por isso, Maria Firmina dos Reis lançou mão da ação de justificação de data de nascimento. Os autos da justificação tramitaram por 19 dias na Câmara Eclesiástica e, chegado o dia da audiência, a escritora compareceu junto às testemunhas, a saber: o tenente Raimundo José de Sousa, o seu tio Martiniano José dos Reis e a rendeira Joanna Maria da Conceição. “Embora deferido o pedido, o argumento utilizado pela candidata deixa margem a dúvidas em pesquisadores e historiadores. A afirmação de que nascera no dia 11 de março de 1822 e que só fora batizada em 1825 por ‘causa de moléstia que então lhe sobreveio e privou de ser batizada antes’ leva a pensar que Maria Firmina ficara três longos anos sem o batismo, em plena capital da província. Esse hiato seria improvável na São Luís do início do século XIX” (Gomes, 2022, p. 99).

por um público amplo, principalmente, porque segundo Morais Filho (1975), ela fora bem recebida e reconhecida pelo público letrado da época.

Desta forma, fica evidente que entre os seus pares, portanto, entre os intelectuais da província, Firmina já era lida e conhecida. Isto é comprovado principalmente porque quando Firmina publicou o seu romance *Úrsula*, pela tipografia do Progresso, ele foi divulgado e comentado por muitos jornais, segundo Gomes:

Por dois anos e dois meses, de agosto de 1860 a outubro de 1862, *A Imprensa*, *O Publicador Maranhense*, *A coalisão* e outros jornais, publicaram anúncios de venda de *Úrsula*. Nenhum outro livro teve tantos anúncios publicitários nos jornais da capital nesse período. Os anúncios também não divulgaram o nome de Maria Firmina dos Reis, apenas o criptônimo “Uma maranhense”. É improvável que a romancista tenha custeado a campanha publicitária por tão longo período, uma vez que vivia unicamente do seu salário de professora. Cada linha de anúncio ou artigo nos jornais de São Luís custava em média 50 réis para não assinantes. Não é difícil supor que ela tenha se articulado com abolicionistas da capital para a divulgação da obra. Em 1861, *A Imprensa*, por exemplo, publicou o anúncio da venda de *Úrsula* em 42 das 103 edições do jornal (Gomes, 2022, p. 175).

Ela não só conseguiu publicar o romance, como conseguiu auxílio, de alguma maneira, para divulgá-lo, inclusive buscando apoio de colegas com visão antiescravista e outros nomes intelectuais e de família abastada, pois, de acordo com Silva (2009), os liberais com ideais abolicionistas eram, em sua maioria, homens brancos de elite que estudaram no exterior e possuíam ideários positivistas.

Portanto, fica evidente que Firmina era lida por pessoas de boa condição financeira, abolicionistas ou não, visto que em seu livro, o tema central é o romance dos jovens Tancredo e Úrsula e a discussão antiescravista é colocada como “segundo plano” o que não torna a obra menos importante, mas revela a audácia e a inteligência da autora em discutir a escravidão sem correr o risco de ter sua narrativa não divulgada ou previamente censurada, como ocorreu com o seu contemporâneo João Clímaco¹⁹ (Gomes, 2022).

Ademais, o jornal *A imprensa* em outubro de 1857 já anunciava que um romance intitulado *Úrsula* estaria seguindo para a impressão, ainda que efetivamente a publicação só tenha ocorrido anos depois. Neste anúncio, o editor

¹⁹ João Clímaco teve seu romance *O Rancho do Pai Tomé*, cuja publicação estava sendo em folhetim no semanário *Porto Livre* no ano de 1862, censurado pelo chefe de Polícia que viu na obra “ideias subversivas”.

fala que se trata de um romance que entre os temas principais, está o amor à pátria e à liberdade e explica que autora aborda também a escravidão e pede que os leitores desculpem a autora por essa iniciativa (Gomes, 2022).

Mais uma vez comprova-se que o público-leitor de Firmina fazia parte de uma certa elite, que defendia, por vezes, o fim da escravidão, mais por atrapalhar o progresso social, conforme o ideal liberal da época, do que pela defesa da humanidade dos escravizados.

Contudo, Firmina não só escrevia para os seus pares ou para quem tinha uma condição financeira boa, já que, exceto *Úrsula*, todos os seus outros textos foram publicados em jornais ou revistas.

Os jornais, como se sabe, em comparação aos livros, era um produto mais acessível e cujo público era maior, principalmente quando ele passa a adquirir “grande formato e uma distribuição ampla, quando ele é vendido na rua a cada número, [...] o jornal é carregado, dobrado, rasgado, lido por muitos” (Chartier, 1999, p. 82), tanto na Europa do século XVIII como no Brasil do século XIX.

Assim, as chances dos textos de Firmina terem chegado a um público maior do que o de intelectuais ou de abolicionistas são grandes, principalmente porque em relação à apropriação de escritos pelos leitores, “a leitura do jornal está associada à ação ligeira e descartável e, muitas vezes, feita de forma oral, o que implicava a participação de escravos e homens livres analfabetos” (Barbosa, 2007, p. 41).

Desta forma, no século XIX, era comum que as pessoas fossem ouvintes e não só leitoras de jornais, visto que a quantidade de analfabetos era muito alta, inclusive na província do Maranhão, como já dito. E, além desta prática de compartilhamento de leitura que incluiria outras pessoas, inclusive os escravizados analfabetos, Del Priore afirma o seguinte:

Mais um mito começa a ser desfeito pelos historiadores: o de que os negros não liam. Seriam analfabetos. Viveriam à margem do mundo letrado. Outro erro, pois muitos usaram a tinta, a pena e a leitura para distanciar-se do cativo. Outros tantos livres usaram as letras para se elevar às mais altas posições da escala social. Não só houve letrados como também existiu uma intelectualidade que participou ativamente das lutas liberais e abolicionistas (Del Priore, 2021, p.143).

Posto isso, ainda que muitos escravizados possam ter tido conhecimento dos textos de Firmina que circulavam na província devido à socialização da leitura, nada me faz pensar que seria impossível que uma parte deles também

tenha lido. Até porque, segundo Farias (2016), na Corte os primeiros jornalheiros eram escravizados, de forma que havia uma “ideia de inovação e avanço provocada pelo desenvolvimento da palavra imprensa, junto com o atraso que representava a manutenção, no país, do trabalho escravo” (Farias, 2016, p. 148).

Sendo assim, se os primeiros jornalheiros no Rio de Janeiro foram os escravizados e grande parte deles sabia ler e escrever, conforme Del Priore (2021), caso também fosse assim em outras províncias, tenho mais razões para inferir que pessoas escravizadas foram leitoras de Maria Firmina.

Chartier afirma que cada leitor carrega uma singularidade a depender das circunstâncias no que diz respeito às suas leituras, “mas esta singularidade é ela própria atravessada por aquilo que faz que este leitor seja semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade” (Chartier, 1999, p. 92).

Apesar de os leitores terem suas práticas, elas são, em certa medida, coletivas, estão inseridas dentro de um contexto e propicia “criação” de comunidade, de forma que é possível pensarmos em público-leitor a partir das práticas de leitura e dos textos que circulam, foi assim que anteriormente cheguei na possibilidade de Firmina ter leitores negros escravizados.

Logo, nada me faz duvidar que além de pessoas negras, escravizadas ou não, as mulheres também tenham feito parte do público-leitor de Maria Firmina, principalmente como alvos centrais de seu romance, visto que eram as mulheres burguesas as maiores consumidoras de livros românticos do século XIX.

O público leitor, no século XIX, era composto, em sua maioria, por mulheres e estudantes, já que os homens, na maior parte, se preocupavam em construir carreira e fortuna. A escassez de leitores, no período, sempre preocupou os profissionais ligados à letra redonda (Farias, 2016, p. 242).

Foi devido a esse “excesso de tempo” que as mulheres possuíam, que os jornais passaram a dirigir esforços para produção dos conteúdos destinados às mulheres, portanto, surgiram artigos sobre comportamento, beleza e, principalmente, sobre as tendências de moda francesas. Conforme explica a pesquisadora:

Possuidoras de cabedais financeiros, com tempo para se dedicar à leitura e a outras atividades exigidas pelo novo estilo de vida, as mulheres se tornaram alvo dos jornais e revistas de moda da época, que buscavam satisfazer às necessidades de consumo e de entretenimento das novas classes (Farias, 2016, p.242).

Fica evidente que a sociedade brasileira não queria estar atrelada ao modelo patriarcal, por representar um atraso colonial, o que reverberou na inclusão de “matérias femininas” nos periódicos, bem como na criação de outros artifícios que pudessem agradar as mulheres ávidas por novidades (Farias, 2016).

Contudo, incluir textos para as mulheres, entendê-las como um público importante, visto que os homens estavam nos espaços públicos em busca de mais crescimento financeiro, não fora suficiente para romper com a sociedade patriarcal, pois, ainda que as publicações fossem destinadas às mulheres, elas eram controladas por seus maridos, que era o responsável financeiro pela assinatura dos periódicos.

O Jardim das Maranhenses, periódico feminino no qual Firmina colaborou, comprova isto a partir de um texto de seu número 29, publicado em 13 de janeiro de 1862, no qual diz o seguinte:

Ei-lo, pois, saudando respeitosamente ao belo sexo, a quem deseja inúmeras felicidades e boas entradas de ano; e aos Srs. assinantes, a quem encarecidamente imploramos o perdão de suas faltas. Conhecemos serem elas dignas de todo o reparo; mas como foram cometidas involuntariamente, pedimos mil desculpas: e novamente rogamos-lhes que continuem a prestar o seu apoio a bem desta pequena, mas útil empresa (*O Jardim das Maranhenses*, Num.29, 13/05/1862).

Isso posto, é explícito que o jornal saúda as mulheres, referidas no artigo como belo sexo, visto que é o público-leitor do periódico, entretanto, é aos homens, aos senhores assinantes, que pedem desculpa por algum possível equívoco, e não às leitoras, pois se não corresponderem com os desejos deles, publicando conforme o que eles acham digno, eles retirariam certamente a assinatura.

Ademais, a leitura das mulheres, ainda que permitida, não era controlada apenas pelos maridos, mas também pela igreja. Chartier (1999, p. 109), devido aos seus estudos acerca da história da leitura no Ocidente, afirma que “durante muito tempo, a leitura das mulheres foi submetida a um controle que justificava a mediação necessária do clero, por temor das interpretações selvagens, sem garantia do poder” (Chartier, 1999).

Portanto, permitido era que as mulheres lessem, mas o que era lido precisava passar por um crivo, para que as leitoras não lessem coisas tidas como subversivas ou imorais para as damas.

É certo que Maria Firmina dos Reis teve seus textos circulando entre os intelectuais da província, foi lida por mulheres da burguesia e por negros, livres e escravizados, mas, afora isso, é comprovado que a autora não só era conhecida na Vila de Guimarães onde morava, principalmente por ser professora, como escrevia textos a pedidos de seus comprovincianos e participava de eventos populares enquanto musicista (Morais Filho, 1975).

Desta forma, levanto a hipótese de que, por ter participado de eventos populares e ter feito composições a pedidos, Firmina era uma autora popular, com a possibilidade de um público-leitor mais amplo. Sobre isso, Souza afirma que

A sociedade maranhense oitocentista vivenciava diversas complexidades de construção identitária. A mesma província que exaltava a Athenas Brasileira e a construção de uma identidade pautada no universo das letras, também convivía com as músicas, tambores e batuques negros pelas cidades. Essa complexidade permeava a sociedade como um todo, visto que mais da metade da população era negra. Portanto, sua cultura transpassava todos os segmentos sociais, o que não quer dizer que não houve tentativas de apagamento desses traços culturais (Souza, 2020, p.60).

Isto significa que o Maranhão tinha uma população muito diversificada, composta de bastante pessoas negras e, por isso, a cultura desses povos reverberava na província, possibilitando Firmina de fazer parte ativamente dela, mesmo que a elite não gostasse da ocupação dos negros nos espaços culturais.

Segundo Souza (2020), os ricos da província não gostavam dos batuques, eles se sentiam incomodados, a ponto de o bumba-meu-boi passar por uma regulamentação que proibia sons de batuques após determinado horário.

Mencionei o bumba-meu-boi, porque foi uma das expressões artísticas, por assim dizer, que Maria Firmina produziu, a pedidos. Segundo Moraes Filho (1975), foram algumas escravizadas, dentre elas uma cujo nome era Otávia, que pediram que a autora escrevesse o auto de bumba-meu-boi, do qual compôs a letra e música. Assim “fica nítido que a autora estava cercada por pessoas negras e escravizadas, participando, inclusive dessa manifestação negra” (Souza, 2020, p. 60-61).

O bumba-meu-boi era uma prática cultural comum no Maranhão entre a população pobre e preta, principalmente na capital São Luís. A primeira aparição de bumba-meu-boi em periódicos foi no final da década de 1820, por meio de uma carta enviada a um jornal, que tratava a expressão artística como sendo perigosa e de caráter marcial, ainda que tivesse tom festivo (Souza, 2020).

Desse modo, por participar ativamente da cultura negra, elaborando letras de bumba-meu-boi, Firmina reafirmava sua proximidade com práticas populares, de forma que se expressou política e criticamente na sociedade maranhense, que era tão diversa etnicamente (Souza, 2020).

O bumba-meu-boi não foi a única expressão popular da qual Firmina participou contribuindo com seus escritos, Souza afirma que

Além de escrever sobre esses temas, Maria Firmina dos Reis se dedicou também a produzir composições religiosas. Para a sociedade maranhense, a religiosidade foi muito importante. Uma das principais festas que aparecia de forma recorrente nos periódicos maranhenses era as festas de santos, com procissões e peregrinações. Além disso, havia uma ostentação nas festas religiosas (Souza, 2020, p. 62).

A historiadora complementa que João Lisboa, contemporâneo de Firmina, afirmava ser esta a festa mais popular da capital da província, pois dela participavam integrantes de todas as classes sociais e pessoas das mais variadas condições (Souza, 2020).

Por fim, dentre as composições musicais de Maria Firmina dos Reis, feitas a pedidos, está a valsa *Rosinha*, cuja letra e música nasceram com o intento de homenagear uma jovem de São Luís, cujo nome era Rosinha Almeida, que sempre passava as férias na Vila de Guimarães (Moraes Filho, 1975).

Com isso, fica evidente que Maria Firmina era ativa e até solicitada no que diz respeito às suas publicações e, ao escrever, a autora ousava e se aventurava por diferentes gêneros, visto que publicou, entre outros textos, poemas, canções, charadas e logogrifo.

Isto porque, no que diz respeito à escrita e publicação em periódicos no século XIX, “os autores colocavam em teste o gosto dos leitores, sua fidelidade e, mais que isso, o seu empenho em atender as suas exigências” (Barbosa, 2007, p. 34).

Assim, estamos diante de uma autora que tinha seus trabalhos circulando entre diferentes setores da sociedade, desde os compostos pelos ricos letrados

maranhense e pela mulher burguesa, até os formados por pobres e negros, o que me faz crê que Firmina queria ser reconhecida como parte da elite intelectual da província, mas sem deixar de lado suas origens.

Isso é muito relevante, pois a leitura é “compreendida como o espaço no qual o sentido plural, móbil e instável é reunido, em que o texto, seja ele qual for, adquire sua significação” (Chartier, 2002, p. 102), de forma que os sentidos são atribuídos a partir da variedade dos diferentes públicos que consumiam os textos e acabavam influenciando a escrita da autora.

Por circular em diferentes espaços, desde tipografias a festa populares e ser professora na Vila, Firmina publicou textos tão variados, em contraposição aos demais intelectuais do século XIX, que geralmente eram conhecidos apenas por seus poemas, já que a escrita lírica era considerada o mais alto nível de inteligência e arte, e/ou seus romances.

2.3 CONSTRUINDO CAMINHOS HERMENÊUTICOS A PARTIR DOS CONCEITOS DE IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO

O chamado “circuito da cultura”, desenvolvido por Paul du Gay, Stuart Hall, entre outros, abarca os conceitos de Identidade e representação²⁰ (Woodward, 2014) que serão utilizados nesta pesquisa para a análise dos textos de Maria Firmina dos Reis que circularam nos jornais maranhenses do século XIX.

É a partir da certeza de que a análise dos processos de identidade e representação possibilitam uma compreensão maior do texto ou de qualquer outro artefato cultural que a discussão desses conceitos se seguirá.

Ainda que não haja uma ordem exata de análise desses processos, já que se trata de um circuito, portanto, um elemento está em interlocução com outro, tentarei primeiro desenvolver o conceito de identidade e depois o de representação, embora Woodward (2014, p. 18) alerte que “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”.

²⁰ Além de identidade e representação, o circuito também abarca os processos de produção, consumo e regulação, que serão, de certa forma, apresentados e discutidos ao longo da análise dos textos “Gupeva” e “A escrava”, considerando os periódicos em que foram publicados. Contudo, nesta subseção prevalecerá a discussão apenas dos conceitos de identidade e representação que nortearão todo o trabalho daqui em diante.

Portanto, a representação possibilita a existência e criação de novas identidades, já que é um processo cultural que estabelece identidades individuais e coletivas a partir dos sistemas simbólicos (Woodward, 2014).

Silva (2014) explica que, à primeira vista, é simples se definir identidade, não considerando outros elementos imbricados neste processo de definição. Segundo o autor:

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir “identidade”. A identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou homossexual”, “sou jovem”, “sou homem”. A identidade assim concebida parece ser uma positividade, um “fato” autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente. Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é” (Silva, 2014, p. 74).

Desta forma, a identidade seria apenas a sua identificação individual na sociedade. Contudo, não é tão simples assim, pois tal conceito é complexificado ao se considerar que ele só existe em relação ao outro, ao diferente, isto significa considerar que diferença e identidade existem em completa e estreita dependência, de forma que ambos os conceitos são inseparáveis (Silva, 2014).

Logo, é imprescindível a existência de definições para que se compreenda como a identidade funciona e como a conceitualização de identidade envolve a compreensão de sistemas classificatórios que demonstram como as relações sociais são divididas e organizadas, corroborando o quão relacional é a identidade e a diferença, estabelecidas por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades (Woodward, 2014).

Assim, defende Silva (2014), a diferença é um produto derivado da identidade, de forma que a identidade passa a ser o ponto original do qual se deriva e se define a diferença. Tal definição se torna um pouco problemática quando há a normalização de certas identidades, ou seja, quando se elege arbitrariamente uma identidade x como parâmetro, como correta, em detrimento deste “outro” que é marcado pela diferença.

Destarte, ao se tomar a identidade branca como padrão, ser negro ou indígena é ser o “outro”, logo, o diferente, o que não faz parte da normalidade, ao passo que a branquitude passa a não ser vista como identidade racial, inclusive “invisibilizando” certas discussões ou problemáticas em torno desta identidade.

Posto isso, fica evidente que as identidades estão interrelacionadas com relações de poder, visto que

A identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. [...] A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (Silva, 2014, p.81).

O autor ainda complementa que a identidade e a diferença não são inocentes e ser capaz de definir identidades e marcar diferenças é estar ligado a relações de poder (Silva, 2014).

Há, neste processo de identificação, várias marcas da presença do poder, como incluir ou excluir, demarcar fronteiras, classificar e normalizar, como mencionado acima. Portanto, definir quem pertence a um grupo ou não, classificar em bom ou ruim, dividir em “nós” e “eles” etc. é utilizar, de certa forma, poder (Silva, 2014).

Assim sendo, torna-se evidente que as identidades são definidas historicamente, interligando o sujeito à estrutura a qual está inserido, o que revela uma multiplicidade de identidades possíveis que são construídas e manifestam-se a partir de determinados contextos sociais, implicando, inclusive, novas interpretações que serão representadas por meio de sistemas de significação e representação cultural (Hall, 2016).

Portanto, na discussão acerca da construção de identidades, há algumas perspectivas acerca do conceito e, ainda, concepções diferentes de sujeitos, visto que novas identidades estão sendo compreendidas e o sujeito que outrora era visto como um ser unificado, passa a ser percebido como fragmentado (Hall, 2006).

Hall (2006) aponta que há três concepções de sujeito. O *sujeito do iluminismo*, que abarca uma concepção individualista, cujo centro essencial do “eu” é que marca a identidade de uma pessoa, sendo, portanto, um indivíduo centrado, com capacidade de consciência, razão e ação, respectivamente.

Há, também, o *sujeito sociológico*, que reflete a complexidade do mundo, é autônomo e autossuficiente, mas formado por meio das relações com outras pessoas que foram responsáveis por mediar valores, sentidos e símbolos. Tal concepção dialoga explicitamente com a perspectiva sociológica clássica de que

“a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade” (Hall, 2006, p. 11).

Por fim, há a concepção de *sujeito pós-moderno*, que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. Este sujeito assume diferentes identidades em diferentes contextos, pois a identidade não é unificada ao redor de um “eu” coerente (Hall, 2006).

Essas definições de sujeito possibilita uma interpretação mais complexa a partir das representações que são feitas de determinadas identidades. Inclusive, no caso das obras de Maria Firmina dos Reis, ainda que tais concepções e conceitos tenham surgido por meio das discussões do século XX, é perceptível de quais sujeitos Firmina está falando em seus textos, decorrente, principalmente, da aproximação da autora ou não com as identidades que ela está representando, como mostrarei nos capítulos seguintes.

Hall (2006, p.21) afirma que “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”. Portanto, fica claro que a identidade não é fixa. Pelo contrário, é construção, processo, relação. Ela está ligada a estruturas discursivas e narrativas e tem, como já mencionado, estreitas conexões com relações de poder (Silva, 2014). Assim, a identidade faz parte de um processo de produção simbólico e discursivo, e está intimamente relacionada à linguagem, ou seja, a sistemas de representação.

Silva (2014) explica que o conceito de representação é antigo, de forma que acaba abarcando uma série de significados. Na filosofia ocidental, o conceito de representação estava relacionado à busca por formas de apreender o “real” mais fielmente possível por meio de sistemas de significação. Assim, surgiu duas dimensões da representação: 1) a representação externa, existente nas pinturas ou linguagem e 2) a representação interna ou mental, que tem a ver com a representação do que é real na consciência do indivíduo.

Contudo, o conceito de representação foi se modificando com o passar do tempo, devido a novas perspectivas filosóficas que surgiram, ao ponto de haver uma reação à esta ideia clássica de representação, principalmente por parte dos pós-estruturalistas e da chamada “filosofia da diferença” (Silva, 2014).

Destarte,

[...] teóricos e teóricas ligados sobretudo aos Estudos Culturais como, por exemplo, Stuart Hall, “recuperassem” o conceito de representação, desenvolvendo-o em conexão com uma teorização sobre a identidade e a diferença. Nesse contexto, a representação é concebida como um sistema de significação, mas descartam-se os pressupostos realistas e miméticos associados com sua concepção filosófica clássica (Silva, 2014, p. 90).

Assim, Hall (2016) aponta que a representação faz a interlocução entre o sentido e a linguagem à cultura, de forma que “representar significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo [...] envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (Hall, 2016, p. 31).

Portanto, trata-se, em resumo, do uso da linguagem para expressar ou expor algo sobre o mundo de forma que seja possível construir sentidos e compartilhar esses significados. Assim, a representação não é necessariamente fiel a realidade, como se pretendia na concepção clássica da filosofia ocidental.

Contudo, afirma Hall (2016), a representação é a utilização da linguagem para produzir os conceitos que estão na nossa mente, ou seja, o que eu penso sobre determinada identidade (pertencendo ou não a ela) será reproduzido ou criado por meio da linguagem, seja ela escrita ou imagética. Desta forma,

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. [...] A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (Woodward, 2014, p. 17-19).

É por meio da representação que se cria identidades ou se possibilita a multiplicidade de sentidos delas. Ademais, por meio das representações é possível se identificar e reconhecer outros meios de existência enquanto sujeitos sociais.

Isto ocorre porque os sistemas de representação não são pautados em conceitos individuais, mas em diferentes formas de organizar, agrupar e classificar tais conceitos, bem como propicia o estabelecimento de relações complexas (Hall, 2016).

Desta forma, para se estabelecer sentido entre o que há no mundo, seja objeto, pessoas ou eventos, reais ou não, precisa se considerar a relação entre

eles e o sistema conceitual ou representacional. Em outras palavras, só é possível compreender e analisar determinada identidade a partir da relação dela com o todo, ou seja, eu só posso entender a representação do negro no século XIX, se eu considerar o sistema escravista vigente naquela época, representado por meio das relações entre escravizados e senhores de engenho, por exemplo.

Sobre os sistemas de representação, Hall (2016), explica que há dois sistemas. O primeiro é o de *mapa conceitual mental*, em que os conceitos e imagens são formados em nossos pensamentos; e o segundo é o da *linguagem*, que está relacionado à troca de conceitos, portanto, a comunicação. A representação, em si, é a junção desses dois sistemas.

Posto isso, representar trata-se de formular conceitos na mente, mediante o contexto sociocultural, e transportar ou expor por meio da linguagem, criando ou fazendo uso de determinados símbolos, seja a partir de texto, imagem, escultura ou outras formas de comunicação.

Logo, entende-se que as representações perpassam o imaginário proporcionando a existência e a mudança de várias identidades, que se refletem em várias formas de arte, inclusive na arte escrita.

Em concordância com Hall, Silva afirma que

A representação não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente. Em vez disso, a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. É aqui que a representação se liga à identidade e à diferença. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio a representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: “essa é a identidade”, “a identidade é isso”. É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade (Silva, 2014, p. 91).

Portanto, ao discutir representação não se está falando de reprodução, de cópia de tal elemento ou tal identidade, mas de recriação, portanto, de atribuição de significado, o que se interliga com poder devido ao fato de que quem representa escolhe arbitrariamente o quê e como irá representar.

Desta forma, quem pode criar, logo, representar, detém o poder. Assim, Maria Firmina dos Reis, por exemplo, ao escrever “Gupeva” e representar

personagens de diferentes identidades está exercendo o poder de atribuir significado ao que é ser mulher, homem, branco e indígena. Reforço, mais uma vez, que tal representação não necessariamente precisa ou será fiel, podendo, inclusive, criar ou reafirmar estereótipos.

Tratando do conceito de representação dentro de uma perspectiva da História Cultural, Pesavento (2008) explica que representar está relacionado a ausência, é sobre se encontrar no lugar do outro, segundo a autora:

representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença (Pesavento, 2008, p. 40).

Assim, em se tratando de identidades, representar, para a História Cultural, tem a ver com a possibilidade de existência de quem outrora não pode estar presente ou foi silenciado/apagado. Trata-se de olhar por outra perspectiva e substituir a ausência por uma presença que seja possível.

Desta forma, sendo as representações portadoras do simbólico, elas dizem e enunciam mais do que o que está explícito, carregam sentidos ocultos nas entrelinhas, sentidos estes que são construídos histórica e socialmente e acabam se internalizando no inconsciente coletivo (Pesavento, 2008).

Deste modo, as representações podem ser positivas ou negativas, visto que à medida que tal imagem se fixa na mentalidade das pessoas, desconstruí-la passa a ser uma tarefa difícil. Se instalado no inconsciente coletivo está “o índio”²¹ descrito por Caminha, por exemplo, complicado será apresentar a multiplicidade dos povos indígenas.

Entretanto, Chartier (1991, p. 184) afirma que “a representação é o instrumento de um conhecimento mediado que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de pintá-lo tal como é”. Em outras palavras, é por meio da representação que existe a capacidade de se reconstituir ou recriar uma imagem, ou seja, da mesma forma que a representação pode criar algo inverossímil, também pode recriar identidades de forma positiva.

²¹ A opção pela expressão “índio” aqui, foi justamente com o intuito de demonstrar que há uma concepção única de indígena que permeia a mentalidade brasileira e que não condiz, inclusive, com a realidade.

Isto ocorre porque as representações são subjetivas (Chartier, 1991) e é a partir delas que os agentes sociais descrevem a sociedade, nem sempre como ela realmente é, mas como gostariam que fosse ou como acreditam que é, de acordo com suas posições e seus interesses objetivamente confrontados (Chartier, 2002).

Desta forma, retornando à noção de representação social de Marcel Mauss e Émile Durkheim, Chartier (2002, p.19) apresenta que se trata de uma concepção que concilia imagens mentais claras com “esquemas interiorizados, as categorias incorporadas que as geram e estruturam”. Portanto,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (Chartier, 2002, p. 17).

Destarte, é notória a relação entre representação e poder, pois quem representa também cria, de acordo com seus interesses, valores, desejos e objetivos, demonstrando, desta forma, uma concordância entre as noções de representações trabalhada por Chartier e as discutidas anteriormente.

Os sistemas de classificação, à exemplo as identidades, incorporam sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social, transformando as representações em caminhos construtores do próprio mundo social, assim, as representações passam a ter existência realmente na medida em que atos são comandados (Chartier, 1991).

Posto isso, o conceito de mentalidade em relação à noção de representação coletiva, pode ser articulado de três formas, segundo Chartier (1991). São elas:

De início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (Chartier, 1991, 183).

Isto é o reconhecimento de diferentes possibilidades para o estudo das representações coletivas, dentre elas, há o conflito entre o recorte a classificação

que são feitos a partir de vários setores ou grupos que fazem parte da sociedade como o todo e o próprio reconhecimento da identidade social que é atribuída por si mesmo, pela sua própria existência no mundo.

Sendo assim, existe a capacidade de um grupo se localizar socialmente a partir do reconhecimento da sua identidade que está sendo instrumentalizada pela representação, o que propicia as lutas de representações, já que cada “grupo identitário” tem o direito e quer se fazer conhecer pelas representações de si próprio.

Como já dito, a identidade é relacional, ela só existe porque contrapõe-se a outra, portanto, é marcada pela diferença. Contudo, a construção de uma identidade é tanto simbólica quanto social, o que faz com que a luta para sua afirmação reverbere consequências materiais (Woodward, 2014), o que demonstra a relevância de uma análise que considere as representações e as identidades, pois “as lutas de representações têm tanta importância [...] para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (Chartier, 2002, p. 17).

Desta maneira, continua o autor,

Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (Chartier, 2002, p. 17)

Posto isso, tanto para os Estudos Culturais como para a História Cultural, representar está ligado à produção de significados, a consequências materiais e a relações de poder, de forma que esta interdisciplinaridade possibilita um aprofundamento e um detalhamento maior ao conceito de representação, inclusive para fundamentar uma análise mais complexa.

Em vista disso, para entender as representações das identidades no período romântico do Século XIX, descrito por Maria Firmina dos Reis, em seus contos, poemas e romance, é preciso considerar o contexto e os papéis sociais expressos nos personagens, já que “o sentido depende da relação entre as coisas no mundo - pessoas, objetos e eventos, reais ou ficcionais - e do sistema conceitual, que pode funcionar como representação mental delas” (Hall, 2016, p. 36).

Desta forma, a autora explora as identidades brancas, negras, indígenas, femininas e masculinas no século XIX, pois enquanto autora romântica, que se preocupava com a formação nacional, ela não poderia ignorar a busca por uma identidade brasileira e as narrativas que se formavam em torno de uma figura indígena heroica, buscando pensar o local que era aos povos indígenas destinado (Zin, 2019), assim, ela levanta esse debate a partir do seu conto “Gupeva”, de 1861, que diferente de outras obras indianistas “não se trata de um canto lírico comemorativo, mas da narrativa de um embate violento entre as raças, sugerindo a impossibilidade de um encontro harmonioso entre elas” (Zin, 2019, p. 75).

No que diz respeito aos personagens negros, centrais na obra antiescravista e abolicionista de Maria Firmina dos Reis, sendo representados nos contos, nos poemas e no romance, “a identidade cultural se expressa pela via da estética que caracteriza os negros a partir de sua própria individualidade e experiência tornando-os personagens relevantes para a formação discursiva e moral” (Nascimento, 2018, p. 130).

Portanto, a autora constrói a identidade desses sujeitos projetando neles a consciência de suas condições no período escravista, da ancestralidade, na revelação de sentimentos e sensações. Isso fica muito evidente no romance *Úrsula*, de 1859, em que os personagens escravizados falam em primeira pessoa sobre as suas experiências no tráfico negreiro e no cativeiro, demonstrando plena consciência de sua individualidade, desejos e situação.

De acordo com Nascimento (2018, p. 129), “a identidade cultural dos personagens Túlio, Preta Susana e Antero acontece a partir da experiência desses personagens, que apresentam três aspectos diferentes da situação do negro, durante o período da escravidão no Brasil”, retrato no romance da pioneira.

Ainda que esta pesquisa não vá analisar o romance, mencioná-lo aqui se fez necessário para mostrar que a preocupação com as identidades, ainda que não fosse um conceito existente e difundido, pois só surgirá no século XX, já era presente na primeira publicação da autora, já que ao escrever *Úrsula*, Firmina detalha a singularidade e a humanidade dos sujeitos, demonstrando que as identidades não são fixas, estáveis ou naturais, intrínsecas, pois ainda que

negros escravizados, os três personagens agiam e tinham histórias e trajetórias diferentes.

Já o intento de reconhecer as representações e estereótipos femininos presentes na obra de Firmina é uma tarefa complexa, visto que as relações interpessoais e a construção histórico-social de seus personagens estão estruturadas nas desigualdades fundadas pelo patriarcado, mas atravessadas pelas questões de raça e etnia, pois ela não trata a mulher como sendo uma categoria universal, mas traz vivências diferentes a depender de que mulher ela está representando, o que fica bem claro no conto “A escrava”, em que se tem uma mulher branca abolicionista e uma mulher negra escravizada em diálogo.

Desta forma, assim será a aplicação desses estudos teóricos, com vistas a analisar as representações criadas pela escritora, como ela ilustra esses personagens, suas características, qual possível atuação dessas figuras na sociedade da época a qual estão inseridos (Século XIX) e como os processos históricos têm relação com essas identidades, possibilitando-as determinadas ações ou impedindo-as, já que a representação age de forma simbólica para classificar o mundo e as relações existente em seu interior (Woodward, 2014).

Entendo que a diferença e a identidade não são pré-existentes, que não existem por si próprias de forma natural ou a partir de algum momento fundador, mas que são, na verdade, elementos criados e recriados constantemente a partir de representações, fica claro que há uma relação direta com a atribuição de sentido ao mundo social e com a disputa de poder em torno dessa atribuição (Silva, 2014).

Assim sendo, considerar as construções das identidades, por meio da escrita literária de uma mulher cuja localização social é de mulher negra no Brasil oitocentista, significa analisar as representações a partir do olhar desta autora, mas também levar em conta que o meio de circulação destas obras eram os periódicos, com o intento de analisar de que forma tais representações foram ou não criadas, recriadas, controladas e consumidas por um público leitor.

3 ANÁLISE CRÍTICA DE “GUPEVA, ROMANCE BRASILIENSE”

Dentre a diversificada produção de Maria Firmina dos Reis, está o conto indianista intitulado “Gupeva”, que é objeto de análise deste segundo capítulo. Assim, realizo aqui a análise das representações das identidades no texto, a saber: mulher e homem indígenas e homens brancos europeus.

Para isso, utilizei estudos de diferentes áreas, com vistas a propor um diálogo entre literatura, história e sociedade, como é o foco de toda a pesquisa cuja base está firmada nos *Estudos Culturais* e na *História Cultural*.

Apesar de “Gupeva” ter sido escrito por uma autora notável e notada à época e ter sido publicado em três jornais diferentes, Gomes (2022, p.183) afirma que ele deixara de ser lido e lembrado na imprensa após alguns anos de sua publicação e que a sua “redescoberta só se dará cem anos depois, por Nascimento Morais Filho, e revelada pelo Jornal O Imparcial, de São Luís, na edição de 11 de novembro de 1973”.

Portanto, apesar de uma possível grande pretensão da autora com seu texto, ao defini-lo como “romance brasiliense”, assim como suas outras obras, essa se perdeu com o tempo, mas foi reeditada e divulgada no século seguinte, ganhando notoriedade e mostrando que também é uma obra passível e digna de análise.

Ao tratar da temática indígena, como vários outros escritores românticos do século XIX, Firmina dá sua contribuição no Romantismo indianista e demarca corajosamente seu posicionamento político acerca da mestiçagem entre franceses e nativos brasileiros, por vezes incorrendo em alguns equívocos, criando personagens estereotipados e, em outros momentos, demonstrando e defendendo a humanidade dos povos indígenas. Logo, trata-se de um conto que merece ser estudado com um olhar atento a fim de se analisar criticamente o conteúdo.

O antropólogo Spency Pimentel advoga que “os maiores obstáculos que os brasileiros enfrentam para entender os índios não estão naquilo que eles não sabem, e sim naquilo que pensam que sabem sobre os índios” (Pimentel, 2012, p. 11), Isto é, as concepções que as pessoas têm acerca dos indígenas são frutos do que eles consumiram histórica e literariamente ao longo dos anos, o

que repercutiu em uma série de estereótipos e informações falsas que atrapalham o entendimento e convívio com os povos indígenas.

Dessa forma, não querendo cometer tal deslize ao passo que também desejo que os povos originários sejam ouvidos e ganhem repercussão naquilo que lhes diz respeito, a análise que se seguirá ao longo deste capítulo será majoritariamente embasada nos estudos e pesquisas de teóricos indígenas das seguintes áreas: literatura, educação, direito e história.

Assim, também não entrarei em contradição no que foi exposto e defendido na introdução deste trabalho, em que expliquei a importância do lugar de fala (lugar social) e da reivindicação para ocupar tais lugares que povos minoritários têm feito ao longo dos anos.

Esta interdisciplinaridade na construção do capítulo ocorre porque compartilho da mesma visão da autora Macuxi, Dorrico, ao defender que

a leitura das obras desses autores de etnias diferentes coopera para o conhecimento de diferentes lugares de fala cuja expressão se anuncia a partir da própria alteridade. Diferentes projetos literários, nesse sentido, encontram-se dentro desse sistema, anunciando diferentes mensagens elaboradas criativamente a partir de matérias ancestrais, históricas, estéticas, políticas etc. (Dorrico, 2018, p.230).

Posto isto, este capítulo tem como intuito discorrer acerca da obra indianista de Maria Firmina dos Reis, “Gupeva”, a partir de uma explanação acerca dos povos indígenas ao longo da história e na literatura brasileira, demonstrando, também, como a circulação nos periódicos influenciou na escrita e nas adaptações do texto da autora, e, por fim, apresentando a análise das representações das identidades que aparecem no conto.

3.1 UM PREÂMBULO SOBRE O CONTO INDIANISTA

3.1.1 Os indígenas na história

Para que uma análise acerca das representações das identidades indígenas seja de fato empreendida é necessário entender como os povos originários foram tratados, vistos e retratados ao longo da história, pois tal tratamento repercutirá diretamente nas representações feitas dessas populações na literatura, haja vista que os discursos historiográficos e literários não eram e não são neutros.

Dito isto, Munduruku (2012) defende a tese de que as fases da história que hoje conhecemos como Colônia, Império e República apresentavam abordagens que tinham como objetivo definir o papel das populações indígenas no desenvolvimento econômico que o Brasil almejava.

No primeiro momento, o que esteve em voga, foi o paradigma exterminacionista, cuja finalidade “era a destruição em massa dos povos indígenas” (Munduruku, 2012, p. 27). Isto acontecia devido a crença de que os nativos brasileiros não tinham alma, portanto, tudo bem exterminá-los e cometer as atrocidades que julgavam serem necessárias para a definitiva colonização do país. Foi apenas em 1537 que a Igreja Católica definiu que os habitantes tinham alma e eram seres humanos, o que reduziu as barbaridades físicas cometidas contra os indígenas, sem necessariamente cessá-las (Munduruku, 2012).

Este período exterminacionista é caracterizado por um momento de predominância da violência física e genocídio autorizados pelo governo português, de acordo com Munduruku:

Embora tenham sido empregados outros meios de violência, ao longo do período de extermínio que vitimou os povos indígenas do Brasil, essa fase foi marcada pela brutalidade física contra as sociedades autóctones pelo assassinato de coletividades inteiras, com o propósito de promover uma “limpeza étnica” que abrisse os caminhos para o progresso e para o desenvolvimento da nação “civilizada” (Munduruku, 2012, p. 28).

Para além da questão física, a Igreja católica também teve um papel importante no desejo português de civilizar o Brasil, visto que ao serem considerados pessoas com alma, era necessário, portanto, que essas almas fossem salvas e correspondessem à religião vigente do Estado português. Assim,

A catequese e a educação ministradas aos povos indígenas significaram, na verdade, o emprego de outro tipo de violência contra esses povos, configurada pela imposição de valores sociais, morais e religiosos, acarretando a desintegração e a consequente destruição de incontáveis sociedades indígenas, o que caracteriza o etnocídio, um processo diverso do genocídio, porém com resultados igualmente nefastos para os povos dominados (Munduruku, 2012, p.29).

Diferente do genocídio, que é a morte física de um povo, o etnocídio destrói a cultura deste povo, apagando suas crenças e valores, fazendo-os aderir as do grupo dominante. Munduruku defende que os efeitos de ambos são

nefastos, visto que ao apagar a cultura de uma população, apaga-se sua história e, por consequência, sua existência.

Este modelo exterminacionista veio junto com a colonização e perdurou até o Império brasileiro, embora o surgimento do segundo paradigma ainda seja no mesmo século, o que diz muito sobre a literatura produzida nesse período, que será tema do subtópico seguinte.

O segundo paradigma que Munduruku (2012) apresenta é o integracionista, que surge ainda no século XIX e se segue até o que se chama de Brasil República, influenciando muito à literatura produzida no Império, que se ocupa de criar uma “civilização brasileira”, cujos literatos transformam o indígena em símbolo nacional e destina a eles o passado como único lugar.

O educador indígena disserta:

O paradigma integracionista caracterizava-se pela concepção de que os povos indígenas, suas culturas, suas formas de organização social, suas crenças, seus modos de educar e de viver eram inferiores aos dos colonizadores europeus, estando fadados ao desaparecimento. Isso sujeitava os indígenas libertos do cativo, na qualidade de indivíduos considerados incapazes, à tutela orfanológica, prevista na lei de outubro de 1831, como forma de protegê-los, prover seu sustento, ensinar-lhes um ofício e, assim, “integrar” aqueles que foram retirados do convívio de suas culturas tradicionais à sociedade nacional (Munduruku, 2012, p. 30-31).

Este paradigma originava-se das teorias positivistas e tinha como intuito fazer com que os indígenas passassem do estado primitivo para o civilizado, de forma que isso intensificou-se no Brasil República e as políticas destinadas às populações indígenas possuíam tal viés (Munduruku, 2012). Contudo, não nos aprofundaremos nestas questões, visto que foge ao que está proposto neste trabalho.

Dentro desta configuração, os portugueses colonizadores dividiram os indígenas em dois grupos, de forma que facilitasse o projeto de civilização por eles empreendido. De acordo com Almeida (2010), os indígenas foram divididos nas categorias de mansos e bravos, assim, eles tinham a falsa possibilidade de escolha: civilização ou extermínio, que, como apontado anteriormente, ambas eram danosas e perigosas.

Em consonância com a historiadora, Gonzaga explica que durante o período em que o Brasil estava sob domínio português

fica evidente a distinção que a Coroa Portuguesa fazia em relação aos povos indígenas de que tinha conhecimento: nativos “amigos”, também chamados de “aliados” ou os indígenas “inimigos”, também denominados como “bravos”. Os indígenas “amigos” eram aqueles que supriam os interesses da Metrópole e trabalhavam na condição de escravos a favor das colônias e os “inimigos” eram os que resistiam à catequese católica e às imposições de “pacificação” para tornarem-se “civilizados” (Gonzaga, 2022, p.102).

Desta forma, o que estava em jogo era apenas se a submissão seria violenta ou branda, mas não estava sendo dado o direito à efetiva liberdade para as populações indígenas (Almeida, 2010). Isto é significativo, pois a história que será construída acerca do Brasil utilizará essa diferenciação dos povos indígenas a seu favor, conforme o trecho seguinte:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 com a intenção de criar uma história do Brasil que unificasse a população do novo estado em torno de uma memória histórica comum e heroica, iria reservar aos índios um lugar muito especial: o passado. Nessa história, os índios apareciam na hora do confronto, como inimigos a serem combatidos ou como heróis que auxiliavam os portugueses. Os índios vivos e presentes no território nacional, no século XIX, não eram incluídos. Para eles, dirigiam-se as políticas de assimilação que, desde meados do século XVIII, tinham o objetivo de integrá-los acabando com as distinções entre eles e os não índios, primeiro na condição de súditos do Rei, depois como cidadãos do império (Almeida, 2010, p.17-18)

Nesta perspectiva e como já ficou evidente, com a independência do Brasil e a formação deste novo Estado Imperial que visava construir uma civilização brasileira, seria necessário instituir uma unidade que concentrasse ideologia, política e território, com a finalidade de criar uma memória coletiva capaz de oferecer à população apenas uma identidade histórica e cultural, que, obviamente, seria norteadada pelos valores de modernização, progresso e superioridade, valores estes vindos da Europa (Almeida, 2010).

O que se defendia à época era que a nação deveria se constituir de elementos unos, um território, uma língua, uma única cultura, um único povo, portanto, de uma única história. As noções de pluralidade cultural e étnica não existiam no século XIX (Almeida, 2010).

Assim, Munduruku argumenta que

A visão equivocada - e propositadamente estereotipada - sobre nossos povos foi perversamente orquestrada, retirando deles - em muitas circunstâncias - a humanidade de sua visão de mundo e colocando-os como empecilho para o desenvolvimento proposto pelo Estado brasileiro e que passava pelo extermínio - depois assimilação e

integração - das suas diferenças culturais e espirituais (Munduruku, 2012, p.16).

É nessa perspectiva e com esses ideais que os literatos constroem seus poemas e narrativas que dão origem ao indianismo romântico, cujo intento era construir uma história de civilização para o Brasil, a partir de narrativas com personagens cuja mistura de indígenas e europeus deu origem a pessoas e costumes verdadeiramente brasileiros, portanto, nacionais.

Além desses dois paradigmas, há o terceiro, proveniente do Brasil República, que ao perceber a sobrevivência dos indígenas e a permanência das suas culturas independentemente dos esforços empreendidos pelo Estado cujo objetivo era exterminar ou assimilar os povos nativos, decidiu por reconhecer a diversidade cultural e tratar os indígenas de forma transversal, o que possibilitou o surgimento de uma legislação infraconstitucional indigenista (Munduruku, 2012).

Contudo, esta perspectiva é recente, fruto da Constituição Federal de 1988, que tem um capítulo dedicado aos direitos indígenas, além do tema esparso em nove dispositivos no texto constitucional (Munduruku, 2012).

Por este paradigma ser um “filho temporã” da República Brasileira, Daniel Munduruku o chama de “um novo paradigma para a política indigenista nacional” (Munduruku, 2012, p.36), visto que traz uma perspectiva diferente da integracionista/assimilacionista do final do século XIX e início do XX e marca uma consolidação no Movimento Indígena brasileiro.

Desta forma, por haver três paradigmas apresentados pelo educador, a menção a este último é importante, porém não me debruçarei mais, visto que é uma perspectiva contemporânea que me levaria a uma análise irresponsável e anacrônica da obra que será analisada, uma vez que “Gupeva” teve sua primeira publicação datada de 1861, o que corresponde, cronologicamente, ao paradigma integracionista.

Assim, como já mencionado, os escritores do Brasil oitocentista constroem suas narrativas pautando-as, em grande parte, na perspectiva integracionista, com vistas a construir uma história da civilização brasileira, como será apresentado na subseção seguinte.

3.1.2 Indianismo Romântico

No século XIX, a literatura e as demais artes foram marcadas pelo romantismo, movimento este que uniu textos em prosa e poemas, expressando ideologias burguesas da época. Ademais, o movimento, de caráter nacionalista, era marcado por símbolos capazes de exaltar a nação da qual a literatura fazia parte. No caso do Brasil, como já expresseo na subseção anterior, procurava-se encontrar um símbolo que marcasse hegemonicamente a cultura brasileira, assim, trataram os povos indígenas como um povo unificado e que poderia representar o país.

Almeida (2010) explica que a homogeneização das populações indígenas ficou a cargo dos intelectuais e políticos, de forma que deveriam unificar étnica e culturalmente as identidades e histórias que estavam presentes no território brasileiro para, então, se ter a noção de que no país havia apenas um povo unido e com uma única, bela e consistente cultura.

A historiadora complementa que havia uma necessidade do Brasil se impor, pois havia teorias na Europa que defendiam a inferioridade do continente americano e das populações que nele habitavam. Então, fazia-se necessária a criação de uma identidade coletiva que diferenciase os americanos dos europeus, mas que mostrasse tanta força e autoestima quanto havia na Europa. Enquanto isso, as populações indígenas precisavam resistir às políticas assimilacionistas do Estado brasileiro que tinham como objetivo extinguir as diferentes etnias (Almeida, 2010).

Portanto, enquanto o Estado brasileiro tinha o intento de homogeneizar os povos indígenas por meio da política brasileira e até extingui-los, também pretendiam criar um símbolo nacional que representasse o país para as demais nações, logo, havia uma unidade entre as ações do Estado e as produções artísticas e intelectuais do século XIX, cujo objetivo era criar um índio ideal.

De acordo com Almeida:

Foi a imagem idealizada do índio que permitiu, no plano ideológico, transformá-lo em símbolo nacional. Essa imagem pouco teria a ver com os reais habitantes dos sertões e das aldeias do império. Discursos e obras políticas, literárias, históricas, científicas e artísticas desse período caracterizaram-se pela idealização dos índios do passado, enquanto tornavam invisíveis ou demonizavam os grupos ou indivíduos indígenas ainda muito presentes no território brasileiro (Almeida, 2010, p. 136-137).

No que diz respeito à essas imagens dos povos indígenas, a historiadora afirma que existe a possibilidade de identificar três padrões nos discursos oitocentistas presentes na história, literatura e política, a saber: os indígenas “idealizados do passado”, os “bárbaros dos sertões” e os “degradados” das aldeias coloniais antigas (Almeida, 2010).

Os indígenas idealizados do passado correspondiam ao “índio morto”, isto é, os que estavam completamente distantes da realidade, os que não tinham atitude de confronto ou rebeldia, sendo completamente passivos, aliados aos portugueses e mansos que, de acordo com Almeida (2010), são os que compõem grande parte dos indígenas enaltecidos em nossa história.

Os indígenas da segunda imagem, denominados bárbaros dos sertões, representavam os rebeldes, que ocupavam terras, que resistiam e que foram retratados nos discursos políticos como selvagens e ameaçadores. “Na literatura brasileira, foram representados por José de Alencar como os aimorés e aparecem como bárbaros, horríveis, ferozes, diabólicos etc.” (Almeida, 2010, p. 140).

Por fim e, talvez, menos expressos na nossa literatura por não ser tão “atrativo” ao leitor que buscava um herói ou um vilão, “os índios considerados ‘degradados’ eram aqueles das aldeias que, por longo tempo integrados às sociedades coloniais, eram vistos como misturados, minoritários, miseráveis e preguiçosos” (Almeida, 2010, p. 140).

Essas imagens foram construídas e reforçadas no romantismo indianista do século XIX, representado, principalmente, por Gonçalves Dias e José de Alencar, que tinham como objetivo apresentar um indígena equivalente ao herói épico e exaltar a beleza natural dos locais brasileiros. No que diz respeito a isso,

Apesar de seu vasto conhecimento sobre a etnografia indígena, Dias não pôde fugir da ideia de apresentar um índio idealizado. Havia entre os Românticos a necessidade de criar um herói que se igualasse aos cavaleiros medievais, por isso foi adicionado ao índio características civilizadas (Oliveira *et.al.*, 2007, p.10).

Em relação a José de Alencar e sua famosa tríade indianista²², Ramos (2006) explora a ideia de que Alencar trazia em suas obras um sentimento de nacionalidade forte e uma idealização do indígena como herói que tinha sua

²² A tríade indianista de José de Alencar é formada pelas obras *O guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874).

nobreza retratada na força e na coragem, participando de guerras e incorporando o arquétipo medieval com um semelhante cavalheirismo da Idade Média.

Ademais, Alencar, como bem sabemos, além de escrever romances bastante similares ao dos europeus, em suas obras, como *Iracema*, fazia um elogio “do encontro dos índios com os portugueses, em uma mestiçagem cultural que garantiria, ao mesmo tempo, a originalidade brasileira e a transmissão dos valores da civilização europeia” (Dolhnikoff, 2021, p. 72).

Em se tratando do indianismo, reafirmando o que foi discutido acima, Dorrico, teórica indígena, escreve:

Em primeiro lugar, a busca pela construção de uma identidade nacional preconizou-se a partir de uma imagem que não caracterizava o sujeito indígena, senão que se baseava em uma idealização que escapava em absoluto do sujeito e do contexto em que passavam os indígenas desde a colonização. Em segundo lugar, é no século XIX, a partir de pressupostos ocidentais, que efetivamente serão construídas as imagens caracterizadoras, ou demonizadoras, dos indígenas, no conceito de “bom selvagem”, cunhado por Jean-Jacques Rousseau; e também em termos contraditórios registrados nos livros de viajantes (ou mesmo de Pero Vaz de Caminha, no caso do Brasil, enquanto um dos primeiros textos a expressar o contato e, no caso, a caricaturização dos indígenas) pelo continente, como “selvagem”, “canibais”, “bugre”, “ingênuo” etc. (Dorrico, 2018, p. 232-233).

Desta forma, evidencia-se que desde os textos chamados fundadores, até o romantismo indianista, a concepção que se tem dos indígenas é estereotipada, frágil e, muitas vezes, fictícia.

Na busca por uma literatura própria e uma identidade nacional, muitos autores se envolveram em produções indianistas, mas suas ideologias e o projeto de nação que idealizavam para o Brasil retratam um indígena meramente simbólico.

Porém, além da literatura indianista, há outras duas “correntes”, relevantes à literatura nacional, que diferem dela, a saber: literatura indigenista e literatura indígena, que “apesar de as expressões serem semelhantes, há uma grande diferença entre as literaturas indianista, indigenista e indígena” (Dorrico, 2018, p.232).

De acordo com Dorrico (2018), a literatura indígena é marcada pela autoria indígena e pela representatividade das etnias, portanto, um autor indígena não traz em sua obra a concepção de índio universal, como nas obras

indianistas, do contrário, traz em sua literatura saberes ancestrais e culturais a partir do grupo étnico ao qual pertence.

A pesquisadora explica que

Na literatura indígena brasileira, os escritores e escritoras empenham-se em esclarecer que a cultura indígena é formada por diferentes grupos que possuem tradições e práticas diversas entre si. Reiteram que não são um monólito homogêneo e fenotípico que justifica o rótulo de índios do Brasil. Seus lugares de fala são suas ancestralidades e pertencas étnicas, uma vez que são munduruku, potiguara, guarani, sateré-maawé, dessana, kambéba, entre outros. No cerne deste projeto literário in progress, encontra-se a autoria. Por meio dela, os indígenas ressignificam conceitos, formas, estruturas simbólicas tradicionais e modernas (Dorrigo, 2018, p.230).

Segundo a autora, as literaturas indianistas do Brasil partem de uma representação não comprometida dos indígenas do país, e é contra isso que a literatura indígena contemporânea surge, representando o indígena de forma fidedigna, a partir de suas próprias histórias.

Desta forma, “a diferença da literatura indígena brasileira contemporânea em relação à literatura indianista encontra-se, sobretudo, na autoria e na representação realizadas por autores não indígenas” (Dorrigo, 2018, p.232).

A partir do entendimento do que são as literaturas indígena e indianista e da compreensão acerca do processo de colonização, dos indígenas na história do país e do projeto de construção de uma literatura nacionalistas, é de grande relevância entender sobre a literatura indianista, a fim de caracterizar melhor a narrativa de Maria Firmina dos Reis, “Gupeva”.

Dorrigo (2018, p.236) explica que a literatura indigenista é escrita por autores não indígenas, mas que não apenas escrevem de forma estereotipada, eles “buscam compreender as cosmologias indígenas que estudam para dar a conhecer essas culturas à sociedade de um modo mais geral”. A pesquisadora acrescenta que na literatura indigenista “o mundo indígena é o tema, e o índio, o informante” (Dorrigo, 2018, p.236), assim, infere-se que quem conta a sua própria história é o indígena, enquanto personagem central e partir de sua própria cosmologia.

A literatura de Maria Firmina dos Reis tem tal especificidade e diferenciação em comparação às outras literaturas do romantismo. Em “Gupeva”, a história do tupinambá é contada ao francês por ele mesmo, a partir de sua própria visão, bem como em *Úrsula*, os personagens que representam

os escravizados narram as suas histórias e seus sofrimentos no período escravista, em nada difere de “A escrava”, conto em que a própria escravizada fala sobre como foi vitimada, explorada e impedida de exercer a maternidade, como será exposto no capítulo seguinte.

Outra característica importante da literatura indigenista é a crítica à mestiçagem, ao invés de um elogio “irresponsável” que visava apenas o branqueamento da população ou a aculturação dos povos indígenas, como aconteceu no final do século XIX e início do século XX.

Assim, a literatura indigenista problematiza as relações entre etnias ou culturas diferentes e questiona o lugar que é dado ao indígena na história e nesse processo violento de miscigenação e etnocídio.

Com isso, é possível afirmar que “Gupeva” tem em sua construção características importantes da literatura indigenista, como o ato de fala ser atribuído aos personagens indígenas e a crítica à miscigenação entre franceses e os povos nativos brasileiros. Contudo, a figura mítica do índio romântico ainda está presente na literatura de Firmina, algo que é criticado na literatura indigenista. Em “Gupeva”, ainda há uma exaltação demasiada da natureza enquanto algo a ser “divulgado” para outros países, há a representação dos homens originários enquanto guerreiros ou selvagens violentos e a indígena enquanto a moça virgem e intocável da floresta.

Visto que, conforme supõe Zin:

Enquanto uma escritora romântica de seu tempo, Maria Firmina dos Reis também se dedicou a pensar o lugar destinado ao índio naquela sociedade, no sentido de registrar a sua contribuição e de marcar o seu ideário acerca da questão nacional [...] No que diz respeito à produção local, certamente ela teve contato com o poema indianista de seu conterrâneo Gonçalves Dias, *I-Juca Pirama*, publicado em 1851. Além disso, vale lembrar que, um pouco antes do surgimento de “Gupeva”, José de Alencar já havia lançado suas obras-primas do indianismo, *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1860), que, até onde se pode supor, deve ter lhe servido como inspiração (Zin, 2019, p.72-73).

Logo, o contexto no qual Firmina estava inserida e obras que circulavam no período, refletindo o intento de construção de uma narrativa nacional, influenciaram, também, a produção de Maria Firmina dos Reis, visto que enquanto autora decidiu posicionar-se e criar suas próprias representações dos indígenas.

Posto isso, o conto que aqui será analisado, ainda faz parte de uma literatura indianista do romantismo brasileiro, tanto por ter em seu texto várias características dessa fase do romantismo, como por estar incluso cronologicamente no período em que ele estava em voga, recebendo influências outras como as de Gonçalves Dias ou José de Alencar.

Entretanto, a diferenciação entre as literaturas indígena, indianista e indigenista foi proposta neste trabalho para que fosse possível perceber que embora o indígena representado no texto de Maria Firmina dos Reis seja o índio romântico, já havia em sua narrativa características que iriam marcar, no século seguinte, o movimento indigenista.

3.1.3 A narrativa “Gupeva”

A narrativa de Maria Firmina dos Reis inicia com dois jovens marinheiros do *Infante de Portugal*²³, Gastão e Alberto, cujas nacionalidades europeias são francesa e portuguesa respectivamente, conversando. Neste diálogo, Gastão revela ao seu amigo o amor que sente por uma jovem nativa do Brasil, por quem ele está completamente apaixonado e pede ao colega para assumir seu serviço à noite para que ele possa encontrar com a mulher que tanto ama.

Na noite do encontro, porém, enquanto espera a jovem amada, quem vem ao seu encontro é um cacique Tupinambá que começa a narrar a história de um jovem indígena que fora apaixonado por uma Tupinambá chamada Épica, cuja mão lhe foi prometida em casamento.

Épica viaja para França acompanhando a sua amiga Paraguaçu²⁴ e passa um longo tempo na Europa. O jovem Tupinambá sofre pela ausência da sua amada, porém, não deixa de esperá-la e contar os dias para que ela volte e se case com ele.

²³ Infante é um título de nobreza referente aos filhos legítimos da coroa, portanto, Infante de Portugal diz respeito aos herdeiros do trono de Portugal. Na narrativa de Firmina, porém, Infante de Portugal é o nome do navio no qual os marinheiros estavam servindo e aportaram nas terras brasileiras.

²⁴ Paraguaçu foi uma Tupinambá da Bahia, conhecida como a primeira indígena batizada pela Igreja Católica, adotando o nome de Catarina. Casada com Diogo Álvares Correia (Caramuru), juntos se tornaram figuras simbólicas do Brasil e personagens do poema Épico de Santa Rita Durão intitulado *Caramuru*. Apesar de na narrativa de Firmina haver a intertextualidade com o poema de Durão, as histórias não se interligam e Paraguaçu não é uma personagem relevante.

Tempos depois, Épica volta, e após se casar com o Tupinambá que tem seu nome revelado, Gupeva, ela lhe conta um terrível segredo: não era mais a moça imaculada que lhe foi prometida, pois, na Europa, apaixonou-se por um Conde francês e engravidou.

Ao ouvir a história e o nome do Conde e da jovem indígena, Gastão estremece, pois Épica era mãe da sua amada, cujo nome é o mesmo, e o Conde é o seu pai, portanto, ele está diante de um amor impossível, já que a mulher dos seus sonhos é sua irmã.

E o cacique que lhe contou a história era Gupeva, o jovem tupinambá que casou com Épica e criou a filha que concebeu a partir da relação com o francês. Diante de tudo o que aconteceu, Gupeva revelou que havia prometido vingança e, por isso, mataria agora o francês Gastão.

Gastão pouco reluta, visto que para ele de nada serviria viver já que não poderia casar-se com a mulher que amava, pois era sua irmã. Então, o indígena assassina o jovem e, logo em seguida, Épica aparece, transtornada reclama com o pai que a criou, a quem chama de monstro, e implora para que Gastão viva por ela, mas as últimas palavras do francês revelam que o amor deles era um crime.

Pouco tempo depois, Alberto aparece procurando por seu amigo, e encontra o Tupinambá sentado no tronco de uma árvore, segurando um tacapeco e, junto a ele, um casal morto, que imediatamente Alberto reconhece ser seu amigo e imagina que a linda indígena seja o amor do jovem marinheiro.

Alberto e seus outros amigos marinheiros sepultam os corpos e quando se voltam novamente para Gupeva, encontram-no com a face no chão, pois estava, também, morto.

Como em *Úrsula*, o final de “Gupeva” é trágico, visto que os personagens centrais na narrativa morrem, mas o conto obteve êxito na época em que foi publicado. Isto pode ser inferido, tanto pela circulação em mais de um periódico, como pela temática que estava sendo muito explorada na literatura do século XIX, como apresentado na subseção anterior.

Zin (2019) resume a estrutura e o drama da narrativa indianista de Firmina da seguinte maneira:

“Gupeva” recebe da autora uma abordagem estilística tipicamente folhetinesca, com trama de capa e espada e uma série de coincidências que perpassam acontecimentos complexos e improváveis. O refúgio no passado, o nativismo e a reinvenção do bom

selvagem, fundamentos presentes na narrativa, assim, centram suas atenções no elemento indígena (Zin, 2019, p.72).

Posto isso, após a exposição da versão final da narrativa para a compreensão da análise das representações que se seguirá ao longo do capítulo, é relevante, ainda, apresentar um estudo comparativo acerca dos periódicos em que todas as versões circularam, pois houve mudanças no texto de Maria Firmina dos Reis, a depender do jornal.

Zin (2019, p.72) afirma que houve “ligeiras modificações na forma, mas sem apresentar alterações significativas no que diz respeito ao conteúdo”, entretanto, verifiquei que, no que diz respeito ao que analisaremos - representações das identidades - essas modificações são importantes e não podem ser ignoradas.

Dito isso, ao longo da próxima seção, enquanto as identidades mulher, indígena e branco forem sendo analisadas, será exposta, também, uma comparação dos trechos que tratam dessas identidades de forma diferente a depender do periódico em que circularam, contudo, primeiro realizei uma contextualização acerca dos periódicos em que Maria Firmina dos Reis publicou “Gupeva”, pois eles justificam, de certa forma, algumas alterações que foram realizadas.

3.2 PUBLICAÇÃO E CIRCULAÇÃO NOS PERIÓDICOS

Como demonstrado no capítulo anterior, a trajetória de Maria Firmina dos Reis na imprensa foi longa e as publicações, variadas. Posto isso, a autora publicou “Gupeva”, objeto de estudo deste capítulo, em três periódicos diferentes, a primeira vez foi em 1861 em *O Jardim das Maranhenses*, em seguida, no ano 1863, o conto foi impresso no jornal *Porto Livre* e, finalmente, a última versão saiu em 1865, no *Eco da Juventude*.

Assim, analisar as versões nos diferentes periódicos em que circularam e não apenas a que hoje circula enquanto definitiva nas coletâneas em livros organizados é importante, visto que existe uma transformação na literatura a partir do suporte que a materializa (Chartier, 1999).

A circulação das obras literárias de Firmina nos jornais é justificada pelo fato de que era comum que periódicos dedicados ao debate político trouxessem em suas páginas capítulos de romances ou contos. Como também havia

publicações dedicadas às artes e ao humor, que não deixavam de tratar da política (Dolhnikoff, 2021, p.85). Segundo Duarte:

Os periódicos são surpreendentemente múltiplos em sua diversidade. Há os assumidamente feministas; os assumidamente conservadores; os que não se comprometem; os que se limitam ao passatempo; os que visam certos segmentos, como a jovem, a mãe de família, a adolescente, a estudante; e os que se dedicam a temas específicos: literatura, educação, política, lazer, moda, humor. Há também os que trazem um pouco de tudo em suas páginas: poesia, romance, charadas e escritos militantes. Muitos, dentre os dirigidos por homens, deram voz e vez às mulheres (Duarte, 2017, p.22-23).

A pesquisadora refere-se aos jornais que circulavam no Brasil Imperial e que, de certa forma, dedicavam suas publicações às mulheres ou permitia a colaboração delas em suas páginas, como era o caso dos periódicos nos quais Firmina foi colaboradora.

Desta forma, as obras literárias não só circulavam em periódicos políticos, como elas mesmas traziam certo conteúdo político, como é o caso do texto que será aqui analisado, pois Firmina não só vai tratar dos personagens indígenas, com seus acertos e equívocos, como também irá abordar a miscigenação e a questão das relações inter-raciais, apesar de tal termo ser recente.

Devido à participação ativa da autora na Imprensa, é possível observar não só a variedade em seus escritos, como a própria alteração que “Gupeva” sofreu ao longo de suas três publicações, além de “inconsistência” quanto ao gênero literário do qual fazia parte.

É interessante notar que, no século XIX, não era incomum versões do mesmo texto, sendo iguais ou não, circularem em periódicos diferentes (Barbosa, 2007), bem como algumas particularidades estavam presentes nas publicações literárias nos jornais, como o uso em demasia de sinais tipográficos.

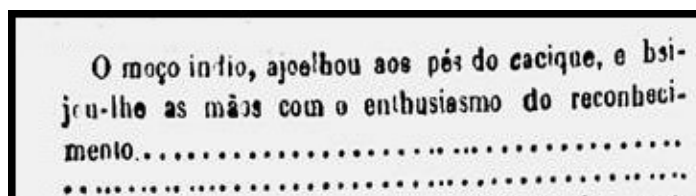
Sobre isso, Barbosa explica:

A investigação com e nos jornais tem demonstrado a utilização excessiva dos sinais tipográficos. Isso talvez revele um certo deslumbramento com as possibilidades da tipografia. Observa-se desde a década de 30 diversos usos para as linhas pontilhadas. Os pontos e pontinhos preenchem todo e qualquer espaço e produzem sentido para os leitores dos periódicos, a ponto de suprimirem textos inteiros (Barbosa, 2007, p.56).

O abuso dos sinais de pontuação é visto no texto de Firmina em vários momentos, às vezes apenas sob forma de reticências, embora desnecessárias, visto que a autora coloca uma interrogação ou exclamação antes de aparecerem

os três pontos e às vezes para prolongar uma cena cujas palavras talvez não fossem suficientes para descrever os sentimentos e intuitos dos personagens, como demonstra a figura a seguir:

Figura 3 – Sinais tipográficos em “Gupeva”



Fonte: *Porto Livre*, Num.75, 13/05/1863.

Tal recurso é utilizado pela primeira vez no ano de 1830, em um texto literário publicado no jornal *O Amigos das Letras*, para demonstrar que um diálogo teve continuidade, embora o narrador não descreva o que está sendo conversado e também é utilizado para narrar a relação sexual entre Cecília e Maurício no romance “Iza”, publicado no *Gazeta de Notícias*, em 1880 (Barbosa, 2007).

Sendo assim, fica evidente que este recurso é utilizado pelas mais diversas razões ainda que em gêneros textuais diferentes, demonstrando que o enquadramento dos textos em determinados gêneros, como hoje conseguimos definir, não era tão simples de se fazer à época.

Posto isso, como já dito no capítulo anterior, o termo literatura não estava bem consolidado quanto na atualidade, portanto, abrangia uma série de textos, ficcionais ou não, além de permitir o surgimento e consolidação de outros gêneros literários.

Isto é o que percebemos quando analisamos “Gupeva”, que é hoje lido como conto, mas que circulou em formato folhetim em suas três publicações, nos diferentes periódicos, e foi definido pela sua autora como “Romance brasiliense”, similar ao que ela diz sobre *Úrsula*, “Romance original brasileiro”, ainda que *Úrsula* tenha sido escrito e publicado de uma só vez, em formato de livro.

Outro escrito da autora que recebe a nomeação de romance é o longo poema *Elvira* que circulou n’*A verdadeira marmota* de forma seriada no ano de 1862 e foi classificado como “Romance contemporâneo” (Morais Filho, 1975).

Isto me faz inferir que a concepção de romance que Firmina conhecia não era a do gênero literário, visto que estava ainda se consolidando como tal, mas era a de histórias de amor, visto que as três obras, ainda que com finais trágicos, têm como eixo central a história de algum casal e sua paixão.

Ainda assim, considerar o subtítulo “Romance brasiliense” atribuído a “Gupeva” é interessante, pois me permite certa aproximação com a pretensão da autora e com a forma na qual circulou nos periódicos. Isto é, permite-me compreender que o intuito da autora era construir uma história de amor impossível ao passo que desejava escrever um texto pertencente ao gênero romance-folhetim, que é como eu entendo que circulou nos periódicos.

Nadaf (2002) explica que o folhetim surge na França e é um espaço nos jornais para publicações seriadas, ou seja, que têm sua continuidade em números diferentes, não incorporando apenas textos ficcionais, mas escritos diversos, inclusive, em gênero e forma.

A pesquisadora explica que, tal qual os jornais franceses que publicavam folhetins, os jornais brasileiros

privilegiaram igualmente o rés-do-chão das suas primeiras páginas para inseri-lo no já citado espaço que unia uma extremidade a outra das laterais esquerda e direita da folha, e onde se gravava a palavra FOLHETIM [...] no início de cada texto (Nadaf, 2002, p.66).

Isto é observado na primeira publicação de “Gupeva” no jornal *O Jardim das Maranhenses*, que o expõe exatamente ao final da primeira página do periódico de número 25, conforme imagem abaixo:

Figura 4 – “Gupeva” no rés-do-chão do jornal *O Jardim das Maranhenses*

Fonte: *O Jardim das Maranhenses*, Num.25, 13/10/1861

Apesar de não escrever o nome “folhetim” para designar o espaço ou o texto, é exatamente no rodapé da página que ele está publicado, com a leitura disposta na forma em que Nadaf apresenta, ou seja, da esquerda para direita e assim segue ao longo dos números do jornal.

Contudo, como já mencionado, o espaço destinado como folhetim não se restringia a publicações ficcionais ou românticas, muito pelo contrário. Sobre isso, Nadaf afirma que

Essa diversidade identifica-se com o folhetim sinônimo de *variétés* (variedades), do período inicial do surgimento do rodapé na imprensa francesa, até a descoberta da grande tirada mercantilista, o romance-folhetim, no final da década de 1830, que passou a ocupar praticamente todo o citado espaço (Nadaf, 2002, p.202).

Assim, o romance-folhetim, enquanto gênero, surge após o próprio folhetim, o espaço, e as publicações seriadas. Tanto que, enquanto o folhetim surgia no Brasil, na França já se iniciava o romance-folhetim, ou seja, um gênero ficcional e com histórias muito similares aos do melodrama (Nadaf, 2002).

No que diz respeito a esse conteúdo, cujo objetivo era prender os leitores em seus dramas a fim de consumir determinado periódico, a autora explica que

Neste ponto, lembramos a recorrência usual no romance-folhetim de estórias de amores contrariados, paternidades trocadas, filhos bastardos, heranças usurpadas, todas elas seguidas de duelos, raptos, traições, assassinatos e prisões (Nadaf, 2002, p.21).

Esta descrição está em consonância com o que acontece em “Gupeva”, visto que a narrativa apresenta um amor proibido entre irmãos, traição de uma personagem indígena com um francês e um desejo de vingança que culmina nas mortes dos personagens.

Entretanto, ao reconhecer “Gupeva”, como um romance-folhetim no século XIX, não quero desconsiderar a classificação atual do texto como um conto, visto que acredito fazer jus ao que é um gênero conto, algo que ainda não estava bem consolidado no oitocentos.

Gotlib (1988), em seu livro *A teoria do conto*, explica que a característica principal deste gênero é a unidade de efeito, ou seja, todos os elementos da história apontam para a conclusão do texto, de forma que o personagem, o espaço, o tempo, giram em torno de um único núcleo, haja vista que se trata de uma história curta.

A autora arremata afirmando que “uma característica básica na construção do conto é a economia dos meios narrativos. Trata-se de conseguir, com o mínimo de meios, o máximo de efeitos” (Gotlib, 1988, p. 35).

Desta forma, é possível encaixar “Gupeva” neste gênero, hoje consolidado, pois a narrativa gira em torno de dois casais centrais que culminam e justificam no final trágico do texto, sem excesso de acontecimentos ou personagens, pois a história basicamente é narrada no decorrer do diálogo entre Gupeva e Gastão.

Posto isso, entendo que o objetivo de Maria Firmina dos Reis, e dos próprios periódicos, era o de publicar um romance-folhetim, ainda que, atualmente, seja justa a classificação enquanto conto. Sendo assim, ao longo da minha análise, pensando uma crítica ao texto publicado no século XIX, tratarei dele como sendo um romance-folhetim.

Antes, é imprescindível tratar separadamente dos periódicos nos quais as versões de “Gupeva” circularam, apresentando suas linhas editoriais, valores, meios e formas de circulação, conforme elaboro nas subseções seguintes.

Entretanto, com o intento de facilitar a compreensão do leitor, possibilitando uma visualização geral dos três periódicos em que “Gupeva” circulou, elaborei o quadro abaixo, que apresenta o título dos jornais, o ano em que “Gupeva” foi publicado em cada um deles, e algumas das principais

características observadas ao longo da pesquisa, que revelam distanciamentos e aproximações nas suas linhas editoriais.

Quadro 2: Comparativo dos jornais que publicaram “Gupeva”

O jardim das maranhenses (1861)	Porto Livre (1863)	Eco da juventude (1865)
• Semanário literário; • Jornal destinado às mulheres; • “Literário, moral, crítico e recreativo”; • Reverenciava o belo sexo e se desculpava com os senhores assinantes; • Zeleva por uma imagem de “defensor das mulheres”.	• Grande parte está danificada; • Circulava semanalmente; • “Político, literário e noticioso”; • Recebia comunicados e correspondências e tinha muitos anúncios; • Era um jornal comercial; • Publicou folhetins famosos.	• Circulação semanal; • “Publicação dedicada à literatura; • Trazia um amontoado de textos de gêneros diferentes e a maioria era não fictício; • Temas variados dedicado à promoção da instrução; • Compromisso com a construção nacional.

Fonte: Elaboração da autora (2024).

A partir dessa apresentação imagética, trazendo um panorama geral, que possibilita uma comparação mais direta entre os jornais, portanto, mais simples,

prossigo com as próximas subseções, que tratarão os periódicos e às suas relações com a sociedade vigente de forma mais completa e complexa, reunindo outras informações que não estão expostas no quadro.

3.2.1 O Jardim das Maranhenses

O *Jardim das Maranhenses*, semanário literário da capital, na última semana de setembro de 1861, anunciava para o número seguinte a publicação do “romance brasileiro Gupeva”, de Maria Firmina dos Reis, “professora pública da Vila de Guimarães”. Fazia um ano que Maria Firmina iniciara a sua carreira literária de romancista com *Úrsula*, e agora prosseguiria com o conto “Gupeva”, adotando a temática indianista (Gomes, 2022, p.182).

Sobre este periódico, no dicionário ilustrado *Imprensa feminina e feminista no Brasil (século XIX)*, a pesquisadora Constância Lima Duarte faz a seguinte descrição de *O Jardim das Maranhenses*:

Surgiu em São Luiz, em 1861. Não é possível precisar a periodicidade, nem a data de lançamento, porque as edições encontradas são do número 13 em diante. Com quatro páginas [...] Dedicado à literatura, aceitava a colaboração das leitoras (Duarte, 2017, p. 152).

Além de ser dedicado à literatura, o frontispício do jornal ainda anuncia sua dedicação a outras temáticas ao se apresentar como “literário, moral, crítico e recreativo”, portanto, o interesse era trazer textos para o lazer sem deixar de fora a instrução das leitoras.

Era comum que os jornais apresentassem ao final do número publicado a tipografia que o imprimiu, *O Jardim das Maranhenses*, entretanto, apresenta tipografias diferentes ao final de suas edições, dentre elas: a Tipografia conservadora, a Tipografia Maranhense e a Tipografia do Comércio de Augusto Vespúcio Nunes Cascaes, mesma tipografia responsável pela publicação do jornal *Porto Livre*.

O Jardim das Maranhenses era vendido a 1000 réis por bimestre e tinha como público-alvo as mulheres, contudo, abria espaço para qualquer pessoa que tivesse interesse em publicar em suas páginas, isto pode ser verificado desde a primeira publicação do periódico que está disponível, cuja afirmação é: “A

redação aceita e publica todo e qualquer artigo, com tanto que seja concebido em termos decentes” (*O Jardim das Maranhenses*, 06 de junho de 1861).

O nome do periódico já evidencia um pouco do teor do jornal e o público ao qual se destinava, o feminino. Duarte (2017) afirma que era comum que os jornais femininos e feministas do século XIX usassem nomes similares ao do jornal aqui descrito, o que revela a organização e a intencionalidade dos periódicos em todas as suas escolhas. Sobre isto a pesquisadora afirma:

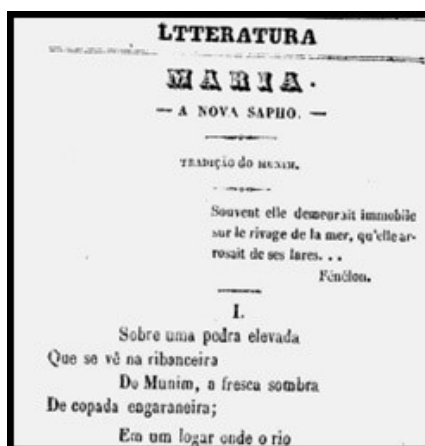
Também os títulos merecem ser observados. Muitos trazem nomes de flores (Rosa, Tulipa, Lírio, Violeta, Falena, Camélia, Jasmim, Bonina, Madressilva, Ramallete); outros se referem a objetos identificados ao público a que se destinavam (Leque, Grinalda, Brinco, Bandolim, Pérola, Esmeralda); ou a pequenas aves e insetos (Colibri, Beija-flor, Crisálida, Borboleta) (Duarte, 2017, p. 18-19).

Os textos que circulavam no periódico eram diversos, as páginas eram divididas com publicações de variados gêneros, como crônica, folhetim, charada e acróstico. Entretanto, a parte cujo nome atribuído é “Literatura” comporta apenas poemas e contos demasiadamente curtos, embora *O Jardim das Maranhenses* dispusesse, também, de uma outra seção intitulada “Poesia”, com a publicação de mais poemas. O que, mais uma vez, aponta para a questão de alguns gêneros ainda não terem se consolidado, e para a noção de mistura entre os próprios gêneros, bem como o “caos” que os jornais detinham em suas páginas, como já foi muito discutido ao longo desta pesquisa.

Ademais, isto indica que, talvez, *O Jardim das Maranhenses* não compreendesse os textos publicados em formato folhetim, ao rés-do chão do jornal, como literários, visto que, como explica Nadaf (2002), os espaços destinados às publicações seriadas, nem sempre comportavam textos ficcionais, e “Gupeva” foi publicado neste espaço, como demonstrado na subseção anterior, ao passo que o número 13 do periódico analisado intitula uma parte específica do jornal com o nome “Romance” e publica também um texto seriado, mas que não se tem como acessar a continuidade dele, pois atualmente há um hiato entre os números 13 e 21 que foram encontrados e disponibilizados.

Todavia, no que diz respeito à organização do jornal, conforme comentei acima, pode ser verificada a partir das imagens a seguir, que são do número 21 e do número 25 de *O Jardim das Maranhenses*.

Figura 5 – Seção Literatura no jornal *O Jardim das Maranhenses*



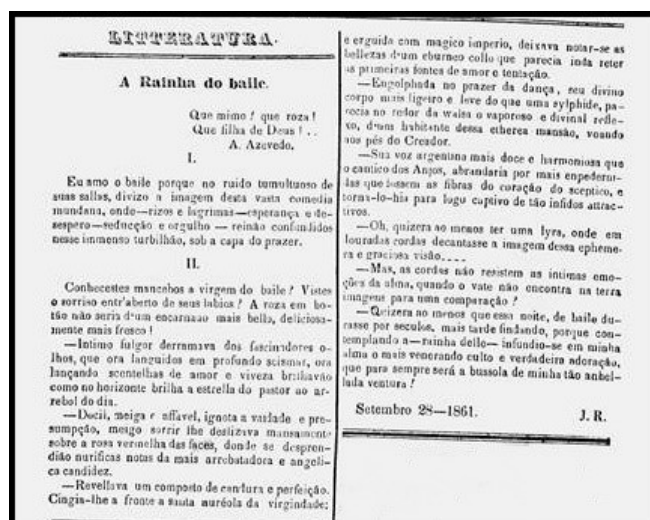
Fonte: *O Jardim das Maranhenses*, Num. 21, 06/08/1861.

Esta figura cinco comprova o que foi comentado acerca de haver uma seção própria para literatura, em que os poemas eram publicados, como o “Maria”, não assinado, que circulou em mais de uma edição, pois era um poema longo e foi dividido e publicado nos números 21, 22 e 23.

O número 24 do periódico também trouxe em suas páginas alguns poemas, dentre eles um poema de Maria Firmina dos Reis, intitulado “A vida”, mas que não está disposto na seção “literatura” ou “Poesia”, pois elas não foram demarcadas neste número, de modo que os poemas foram dispostos de forma avulsa.

O periódico traz em seus números 13, 23 e 27 a publicação de alguns contos curtíssimos na seção de “Literatura”, e de semelhante modo faz no número 25, com a publicação do conto “A Rainha do Baile”, assinado por J.R, conforme demonstro na imagem seguinte:

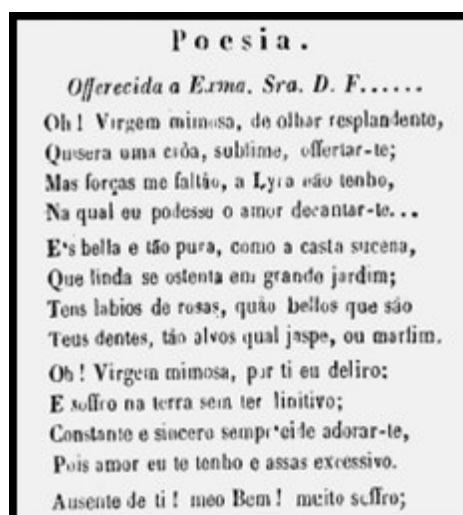
Figura 6 – “A Rainha do Baile” na seção Literatura de *O Jardim das Maranhenses*



Fonte: *O Jardim das Maranhenses*, Num.25, 13/10/1861

Na figura abaixo, está exposta a seção “Poesia”, comentada anteriormente, na qual alguns poemas eram publicados, inclusive para serem oferecidos a alguns leitores. Esta imagem comprova que, no mesmo número, poderia haver poemas na seção de “Literatura” e na seção “Poesia”, visto que se trata, também, do número 21 d’*O Jardim das Maranhenses*, publicado em 06 de agosto de 1861, quando o texto “Gupeva” circula pela primeira vez.

Figura 7 – Seção “Poesia” no Jornal *O Jardim das Maranhenses*



Fonte: *O Jardim das Maranhenses*, Num. 21, 06/08/1861.

Na terceira imagem, a figura sete, observa-se que o poema é dedicado a uma senhora, algo que aparece em outras publicações no periódico, o que revela ser uma prática comum do jornal. Ademais, há vários artigos e apresentações dos editores exaltando as mulheres e as colaboradoras do periódico, em especial a Maria Firmina dos Reis.

Havia anúncios de tons elogiosos, e era comum os jornais glorificarem as autoras, com o intento de elevar a autoestima delas e estimular que prossigam com as suas criações, como no caso de *O Jardim das Maranhenses* (Zin, 2018), pois, assim, continuariam com colaboração delas e com a assinatura de mulheres.

Duarte (2017, p.152) explica que *O Jardim das Maranhenses* foi um periódico que contribuiu muito para a divulgação da obra de Firmina, publicando não só textos em prosa, como o caso de “Gupeva”, como poemas da autora e, inclusive, o poema “Ao amanhecer e ao pôr do sol” é precedido por um agradecimento do jornal, conforme segue:

Recomendamos aos nossos leitores a poesia que abaixo vem estampada da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, distinta literária Maranhense. De coração agradecemos à S. Exc. pela honra que dá ao nosso jornal, colaborando-o (*O Jardim das Maranhenses*, 20 de setembro de 1861).

Antes dessas palavras acerca de Firmina e em agradecimento à sua contribuição ao jornal, o editor publica um artigo em que fala um pouco sobre as leitoras e os assinantes, o que nos revela um pouco mais do perfil deste periódico.

Souza (2020) afirma que *O Jardim das Maranhenses*, enquanto periódico do século XIX, é um documento histórico e, assim sendo, precisa ser problematizado como uma fonte intencional, logo, não é neutro, mas está repleto de intencionalidade.

O artigo mencionado, publicado no número 23, diz o seguinte:

Em primeiro lugar, é de rigoroso dever ao Jardim das Maranhenses com muito respeito e acatamento curvar-se ante o belo sexo e todo rendido beijar essas mãozinhas tão belas, e suplicar-lhes que desculpem a falta que involuntariamente tem cometido. E juntamente com igual respeito aos Srs. Assinantes, pede-lhes que lhe perdoe, atendendo não ser ele o culpado e sim o editor, a quem fortes motivos obrigaram ir ao interior, porém hoje se acha entre nós e promete ser pontual como antes.

O Jardim com muita atenção afiança ao belo sexo, que choroso andava por não saber notícias do seu defensor que continuará ainda com mais energia a combater pelos seus direitos (*O Jardim das Maranhenses*, Num.23, 20/09/1861).

De acordo com este artigo, é possível validar que realmente o público do jornal, como eu já vim expondo ao longo da pesquisa, era realmente um público feminino. Ademais, o jornal exaltava bastante as mulheres, tecendo-lhes elogios e, ao final do texto em questão, se roga como defensor dos direitos das mulheres.

Contudo, ainda que escrito para o “belo sexo”, o jornal era editado por homens. Souza (2020) explica que em São Luís, durante o século XIX, apesar do surgimento de inúmeros periódicos e da participação de mulheres nas colaborações, nenhum deles era realmente dirigido e escrito por mulheres, embora o público destinado fosse o feminino.

Ademais, vale ressaltar que o texto se dirige não apenas às suas leituras, mas também aos homens, tratando-os por Srs. Assinantes, que custeavam o funcionamento do jornal; e o editor pede-lhes desculpas por, provavelmente, ter passado algum tempo sem novas edições devido alguma viagem e assume o compromisso de voltar a publicar com assiduidade.

Desta forma, fica evidente que havia uma preocupação em demasia com relação a agradar os homens, ainda que o jornal fosse destinado às mulheres, visto que os maridos e pais era que se responsabilizavam pela assinatura e, por consequência, propiciava a existência e circulação do periódico.

Por fim, ainda nesta edição de número 23, há uma lista que se destaca entre as estudiosas de imprensa para mulheres aqui citadas, Souza e Duarte, publicada sob o título de “Os mandamentos das leis das moças”.

Sendo uma paródia dos 10 mandamentos que Deus deu a Moisés e que guia os religiosos judeus e cristãos, Duarte (2017) afirma que o texto tinha a intenção de divertir as moças, ao passo que alertava os pais do perigo que seria se suas filhas seguissem à risca o que ali estava escrito.

Logo, “através deste artigo, fica nítida a intencionalidade moralizante por trás do texto, repudiando os ideais de frivolidades atribuídos às mulheres” (Souza, 2020, p.435).

Algum dos mandamentos que podem ser aqui destacados para exemplificar são: amar a moda sobre todas as coisas; honrar pai e mãe enquanto

lisonjearem seus caprichos; furtar o tempo destinado às ocupações domésticas para empregá-lo em frivolidades, intriguinhas, murmúrios; desejar os namorados alheios, só pela triste vaidade de ser ver rodeada de adoradores... Ao final, o texto é encerrado com: “coitados dos pais e pobres das mães”.

Posto isso, *O Jardim das Maranhenses* realmente fazia jus aos termos recreativo e moral que estão no frontispício do jornal e “se enquadrava em uma configuração de impressos que buscavam legitimar determinados comportamentos e moralizar o público feminino” (Souza, 2020, p.435). Isto é o que nos mostra a paródia comentada, visto que fazia uso da ironia e, em tom de brincadeira, ensinava que a mulher deveria se portar de forma contrária ao que os mandamentos ensinavam.

Ao final do terceiro bimestre, o jornal publica um aviso que revelava a preocupação dos editores com as questões financeiras e o prolongamento do jornal, preocupação que, hoje, pode-se dizer legítima, haja vista que o jornal teve uma duração efêmera, saindo de circulação no ano seguinte, 1862. Além disso, confirma a intencionalidade do periódico e dos textos por eles publicados.

AVISO

O Jardim das Maranhenses finaliza o seu 3º bimestre, com o n.24 - por isso rogamos aos nossos mui dignos assinantes que hajam de continuar a apresentar-nos as suas valiosas assinaturas, para que não desapareça do campo um defensor do sexo amável. (*O Jardim das Maranhenses*, Num.23, 20/09/1861).

Portanto, ao mesmo tempo que o editor se preocupava com a manutenção financeira do jornal, realizada por homens, os quais queria agradar, também zelava por uma imagem de defensor das mulheres, que não pode ser lida como totalmente falsa ou hipócrita, pois aceitava a colaboração de mulheres e não as tratava como inferior, do contrário, as elogiava.

3.2.2 Porto Livre

Discorrer sobre o jornal *Porto Livre* é necessário para entendermos como ele pode ter influenciado na escrita de “Gupeva”, compreender o interesse do periódico nesse texto ou no próprio nome da Maria Firmina dos Reis, contudo, não há muitas referências acerca deste periódico, poucos são os pesquisadores que estudaram-no ou comentaram sobre ele, inclusive nas dissertações e livros sobre Maria Firmina.

Assim, o que for descrito ou explicado aqui, parte da minha interpretação da fonte primária, dos textos e informações que estão nas edições disponíveis do próprio jornal maranhense. Entretanto, vale salientar que o conteúdo de algumas páginas não está inteligível e alguns números estão mutilados, tornando ainda mais diminutas as informações, conforme pode ser verificado na imagem:

Figura 8 – Jornal *Porto Livre* danificado



Fonte: *Porto Livre*, Num. 69, 21/02/1863.

O *Porto Livre* foi fundado no ano de 1861 e, com base nas edições disponíveis na hemeroteca digital²⁵, perdurou pelo menos até o ano de 1865. O periódico circulava semanalmente e subscrevia-se no Escritório da Redação, número 100, na Rua de Santa Ana, o seu valor variava de acordo com o período da assinatura, sendo o trimestre 2000 réis e o semestre 4000 réis, além da folha avulsa, que também era vendida pelo preço de 200 réis.

O periódico era impresso pela Tipografia do Comércio de Augusto Vespucio Nunes Cascaes, a mesma que era responsável pela publicação de alguns números do jornal *O Jardim das Maranhenses*, embora o endereço dela ao final dos números do *Porto Livre* tenham se alterado, ele continuou sendo publicado por ela, diferente de *O Jardim das Maranhenses* que foi impresso em diferentes tipografias.

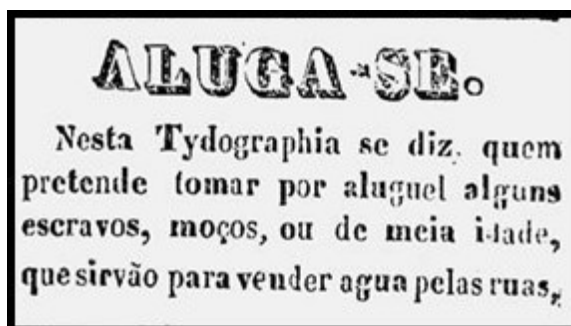
²⁵ Estão disponíveis do número 06 a 144.

Conforme o frontispício anuncia, o jornal era político, literário e noticioso e recebia textos de várias pessoas, não publicava somente materiais dos colaboradores fixos ou dos editores. Contudo, a publicação não ocorria de forma gratuita, mas mediante pagamento adiantado por cada linha publicada, caso o texto fosse de um assinante, ele teria desconto no valor da publicação.

Os textos que o jornal recebia eram diversos e incluíam “comunicados, correspondências e outras publicações, conforme o ajuste” (*Porto Livre*, 20 de março de 1862). Portanto, o periódico tinha interesse em lucrar com as publicações, ao passo que preservava sua “imagem” exigindo que os textos se adequassem ao que os editores desejavam.

Algo muito presente no *Porto Livre* são os anúncios, cujo jornal dedica uma seção específica para publicá-los, que variam entre venda de imóveis, venda de vinho, procura de empregados para o jornal, aulas particulares etc. Um dos anúncios, entretanto, que me chamou atenção foi um dos que estavam presentes na edição de número 87, publicada em 29 de agosto de 1863. Nele, lê-se o seguinte:

Figura 9 – Anúncio de aluguel de escravizados no Jornal *Porto Livre*



Fonte: *Porto Livre*, Num. 87, 29/08/1863.

Anuncia-se o aluguel de pessoas, dentre elas, escravizados para vender água pelas ruas. Isso demonstra que, apesar do nome do periódico ser *Porto Livre*, o conceito de liberdade da época e dos tipógrafos do jornal não era o mesmo do século XXI.

O questionamento que levanto, a partir deste anúncio, é: o que levaria Maria Firmina dos Reis, autora negra, antiescravista e que já havia publicado um romance demarcando claramente sua crítica ao regime vigente, colaborar num periódico que divulgava o aluguel de pessoas?

Publicar neste jornal seria incoerente com a postura abolicionista da Firmina durante toda a sua vida. Um dos episódios mais famosos da vida da autora é o da sua nomeação como professora de primeiras letras no município de Viamão. De acordo com Machado:

Em 1847, a escritora disputou com mais duas candidatas a vaga de mestra, sendo bem-sucedida. Para festejar, Leonor Reis propôs à filha fosse receber o diploma levada num palanquim por escravos de propriedade de sua tia Henriqueta. Firmina, no entanto, negou-se peremptoriamente a submeter seres humanos ao papel de carregadores de carga humana, afirmando que “negro não é animal para se ir montando nele”. E foi a pé buscar seu diploma. O episódio afirma que, desde jovem, Firmina tinha aguda percepção da escravidão (Machado, 2018, p.23).

Assim, é difícil acreditar que Maria Firmina simplesmente seria complacente com um jornal que divulga aluguel de escravizados sem uma razão plausível para o seu “silêncio”.

Quando o *Porto Livre* indica que aceita colaborações mediante pagamento, ele inclui as palavras “outros textos”, como já mencionei acima, mas não se refere explicitamente aos folhetins. Acrescentando a informação de que publicar folhetim era algo popular à época, os leitores gostavam de consumir, e que o periódico em questão publicou grandes nomes, como o Álvares de Azevedo que, a partir do número 112, vê seu *Noite na Taverna* estampado nas páginas do jornal, acredito que o pagamento pela publicação de folhetins não fora algo que os autores tivessem feito, inclusive porque o gênero perdura durante vários números e com uma quantidade extensa de linhas, o que tornaria a publicação bastante custosa.

Entretanto, a publicação de folhetins, poderia ser financeiramente boa para os periódicos, pois angariava fidelidade dos leitores, já que

A fórmula *continua amanhã* ou *continua num próximo número* que a ficção em série proporcionava ao folhetim, alimentava paulatinamente o apetite e a curiosidade do leitor diário do jornal e, obviamente, como resposta, fazia aumentar a procura por ele, proporcionando-lhe maior tiragem e, conseqüentemente, barateando os seus custos. O jornal democratiza-se junto à burguesia e saía do círculo restrito dos assinantes ricos (Nadaf, 2002, p.18).

Diferente de n’O *Jardim das Maranhenses*, cuja publicação de “Gupeva” foi encerrada abruptamente, no *Porto Livre*, ela está completa (ainda que com diferenças da versão final publicada no Eco da Juventude), isto indica que ela continuou a escrever para o periódico e finalizou o seu romance-folhetim nele.

Levanto a hipótese de que pelo nome dela já ter certa relevância e pelo texto já ter sido iniciado em outro jornal, tendo, portanto, um público interessado, a publicação seria um investimento para o *Porto Livre*, pois poderia conseguir novos assinantes, além de conservar os antigos.

Entretanto, achada uma possível explicação para o jornal publicar um conto indianista em meio a publicações de aluguel de escravizados, é necessário compreender o porquê de Firmina aceitar colaborar para o devido jornal. Apesar de menos honrado, é provável que o tenha feito por dinheiro, visto que reconhecida enquanto literata ela já era, mas enquanto neta de ex-escravizada, vindo de família não abastada, que trabalhou a vida inteira como professora e foi mãe solo de crianças adotivas, vivendo na vila de Guimarães, acredito que a situação financeira não era boa.

Sobre isso, Souza (2020) explica que as mulheres conseguiram papel de atuação na docência, mas não eram boas as condições materiais para sua atuação. A historiadora complementa que

Maria Firmina dos Reis ao assumir a cadeira na Vila de Guimarães deparou-se com a escassez de recursos financeiros, além dos poucos recursos da província, número insuficiente de edifícios para as aulas, de objetos e livros e baixa frequência dos alunos (Souza, 2020, p. 70-71).

Assim, realmente é possível inferir que Maria Firmina não era detentora de muito capital, de forma que não seria surpresa se a autora, como outros escritores do século XIX, vendesse seus textos para que fossem publicados nos jornais da época.

Inclusive, ao abordar a publicação de “Gupeva” no referido periódico, a historiadora propõe que a escolha do texto não foi ocasional, mas por já ser um texto com alguma popularidade.

No *Porto Livre*, o conto indianista circulou completo de 9 de fevereiro a 21 de maio de 1863 no corpo do jornal. O primeiro capítulo só foi noticiado como “Gupeva romance brasiliense”, sem menção a autora, entretanto, o nome de Maria Firmina dos Reis foi escrito após o final da história. Em nenhum momento o jornal em questão transmite sua opinião sobre a respectiva obra de Maria Firmina dos Reis, apenas a transcreve. Mesmo não realizando uma análise crítica da obra, o fato de “Gupeva” ter sido transcrito em tão pouco tempo desde a sua estreia em *o Jardim das maranhenses* mostra que o conto pode ter sido recebido com relativo sucesso pela sociedade maranhense oitocentista (Souza, 2020, p. 105).

Diferente de *O Jardim das Maranhenses*, que sempre elogiava as colaborações de Maria Firmina e louvava o chamado belo-sexo, visto que era um jornal destinado ao público feminino e se orgulhava de ter produções de Firmina em suas páginas, o *Porto Livre* não publicava artigos opinando sobre a obra da autora ou exaltando-se por tê-la como colaboradora, a publicação de “Gupeva” parecia realmente uma transação comercial, inclusive, a seção em que foi publicado recebe o título de “TRANSCRIÇÃO”, reforçando o que Souza (2020) afirmou acima.

Ademais, os periódicos que publicaram “Gupeva” eram de caráter político e literário, o *Porto Livre*, porém, também era noticioso e comercial (Souza, 2020), assim, prezava pelo lucro e pelo aumento do público, algo visível na quantidade de notícias e divulgações publicadas na página do jornal, ultrapassando, inclusive, o número de textos de teor literário.

3.2.3 Eco da Juventude

O jornal *Eco da Juventude* era publicado na Tipografia de Belarmino de Mattos, logradouro Rua da Paz n.7, e vendido por dois mil reis por 3 meses. Trata-se de um jornal com o quantitativo de quatro folhas por número, o equivalente a oito páginas, que teve duração de 1864 a 1865, com a publicação de vinte e quatro números, que circulavam semanalmente.

É interessante notar que a Tipografia de Belarmino de Mattos foi a mesma responsável pela impressão de vários jornais e coletâneas com os quais Firmina colaborou, assim, Souza se apoia

na ideia de que a Tipografia de B. de Mattos foi um espaço importante na aproximação e fortalecimento de laços entre intelectuais auxiliando na consolidação da carreira literária de Maria Firmina dos Reis (Souza, 2020, p. 100)

Ademais, acredita que o período em que Firmina menos publicou pode ter a ver com a morte do Belarmino de Mattos que, como já dito, foi indispensável para a circulação dos textos da autora.

Dito isto, voltando a caracterização do *Eco da Juventude*, o primeiro número deste periódico circulou no dia 11 de dezembro de 1864 e, apesar de ter no seu cabeçalho a caracterização de “publicação dedicada à literatura”, o periódico é um amontoado de textos, majoritariamente não fictícios, como os que conhecemos hoje por artigos de opinião, anúncios e ensaios, revelando a multiplicidade de sentidos que o termo “literatura” carregava no século XIX.

O jornal não apresenta uma estrutura fixa, é uma miscelânea que se ocupa de artigos que versam sobre temas diferentes e de várias autorias. Em alguns números apresentam uma seção chamada “Pensamentos”, em que há frases ou textos curtos com pequenas reflexões acerca da vida, do comportamento cortês e da crença divina de alguns pensadores, como Laménais e Lacordaire.

Os textos não literários são escritos, neste jornal, de forma seriada, dividido em capítulos e sendo publicados em diferentes números, a exemplo o texto filológico “A origem da linguagem”, assinado por “F.”, posteriormente revelado como “Raymundo A. da Fonseca”, em que o autor discute o surgimento da linguagem a partir de uma criação divina ou construção humana.

De tal modo acontece com o intitulado “Estudos geográficos”, cujo autor não é revelado, e com o texto “A escravatura no Brasil”, de V. de Carvalho, e tantos outros escritos. Isto comprova a variedade de materiais que foram publicados no periódico e a multiplicidade de temas que ele abrangia dentro da sua percepção do termo literatura.

Ainda que tenha tido uma frequência de publicação semanal, a sua estrutura “flexível”, sem tanta organização e com uma variedade de temas e áreas nas publicações, assemelha-se aos jornais cujas publicações ocorriam de forma diárias, pois “as colunas, por sua vez, também não tinham lugar fixo, nem mesmo o folhetim, carro-chefe de muitos jornais, que passava para a segunda página se havia algo mais importante para ser colocado em seu lugar” (Barbosa, 2007, p.36).

Entretanto, apesar de possuir uma estrutura caótica, como diz Barbosa (2007), o *Eco da Juventude* apresenta, a partir de suas publicações, uma linha editorial humanista e preocupada com as questões sociais da época, embora vislumbrando, ainda, um determinado progresso ou uma determinada construção civilizacional.

Martins, ao traçar breve panorama histórico da imprensa literária no Maranhão oitocentista, afirma:

Outro periódico literário de alguma importância para a consolidação do mundo literário no Maranhão oitocentista foi o *Eco da Juventude* (1864-1865), “publicação dedicada à litteratura” que reuniu um conjunto menos expressivo de literatos que ocupavam o cenário das belas-letras maranhenses, entre os quais se destacava a professora e escritora Maria Firmina dos Reis, autora do romance de tema abolicionista *Úrsula* (1859), considerado a primeira ficção do gênero escrita por uma brasileira e um dos primeiros romances de autoria feminina no Brasil. No *Eco da Juventude* a ficcionista e poeta maranhense publicou alguns poemas e a pequena ficção em forma de folhetim, “Gupeva, romance brasiliense”, publicada entre os números 14 e 17 do periódico. Chama também atenção a publicação da série de artigos intitulados *Bosquejos de literatura brasileira*, assinado pelo colaborador R. Lemos, um dos mais assíduos do periódico. O autor, bastante influenciado pelo pensamento filosófico, talvez seja o mais eminente discípulo de Victor Cousin no Maranhão, professando em seus textos o ecletismo cristão típico dos intelectuais e literatos do período joanino e da primeira regência no Brasil, a exemplo de Monte Alverne e Gonçalves de Magalhães. Em seus *Bosquejos de literatura brasileira*, o pesquisador maranhense procura demonstrar a tese romântica da emancipação da literatura brasileira ainda no século XVIII, a partir do grupo mineiro formado por Cláudio Ricardo André Ferreira Martins Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Inácio José de Alvarenga Peixoto, seguindo de perto as idéias de Cousin, Villemain e Guizot (Martins, 2010, p.120-121).

Desta forma, é perceptível que o *Eco da Juventude* foi um jornal relevante no que diz respeito à literatura e ao ensino, valorizava a publicação de diferentes intelectuais e se destacou, também, devido às publicações de Firmina.

Ademais, conforme o historiador da literatura afirma, o periódico deu voz a autores que escreviam acerca da emancipação da literatura brasileira, demonstrando ter um interesse na autonomia e construção de uma literatura própria, por isso o “investimento” em obras indianistas, visto que, como mostrado anteriormente, a literatura indianista assumiu a responsabilidade de criar um símbolo nacional.

Na primeira publicação do *Eco da Juventude*, há uma introdução não assinada, que suponho ter sido escrita pelos editores, já que se trata de uma apresentação do conteúdo do jornal e do seu objetivo.

Neste texto, há a concepção do homem enquanto ser superior aos demais animais, por possuir consciência e racionalidade que precisa ser alimentada pelos saberes e conhecimentos que serão fornecidos por meio do periódico em questão, conforme trecho:

Ele é um ente pensante, e isto não necessita demonstração, é axiomático: logo o homem deve pensar, cultivar o espírito, cavar a luz, que é o mais gigante *fiat* da inteligência, pois a luz é a verdade, e na verdade se resume tudo; porque nela se acham incluídos os três objetos que formam a missão da humanidade no mundo (*Eco da Juventude*, Num.1, 11/12/1864).

O artigo faz também uma crítica à busca material e louva-se a busca pela verdade, proveniente de um esforço intelectual, para isto, cita-se alguns pensadores como Platão e Confúcio, e, guiados pelos “ensinamentos” de tais filósofos, conclui-se que

Nós, pois convictos destas verdades fundamentais, cômicos destas antigas práticas, ousamos hoje apresentar ao público maranhense o *Eco da Juventude* que tem por fim, na defesa da verdade, percorrer orbita puramente literária (*Eco da Juventude*, Num.1, 11/12/1864).

Como já mencionado, há uma série de textos não ficcionais, no primeiro número, por exemplo, há apenas um poema e todos os demais escritos são sobre questões filosóficas, filológicas ou notícias, como um artigo que noticia e comemora o fim da pena de morte em Portugal.

Trata-se de um periódico bem democrático, com conteúdo bastante diverso, visto que há artigos em que o autor critica o avanço e as revoluções, pois considera que a sociedade já não dá a devida importância à religião cristã, ao passo que há artigos que celebram o progresso e advogam, entre outras coisas, a favor do fim da escravidão no Brasil.

O jornal *Eco da Juventude*, abordando temas variados como literatura, filosofia, história e religião, tinha como intento “promover o acesso à instrução pública para todos os cidadãos da província” (Zin, 2019, p. 36). Informação esta que vai ao encontro da afirmação de que o jornal assumia um papel de educador, devido à escassez de escolas e livrarias no oitocentos (Barbosa, 2007).

Ainda sobre o *Eco da Juventude*, Zin (2019) acrescenta que foi nesse jornal que Firmina publicou alguns dos seus poemas e a versão final de seu conto “Gupeva”, que foi impresso nos números 14 a 17. Por se tratar de uma “publicação dedicada à literatura”, como anuncia seu frontispício, esse jornal conseguiu reunir um conjunto expressivo de novos literatos que almejavam ocupar o cenário das belas-letras, dentre os quais, Maria Firmina dos Reis (Zin, 2018, p.19).

A primeira aparição da autora neste periódico foi no número 08, de 29 de janeiro de 1865, com a publicação de um poema com teor romântico, intitulado *T...* e, no número seguinte, ela publica um poema indianista já revelando seu interesse na temática e sua percepção sobre os povos indígenas.

O CANTO DO TUPI

Sou filho das selvas – não temo o combate,
 Não temo o guerreiro, - guerreiro nasci;
 Sou bravo, - eu invoco do bravo valor,
 Sou filho de um bravo, valente tupi.
 Na marcha para guerra, se invoco Tupã
 Tupã me responde na voz do trovão;
 Entesa-se o arco, desprende-se a flecha,
 E o fraco reclina seu rosto no chão.
 Sou filho das selvas – nas selvas nasci,
 Sou bravo guerreiro, só amo o lidar;
 Se tribo inimiga correndo aí vem,
 Ao campo, sanhudo, vou só pelejar.

[...]

MARIA FIRMINA DOS REIS (*Eco da juventude*, Num.9, 05 de fevereiro de 1865).

Neste trecho do poema, já é possível perceber a visão que a autora tem dos povos indígenas e como esta visão se reproduz nas representações criadas em “Gupeva”.

Semelhante aos poemas de Gonçalves Dias, revela-se nesse texto da autora a imagem de um indígena guerreiro, pronto para destruir seu inimigo e, comumente na literatura indianista, nomeado de Tupi, sem o entendimento das divisões e subdivisões que surgem desta etnia, algo que será reparado no romance-folhetim que ela publicará mais à frente no mesmo periódico.

Inclusive, nas edições em que “Gupeva” circula há um poema de autoria de Juvenal Galeno, publicado de forma seriada, intitulado *O cantor dos Timbiras* e dedicado a Gonçalves Dias. Sobre isso, Martins afirma:

Em suas páginas também se fez ardente defesa da memória de Gonçalves Dias, dando início a uma campanha pela construção de um monumento em homenagem póstuma ao vate maranhense [...]. O *Eco da Juventude*, portanto, era um dos índices do processo de maturação e fixação das tradições literárias e intelectuais maranhenses, possuindo o seu panteão de nomes célebres, dos quais já se orgulhava a província (Martins, 2010, p. 121).

Desta forma, empenhado realmente em agregar à cultura e criar uma tradição literária, o jornal não só publicava os textos, como louvava os nomes importantes da literatura e elogiava os autores e os textos que publicavam em seus números.

Um exemplo disto é que, no número 09, de 05 de fevereiro de 1865, foi publicado um texto chamado Literatura Portuguesa, assinado por Zero, mas antes da publicação em si, há uma nota que diz:

Entendendo que não devíamos privar aos leitores deste jornal do interessante e proveitoso trabalho, que se está publicando no Jornal do Comércio do Rio, sob o título – literatura portuguesa – passamos hoje a transcrevê-lo em nosso jornal (*Eco da Juventude*, Num.9, 05 de fevereiro de 1865).

Desta forma, é evidenciado o cuidado do jornal com as publicações que são feitas por eles, pois os textos transcritos são selecionados e aprovados de antemão como enriquecedores para o público, tanto em termos de escrita como de conteúdo, corroborando o que Martins (2010) fala acerca dos textos sobre e para instrução pública.

O romance-folhetim indianista de Firmina também foi agraciado com uma nota elogiosa antes de ser efetivamente publicado, o editor escreveu:

Começamos hoje a estampar o romance “Gupeva”, trabalho da talentosa maranhense, Maria Firmina dos Reis, cuja tenacidade nos labores literários, e amor ao estudo são bem conhecidos do público. Essa composição ligeira, porém onde revela-se o talento de sua hábil autora foi-nos ofertada por a mesma, que a cuidadosamente corrigiu para ser publicada neste jornal. Seja a publicação do “Gupeva” um estímulo às mais senhoras que cultivam as letras, porém uma modéstia condenável as têm conservado no silêncio e obscuridade. Aos ilustrados leitores recomendamos que o leiam, e sejam indulgentes para as lacunas, que por ventura encontrem (*Eco da Juventude*, Num. 14, 12 de março de 1865).

Posto isso, as publicações de Maria Firmina dos Reis neste periódico foram avaliadas e alterações foram requeridas para que “Gupeva” circulasse no jornal em questão, ainda que, como mencionado, havia um interesse em obras “nacionalistas”. Contudo, é perceptível uma mudança na escrita da autora, ao passo que a caracterização de alguns personagens e da história contada pelo Tupinambá são desenvolvidas de forma mais elaborada que nas outras duas publicações anteriores.

Por fim, fica evidente o interesse mútuo na publicação de “Gupeva” no periódico em questão, visto que a própria Firmina cedeu o texto para o jornal, ao passo que também foi elogiada pelo editor, que ressaltou o fato de Firmina ser reconhecida e solicitou que os leitores desfrutassem do trabalho que revelava o hábil talento da autora.

3.3 UMA ANÁLISE DO CONTO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES DAS IDENTIDADES

Ao contrário dos textos antiescravista e abolicionista de Maria Firmina dos Reis, considero o seu “Gupeva”, *romance brasiliense* uma obra que reforça os estereótipos negativos relacionados aos povos indígenas, isto porque o contato que a autora tinha com as pessoas escravizadas e que contribuíram para uma caracterização verossímil e humanizada dos negros em “A escrava” e *Úrsula*, como tratarei no capítulo seguinte, não fora o mesmo com os povos originários.

Posto isso, as representações dos indígenas em “Gupeva”, não difere substancialmente das de outras obras indianistas, como comprovei a seguir, a partir da análise não só dos nativos brasileiros, mas sob o prisma das categorias de gênero e raça, considerando as nacionalidades e etnia dos personagens.

Em *O Jardim das Maranhenses* (13 de outubro de 1861) e o *Porto Livre* (09 de fevereiro de 1863), o narrador de “Gupeva” apresenta Gastão, protagonista da narrativa, da seguinte forma:

Recostado ao castelo de proa, com os olhos fitos em terra, como que devorava por um frenético desejo, desenhava-se a forma esbelta, e juvenil de um belo mancebo, cujo uniforme de marinha, fazia sobressair, com os finos traços de suas feições aristocratas, a brancura de uma pele levemente crestada pela ardentia do sol.

Esta é a primeira apresentação de Gastão no texto e algumas características são de extrema relevância na representação do jovem europeu. Num primeiro momento, ressalta-se que ele é jovem, esbelto e bonito, o que já seria suficiente para demarcar um herói romântico que expressaria seu amor exacerbado por alguma donzela, contudo, para o desenrolar da narrativa e a problemática acerca da mistura das raças que Firmina desenvolverá mais a frente, é necessário que outros adjetivos sejam postos para definir e demarcar a identidade de Gastão.

Assim, o narrador diz que o mancebo tinha traços finos, suas feições eram aristocratas e sua pele branca. Chama-me atenção a adjetivação para as feições, pois o que seriam feições aristocratas? Aristocratas são membros da aristocracia, portanto, fidalgos, nobres. Ao afirmar que Gastão tem “feições aristocratas” o narrador o coloca num lugar de superioridade, de poder, de uma

beleza que destoava a dos jovens brasileiros, visto que os aristocratas eram homens que possuíam privilégios herdados.

Deste modo, ao analisar a identidade de Gastão como homem europeu, portanto, branco, pertencente de uma elite da aristocracia, ao afirmar e reforçar essas características, Firmina demonstra que a construção da identidade de Gastão está relacionada ao que Bento afirma em seu livro *O Pacto da branquitude*:

O discurso europeu sempre destacou o tom da pele como a base principal para distinguir status e valor. As noções de “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos” evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa (Bento, 2022, p.28).

Isto é evidente quando Alberto, amigo português do protagonista francês, questiona-o sobre sua paixão e apela para o sangue nobre do rapaz ao passo que ressalta a selvageria que ele atribui a Épica, por ser indígena. Ele diz: “A antiga nobreza de teus antepassados, o orgulho de teu sangue, não se revoltam contra essa paixão insensata? [...] preferes o amor de uma selvagem a grandezas que te esperam?” (*Porto Livre*, 21 de fevereiro de 1863).

Tal provocação feita pelo amigo de Gastão, imbuída de superioridade e colonialismo, está presente no texto que circulou n’*O Jardim das Maranhenses* também. Contudo, no *Porto Livre*, há ainda outras adições que revelam a mentalidade colonialista e preconceituosa dos personagens de “Gupeva”, inclusive quando o aparente intuito seria elogiar a indígena.

Logo no início, é apresentada a terra que o navio dos marinheiros está atracando, é informado que se trata da Bahia, contudo, ao descrever a população do local, diz-se que é pequena, portanto, tem poucos habitantes e que eles são “ainda incultos” e “quase selvagens”.

Ademais, ao longo da narrativa, quando o ambiente é explorado, fala-se do mar, do céu e das matas, exaltando o natureza como em qualquer outra narrativa indianista, o narrador lança mais um comentário: “Sem dúvida nesse lugar outrora solitário, hoje populoso e civilizado...” (*Eco da juventude*, 12 de março de 1865), o que indica que enquanto havia poucos habitantes e estes eram predominantemente indígenas, o local era habitado por selvagens, “hoje”, ou seja, no momento em que a narrativa é contada, há mais moradores e o lugar é civilizado, não mais apenas dos nativos.

Ainda que Firmina fosse uma autora negra, ela estava dentro de um contexto cujas ideias eram majoritariamente europeias e o interesse dos intelectuais brasileiros era criar uma literatura com um símbolo nacional, mas sem deixar de lado as influências europeias, muito pelo contrário, pois como demonstrei no capítulo anterior, havia um ideal civilizatório que se almejava e que se faz presente em “Gupeva”.

Sobre isso, Dorrico, pesquisadora indígena da etnia Macuxi expõe que

Não podemos dizer que os indianistas, desde José de Alencar a Gonçalves Dias, pretendiam ser porta-vozes da cultura indígena, mas sim que queriam representá-la de acordo com os pressupostos de matriz ocidental que justificaram a colonização sobre os povos originários nas paragens tropicais brasileiras (Dorrico, 2018, p.234).

Maria Firmina dos Reis, ao dar a sua contribuição para literatura indianista, acaba fazendo o mesmo, pois em vários momentos apresenta um discurso europeizado, buscando um ideal civilizatório e produzindo estereótipos que estão sendo desconstruídos até hoje, ainda que a intenção da autora possa não ter sido esta, visto que possui um olhar humanizado quando se trata de personagens escravizados.

Contudo, por ser negra e próxima de pessoas escravizadas, ver de perto o sofrimento dessas pessoas, identificar-se elas, possibilitou o surgimento da sua literatura antiescravista e, posteriormente, abolicionista, mas a atenção que a autora deposita em seus personagens escravizados, permitindo-os relatar suas dores, construindo-os sem estereótipos, com o intuito de “conscientizar” seus leitores, não é realizada do mesmo modo em “Gupeva”, algo que pode ser comprovado com mais trechos das publicações do romance-folhetim nos periódicos.

O indivíduo aprende a comportar-se de determinada maneira pela força da educação. Se a sociedade a que pertence engendra no indivíduo ideias que permitam uma leitura unilateral de outra sociedade, fatalmente ele crescerá tendo uma leitura unilateral de outra sociedade, fatalmente ele crescerá tendo seus pressupostos teóricos e sua visão de mundo como determinantes na avaliação dos outros povos (Munduruku, 2009, p. 21).

É exatamente desta forma que enxergo a literatura indianista produzida por Firmina, pois ela não só reproduz determinados estereótipos em “Gupeva”, como o faz em seu poema indianista *O canto do Tupi*, que é similar ao *I-Juca Pirama*, de seu contemporâneo e conterrâneo Gonçalves Dias, cujo indígena é

alçado a símbolo nacional representado pelo indígena bravo, guerreiro das matas brasileiras, um herói medieval do Brasil.

As alterações entre os textos publicados em *O Jardim das Maranhenses* e no *Porto Livre* são poucas, na verdade, trata-se de acréscimos na segunda publicação, e não alteram o enredo da história, mas para esta investigação elas são importantes, pois tratam especificamente da forma como Firmina descreve as identidades.

No *Porto Livre*, Firmina adiciona informações sobre os personagens e falas em que um personagem disserta sobre outro, levando o leitor a conhecer os pensamentos, as ideias, opiniões e visões dos personagens, exemplificando o pensamento da sociedade oitocentista.

Em sua maioria, os acréscimos que tratam das identidades também estão presentes no *Eco da Juventude*, excetuando-se uma parte do diálogo entre Gastão e Alberto em que cada um expõe a sua visão sobre a indígena Épica. Alberto afirma: “Aflige-me ver-te assim apaixonado por uma brasiliense, por uma indígena da Bahia, por uma moça sem educação, por uma pagã” (*Porto Livre*, 21 de fevereiro de 1863), aqui, fica evidente a concepção que o português tem, ele enxerga os povos indígenas como sem educação, condenados ao inferno, visto que são pagãos e, obviamente, não considera o relacionamento como positivo, a ponto de ficar aflito com ele.

Em contrapartida, ao tentar se impor ao amigo e convencê-lo de que tal relacionamento é bom e que Épica faz jus aos critérios europeus de excelência, ainda que nascida e criada em terras brasileiras, Gastão aponta características que embora positivas colocam a tupinambá num lugar que não é dela, não exalta elementos de sua cultura, de sua formação, mas a trata como uma heroína romântica, algo que também é feito pelo narrador, na publicação do *Eco da Juventude*, ao tratar da outra Épica, a mãe da amada de Gastão, cujo nome é o mesmo.

Almeida (2019) explica que os franceses e os portugueses tinham percepções diferentes sobre os indígenas. Os franceses tinham maior tolerância com os costumes dos povos nativos e, inclusive, alguns adotavam determinados costumes dessas populações, mas Gastão, embora com outro olhar e, também, apaixonado pela Épica, como já dito, não chama atenção para nenhuma característica própria da tupinambá e nem para nenhum costume de sua cultura.

Gastão, portanto, diz a Alberto:

Tu te enganas, essa moça não é Pagã. Os índios chamam-na Épica; mas seu nome de batismo, é o de uma santa, ela chama-se Maria. Sua educação, e o talhe de suas feições [...] Ela reúne à todas as perfeições europeias, o encanto, e a sedução das mulheres do seu país... Alberto, não há mulher alguma em toda a Europa que tenha a doce amabilidade das filhas do Brasil, que sem que o queiram despertam amor, e adoração. [...] Épica é um anjo, juma fada, uma mulher enfim, que se não pode ver sem adorar: Épica, é uma parcela de céu, a vagar na terra, em forma de mulher. É ela, o anjo, que presidiu meu nascimento, é a visão celeste, e arrebatadora da minha infância, é a mulher, com que meu coração sonhava nos anos da adolescência. [...] o homem cai a seus pés, e rende-lhe culto de respeitosa adoração (*Porto Livre*, Num.69, 21 de fevereiro de 1863).

Esta descrição não está presente na terceira versão, talvez porque Firmina tenha percebido que não tinha como Épica ter educação europeia ou algo que o valha, já que nunca saiu do Brasil. Entretanto, descrição semelhante é feita à mãe de Épica, como já mencionado, esta sim viajou para França e lá se converteu ao catolicismo, aprendeu determinados comportamentos etc.

Quando Épica [mãe] volta com Paraguaçu para a Bahia, o guerreiro indígena, Gupeva, e o Cacique, pai de Épica, estão lhe aguardando, e ao relembrar o ocorrido e relatá-lo a Gastão, Gupeva descreve que a sua amada

trajava ricos vestidos à europeia. Apertava-lhe a cintura delgada, e flexível, como a palmeira do deserto, um cinto negro de veludo, e as amplas dobras do seu vestido branco envolviam-lhe o corpo mimoso, delgado, como a hasta da açucena a beira-rio. [...] Era todo artifício aquele trajar até então desconhecido do moço índio; ele sentiu repugnância em ver aquela, que era tão simples no meio da solidão, ornar-se agora de trajes, que faziam desmerecer sua beleza, e seus encantos... (*Eco da Juventude*, Num.16, 26 de março de 1865).

Mais à frente, o narrador relata que os trajes usados pela indígena, que outrora deixou o mancebo afligido, agora realçavam a beleza de Épica, além de acrescentar que ela “era a mesma virgem das florestas, com a diferença única de uma inteligência cultivada pelo trato europeu” (*Eco da Juventude*, Num. 16, 26 de março de 1865).

Assim, evidencia-se que o pensamento de superioridade da cultura europeia está marcado no texto não apenas por parte dos personagens francês e português, mas também por parte do indígena que, no primeiro momento, achou muito estranho a vestimenta da sua prometida, contudo, em seguida, não só achou a personagem mais bonita à moda europeia, como afirma que estava mais culta, elegante e inteligente.

Os trajes que Épica estava vestindo eram comuns no século XIX não só na Europa como no Brasil Império também, Mary Del Priore descreve bem como as roupas femininas eram o que acabavam provocando nas mulheres, além da ideia de heroína romântica que era projetada na mulher a partir de suas vestimentas. Segundo a historiadora:

A cintura feminina era esmagada ou triturada por poderosos espartilhos, acentuando os seios aprisionados nos decotes - o peito de pomba - e o traseiro, aumentado graças às anquinhas. Tal armadura era responsável, segundo os médicos mais esclarecidos, por problemas respiratórios e hemoptises que, de resto, ajudam a desenhar a figura da heroína romântica, “a pálida virgem dos sonhos do poeta”, doente do pulmão (Del Priore, 2016, p. 367).

Apesar da ironia no escrito da historiadora, o romance-folhetim de Firmina relata bem como era a percepção oitocentista sobre a mulher e como a literatura a representava. Via de regra, os romances ultrarromânticos, tratavam as mulheres como santas imaculadas ou bruxas, anjos ou demônios, sempre na dicotomia entre o que seria ideal e aceito e o que era abominável no que diz respeito ao comportamento feminino da época.

Posto isso, é perceptível que Gastão trata a sua amada como uma musa idolatrada, angelical e perfeita, como nos moldes românticos, ao passo que Alberto se responsabiliza por mostrar um outro lado, visto que não aprova a união do casal. Desta forma, ele alerta:

Vai, Gastão, vê essa mulher que te fascinou, como fascina as cobras do seu país a míseros pássaros. Tu também és um pássaro, nascido em regiões estranhas, que levantaste o teu voo, atravessaste os mares, e pousaste amoroso nas franças do pau d'arco americano; Gastão, não te deixes atrair da serpente venenosa: goza um momento disso, a que chamas a tua felicidade; mas desprende novamente o voo (*Eco da juventude*, 12 de março de 1865).

Com isso, o discurso aqui apresentado é o de que a mulher tem o poder de enfeitiçar, tal qual uma bruxa, levando o homem para a sua perdição, de forma que ele precisa ter cuidado e retornar, não se deixando destruir pela “serpente venenosa”.

Apesar de Épica ter ido para Europa com sua amiga e lá ter se batizado na religião católica e ter aderido a determinados comportamentos e gostos, ela não deixou de ser uma nativa brasileira e de ter sido criada nas terras da Bahia.

Desta forma, ainda que Firmina coloque em Épica muitas das características da mulher romântica, ela não deixa de afirmar que a moça é

indígena tupinambá. Isto corrobora com o próprio conceito de identidade trabalhado no capítulo primeiro desta pesquisa e se relaciona intimamente com o que a historiadora Maria Regina Celestino Almeida advoga ao tratar dos indígenas na história do Brasil. De acordo com a professora:

Entende-se, hoje, as identidades como construções fluidas e cambiáveis que se constroem por meio de complexos processos de apropriações e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem. Assim, se os povos indígenas foram capazes de reelaborar, em situações de contato, suas culturas, fizeram o mesmo com suas identidades (Almeida, 2010, p. 24-25)

Portanto, ainda que Épica tenha passado por um processo de “aculturação” em que os europeus tentaram padronizá-la de acordo com a cultura europeia, ela não deixa de ser uma Tupinambá, tampouco deixa de voltar para sua terra, para sua cultura e para o casamento que seu pai lhe arrumara, ainda que estivesse gestando um filho de um francês.

Este processo é fruto de uma abstração civilizatória que não permite a diversidade e nega a pluralidade das formas de vida, de hábitos e de existência. O que se oferece, na verdade, é um cardápio comum, com o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua, como aponta Krenak (2020). Isto passa a constituir “uma humanidade que exclui todas as outras e todos os outros seres” (Krenak, 2020, p. 47).

E o autor indígena reforça isso ao dizer que os brancos invadem a existência dos povos originários, isto é, coloca sobre eles seus costumes, crenças, valores, negando e apagando as tradições dos povos nativos, cometendo não só violência física, como simbólica também (Krenak, 2020).

Embora em “Gupeva” esteja evidente o processo de aculturação e de dominação de uma cultura a outra, representada na forma como Épica volta da França, ainda que a identidade da indígena permaneça na reafirmação de que é uma tupinambá, mais uma vez reforço que nela é projetada a imagem de heroína romântica, visto que a percepção de Firmina ao descrever uma mulher indígena difere completamente da visão que os próprios indígenas têm, a exemplo do que Potiguara, a primeira autora indígena, relata, ao escrever sobre a personalidade das mulheres.

Com relação à cultura indígena, a mulher é uma fonte de energias, é intuição, é a mulher selvagem não no sentido primitivo da palavra, mas selvagem como desprovida de vícios de uma sociedade dominante,

uma mulher sutil, uma mulher primeira, um espírito em harmonia, uma mulher intuitiva em evolução para com sua sociedade e para com o bem-estar do planeta Terra. Essa mulher não está condicionada psicológica e historicamente a transmitir o espírito de competição e dominação segundo os moldes da sociedade contemporânea. O poder dela é outro. Seu poder é o conhecimento passado através dos séculos e que está reprimido pela história. A mulher, intuitivamente, protege os seios e o ventre contra seu dominador e busca forças nos antepassados e nos espíritos da natureza para a sobrevivência da família. Todos esses aspectos foram mais preservados do que no homem (Potiguara, 2019, p. 46).

De acordo com Potiguara, a mulher indígena faz parte do todo da natureza, as ações reverberam na preservação do planeta e de seus costumes, suas tradições, ela é forte, entende o seu lugar, não exteriorizando em si vícios de um povo dominante.

A indígena valoriza a oralidade e adquire o seu conhecimento por meio da sua ancestralidade, do seu povo, não deixando de lado os ensinamentos de sua aldeia, tampouco entregando-se facilmente aos exploradores, do contrário, protege sua etnia e sua cultura.

A forma como Firmina descreve a mulher indígena e expõe os pensamentos dos personagens sobre as duas Épicas é a mesma com a qual retrata Úrsula e Adelaide no único romance publicado em formato de livro, o que reforça a minha defesa de que a autora descreveu as indígenas como as mulheres brancas e indefesas do romantismo.

Tanto que o matrimônio que se estabelece entre Épica e Gupeva rememora as relações matrimoniais comuns no Império brasileiro entre os brancos, um casamento monogâmico, firmado perante a igreja católica e cuja noiva deveria ser virgem.

Épica, ao voltar da França grávida do pai de Gastão, provoca uma ira absurda em Gupeva, que a assumiu enquanto esposa, mas o que chama atenção é a frase dita pelo tupinambá ao narrar a história, ele diz: “esse homem que acabava de receber a mulher impura e maculada pelo filho da Europa” (*Eco da Juventude*, 02 de abril de 1865).

Inclusive, na versão que circulou no *Porto Livre*, outras expressões são atribuídas à Épica, como “mulher criminosa”, mesmo que ela ainda não tivesse sido prometida a Gupeva. Isto ocorre porque era vista como um valor supremo no século XIX, de forma que o corpo da mulher deveria “ser protegido, fechado

e possuído. Daí a importância atribuída ao hímen e à virgindade. [...] Faz da castidade e do celibato um estado superior” (Perrot, 2019, p.64).

Desta forma, tal qual as tramas românticas do século XIX, em que as mulheres deveriam ser imaculadas, há o mesmo peso e a mesma mancha posta quando se trata de Épica, o corpo feminino dela está sendo tratado da mesma forma do corpo de qualquer mulher branca e burguesa do oitocentos.

Entretanto, de acordo com Caires (2012), a sexualidade das mulheres tupinambás não era restrita aos laços matrimoniais, pois as indígenas não estavam presas à obsessão católica com a virgindade feminina ou com a noção do sexo como impureza. Inclusive, elas tinham voz ativa para recusar um casamento, usufruir da sexualidade com liberdade e escolher não só o momento de se casar, como com quem casaria. Assim,

A moça, depois desse período de relativa liberdade sexual, chega à fase em que se torna “cunhãmuçu”, “mulher completa”, e casa-se com alguém do grupo sem que suas atividades sexuais precedentes lhe desqualifiquem. Ou seja, o sexo é visto pelos índios como outro olhar, sem a carga negativa de que era recoberto na cultura cristã ocidental (Caires, 2012, p.40-41).

Portanto, para as indígenas tupinambás, era só após ter esse momento de viver a sexualidade com outros parceiros que a mulher amadurecia e se tornaria completa e pronta para unir-se a um marido.

Entretanto, embora houvesse essa possibilidade de se relacionar com várias pessoas também atribuída para as mulheres, após estarem comprometidos, as indígenas se resignavam a apenas um marido, ao passo que o indígena homem poderia ter várias esposas, o que lhe era atribuído como um sinal de proeminência, ter muitas mulheres era sinal de grandeza (Caires, 2012).

De acordo com a afirmação acima, sobre os relacionamentos amorosos entre os tupinambás, Raminelli (2007, p.19) afirma que

A maioria dos índios tinha somente uma mulher. A poligamia, porém, era amplamente difundida entre os grandes guerreiros e caciques. Os chefes podiam viver com catorze mulheres sem causar estranhamento. Cada esposa possuía espaço exclusivo na cabana. [...] A poligamia, entre os bravos guerreiros, era símbolo de prestígio. Enumerar as esposas era uma forma de homenagear a sua virtude. Quanto maior o número de mulheres, mais valentes eram considerados os homens. (Raminelli, 2007, p.19).

Esta informação é muito relevante, pois Firmina traz em sua obra uma história de frustração amorosa, em que Gupeva se entrega a sua amada Épica

por inteiro, mesmo ele podendo ter várias esposas e isso lhe atribuisse prestígio, na narrativa, ele não só se apaixona perdidamente pela indígena, como a espera voltar da Europa e se converte ao catolicismo para poder se enlaçar matrimonialmente a moça, conforme exige o sacramento.

Sendo assim, é perceptível a roupagem de herói europeu atribuída a Gupeva, como sendo aquele bravo guerreiro e homem apaixonado disposto a lutar pela sua amada e até sofrer uma desilusão amorosa, o que não condiz, verdadeiramente com a forma em que as relações familiares eram vividas pelos povos indígenas tupinambás.

Ao tratar das relações sociais entre os tupinambás, Almeida (2010) coloca o casamento entre as pessoas desta etnia como uma das primordiais formas de vínculo, isto é abordado no romance-folhetim de Firmina, quando o leitor passa a saber que Épica já estava destinada a se casar com Gupeva, ambos indígenas tupinambás, como uma forma de fortalecer a relação entre o pai da indígena e o jovem guerreiro, ainda que ele fosse verdadeiramente apaixonado pela Épica.

Sobre isso, Raminelli (2007, p.19) afirma que “muitas vezes, os pais prometiam suas filhas, ainda meninas, aos chefes da tribo ou aos homens que com eles tivessem amizade”, logo, era comum haver um estreitamento de laços entre os homens tupinambás a partir da relação conjugal com a filha de um deles, conforme o conto nos mostra.

Contudo, a crítica que faço é a forma como este casamento é conduzido dentro dos moldes cristãos europeus, tanto que Gupeva precisou se batizar para ter o sacramento realizado. Almeida, entretanto, ao dissertar acerca dos casamentos entre os tupinambás, relata:

Os casamentos solidificavam relações e ampliavam o poder dos guerreiros que, quanto mais cunhados e genros tivessem, mais poderosos se tornavam. Ter muitas mulheres era, pois, um fator de prestígio e poder nessa sociedade. O guerreiro que capturava inimigos e os executava no cerimonial acima citado, ganhava, entre outras honrarias, o direito de obter mais de uma mulher (Almeida, 2010, p.38).

Assim, é perceptível que os casamentos que aconteciam entre os tupinambás não eram iguais aos casamentos europeus, tampouco, era exigida a monogamia, logo, o olhar colocado sobre Épica ou sobre o casamento que ocorre na narrativa é, como já dito, baseado e no mesmo modelo das narrativas

românticas escritas pelos autores brancos, cujo intuito era fundar uma literatura nacional apontando para uma sociedade civilizada.

Dito isso, a própria espera do personagem para se casar com Épica e viver eternamente ao seu lado também é uma representação romântica e idealizada, pois, apesar de ser importante em termos sociais, para união entre os tupinambás, quando se tratava de amor e afetividade

Não havia cerimônias, nem promessa recíproca de indissolubilidade ou perpetuidade da relação. O marido poderia expulsar a mulher e vice-versa. Se ficassem fartos do convívio, a união era desfeita. Ambos poderiam, então, procurar outros parceiros, sem mais constrangimentos (Raminelli, 2007, p,18).

Logo, o que está sendo representado no conto a partir das atitudes dos personagens indígenas retratados por Maria Firmina dos Reis, não é uma união afetiva tupinambá, mas o ideal matrimonial enquanto vínculo eterno, indissolúvel e criado para glorificar a Deus, conforme os moldes católicos.

Por fim, tratarei das representações da branquitude e dos indígenas expressas na relação que ocorre entre os homens da narrativa, em especial, Gupeva e Gastão. Entretanto, vale ainda reforçar que, conforme Bento (2022), da mesma forma que os povos não brancos sofrem as consequências da colonização, os povos brancos se beneficiam dela, e isto acontece porque

O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como e fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir os outros grupos “não iguais” ou não suficientemente meritosos (Bento, 2022, p.24-25).

O que a autora trata aqui como pacto da branquitude é claramente expresso na narrativa de Firmina no que tange aos personagens homens. Não importa do que se trate, os brancos acabam por apoiar uns aos outros, inclusive para se manter o lugar de dominância.

Logo no início do texto isso é testificado quando o narrador diz que Gastão e Alberto são iguais em nascimento, o que os ligou intimamente, ainda que um seja francês e outro português, evidenciando que o fato de serem brancos europeus os colocava no mesmo patamar.

Faz parte da branquitude esta relação de igualdade e o desejo de manter outros semelhantes a ele no poder e na herança financeira ou simbólica, conforme retratado no romance-folhetim aqui analisado.

Em “Gupeva”, Épica engravida do Conde de...²⁶ em duas circunstâncias diferentes, na versão do *Porto Livre*, ela estava completamente apaixonada por ele, eles têm a relação sexual, mas o Conde “desposou uma donzela de sua nação” (*Porto Livre*, Num.76, 21 de maio de 1863), portanto, apenas usou sexualmente a indígena, mas para casar, constituir patrimônio, família, passar adiante as heranças simbólicas e materiais, ele o faz com uma francesa, assim como ele o era.

Na edição do *Eco da Juventude*, porém, a situação é ainda mais trágica, visto que se tratava de um envolvimento extraconjugal, o Conde já era casado, mas se apropria do corpo da mulher indígena apenas como um objeto capaz de lhe dar prazer, mas jamais para assumir, visto que não seria gerada uma criança branca, de sangue totalmente europeu.

A branquitude não é apenas o indivíduo branco em si, pois trata-se de um conjunto relacionado a poder, desta forma não há como estudar a identidade branca dissociando-a do que ela constrói, pois a branquitude se trata de “um constructo ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão, e dessa forma outros grupos aparecem, ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores” (Schucman, 2014, p.46).

Firmina retrata este posicionamento do branco de uma maneira bem cristalina ao construir o diálogo primeiro que acontece entre Gupeva e Gastão. Quando o francês está nas matas, à espera de Épica, o tupinambá aparece e se desenvolve o seguinte diálogo:

Gastão julgou-se em face dum rival, e a sua colera redobrou.
 - E insistes em não dizer quem sois, nem a que vindes.
 - Não insisto, não, senhor, quero responder pontualmente às vossas perguntas não obstante ser quem devia interrogar-vos.
 - Vós!... E com que direito?
 - Com o mesmo, mancebo, com que me interrogais.
 - Zombais acaso de mim? disse gastão no auge de desesperação, ponde-vos em guarda; não quero ser um assassino.
 [...]

²⁶ No texto de Firmina, tanto na versão que circulou no *Porto Livre*, como na do *Eco da Juventude*, o personagem é chamado de Conde de..., sem o sobrenome expresso, algo que Firmina também faz em seu romance *Úrsula*, com o Comendador P. Entretanto, na versão do *Porto Livre*, o Conde também é apresentado como Mr. D’Anvergue, ainda que apenas uma vez.

- Eu sou tupinambá, continuou, sou o cacique desta tribo, sou finalmente pai de Épica (*Eco da Juventude*, Num.15, 19 de março de 1865).

Gastão já se coloca num lugar de autoridade, questionando quem é o homem que aparece diante dele, embora não esteja no seu país, mas no local de nascimento e moradia do indígena que está diante dele. Ainda assim, o francês se coloca no lugar de poder e de colonizador, exigindo imediata resposta.

Quando Gupeva demora a respondê-lo, ele se ira, ao passo que o tupinambá afirma que o lugar de autoridade, na verdade, deveria ser dele ao dizer que na verdade ele é quem deveria interrogar Gastão, pois ele está na terra do seu povo e não dos franceses.

Ademais, o tupinambá se coloca em pé de igualdade com o francês, dizendo que tem o mesmo direito de interrogá-lo, portanto, não é o “outro” inferior, desumano ou incivilizado que os europeus enxergam ou projetam na figura dos nativos brasileiros.

Esta é a forma como os brancos se enxergavam e se constituíram no mundo, possibilitando-lhes executar o próprio processo de colonização e impor o ideário de “civilização”, o que corrobora a perspectiva de que sempre se viram como únicos, padrões ou superiores. De acordo com o filósofo indígena Ailton Krenak

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para a luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (Krenak, 2020, p. 11).

Portanto, a branquitude se colocava na posição de que só ela é humana e inteligente, não apenas disposta, mas apta a conquistar, educar e governar conforme sua cultura e seus padrões.

No que diz respeito à identidade indígena, é muito interessante que Maria Firmina trata os personagens desde o início do romance-folhetim como tupinambás, demarcando a etnia dos indígenas que ela está representando em seu texto, ainda que eu não saiba até que ponto esta escolha foi intencional ou não, é algo que considero relevante e positivo.

Almeida (2010) explica que os tupis se dividiram em dois grandes grupos, os quais são os guaranis e os tupinambás, tanto que a maioria das obras da literatura romântica utiliza palavras em tupi-guarani como se todos os povos indígenas fossem de origem tupi. Ademais, segundo a historiadora, os tupinambás ainda se subdividiram em outros grupos não ficando restritos ao que se tem de representação literária oitocentista.

Desta forma, tanto os cronistas do “descobrimento” como os romancistas do século XIX colocaram os indígenas como pertencentes a identidades étnicas fixas, mas não é assim que os povos originários devem ser vistos, pois os relatos e criações desses escritores surgiram, provavelmente, a partir de situações vivenciadas por alguns brancos e por alguns indígenas (Almeida, 2010).

Firmina ter demarcado o grupo étnico representado pelo seu personagem é relevante pois algumas ações narradas são justificadas e passíveis de análise, como a própria ameaça que Gupeva faz a Gastão. Ele diz o seguinte:

Agora mancebo estás em meu poder, eu podia prender-te; aqui está a sussurrada, podia apresentar-te a minha tribo, e fazer-te morrer como meu prisioneiro, mas não quero: duas razões me obrigam a proceder ao contrário. Para dar-te essa morte honrosa era preciso dar a causa dela; minha desonra se tornaria manifesta; e por outra, tu covarde europeu, hás de empalidecer em face da morte: fraco, e tímido, não saberás entoar o teu canto de morte; quero poupar-me a vergonha de uma confissão, quero poupar a meus irmãos o espetáculo de um covarde. Prepara-te para morrer; ou mata-me... (*Eco da Juventude*, Num.17, 02 de abril de 1865).

Neste trecho, após contar a sua história para Gastão, Gupeva afirma que está na hora de pôr um ponto final na história que os liga, de forma que apenas um deverá sair vivo após aquela conversa.

Então, ele relata a possibilidade de fazer algo semelhante a um ritual, que implicaria prendê-lo e levá-lo a sua aldeia para matá-lo na frente de todos, contudo, teria que expor o motivo de fazer aquilo.

A relação com o outro era muito comum entre os tupinambás e ocorria, principalmente, por meio do casamento, como já mencionado, e pela guerra, tanto entre os próprios indígenas como entre os povos originários e os europeus.

Os casamentos, trocas e guerras eram fundamentais para os tupinambás, não apenas no sentido econômico, mas também como forma de poder e autoridade. “Embora eles tivessem grande interesse nas mercadorias dos

europeus, suas relações com estes últimos significavam também oportunidades de ampliar relações de aliança ou hostilidade” (Almeida, 2010, p.40).

Isto é, não apenas tinha a ver com alianças, mas também inimizades, vinganças, relações hostis. Conforme a historiadora afirma sobre a função social da guerra:

De sua preparação ao desfecho, com o sacrifício do prisioneiro, envolvia não apenas todos os membros da aldeia, como também aliados circunvizinhos que, se não participavam diretamente da guerra, eram convidados para a grande festa que culmina no ritual antropofágico. Era principalmente através da guerra que os chefes exerciam e confirmavam seu prestígio junto ao grupo. [...] A principal motivação para a guerra intertribal era, segundo os relatos, o ritual da vingança. Para realizá-lo, os inimigos deviam ser capturados e mantidos em cativeiro por certo tempo, até serem executados na cerimônia antropofágica. [...] Fazer prisioneiros e executá-los segundo o ritual estabelecido, comendo-os e compartilhando-os com os demais grupos aliados, era para os grupos tupinambás a confirmação de relações de ódio e de aliança (Almeida, 2010, p. 36-37).

Embora rituais de vingança e guerra fossem, de certa forma comuns, Gupeva se envergonhou ao pensar na possibilidade de se vingar de Gastão perante toda sua aldeia, pois ali ficaria exposto que ele havia se casado com uma mulher que já esperava um filho de um homem francês, algo que ele considerava completamente desonroso, ao passo que honraria o jovem Gastão, pois morreria de forma honesta em um ritual próprio do povo tupinambá.

Assim, duas interpretações sobre o tupinambá são possíveis: a primeira é a de que se trata de um personagem bem definido, pois ao colocá-lo enquanto um indígena tupinambá, a autora pode explorar a possibilidade de um ritual de vingança que não seria possível se o personagem pertencesse a uma etnia em que esta prática não fosse comum, também demonstrou Gupeva é tão humano quanto Gastão, ao propor o diálogo entre eles em que o indígena afirma sua autoridade para o francês.

A segunda interpretação, porém, não é tão positiva, pois pode colocar Gupeva como um covarde que não permitiu que a morte de Gastão fosse realizada na aldeia a fim de não ter sua vergonha exposta ou, ainda, como um bárbaro, um selvagem que detém os defeitos do povo europeu, visto que age de forma agressiva única e exclusivamente por uma motivação egoísta ou até competitiva, em que o prêmio seria a imaculada Épica.

Algo comum na literatura indianista que, segundo Dorrico:

Em vez de problematizar-se a complexa relação existente no país desde a colonização até a busca pela formação da identidade nacional, preferiu-se evadir ou reescrever um passado mítico em que as condições de lugar e de povo fossem adequadas ao modelo paradigmático eurocêntrico, o do homem europeu, branco, preocupado consigo mesmo (Dorrico, 2018, p. 233)

Assim, o romance-folhetim de Maria Firmina dos Reis, revela-se uma trama complexa, com possibilidades de exaltação e crítica, visto que a autora em muitos momentos projeta o homem e a mulher europeus em seus personagens indígenas, mas também traz elementos próprios da cultura tupinambá e atribui o mesmo poder ao indígena e ao jovem francês, negando a superioridade europeia.

Posto isso, defendo que se trata de uma narrativa indianista importante e que, por vezes, apresenta uma distinção clara das narrativas oitocentistas que apenas exaltava os colonizadores, seus comportamentos e conhecimentos e deixavam de lado outros aspectos necessários de abordagem.

Ao contrário dos romances de Alencar, por exemplo, neste texto, como bem aponta Zin (2019), Firmina expõe um embate violento entre raças, questionando, implicitamente, a miscigenação entre os nativos brasileiros e os franceses.

Contudo, a escritora ainda abraça, em alguma medida, o ideal civilizacional europeu e reproduz estereótipos dos povos indígenas ou os coloca, também, como reprodutores da cultura dominante, como lido na volta de Épica para a Bahia e na ameaça de Gupeva a Gastão.

Por fim, analisar este texto possibilita aguçar o olhar com relação à representação do branco, do indígena e da mulher na literatura oitocentista, a fim de ler criticamente, inclusive, obras consagradas. Ampliando, desta forma, a percepção sobre as várias identidades e convergindo com o que defende Krenak (2022, p.64) ao falar de uma vida selvagem, não no sentido de barbaridade, mas da potência de existir que tem uma poética esquecida.

4 UM OLHAR SOBRE A NARRATIVA “A ESCRAVA”

A crítica literária Virginia Woolf, ao falar sobre o surgimento de grandes obras, explica que elas “não nascem de eventos únicos e solitários; são o resultado de muitos anos de pensamento comum, de pensamento coletivo, de forma que a experiência da massa está por trás de uma voz única” (Woolf, 2014, p.96). Embora a autora não estivesse se referindo a livros brasileiros, iniciei com esta afirmação porque ela exemplifica bem como surgiu o texto que será analisado neste capítulo.

O conto “A escrava” foi escrito por mãos negras que conviveu a vida inteira com pessoas que foram escravizadas, foi publicado num contexto em que o movimento abolicionista estava consolidado e que era comum ações antiescravistas.

Assim, é evidente que o retrato apresentado por Firmina não parte apenas dela, mas de ideais coletivos que foram construídos ao longo de toda a sua vida a partir de suas vivências e daquilo que via e aprendia dentro da sociedade na qual estava inserida.

Disto isso, neste capítulo, de semelhante modo ao anterior, analisarei as representações acerca das identidades apresentadas, sendo elas branca, negra, e parda, masculina e feminina, atentando-me às relações de poder que são apresentadas de forma crítica ao longo de todo o conto da autora.

Antes, porém, será apresentado um panorama acerca da escravização no Brasil oitocentista e será discutido como a literatura se relaciona com este tema e com o movimento abolicionista ao longo do século XIX, sem esquecer da íntima relevância dos periódicos e de como a *Revista Maranhense*, na qual o conto foi publicado, posicionava-se no período.

Por fim, com o mesmo cuidado acerca das fontes que foi realizado no capítulo anterior, também utilizarei obras de pesquisadores negros e brancos para discutir não só a temática central do conto, como para alcançar uma profundidade maior na interpretação e análise das representações das identidades, buscando contribuir com o que Beatriz Nascimento (2021) chamou de uma história escrita por mãos negras.

4.1 CONTEXTUALIZANDO O CONTO ABOLICIONISTA

4.1.1 A escravização no Brasil

A escravização no Brasil não data apenas do século XIX, como se sabe, pois os povos africanos foram trazidos para o país ainda no período colonial. Conforme os senhores de engenho iam adquirindo mais riquezas, faziam a substituição dos escravizados indígenas pelos africanos, a fim de explorá-los para o trabalho nos engenhos de açúcar, com a justificativa de que os negros não só eram inferiores, como eram mais fortes para o trabalho braçal e pesado. Tomando como exemplo a experiência de Portugal, a Coroa portuguesa buscou estimular a construção de unidades açucareiras no Brasil a partir da década de 1530 (Marquese, 2006).

Schwarcz e Starling (2018) afirmam que já no século XV havia um interesse dos portugueses pelos negros africanos, contudo, era um interesse secundário, escravizando os africanos apenas para servirem nas atividades domésticas dos países europeus, pois o foco dos portugueses era na busca por ouro. Entretanto, é justamente com a cultura do açúcar que a mão de obra dos negros se torna indispensável e o tráfico de viventes passa a ganhar força.

O crescimento definitivo da indústria e do comércio açucareiro escravista do Brasil português passa a se solidificar quando parcerias feitas com o norte da Europa tornam viável o tráfico dos povos africanos, superando uma dificuldade, outrora existente, de construção de uma base sólida de redes de engenhos na zona litorânea do país, na década de 1570 (Marquese, 2006).

Assim, entre os anos de 1580 a 1620, o crescimento da indústria açucareira é tão grande, a mão de obra escravizada tão ampla que o Brasil chega a superar as regiões do mercado europeu (Marquese, 2006). Em consonância com o autor, Del Priore e Venancio (2016) relatam que:

A escravidão de negros em associação com engenhos de açúcar era comum. Intensificou-se ao longo dos séculos XVI e XVII, graças ao tráfico para o Brasil. [...] a porcentagem de escravos índios envolvidos na produção do açúcar foi, por outro lado, baixando à medida que os senhores enriqueciam e podiam importar africanos (Del Priore; Venancio, 2016, p. 51).

Estima-se que o Brasil recebeu a maior quantidade de escravizados africanos, foram cerca de quatro milhões de pessoas, o que corresponde a mais

de um terço de todo o comércio negreiro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil, 2000).

Desta forma, é possível compreender a extensão da escravidão no território brasileiro e ao longo de quase quatro séculos. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, visto que era extremamente rentável, e ainda quando o tráfico internacional de africanos foi encerrado, já no século XIX, o país continuou com um tráfico interno, transportando escravizados de uma região para outra.

Sendo assim, havia uma manutenção, uma adequação do sistema conforme determinadas circunstâncias, com a finalidade de se manter o trabalho dos escravizados intacto. Sobre as mudanças no sistema escravista, ao longo dos séculos, de acordo com as necessidades econômicas, o projeto de civilização nacional, o enriquecimento a partir da mão de obra escrava, Abdias Nascimento afirma:

Por quase duas centúrias, a plantação de cana-de-açúcar e seu processamento requerem a concentração de escravos na região nordestina do Brasil, embora os africanos estivessem espalhados por todo o território nacional. As descobertas de ouro e diamantes no século XVIII no estado de Minas Gerais deslocam o ponto focal dos escravos africanos mais para o sul. O mesmo fenômeno se repetiria quando, na primeira metade do século XIX, a queda da produtividade das minas e o início do chamado ciclo do café, cujas plantações se localizavam principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, outra vez dirigiu a migração escrava mais para o sul (Nascimento, 2016, p. 58).

Portanto, a escravização dos negros africanos no Brasil se inicia devido ao açúcar, posteriormente eles são deslocados para o sul por conta do descobrimento do ouro, em seguida há uma migração para o sudeste por consequência do ciclo do café.

Contudo, ainda que se possa tomar como “padrão” para a escravidão no Brasil a descrição acima, no que diz respeito ao Maranhão, os escravizados africanos são introduzidos no território a partir da segunda metade do século XVII e não devido ao açúcar, como em grande parte do país, mas por conta da cultura algodoeira, principalmente, pelo impulsionamento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (Costa, 2018).

Isto é, a única coisa estável no país era a escravidão e a exploração, o demais poderia ser mexido, desde que as relações de poder se mantivessem

estáticas, os europeus governando e enriquecendo em detrimento da mão de obra de pessoas negras.

Como o regime escravocrata se estendeu por mais de 300 anos, o Brasil não só importou africanos, mas muitos brasileiros já nasceram escravizados, visto que eram filhos dos povos que vieram desse continente. Logo, havia uma divisão nos tratamentos nominais e nos trabalhos que eram atribuídos a eles.

Ademais,

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratados, os padrões de interação com o branco, e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (Souza, 2021, p.48).

Os historiadores Mary Del Priore e Renato Venancio (2016), apontam que, no país, os escravizados africanos eram divididos em dois grupos, os boçais, que acabavam de chegar do continente africano e os ladinos, que já haviam passado pelo processo de aculturação e entendiam e falavam português. Contudo, havia ainda um terceiro grupo, este denominado de crioulos e formado por escravizados já nascidos no Brasil.

No que diz respeito aos serviços, os crioulos e os escravizados de pele mais clara cuidavam dos serviços domésticos e artesanais, enquanto os africanos ficavam com os serviços braçais e mais pesados, que acontecia muitas vezes sob sol escaldante e demandava mais força física e vigor (Del Priore; Venancio, 2016).

Ademais, ainda que os homens tenham sido popularmente mais numerosos do que as mulheres no contexto de escravidão, conforme Gonzalez (2018), havia ainda uma divisão de trabalho para as mulheres escravizadas, que também não eram suavizadas.

A filósofa afirma que as mulheres escravizadas se encontravam em duas categorias: a mucama e a trabalhadora no eito e, além disso, “o que percebemos é que, em ambas as situações, coube-lhe a tarefa de doação de força moral para seu homem, seus filhos ou seus irmãos de cativeiro” (Gonzalez, 2018, p.38).

Desta forma, além dos trabalhos que as mulheres executavam, elas eram importantes para o cuidado de outros escravizados, sendo força, companheira,

apoio psicológico para lidarem com a situação em que estavam e para incentivá-los nas insurreições e lutas contra o sistema que os afligia.

No que diz respeito à trabalhadora no eito, ela trabalhava no roçado, limpava, plantava, usava instrumentos pesados, como enxadas e era submetida ao serviço forçado debaixo de sol e chuva, desgastando-se ainda mais que os escravizados homens e sendo tão punida quanto eles caso não executasse o que lhes era imposto (Gonzalez, 2018).

Já a mucama, possuía “a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre ‘livre’ das sinhazinhas” (Gonzalez, 2018, p.39).

Entretanto, embora não fosse uma atividade tão pesada quanto a das escravizadas no eito, a mucama ainda precisava lidar

com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto de ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos, etc., quase mortos de fome e cansaço (Gonzalez, 2018, p.39).

Portanto, as mucamas não só eram objeto de desejo, como eram muitas das vezes estupradas, precisavam conviver com o ódio das senhoras que eram traídas pelos seus maridos, criavam os filhos das sinhás, executavam os afazeres domésticos e ainda precisavam cuidar de suas próprias famílias ao finalizar o serviço.

Desta forma, independente do gênero do escravizado ou das funções que lhe eram atribuídas devido a cor e nacionalidade, o sistema foi brutal e fatal para todos eles, embora agisse de maneira diferente para cada um dos oprimidos, como demonstrado até aqui.

Posto isso, Schwarcz e Starling resumem bem a escravidão no país, demonstrando como todos os elementos aqui já comentados estão imbricados, no seguinte parágrafo:

A monocultura de larga escala exigia um grande contingente de trabalhadores que deveriam se submeter a uma rotina espinhosa, sem ter nem lucro nem motivação pessoal. Recriou-se, desse modo, a escravidão em novas bases, com a utilização de mão de obra compulsória e que exigia - ao menos teoricamente - trabalhadores de

todo alienados de sua origem, liberdade e produção (Schwarcz; Starling, 2018, p. 91).

Assim, é perceptível a mudança que ocorria no sistema escravocrata conforme o avançar dos séculos, fica evidente que os trabalhos forçados eram pesados e reforça a questão de que muitos dos negros escravizados passaram realmente pelo processo de aculturação e foram obrigados, muitas das vezes, a abandonarem suas histórias.

Nascimento (2016, p.59) afirma que a escravização do negro foi decisiva para a história econômica do Brasil, visto que “sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido”. Portanto, o que estruturava economicamente a nação em formação era a exploração de pessoas, pois por meio do trabalho forçado a produção mantinha-se crescendo e o “lucro” aumentava ao passo que não havia um grande gasto financeiro do senhor de engenho.

Em consonância com Nascimento, Costa aponta que a escravidão foi fundamental para o crescimento da província maranhense, da mesma forma que foi em outras partes do país. O historiador explica:

Entre a ascensão da economia do algodão e a abolição do cativo, a escravidão de negros africanos e de seus descendentes do fator estruturante da economia e da sociedade do Norte do Maranhão. Com destaque para sua utilização nas fazendas de algodão, açúcar, arroz, na criação de gado e em obras e serviços dos centros urbanos, os negros escravizados se concentraram em São Luís, Alcântara, Caxias, nos vales dos rios Itapecuru e Mearim e no litoral e Baixada ocidentais, contribuindo decisivamente, inclusive, para o funcionamento do mercado interno (Costa, 2018, p.251).

Assim, fato é que não só a capital da província, mas outras cidades também se beneficiaram de mão-de-obra escrava, forçando os escravizados a trabalharem em diferentes serviços, a fim de manter o crescimento econômico do Maranhão.

Contudo, a partir da proibição do tráfico internacional, o Maranhão prosseguiu comercializando escravizados para outras províncias, principalmente para o Rio de Janeiro devido a produção cafeeira, mas, por volta de 1880, o comércio interprovincial de escravos a partir do Maranhão foi diminuindo, acredita-se que devido aos altos impostos que foram criados pelo governo provincial (Costa, 2018).

Foi devido a isso que, então, “nas duas últimas décadas do Império, o alto preço dos cativos e o fim do abastecimento de escravos na província contribuiu para que as elites locais questionassem a manutenção do cativo” (Costa, 2018, p. 253).

Posto isso, fica evidente que, no cotidiano, algumas situações corroboraram o questionamento acerca da escravidão ser ou não rentável para a província, movimentos de resistência por parte dos escravizados começaram a surgir em todo o país, cuja “tensão social era inerente a um sistema de trabalho compulsório e degradante”, resultando na abolição da escravatura, que, obviamente, foi consequência de diferentes acontecimentos.

4.1.2 A literatura e o movimento abolicionista

A historiadora Beatriz Nascimento (2016) expõe que a imagem do sistema escravocrata brasileiro, embora duro e ignóbil, era de instituição benigna, pois o colonialismo português adotou comportamentos, principalmente mentira e dissimulação, que disfarçavam a violência e a crueldade que eram tão fundamentais a escravidão.

Embora essa fama de instituição de caráter humano que tinha senhores e escravizados convivendo de forma próxima e pacífica tivesse sido aviltada durante séculos, conforme Nascimento (2016), a realidade era cruel e violenta para com os escravizados e não havia como prosseguir socialmente desta maneira.

Difundiu-se muito ao longo dos anos a ideia de que a abolição no Brasil ocorreu devido a uma pressão que a Inglaterra estava fazendo para que os escravizados passassem a ser remunerados e, portanto, consumidores dos produtos ingleses que seriam importados para o Brasil. Contudo, tal versão ignora que a abolição ocorreu processualmente, isto é, ao longo de muitos anos, e é fruto, também, de muita luta que mobilizou um grande número de sujeitos históricos, negros e brancos, que integravam diferentes áreas da sociedade.

Logo, não se tratava apenas de uma questão comercial/financeira, mas havia outros argumentos plausíveis para a dissolução do sistema escravista, dentre eles o dos políticos liberais do século XIX que apontavam a incoerência entre uma nação civilizada que cresceria conforme se avançava os

conhecimentos e as ciências ao passo que oprimia indivíduos, impossibilitando-os de contribuir nessas esferas.

Um número crescente de jornalistas, tipógrafos, advogados e médicos povoava as cidades. Os meios de comunicação com outros países tornaram-se mais rápidos e eficientes, com os navios a vapor e, depois, o telégrafo, acelerando a troca de ideias. Nesse contexto, a escravidão foi se tornando sinônimo de um arcaísmo desumano e um obstáculo à construção de um país moderno (Dolhnikoff, 2021, p. 116).

Portanto, havia um avanço em termos industriais, isto é, as cidades e a nação estava mais evoluída ou mais próxima ao ideal civilizacional das pessoas do oitocentos, havia mais comunicação, mais arte e afins, contudo, a escravidão vigorava, impossibilitando a projeção do Brasil enquanto nação verdadeiramente civilizada.

Ademais, ainda havia o próprio argumento humanista, de que se tratava da liberdade de seres humanos que, como tal, tinham direito à vida e à dignidade, eles não eram objetos, não eram mercadorias como os detentores de poder faziam crer para lucrar enquanto exploravam os seus semelhantes.

Desta forma, a partir do final da década de 1860, o movimento abolicionista passa a verdadeiramente se organizar, devido as transformações externas e internas, em que a escravidão estava sendo abolida em outros países e que era objeto de repulsa, internacionalmente, para a opinião pública (Dolhnikoff, 2021, p.116).

Então, dentro dessa conjuntura em que o movimento abolicionista vai surgindo e se consolidando, os escravizados prosseguem em rebeliões, fugas e formação de quilombos, resistindo e lutando contra o sistema opressor que vigorava.

Fator decisivo para colocar em pauta a discussão sobre a permanência ou não da escravidão foi a ação dos próprios escravos. Na segunda metade do século XIX, houve o crescimento do número de revoltas escravas. Os escravos foram importantes atores na luta por sua liberdade. A revolta dos Malês em 1835, por seu grau de organização e pela disposição de enfrentamento com as autoridades, já indicava que a ação dos escravos na luta pela sua liberdade mudava paulatinamente de conteúdo. Não se restringia à fuga, mas à contestação da própria existência da escravidão (Dolhnikoff, 2021, p. 117).

Sendo assim, a luta dos escravizados foi até mais importante do que a luta dos abolicionistas em outros setores, pois as rebeliões demonstraram que

não se tratava apenas da liberdade de uma única pessoa que conseguia fugir, mas de uma luta coletiva contra um sistema inteiro, os escravizados deram o recado de que só parariam com as revoltas quando a escravidão verdadeiramente findasse.

Devido a isso, a pesquisadora Cida Bento (2022, p. 38) acertadamente afirma que “a história do movimento negro é de resistência e de lutas travadas durante todo o período da escravidão, indo da resistência individual às insurreições urbanas e aos quilombos”.

Desta forma, a abolição só se tornou possível porque houve no Brasil oitocentista muita resistência por parte dos escravizados que se uniram em quilombos, cujo mais conhecido foi o dos Palmares, sob liderança de Zumbi. Priore e Venancio (2016, p.59) explica que “tratava-se de comunidades originalmente constituídas por negros fugidos, instaladas nas áreas onde houve luta e resistência contra a escravidão” e, por meio dessa organização é que se estruturava e se formavam organizações políticas e religiosas que eram espalhadas para agir em diferentes regiões.

Os historiadores afirmam, ainda, que os quilombolas conviveram em muitas regiões do país, às vezes de forma pacífica, às vezes de forma violenta, interagindo realmente com a população local, visto que havia os quilombos isolados, à exemplo o de Palmares, como também existiam os que eram inseridos nas vilas e, por isso, uniam em sua comunidade pessoas de diferentes cores, etnias e credos, desde que comungassem do mesmo objetivo: lutar pela liberdade que lhes era de direito e resistir ao sistema escravista vigente (Del Priore; Venancio, 2016).

Ainda sobre o Quilombo dos Palmares, que foi protagonista da Guerra dos Palmares, um dos episódios mais relevantes de luta propiciada pelos quilombolas, Marquese (2006) expõe o seguinte:

Ainda que as estimativas das fontes coevas e dos historiadores sobre o número total de habitantes diverjam bastante – de um mínimo de 6 mil a um máximo de 30 mil pessoas –, não há como negar que as comunidades palmarinas, dada a extensão territorial e a quantidade de escravos fugitivos que acolheram, tornaram-se o maior quilombo na história da América portuguesa. Suas origens datam do início do século XVII, mas sua formação como grande núcleo quilombola se deu apenas no contexto da invasão holandesa de Pernambuco, quando diversos escravos se aproveitaram das desordens militares e fugiram para o sul da capitania (Marquese, 2006, p. 107).

Portanto, é perceptível que se tratava de um grande expoente de escravizados que pertenciam a tal quilombo e que havia realmente engajamento para sair da situação ao qual estavam inseridos.

Inclusive, é relevante demarcar que os escravizados entendiam bem o contexto vigente, não eram pessoas alienadas e totalmente dependente das lutas abolicionistas dos intelectuais brancos e liberais, tanto que souberam se unir e crescer estrategicamente conforme os acontecimentos políticos iam possibilitando.

Como defendi acima, a abolição ocorreu a partir de um processo, com muitas e diferentes ações, não foi um acontecimento único do 13 de maio, vários argumentos foram usados e defendidos e alguns setores se mobilizaram para que a “libertação dos escravos”, como difundiu-se por anos, de fato ocorresse.

Para explorar melhor esta questão, é preciso adentrar nas três visões sociopolíticas que existiam no período Imperial. Conforme Del Priore e Venancio (2016, p. 203):

Para compreendermos com mais clareza essa questão, devemos atentar para a existência de três grupos que na época a debateram [a abolição]. Os emancipacionistas, partidários da extinção lenta e gradual da escravidão; os abolicionistas, que propunham a libertação imediata dos escravizados; e, por fim, como seria de esperar, os escravistas, defensores do sistema ou, pelo menos, da indenização dos proprietários caso a abolição fosse sancionada.

Foi devido à divisão desses três grupos que o processo de abolição ocorreu de forma gradual, passando por vários debates, dificuldades e mudanças propiciadas pela promulgação de algumas leis antes da Lei Áurea que, finalmente, aboliu a escravidão no Brasil.

Em 1850, dez anos após o início do Reinado de D. Pedro II, foi promulgada a primeira lei que pautava a escravidão do país, trata-se da Lei Eusébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico negreiro no Brasil, culminando com a decadência da economia açucareira (Bosi, 1975). Inclusive, tal lei impactou fortemente as bases do sistema escravista no Maranhão, agravando alguns problemas que já estavam sendo enfrentados pelo setor que exportava algodão e cana-de-açúcar (Gato, 2018).

A segunda, em 1871, foi a conhecida Lei do Ventre Livre, cujo intento de conduzir a extinção da escravidão de maneira lenta e gradual era visível, pois

pretendia mudar as estruturas político-sociais do país aos poucos, a partir da defesa de que filhos de escravizadas nascidos a partir daquele ano não seriam mais escravos, ou seja, quando os escravizados morressem não haveria mais como prosseguir com a escravidão, haja vista que os filhos já nasceriam livres (Lago, 2018).

Finalmente, a terceira, datada de 1885, a Lei de Saraiva-Cotegipe, também conhecida por Lei dos Sexagenários, que propunha que escravizados com mais de 60 anos seriam libertos, embora tivessem que passar mais 5 anos trabalhando sob custódia senhorial (Lago, 2018).

Assim, é perceptível que a abolição ocorreu de acordo com o que defendiam ou ansiavam os emancipacionistas, visto que não se teve uma abolição direta e a partir de uma única medida, mas aos poucos, com leis que “afrouxavam” o sistema escravista vigente.

Posto isso, conforme os historiadores Del Priore e Venancio (2016, p. 210) defendem, “o radicalismo da ação abolicionista – não só por meio da fuga e de manifestações públicas, mas também graças a uma vasta literatura sensível [...] – criou condições para o 13 de Maio de 1888”.

Isto é, se não houvesse a união de diversos setores em prol de uma causa justa, a abolição tardaria ainda mais, pois foi preciso que escravizados se mobilizassem, políticos liberais abolicionistas, negros libertos e intelectuais notáveis produzissem materiais, discursassem e exigissem o fim da escravidão no país.

Toda essa luta e embates ideológicos certamente não ficariam de fora da produção literária brasileira. Como mencionado, o movimento abolicionista vai surgindo verdadeiramente a partir da década de 1860, e Bosi (2017, p.131) explica que as produções literárias, a partir de 70, “no conjunto, servem de documento para a história dos sentimentos liberais e abolicionistas que [...] dominariam a nossa vida pública”.

O debate público acerca de liberdade, abolição, república etc. era frequente e relevante, de forma que foi refletido, inclusive, nos textos literários que estavam sendo produzidos à época, visto que a literatura faz parte do contexto social ao qual está inserida.

Assim, no final do século XIX, mais precisamente entre as décadas de 70 e 80, formava-se a geração do romantismo chamada condoreira, cujas principais

preocupações refletidas em sua literatura eram a liberdade, o abolicionismo e as demais questões sociais que estavam sendo pautadas no império brasileiro.

Foi na fase condoreira do Romantismo que o movimento abolicionista se desenhou no país, tendo em Castro Alves o pioneiro na luta pela reforma social, o denunciador das angústias de uma raça triste e oprimida. Aos poucos, os autores deixaram-se penetrar por esse interesse humano pelo escravo, uma vez que a imaginação e a sensibilidade exacerbadas do Romantismo permitiram tal acontecimento (Santana, 2009, p.81-82).

Entretanto, não quero aprisionar Maria Firmina dos Reis na “caixinha” de uma fase do Romantismo brasileiro, mas afirmar que o período em que ela produziu o conto “A escrava”, outros literatos produziam literatura visando discutir temáticas sociais e reivindicar liberdade, de maneira que conscientemente ou não, os textos de Firmina influenciaram e foram influenciados pelo que estava sendo produzido e no país.

De acordo com Gomes (2022, p.247), “Maria Firmina acompanhava, pelos jornais que chegavam de São Luís por via marítima, as notícias sobre os avanços no movimento antiescravista”, ou seja, a autora não só escrevia e defendia seus posicionamentos por meio da sua literatura, como sabia o que estava acontecendo no país e, mais precisamente, na capital do Maranhão.

Este fato evidencia, inclusive, que os periódicos oitocentistas faziam parte dos meios pelos quais a abolição foi fortemente questionada, criticada e condenada, visto que os que tinham um caráter político, publicavam não só artigos denunciando a desumanidade do sistema, como também textos literários cuja escravidão era tema central.

Sendo assim, “os jornais e periódicos revelam que havia um movimento intenso entre as províncias, o que incluía a troca de jornais” (Barbosa, 2007, p.83), as províncias não ficavam isoladas, tampouco as pessoas estavam alheias ao que ocorria no país, muito pelo contrário, pois os jornais eram mais baratos que os livros impressos, havia uma circulação grande, o que oferecia maiores e mais rápidas informações, inclusive, pela possibilidade de leitura coletiva que tornava as notícias mais difundidas entre a população.

Barbosa (2007) explica que vários escritores, conhecidos ou não, usufruíram do espaço disponibilizado pelos jornais para fazer circular, além de textos literários, crônicas sociais, declarações de amor e contendas políticas,

visto que os periódicos garantiam um “espaço plural, heterogêneo e fundamental na constituição de uma cultura letrada brasileira” (Barbosa, 2007, p.97).

Ademais,

As polêmicas criadas em torno dos acontecimentos da política imperial serviram ainda como espaço singular para identificar como os redatores colocavam os ideais iluministas e liberais de democracia a serviço da luta pela igualdade de todos os cidadãos, independentemente da cor da pele (Pinto, 2010, p. 20).

Desta forma, os jornalistas não ficaram alheios ao que estava acontecendo, tampouco neutros, mas se posicionaram fortemente por meio de suas páginas. Isto ocorreu em diferentes províncias do Brasil, não apenas no Maranhão.

Na Corte, por exemplo, associações eram criadas para combater a escravidão, como a Associação Central Emancipadora, fundada por André Rebouças, José do Patrocínio e Vicente de Sousa, além da Sociedade Brasileira contra escravidão e o jornal *O Abolicionista*, fundados por Joaquim Nabuco e, também, em São Paulo, a atuação do advogado Luiz Gama não só defendendo escravizados como pautando o debate na imprensa oitocentista (Gomes, 2022).

Em São Luís, no ano de 1887, “a campanha abolicionista estava nas ruas. Pelas leis do Império, a alforria era o único instrumento para livrar o escravo do cativeiro” (Gomes, 2022, p.132). Isto é, não era mais sustentável politicamente manter a escravidão, principalmente porque, no Maranhão, a luta antiescravista já estava ocorrendo há anos. A Sociedade Abolicionista Maranhense, por exemplo, foi fundada em 1883, mesmo ano em que foi criada no Rio de Janeiro, a Confederação Abolicionista (Gomes, 2022).

Já em 1887, um ano antes da abolição, ano em que Maria Firmina publicou o conto que será analisado neste capítulo, os intelectuais maranhenses estavam empenhados na luta e não somente na sua terra natal. Estudantes da Faculdade de Direito, localizada em Recife, lançaram um manifesto ao Maranhão em favor da Abolição, um dos signatários era o escritor maranhense Graça Aranha.

Sendo assim, é inegável a participação ativa de figuras conceituadas durante o surgimento e consolidação do movimento abolicionista. Muitos intelectuais maranhenses se envolveram e utilizaram primordialmente dos jornais para promover a campanha antiescravista.

Segundo o pesquisador Agenor Gomes,

O jornalista Vítor Lobato, com outros colegas de redação do Pacotilha, havia fundado o Clube Abolicionista, em 1866, mas a arrancada da campanha pela abolição só iria ocorrer, definitivamente, a partir de 1883. O pai do jornalista, o escritor João Clímaco Lobato, pertencia ao círculo de amizade de Maria Firmina. O jornal *Diário do Maranhão*, de 20 de janeiro de 1881, anunciava a criação da Sociedade Abolicionista Maranhense, tendo a frente Temístocles Aranha, pai do futuro escritor Graça Aranha. Os estudantes liceístas publicavam o jornal O grito das Senzalas, impresso na Tipografia de José Maria Correa de Frias. Outras sociedades abolicionistas começaram a surgir: a Libertadora Maranhense, o Diretório dos Cinco, o Clube Roncador, o Clube dos Mortos e o Centro Artístico Abolicionista Maranhense, fundado pelo negro Vítor Castelo, em São Luís (Gomes, 2022, p.250).

Portanto, a produção contrária ao sistema escravista cresceu com força a partir da década de 1860 e ficou ainda mais forte na província do Maranhão a partir de 1880, visto que várias entidades foram criadas para combater a escravidão e várias pessoas se posicionavam nos periódicos, pessoas estas que faziam parte do círculo social de Maria Firmina dos Reis, evidenciando que a autora era engajada não apenas nos seus escritos, mas também socialmente.

Ademais, esta informação significa que a autora estava presente nos círculos abolicionistas, sabendo então como eles funcionavam para construir a narrativa “A escrava”, que parte do olhar de uma personagem abolicionista.

Segundo Adler (2017), Firmina tem uma personalidade política tão forte que é justamente esse engajamento político que sustenta a obra e vida da autora, isto é, não há uma grande contradição entre os posicionamentos sociais defendidos por ela e o que está escrito e transparecendo na sua literatura. Assim, a pesquisadora complementa que

A personalidade política, por toda a sua postura revolucionária, visionária e humanizada, tanto na sua literatura como na sua prática educacional, e ainda nas questões cotidianas, a exemplo de recusa de ser carregada por escravos, uma prática das pessoas de prestígio, a qual ela refutou concretamente na sua história de luta, contribuindo para a desconstrução dos preconceitos e apartheids (no sentido africano, de vidas separadas) vigentes na sociedade do seu tempo, embora muitos deles perdurem nos dias atuais, em outras formas e linguagens (Adler, 2017, p. 26).

Nesse trecho, Dilercy Adler se refere ao conhecido episódio da vida de Maria Firmina, em que a autora, quando foi receber seu título de Professora de

Primeiras Letras, recusou ir de Palanquim²⁷, que foi uma sugestão dada por sua própria mãe.

Dito isso, é evidente que ao humanizar os escravizados em suas obras literárias, a autora está em consonância com sua própria visão acerca deles, visto que convivia com os escravizados e se empenhava, de certa forma, na luta abolicionista.

De acordo com Gomes (2022, p.132),

Maria Firmina acompanhava de perto as lutas de negros escravizados por sua liberdade, como Porfíria, que obteve a sua carta de alforria um ano antes da Abolição da escravidão. A professora registrou em seu diário: “Porfíria recebeu a liberdade a 17 do mesmo mês e ano”. A romancista referia-se ao mês de março de 1887, ano em que também trabalhava na publicação de seu conto “A escrava”. Seguida, ainda, a mobilização de famílias escravizadas para a obtenção da alforria por meio do Fundo de Emancipação, coordenado, na vila, por seu amigo Manoel Raimundo Ferreira Guterres, juiz municipal e de órfãos.

Esse contato direto com pessoas escravizadas e suas lutas reverbera na robustez e no firme posicionamento de Maria Firmina dos Reis na sua literatura, principalmente no conto aqui analisado, em que é perceptível que a autora não estava alheia à realidade dos escravizados.

Firmina não cria personagens negros estereotipados, desumanizados ou coadjuvantes, apesar da narração da história ser realizada por uma mulher branca, há, em toda a narrativa, como será mostrado adiante, o espaço para que os próprios escravizados narrem a sua trajetória, há o retrato dos sentimentos destes servos, existe, inclusive, figuras com tratamentos diferenciados para refletir as relações de poder na sociedade oitocentista.

Além disso, durante todo o texto, o enredo acaba por provocar o questionamento e a compaixão do leitor, principalmente no final, em que dois extremos são retratados: a morte de uma escravizada vítima do sistema e a abolição de um escravizado que representa a defesa de Firmina pela liberdade dos seus semelhantes.

Dito isso, a historiadora Régia Agostinho, acertadamente afirma:

Falar de Maria Firmina dos Reis é colocá-la onde a autora merece: como uma das mãos negras femininas que ajudaram a edificar a abolição no país. [...] Maria Firmina jogou sua rede na literatura e

²⁷ Veículo, similar a uma carruagem suspensa, que era carregado nos ombros dos escravizados a fim de transportar as pessoas de um local a outro.

esperou pacientemente convencer aqueles homens brancos do valor de sua fala contra o regime escravocrata (Agostinho, 2021, p. 307).

Assim, fica evidente que não só a literatura abolicionista como um todo foi importante para que a abolição de fato ocorresse, como Maria Firmina dos Reis foi uma das protagonistas nessa luta, contribuindo não só com seu romance antiescravista, como também com o conto “A escrava”, que será exposto e analisado a partir das subseções posteriores.

4.1.3 A narrativa abolicionista de Maria Firmina dos Reis

Tratarei agora de uma das mais importantes publicações de Maria Firmina dos Reis, o conto “A escrava” (1887), texto esse que pode ser enquadrado como abolicionista, diferente do romance *Úrsula*, que mesmo trazendo uma narrativa antiescravista, foi publicado em uma década cujo movimento abolicionista ainda não havia se consolidado realmente.

No tocante à contribuição dos relatos para a escrita dos seus textos antiescravistas, Gomes afirma:

Maria Firmina cresceu ouvindo os relatos do cativo narrados por sua avó Engrácia e por sua mãe Leonor. Ambas haviam sido escravas do comendador Caetano José Teixeira [...]. As narrativas dos dramas da viagem atlântica nos porões dos navios foram acrescidas pelas histórias contadas pela escrava Lauriana [...] Lauriana, trazida em um navio tumbeiro, nasceu na costa ocidental africana e faleceu aos 85 anos em Guimarães (Gomes, 2022, p. 31).

Desta forma, fica evidente que Firmina tinha um contato direto com as pessoas escravizadas e suas trajetórias em terras brasileiras, o que possibilitava o enriquecimento de suas narrativas ficcionais não deslocando o texto literário da realidade, isto é perceptível tanto em seu romance, como no conto em questão, como será demonstrado à frente.

O conto se inicia a partir de uma reunião, cujos participantes são retratados como pessoas distintas e de poder social, e em um determinado momento da conversa o assunto tratado passa a ser a escravidão, então uma senhora abolicionista decide narrar a experiência que vivenciou com dois escravizados.

Ela relata que numa tarde de agosto, enquanto observava as palmeiras, viu passar em sua frente uma mulher negra correndo desesperada e, em seguida, um homem pardo portando um azorrague, aparentando ser o algoz da

mulher, então, a fim de proteger a escravizada, a abolicionista indica para ele o caminho contrário ao que verdadeiramente a negra foi.

Em seguida, aparece um homem negro desesperado que pergunta se a abolicionista havia visto sua mãe e, gentilmente, ela leva o rapaz a sua genitora e os acolhe em sua casa. Neste momento, a escravizada Joana conta a sua história para a branca que os recebeu.

Ela era filha de um homem indígena e de uma mãe negra escravizada. O seu pai não só auxiliava a mãe nos afazeres que lhes eram impostos como juntou dinheiro a fim de comprar a alforria da filha Joana, visto que, por ser filha de escravizada, já nascera propriedade do senhor de engenho.

Com o tempo, ele conseguiu o dinheiro e entregou ao senhor Tavares, proprietário das escravizadas, para que, quando fosse ao centro, resolvesse as documentações relacionadas a alforria da menina. Embora houvesse demorado, certo dia ele foi e, quando retornou, entregou um papel ao indígena, que não sabia ler, mas ficou grato e beijou a mão do senhor.

Após dois anos, quando a Joana contava com idade de sete anos, o pai dela morreu e o senhor Tavares prontamente a mandou para o serviço, pois não aceitaria “escrava vadia” (Reis, 2017, p.369). Quanto ao papel, havia palavras sem nexos, sem data ou assinatura, de nada valia e, desde então, a criança foi lançada na condição de escravizada do homem que é mencionado, ao longo da narrativa, por fera.

Já adulta, Joana tornou-se mãe de três filhos, contudo, os gêmeos Carlos e Urbano foram arrancados dela e vendidos enquanto eles ainda eram crianças, desde então, ela enlouqueceu, já não fazia bem o serviço que se exigia dela e vivia fugindo da casa-grande em busca de suas crianças e foi nessa condição que foi encontrada pela senhora abolicionista.

O feitor que procurava por Joana encontrou a casa em que ela e seu filho foram acolhidos, acompanhado de outro homem, confrontou a mulher branca que os havia dado guarita e comunicou ao senhor Tavares que apareceu na casa no dia seguinte para buscar os escravizados.

Entretanto, após chegar lá, a escravizada Joana havia falecido depois de contar a história, devido a situação na qual se encontrava, chicoteada, ferida e cansada de tanto fugir, mas ele não se importou e afirmou que ela já não servia para os serviços, mas exigia que o filho, Gabriel, retornasse à situação de seu

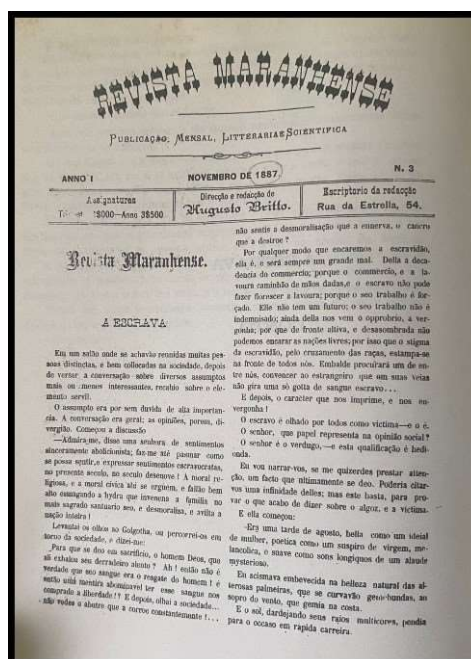
escravizado, o que não era esperado é que a senhora abolicionista já havia regularizado a situação, pagando-lhe a alforria e deixando-o livre.

Assim, apesar da morte da personagem Joana e de todo o sofrimento ao qual foi submetida em sua vida, o conto não encerra da mesma forma trágica de *Úrsula*, mas concede esperança de vida ao alforriado Gabriel, revelando, nas entrelinhas, a importância da luta abolicionista no momento em que fora escrito e publicado.

4.2 PUBLICAÇÃO NA REVISTA MARANHENSE

O conto “A escrava” foi publicado na *Revista Maranhense*, na edição nº3, em novembro de 1887, contudo, não é possível acessar atualmente tal revista, nem nas bibliotecas do Maranhão, tampouco na hemeroteca digital. O único material que se tem disponível e que comprova a publicação do conto no periódico é a publicação da primeira página da revista na biografia, *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, escrita e publicada em 1975, por Nascimento Moraes Filho, conforme imagem seguinte:

Figura 10 – Publicação de “A escrava” na *Revista Maranhense*



Fonte: Moraes Filho (1975).

Nos acervos da Biblioteca Pública Benedito Leite e do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) há dois materiais intitutados *Revista Maranhense*,

entretanto, ambos são do século XX e, conseqüentemente, não há o texto de Firmina em suas páginas.

Assim, ao comentar sobre a revista em questão, precisarei me ater apenas às informações disponíveis na imagem acima e nos comentários e estudos de alguns outros pesquisadores.

De acordo com a Figura 10, a Revista Maranhense na qual Maria Firmina dos Reis colaborou com o seu conto abolicionista, começou a ser publicada no ano de 1887, cuja direção e redação eram executadas por Augusto Brito e a assinatura poderia ser feita de forma trimestral ou anual, embora a revista circulasse semanalmente, conforme expressa em seu frontispício.

Ademais, vale ressaltar que a revista se propunha a ser literária e científica, levando-me a duas inferências. A primeira, remete a pluralidade do termo literário que já foi muito discutida ao longo deste estudo, podendo abranger, portanto, textos de vários gêneros e não apenas os literários, ou seja, também pode se tratar de um periódico diverso.

A segunda inferência diz respeito ao interesse da revista em informar o público leitor, isto porque, em se tratando de um periódico científico, não seria de se estranhar que houvesse uma pluralidade de artigos sobre assuntos distintos da época. Posso tomar como exemplo o próprio *Eco da Juventude*, no qual Firmina publicou “Gupeva”, que trazia textos sobre geografia, língua portuguesa, acontecimentos e discussões efervescentes da época etc. Acredito que ao se propor científica, a *Revista Maranhense* adote uma linha parecida, com interesse em levantar discussões sobre diversos temas.

Isto porque, se tomado como base o próprio conto “A escrava”, é perceptível que se trata de uma revista, se não abertamente abolicionista, no mínimo plural em suas ideias, que acha relevante a discussão acerca da escravidão, tanto que publicou o texto de Maria Firmina na primeira página do número.

Souza (2020) apresenta as seguintes informações sobre a publicação do conto “A escrava”:

O conto foi publicado pela *Revista Maranhense*, sob a redação e direção de Augusto Brito. Sobre a narrativa, apresentava um discurso contrário à escravidão, mas que em sua essência divergia do discurso encontrado em *Úrsula*. Enquanto no último o argumento foi embasado no discurso de que todos são irmãos perante a Deus, em “A escrava”

a discussão girou em torno do progresso, ou seja, a escravidão impediria o progresso da nação (Souza, 2020, p. 112).

Desta forma, é perceptível que ao longo do caminhar de Maria Firmina na Imprensa maranhense suas narrativas foram mudando, talvez para se adequar ao periódico em que publicava, visto que em *Úrsula*, por ter sido um romance escrito de forma independente, traz uma crítica ferrenha a escravidão enquanto algo imoral e anticristão, ao passo que em “A escrava”, apesar de menções ao cristianismo, o foco é o progresso da nação, temática essa muito discutida em jornais liberais do século XIX (Duarte, 2017).

Isto posto, acredito que a *Revista Maranhense* pode ter um viés mais liberal nas suas publicações, entendendo a escravidão como um empecilho ao desenvolvimento da nação em comparação aos países europeus “civilizados”, tanto que no conto de Firmina, ao tratar da escravidão, civicamente falando, como um mal, há a seguinte declaração:

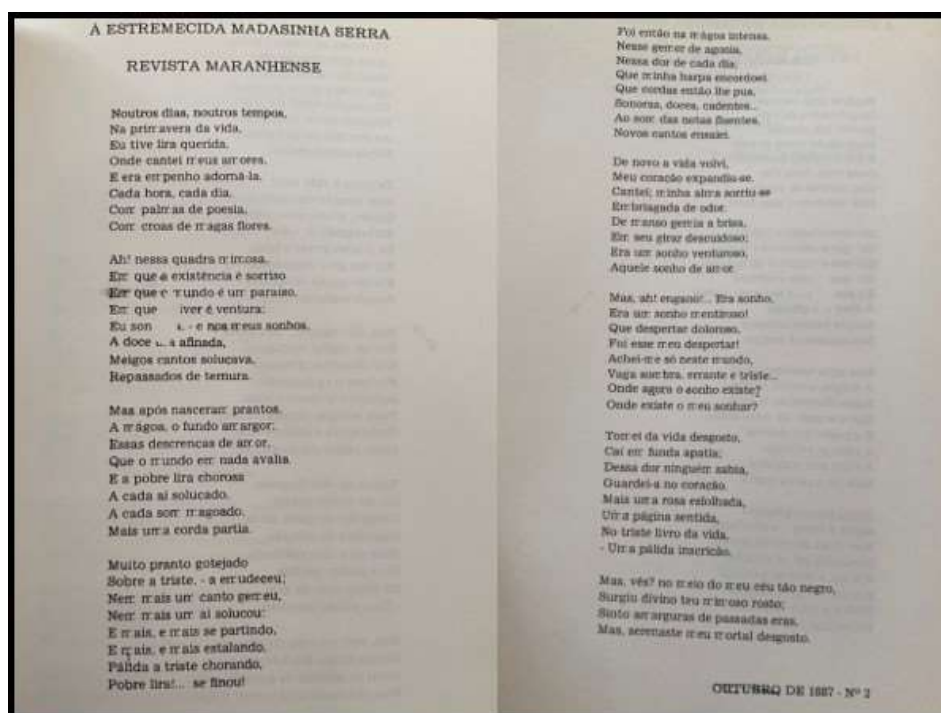
Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas e o escravo não pode fazer florescer a lavoura, porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro, o seu trabalho não é indenizado, ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha, porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres (Reis, 2017, p. 360).

Não há como precisar até que ponto a linha editorial da revista influenciou a escrita de Firmina ou o conto da autora pode ter influenciado a revista, contudo, é correto afirmar que se trata de uma revista plural e, provavelmente, com ideias liberais e humanistas.

Como já dito e evidenciado ao longo da pesquisa, a trajetória de Maria Firmina dos Reis na imprensa foi construída devido ao fato da autora ter transitado em vários periódicos durante alguns anos, podendo contribuir com publicações de gêneros diferentes e ser uma autora de vasta obra.

Isto ocorreu, inclusive, na própria *Revista Maranhense*, conforme a organização realizada por Moraes Filho (1975), que apresenta um poema da autora que foi publicado na revista em questão, em outubro de 1887, no número 2, portanto, na edição anterior a da publicação de “A escrava”. Trata-se do texto:

Figura 11 – Poema “A estremecida Madasinha Serra”



Fonte: Moraes Filho (1975).

Este longo poema, como observado, retrata uma desilusão amorosa. O eu-lírico expõe o quão feliz estava em sua paixão e, posteriormente, afirma não ter se passado de um sonho, demonstrando sua frustração.

O fato desse longo poema ter sido publicado uma única vez, embora os periódicos também publicassem poemas longos de forma seriada, como foi demonstrado acerca do poema “Maria” no capítulo anterior, faz-me inferir que o conto “A escrava”, diferente de “Gupeva” pode ter sido impresso de uma única vez, visto que é mais curto que o romance-folhetim de Firmina e também não possui a divisão em capítulos que a autora faz na sua narrativa indianista.

Dessa forma, isso já pode indicar a compreensão que os escritores de meados do século XIX passariam a ter acerca da exigência de os leitores influenciarem no surgimento de novos gêneros e/ou organização das formas tipográficas para as publicações (Barbosa, 2007).

A demanda dos leitores, explica Barbosa (2007), corroborou a gênese do que se consolidaria efetivamente como conto, isto porque havia a facilidade de publicação de uma única vez, além da simplicidade no enredo e o uso de uma

linguagem acessível, como é possível perceber na narrativa abolicionista que será analisada adiante.

Assim, posso concluir que Firmina colaborou desde o início da revista, visto que as duas publicações que se tem acesso são do seu primeiro ano de circulação, e que ela não se restringiu a temas políticos, mas também se utilizou de sua verve poética, fazendo-me retornar à afirmação da própria revista de que se trata de um periódico científico e literário, portanto, evidenciando em suas páginas a relevância de discutir questões caras à sociedade, mas também o apreço às produções artísticas.

4.3 ANALISANDO AS REPRESENTAÇÕES DAS IDENTIDADES NO CONTO

A publicação do conto “A escrava” ocorreu meses antes da promulgação da Lei Áurea e é uma obra que representa o auge da maturidade de Maria Firmina, visto que a escrita mais engajada, explícita e firme no combate a escravidão, se comparada a *Úrsula*, ocorre devido à tessitura social já haver se modificado significativamente desde 1859 (Zin, 2019).

A essa altura dos acontecimentos, os ventos já sopravam com maior intensidade a favor da libertação dos africanos e dos afrodescendentes escravizados, o que influenciaria significativamente os rumos da sua literatura (Zin, 2019, p. 79).

Assim, com a consolidação do movimento abolicionista no Maranhão e com a relação de Maria Firmina dos Reis com escravizados e participantes ativos na luta pela abolição da escravatura, a sua literatura ganhou uma roupagem mais incisiva e condizente não apenas com o que ela defendia com o que estava em vigor à época, como a própria Lei do Ventre Livre e as implicações que dela advinham, conforme mostrarei na análise.

Desta forma, é coerente o conto iniciar com uma mulher abolicionista relatando um acontecimento no qual estava envolvida, com o objetivo de discutir “a miscigenação e o hibridismo étnico-racial do brasileiro, acompanhados do papel de dominação praticado pelos donos de escravos” (Zin, 2019, p.82).

Posto isso, logo no início do conto, quando a protagonista abolicionista começa a falar na reunião, ela apresenta não só a sua visão acerca do escravizado e do senhor do engenho, como fala sobre as representações deles

no imaginário das pessoas. Ela afirma que “o escravo é olhado por todos como vítima - e o é. O senhor, que papel representa na opinião social? O senhor é o verdugo e esta qualificação é hedionda” (Reis, 2017, p. 360).

Portanto, primeiro ela aponta que as pessoas, mesmo as do seu círculo abolicionista, nem sempre olhavam para os escravizados de forma humanizada, mas, à época, a maioria enxergava o escravizado apenas como vítima do sistema, embora reconheça que realmente eram, já que viviam sendo oprimidos e explorados.

Posteriormente, a abolicionista questiona qual papel o senhor de engenho representa, isto é, a personagem consegue demonstrar que a representação não só é construída socialmente como ultrapassa uma questão individual e, assim, ela afirma que a percepção social é de que o “detentor” de escravizados é um assassino cruel.

Devido à crueldade do sistema, tanto no que diz respeito à exploração da mão de obra quanto aos castigos extremos que os escravizados sofriam, era muito comum a fuga como reação, como demonstrei na subseção anterior.

De acordo com Schwarcz e Starling (2018), os escravizados reagiam de forma violenta ao cotidiano que era demasiadamente violento também, portanto, as fugas eram frequentes, tanto em grupo como individualmente, além das insurreições e o próprio assassinato dos feitores, que eram os que caçavam e castigavam os escravizados.

Contudo, a fuga não era simples e tranquila, muito pelo contrário, os escravizados que fugiam eram perseguidos, sofriam e eram marcados como “escravos rebeldes”, a fim de que quem os visse os reconhecessem e entregassem aos seus “donos”, tanto que o senhorio pagava, muitas vezes, homens pobres e brancos para tal função ou, até mesmo, ex-escravizados, visto que conheciam os hábitos, rotina e comportamento dos fugitivos (Priore; Venancio, 2016).

Tal situação é narrada no conto de Firmina, principalmente quando a abolicionista relata a primeira vez em que avistou Joana, que estava nas seguintes condições:

De repente uns gritos lastimosos, uns soluços angustiados feriram-me os ouvidos, e uma mulher correndo, e em complexo desalinho passou por diante de mim, e como uma sombra desapareceu. Seguia-a com a

vista. Ela espavorida e trêmula deu volta em torno de uma grande mouta de murta, e colocando-se no chão nela se ocultou (Reis, 2017, p.361).

Desta forma, o retrato que a narradora apresenta é de uma mulher desesperada, que precisava de ajuda, que estava ferida e amedrontada, que estava em uma situação deplorável, tentando sair de uma condição pior ainda que lhe foi imposta.

Em seguida, aparece um feitor procurando a escravizada, o que era comum, como já mencionado acima. A descrição que dele é feita, remete a uma figura popularmente conhecida como capitão do mato e suscita várias hipóteses e possibilidades de análise. Segundo o conto, tratava-se de um homem que era

de cor parda, de estatura elevada, largas espáduas, cabelos negros anelados. Fisionomia sinistra era a desse homem, que brandia, brutalmente, na mão direita um azorrague repugnante; e da esquerda deixava pender uma delgada corda de linho (Reis, 2017, p. 361).

A crueldade do feitor é ressaltada quando a narradora fala acerca da fisionomia dele e do instrumento de tortura que ele carrega na mão direita, dessa forma, corrobora o que comentei acerca das fugas serem difíceis e até perigosas e sobre haver pessoas que perseguem os escravizados que fugiam.

Ademais, neste trecho é representado um feitor cujas características físicas são ressaltadas, dentre elas a estatura, o cabelo e a cor da pele. No que diz respeito ao termo pardo, que é utilizado por Firmina, posso inferir que provavelmente referia-se a uma pessoa cuja pele não é branca e nem tão retinta, ou seja, que não estava inserida dentro da dicotomia preto-branco que era visível entre africanos e descendentes europeus no início da escravidão brasileira.

Sobre isso, a historiadora Lilia Schwarcz explica

O termo pardo surge como um verdadeiro saco de gatos, ou como a “sobra do censo”. O nome mais se parece com um coringa: tudo o que não cabe em outros lugares, encaixa-se aqui. Vale a pena repensar esse termo, que funciona como uma espécie de etc. Como ninguém se autodefine como pardo (pardo é sempre uma definição externa), esse conceito funciona tal qual uma opção do tipo: “nenhuma das anteriores” [...] pardo é moreno: essa cor que, como vimos, tem se destacado nos últimos censos. Pardo é, pois, um termo paradoxal e de difícil tradução. Na linguagem oficial representa uma incógnita, já na popular tem cor definida e é silencioso, à semelhança do racismo vigente em nosso país (Schwarcz, 2012, p. 97-98).

Assim, mesmo com o avançar dos estudos na área das relações raciais, ainda não se tem uma definição precisa acerca do que seria uma pessoa parda, contudo, a explicação da pesquisadora aponta para uma categoria equivalente a um meio termo entre o mais claro e o mais escuro, e isso era relevante para a própria definição das atividades e do tratamento.

Em consonância com a historiadora, Sueli Carneiro (2011, p. 67), explica que o termo pardo existe por ser algo que “ninguém consegue definir como raça ou cor” ou “como elemento de fragmentação da identidade negra”, isto é, ele agrega aqueles que não se identificam étnica ou racialmente como negras, são pessoas que “não sabem mais o que são ou, simplesmente, não desejam ser o que são” (Carneiro, 2011, p. 67).

É importante tratar da questão da cor e da relação semântica, visto que no período escravocrata havia distinção entre termos e serviços, como demonstrei anteriormente ao falar de boçais, ladinos e crioulos. Havia, ainda, segundo Schwarcz (2012), uma diferenciação acerca de duas palavras que parecem sinônimas, a saber: negro e preto que significavam, respectivamente, o escravo insubmisso e o cativo fiel.

Dito isto, cor, comportamento e a nacionalidade dos escravizados determinava, também, a forma com a qual seriam tratados e isso não foi ignorado por Firmina ao longo do conto, cujas descrições físicas demonstram a posição social que cada personagem ocupava na sociedade que ela estava retratando.

Após caracterizar a escravizada e o feitor, é introduzido na narrativa um outro personagem, também homem e cativo, mas muito diferente do que perseguia a “fugitiva”, este demonstrava uma preocupação, visto que procurava por sua mãe.

[...] um homem rompendo a espessura, apareceu ofegante, trêmulo e desvairado. [...] Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto sua fisionomia era franca e agradável. O rosto negro e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofarado de copioso amor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora lânguidos pela comoção de angústia que se lhe pintava na fronte, ora deferindo luz errante e trêmula, agitada e incerta traduzindo a excitação e o terror, tinham um quê de altamente interessante (Reis, 2017, p. 363).

Evidencia-se aqui o trato de um personagem negro, portanto, de tez escura, visto que ao falar do feitor, cuja pele é mais clara, a narradora o

apresenta como pardo. Ademais, vale ressaltar que o personagem, mais à frente apresentado como Gabriel, estava seminu, o que indica que provavelmente utilizava apenas o necessário para cobrir o órgão genital, revelando a forma totalmente indigna com o quão era tratado, reverberando, inclusive, em sua vestimenta, e isto é reforçado quando se acrescenta a informação de que o escravizado carregava em seu corpo várias cicatrizes.

Contudo, é revelado na mesma passagem o caráter do personagem, haja vista que ao contrário do feitor, que é logo caracterizado como alguém de má feição, o Gabriel é apresentado como alguém de boa feição, apesar de todo o sofrimento que enfrentava. Isso chamou atenção da moça abolicionista, pois ela retrata que ele aparentava tristeza e angústia ao mesmo tempo que sua expressão era agradável, ou seja, não carregada de ódio e maldade.

Tal caracterização é comum nos personagens de Maria Firmina dos Reis, conforme é perceptível na descrição que faz de seu personagem Túlio, em *Úrsula*, cumprindo com seu objetivo de humanizar os personagens negros de sua literatura. Acerca dessa característica comum das obras firminianas, Zin explica:

Essa descrição do jovem escravizado, logo, é uma novidade para a literatura brasileira produzida até aquele momento, uma vez que está pautada por um olhar que humaniza o oprimido e animaliza o opressor. Gabriel, o filho da escrava fugitiva, carrega consigo os traços do amor filial: mesmo correndo o risco de sofrer represálias e demais castigos físicos, é ele quem se arrisca para salvar a mãe das mãos do feitor. A imagem que Firmina constrói, portanto, distancia-se e muito da figura grosseira e reificada atribuídas aos cativos até então (Zin, 2019, p.84).

Desta forma, Firmina não só coloca personagens negros em suas obras, como os coloca em evidência enquanto seres humanos, não para passarem despercebidos, mas para serem vistos como pessoas tal qual os personagens brancos que traz em sua literatura. Ademais, conforme Zin (2019) ressaltar, a autora atribui os lugares devidos a cada personagem da obra a partir da descrição que deles faz.

Em consonância com o autor, Pinto-Baily (2018) afirma que Reis representa seus personagens negros como seres humanos, portanto, com inteligência, sentimentos e valores, inclusive, alguns de seus personagens escravizados são modelos de integridade moral. Ademais, a pesquisadora completa que eles são sujeitos de seus próprios discursos, contam sobre o

passado, condição e sentimento, de forma que é possível, para Firmina, descrever a realidade histórica por meio do olhar do sujeito negro, em contraste com à perspectiva posta pela sociedade branca escravocrata.

De acordo com Schwarcz e Starling (2018), punições eram frequentes, muitas vezes, inclusive, eram feitas de forma pública. Havia uma série de castigos, dentre eles o tronco exemplar, para exortar e ensinar os escravizados rebeldes ou que não cumpriam o trabalho conforme lhes era ordenado, havia o uso de açoite como forma de humilhar e penalizar, além dos castigos por “precaução”, como “os ganchos e pegas no pescoço para evitar as fugas nas matas, as máscaras de flandres para inibir o hábito de comer terra e assim provocar o suicídio lento e doloroso, as correntes prendendo ao chão” (Schwarcz; Starling, 2018, p.91-92).

No Brasil, conforme apontam as autoras, foi construída uma arqueologia da violência, cujo intuito era demarcar os lugares de poder, de forma a posicionar efetivamente a figura do senhor detentor de escravizados como autoridade suprema, conservando a submissão dos negros por meio de marcas registradas no próprio corpo (Schwarcz; Starling, 2018).

A estrutura violenta do Brasil oitocentista e as formas de punição, apresentadas pelas historiadoras, são retratadas claramente pelo conto em análise por meio da seguinte citação:

Amanhã - continuou ele - hei de ser castigado, porque saí do serviço, antes das seis horas; hei de ter trezentos açoites; mas minha mãe morrerá se ele a encontrar. Estava no serviço, coitada! Minha mãe caiu, desfalecida; o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoites; ela deitou a correr gritando. Ele correu atrás (Reis, 2017, p. 364).

O personagem relata os castigos que ele e sua mãe sofreriam caso o senhor de engenho os apanhasse novamente, independentemente da idade dela ou da estrutura física de ambos.

A expressão “coitada!” utilizada pelo escravizado, ao narrar o acontecido, e o fato de Joana correr gritando revelam o pavor que os escravizados sentiam da situação em que estavam. Ao mesmo tempo que buscavam fugir para tentar alcançar alguma liberdade, a consciência de que seriam castigados violentamente os consumia.

Não bastava apenas o trabalho árduo, repetitivo e cansativo, que era em si próprio violento e imputava uma autoridade ao senhor de engenho, havia entre

os escravizados “uma sensação constante de medo, lograda pelo castigo disciplinar muitas vezes aplicado coletivamente” (Schwarcz; Starling, 2018, p.91)

É interessante notar que o relatado por Gabriel acerca de sua mãe ter passado mal no serviço, o fato de ela ter fugido e o que ocorreria caso fosse apanhada, demonstra que ela era uma escravizada do eito e não uma mucama que servia na casa grande.

Devido a isso, fica evidente o porquê de sua mãe ser punida tanto quanto o filho, visto que, como já mencionado, as escravizadas do eito eram castigadas na mesma medida que os homens escravizados. Ademais, a própria fuga reforça que Joana era escravizada do eito. De acordo com Gonzalez (2018, p.39)

Enquanto escrava do eito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta, uma vez que, trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. Vale notar que a vida média de um escravo produtivo não ultrapassava os dez anos. Após isto, os senhores deles se livraram, mediante a concessão da alforria; e esta significava um tipo especial de “liberdade”: a de morrer de fome, em função de invalidez precocemente adquirida (esta, o sentido da “lei” dos sexagenários) (Gonzalez, 2018, p.39).

Assim, as escravizadas que estavam no roçado, tornavam-se mais frágeis fisicamente devido ao trabalho pesado que executavam, mas também tinham maior possibilidade de fugir, visto que trabalhavam a céu aberto e poderiam correr, embora não fosse fácil devido aos feitores que fiscalizavam. Essas mesmas escravizadas, de acordo com Gonzalez (2018), estimulavam os seus companheiros do eito a fugirem também e a arquitetar revoltas.

Além do sofrimento dos próprios escravizados devido ao medo e às punições físicas, os brancos abolicionistas também eram passíveis de alguma punição e entendiam que, legalmente, não poderiam proteger escravizados, visto que eram propriedades de outra pessoa. A narradora tem conhecimento disso e externa:

Eu bem conhecia a gravidade do meu ato: - recebia em meu lar dois escravos foragidos, e escravos talvez de algum poderoso senhor; era expor-me a vinda da lei; mas em primeiro lugar o meu dever, e o meu dever era socorrer aqueles infelizes. Sim, a vinda da lei; lei que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco. Mas deixar de prestar auxílio àqueles desgraçados, tão abandonados, tão perseguidos que nem para a agonia derradeira, nem para transpor esse tremendo portal da eternidade tinham sossego e tranquilidade (Reis, 2017, p. 366).

A personagem abolicionista não só deixa claro a existência da legislação que acoberta os senhores de engenho ao passo que oprime os escravizados, como mostra seu repúdio e sua indignação. Ademais, demonstra uma visão crítica acerca das legislações vigentes, visto que não concebe a lei como definidor ou marcador da moral, pois evidencia que o seu dever é ajudar ao próximo que estava sendo injustiçado, independente do que vigorava legalmente.

Tal cuidado para com os escravizados, a ponto de desobedecer a lei, chama atenção de Joana, pois fora a primeira vez em que era vista como ser humano e tratada de forma digna. Desta forma, a escravizada fala:

Quem é vossemecê, minha senhora, que tão boa é para mim e para meu filho? Nunca encontrei em vida um branco que se compadecesse de mim; creio que Deus me perdoa os meus pecados, e que já começo a ver seus anjos (Reis, 2017, p.368).

É sabido que os brancos foram colonizadores de vários países e submeteram povos de outras raças sociais e etnias à escravidão mercantil e violenta. Fanon (2020, p.242) afirma que “a desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o ser humano onde quer que fosse”.

Isto é revelado na fala da personagem, que demarca a branquitude como quem está numa posição de poder privilegiada e a utiliza para maltratar os seus semelhantes, tanto é que Joana se espanta ao ver a bondade e o cuidado da abolicionista do conto, afirmando que nunca conhecera outra pessoa branca que a fizesse o bem, evidenciando em sua fala que a moça é uma exceção.

Embora a surpresa e a gratidão de Joana sejam externadas, Fanon (2020) explica que o comportamento da branquitude ao ajudar os escravizados ou tratar bem os negros não deve ser passível de elogio, visto que é um ato de civilidade se comportar bem diante e para com outro ser humano.

Se existem brancos capazes de se comportar de forma sensata diante de um negro, é justamente o caso que não pretendemos contemplar. Não é porque o fígado do meu paciente funciona bem que direi: os rins estão saudáveis. Tendo-se verificado que o fígado está normal, abandono-o à sua normalidade, que é o normal, e volto-me aos rins; no caso, os rins estão doentes. Isso quer dizer que, em paralelo às pessoas normais que se comportam sensatamente, de acordo com uma psicologia humana, existe quem se comporte patologicamente, de acordo com uma psicologia desumana. E acontece que a existência desse tipo de pessoa foi determinante para uma série de realidades, para cuja liquidação queremos aqui contribuir (Fanon, 2020, p.24).

Entretanto, a reação de Joana e a confiança que deposita na abolicionista é justamente fruto do ambiente em que estava inserida, como Fanon (2020) exemplifica na alusão aos rins doentes, a maioria dos brancos seria como o rim que não funciona em normalidade, de forma que ao ver uma branca agindo correta e moralmente, a escravizada se admira.

Isto é, no Brasil Império havia alguns brancos abolicionistas que eram louvados pela sua ação de tratar com humanidade outra pessoa, mas o propósito do conto analisado aqui é criticar o escravismo da sociedade do século XIX, evidenciando de forma mais contundente o comportamento nocivo e desumano da branquitude oitocentista.

Posto isso, sabemos primeiro da personagem Joana pelos olhares da abolicionista, que a vê fugindo, depois pela perspectiva de seu filho, que a procura e faz uma breve descrição para a moça branca, até que a própria Joana adquire voz na narrativa e conta sua história. Todo esse foco direcionado à personagem para descrever diferentes facetas do Brasil escravocrata a partir de sua representação, revelam que

O amor maternal leva Joana a resistir contra a vontade do senhor, recusando-se ela a aceitar passivamente a perda dos dois filhos pequenos que tinham sido vendidos a um comerciante de escravos. Joana foge seguidamente da propriedade do seu senhor e é considerada louca. Suas fugas e “loucura”, porém, podem ser entendidas como formas de resistência e – no microcosmo da fazenda do senhor de escravos – uma ameaça à instituição escravocrata, posto que ela perturba a ordem estabelecida. Deste modo, Joana pode ser vista como a verdadeira protagonista do conto, posição que Reis lhe confere não por acaso, mas como resultado da profunda identificação entre a escritora e sua personagem (Pinto-Bailey, 2018, p.109-110).

Embora eu me coloque contrária à posição de Pinto-Bailey e de outros autores que compreendem a loucura de Joana como resistência ou como fingimento para se demonstrar débil para o trabalho a fim de alcançar alguma liberdade, visto que a loucura da personagem é demonstrada pelos seus atos, pela descrição do senhor Tavares e até pelo seu próprio filho, que não teria motivo para identificar a mãe como louca sem ela o ser, eu concordo com Pinto-Bailey na atribuição do protagonismo a personagem, não só pelo nome do conto, que já faz essa indicação, como pela forma em que é construída ao longo de toda narrativa.

Isto porque é perceptível que o enredo vai se desenvolvendo a partir das atitudes das personagens. A abolicionista começa a contar a história devido ao encontro com Joana, Gabriel só aparece após o sumiço da mãe, a escravizada relata seus sofrimentos evidenciando o motivo da sua loucura, toda a trama e surgimentos dos feitores e do senhor Tavares ocorre como consequência da fuga da personagem que, se não fosse tal comportamento, jamais culminaria na abolição de seu filho.

Posto isso, ao narrar sua história para a moça branca, Joana demarca sua identidade a partir das identidades raciais dos seus pais, revelando que sua mãe era uma africana escravizada e seu pai era um indígena livre, ela não se identifica para a moça abolicionista como uma mulher negra, isso ocorre porque “o processo de formação dos povos americanos tem especificidades que desafiam a explicação” (Ribeiro, 2006, p.113), devido à grande mestiçagem que impossibilitava a demarcação de uma “raça única”.

O sociólogo Darcy Ribeiro explica que

O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguendade de não índios, não europeus e não negros, que eles se veem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira (Ribeiro, 2006, p.118).

Sendo assim, fica evidente que a mestiçagem no Brasil era algo bastante comum e foi fundamental na formação étnica do país, haja vista que a mistura fez com que os indivíduos se sentissem deslocados de um grupo específico já constituído. Ribeiro (2006, p.119) continua:

O surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, como os mulatos (negros com brancos), caboclos (brancos com índios) ou curibocas (negros com índios).

Desta forma, apesar de atualmente não se trabalhar mais com os termos citados pelo sociólogo nas categorias de mestiçagem, pois todas elas estão compreendidas dentro do que se chama de “pardo”, conforme explicado mais acima, é interessante notar como havia realmente várias formas de mistura étnica, e é de uma dessas que nasce a personagem do conto.

Após se identificar para a moça, Joana continua narrando sua história e relata o triste episódio de quando seus filhos gêmeos, ainda crianças, foram tirados dela e vendidos como escravizados.

Um homem apeou-se a porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos - era um traficante de carne humana. Este abjeto e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente. Esse homem trocou ligeiras palavras com meu senhor e saiu. [...] Corri para meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos. Não sei quanto tempo durou este estado de torpor; acordei aos gritos de meus pobres filhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! mamãe! [...] Tinham metido adentro a porta da minha pobre casinha, e nela penetrado meu senhor, o feitor e o infame traficante. Ele e o feitor arrastavam sem coração os filhos que se abraçavam à sua mãe (Reis, 2017, p.370).

Ao descrever o ocorrido, ela também acrescenta aos senhores de engenho a adjetivação de carrascos, reforçando o quão cruel eram ao tirar da própria mãe seus filhos e vê-los apenas como mercadoria que poderia ser vendida ou trocada de forma que mais lucro rendesse ao dono.

Trata-se aqui de mais uma situação comum no período escravocrata, a da mulher negra enquanto procriadora de produtos e não como mãe de filhos, diferente da mulher branca que tinha o direito de gestar e maternar como sendo algo belo e necessário à condição familiar da época.

Acerca da escravizada mulher, biologicamente falando, no que diz respeito ao âmbito sexual, ela era lucrativa, pois não só trabalharia, como geraria outros servos. A historiadora Beatriz Nascimento discorre sobre isso da seguinte maneira:

Contrariamente a mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra, pode ser considerada uma mulher essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, dotada de um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa-grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas também de produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher e, portanto, de mãe em potencial de novos escravos, ela tinha a função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro (Nascimento, 2021, p.56).

O lucro era gerado não só a partir do que era produzido pelos escravizados, mas também pela venda de escravizados que já nasciam sob domínio do dono da mãe, como ocorre no conto em análise. Além disso, como visto acima, os senhores de engenho lucravam com as próprias crianças, pois, muitas das vezes não precisavam comprar mais mão de obra, os filhos já trabalhariam para eles, como é o caso do Gabriel.

Ademais, no que diz respeito ao conto em análise, Batigniani (2018) explica que, em São Luís, havia um “mercado de escravos”, Cafua das Mercês, que foi construído no século XVIII, e nele eram vendidos os escravizados, incluindo as crianças, que eram destinados a outras províncias.

A pesquisadora afirma que “provavelmente Maria Firmina dos Reis tenha presenciado ou escutado algum relato de escravas que viram seus filhos serem vendidos para o Rio de Janeiro para serem revendidos para outras províncias” (Batigniani, 2018, p. 253). Isto porque as representações criadas por Firmina no conto em questão possuíam tantas similaridades com o real, devido ao seu contato com escravizados, que não é difícil supor que a autora tenha visto ou dialogado com mães que viveram a mesma tragédia da personagem Joana.

Após narrar sua história e demonstrar como o sequestro de seus filhos lhe provocou a loucura, a personagem morre. E, posteriormente na narrativa, carregado de desespero, seu filho exclama: “Pelo amor de Deus, minha mãe, [...] leva-me contigo (Reis, 2017, p.373). Tal pedido ocorreu quando Gabriel viu o seu senhor, porque já sabia o futuro que lhe aguardava ao ser devolvido para o Tavares, ele sofreria uma severa punição e prosseguiria toda a sua vida em servidão.

Era comum, entretanto, que os escravizados desejassem a morte prematura, seja por fome, suicídio ou na tentativa de fuga, a passar uma vida inteira no cativeiro sob diferentes formas de torturas físicas e psicológicas (Ribeiro, 2006).

É neste momento da morte de Joana que os feitores acham a casa da abolicionista e se deparam com o corpo da escravizada, protagonizando atitudes interessantes, como demonstrado no trecho seguinte:

Comovidos em presença da morte, os dois escravos deixaram pender a fronte ao peito; o próprio feitor, ao ímpeto, teve um impulso de homem, mas, recompondo na rude, e feroz fisionomia, disse-me: [...] É

escandalosa, minha senhora, a proteção que dá a estes escravos fugidos (Reis, 2017, p.371).

Este trecho, ao contrário do que a cabeça dicotômica faz pensar, retrata escravizados contraditórios, paradoxais e, por isso, humanos. Eles não são vilões ou tampouco vítimas, mas são pessoas que sentem e se expressam, carregam maldade, bondade, tristeza, alegria, medo ou qualquer outra sensação e sentimento que são característicos de pessoas que estão vivas.

A construção de personagens assim é comum nas narrativas firminianas, visto que a autora sempre explora os sentimentos e as contradições de seus personagens. Um outro exemplo nítido disso é o personagem Túlio, do romance *Úrsula*, que ao ajudar o “mocinho” da narrativa, Tancredo, recebe dele a alforria, mas, de forma contraditória, opta por servir e acompanhar o mancebo ao invés de procurar meios para desfrutar da liberdade que agora tinha.

Também no mesmo romance, dois escravizados do “vilão” da narrativa, o Comendador Fernando P, tio de Úrsula, obedecem ao senhor, tirando a sela do cavalo utilizado por ele e são chicoteados e xingados, simplesmente pela maldade do senhor. Então o narrador expõe que eles sentiram dor e ódio, mas não reprovaram a ação do comendador e nem representaram nenhuma indignação, pois “eram escravos, estavam sujeitos aos caprichos do seu bárbaro senhor” (Reis, 2018, p. 166).

Destarte, Maria Firmina, a fim de humanizar as pessoas escravizadas, retrata os sentimentos – bons e maus – presente em cada um dos escravos que compõem a obra, os que possuem falas ou os que são rapidamente mencionados, que vistos e tratados apenas como mercadorias, possuem no romance *Úrsula*, um espaço singular, em que reflete o amor, o ódio, a saudade, a dor, a felicidade que qualquer ser humano é capaz de sentir (Macena; Bonamigo; Almeida, 2020, p.12).

É desta mesma forma que os personagens negros são tratados no conto “A escrava”, pois ela concede humanidade aos feitores, fazendo transparecer neles sentimentos bons e ruins, bem como inverte a lógica social oitocentista de que o negro era selvagem, mau e inculto, que necessitava ser domesticado e era apto apenas para escravidão.

Ao pesquisar sobre a construção da emocionalidade de pessoas negras e como elas se percebiam socialmente, Neusa Souza (2021, p.47) afirma que “a emocionalidade do negro é [...] um elemento particular que se subordina ao

conjunto mais geral de injunções da história da formação social em que ele se inscreve”

Portanto, o negro forma as suas emoções a partir do lugar social no qual está inserido, levando em consideração como é socialmente designado para, então, agir de acordo. Por isso é que os servos se entristecem ao ver Joana morta, mas, imediatamente, retomam a pose que deveriam ter e “repreendem” a atitude da abolicionista.

Souza (2021) explica que, por vezes, o negro age a partir do ideal de quem deveria ser e não de quem realmente ele é e, com base em sua experiência social, o que ele almeja é ser como o branco, pois o ideário civilizatório e de poder da branquitude também passa a ocupar a mente e as emoções de muitos escravizados, o que explica, em alguma medida, a existência histórica dos capitães do mato ou de outros feitores negros.

Embora houvesse uma distinção no trato para com os escravizados, como mostrado na seção anterior, com base em gênero e cor, de tal maneira que os mais claros eram tratados de forma menos desumana ao passo que os mais escuros sofriam mais, Firmina faz o contrário na sua narrativa, pois atribui ao Gabriel a posição de pessoa bondosa, visto que não maltratava os seus semelhantes a mando do senhor de engenho, ainda que fosse sempre maltratado, invertendo a lógica e demonstrando que os bárbaros eram os senhores brancos.

Em contrapartida, a abolicionista, mesmo que estivesse indignada com o sistema escravista, xinga o servo que cumpria a ordem de seu senhor de encontrar os escravizados fugidos e que a confrontou com aquilo que lhe era ensinado: as pessoas não poderiam acobertar escravizados. Ela não se atém aos sentimentos que transparecem neles, vendo-os apenas como pessoas más que faziam algo errado, e não como escravizados que não gostariam de ter o mesmo fim da escravizada que recebera a sua ajuda.

Insolente! Nem mais uma palavra. Vai-te, diz a teu amo, - miserável instrumento de um escravagista; diz a ele que uma senhora recebeu em sua casa uma mísera escrava louca porque lhe arrancaram dos braços dous filhos menores e os venderam para o Sul; uma escrava moribunda, mas ainda assim perseguida por seus implacáveis algozes (Reis, 2017, p.372).

Eles, então, cumprem a ordem que é dada pela moça abolicionista e entrega o aviso ao Senhor, o que mais uma vez testifica que se tratava apenas de servos obedientes e fiéis à branquitude, mas que, por vezes, não refletiam sobre a condição na qual se encontravam.

Embora não os vissem como seres humanos dotados de sentimentos positivos, visto que estavam exercendo uma função cruel, a própria moça branca chama-os de “instrumento de um escravagista”, o que me faz inferir que ela própria os via como alguém que cumpria ordens e não que perseguia os seus semelhantes simplesmente por maldade.

A própria complexidade de não atribuir maldade aos feitores, mas vê-los como ferramenta do “vilão” da narrativa, simplesmente ergue a problemática de que a própria protagonista não os via como seres humanos dotados de agência e capazes de tomar decisão, eles eram apenas objeto utilizado pelo senhor Tavares e não homens que poderiam carregar dentro de si a tristeza pela morte de uma mulher negra ou até a maldade e o “prazer” em perseguir outros escravizados.

Esta reflexão pode ser suscitada pelo fato de que a personagem ajuda, por pena, os escravizados fugitivos e encontra neles pessoas boas e dignas de serem cuidadas, mas não propõe um acordo para que os feitores parassem de persegui-los em troca da liberdade, por exemplo.

Posteriormente, o senhor de engenho aparece na casa da abolicionista com o intento de recuperar seu escravizado Gabriel, visto que já recebera a notícia da morte de Joana, e em sua fala já é perceptível a crueldade, o orgulho e a prepotência que o caracteriza.

Sei que esta negra está morta - exclamou ele - e o filho acha-se aqui, tudo isto teve a bondade de comunicar-me ontem. Esta negra - continuou, olhando fixamente para o cadáver - esta negra era alguma coisa monomaníaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a existência. Morreu, não lamento esta perda, já para nada prestava. O Antônio, o meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor é que se cansava em procurá-la. Porém, minha senhora, este negro! - designava o pobre Gabriel - com este negro a coisa muda de figura, minha querida senhora, este negro está fugido, espero, mo entregará, pois sou o seu senhor e quero corrigi-lo (Reis, 2017, p.373).

Nestas palavras do Senhor Tavares, todas as representações de identidades que aparecem ao longo do conto podem ser analisadas, a começar pela forma como se refere à Joana. Ele inicia já a descrevendo como negra e

louca, omitindo a razão pela qual a personagem enlouqueceu, e deixa claro que não se importa com a morte da escravizada, visto que era apenas um instrumento para que lucrasse e, agora, que já não era mais sã ou tinha força para trabalhar, seria prejuízo tê-la sob seu domínio, porque “numa sociedade escravocrata [...] as loucuras representavam os excluídos da sociedade tornando-se sem visibilidade alguma perante outras pessoas” (Batigniani, 2018, p.250), ou seja, os loucos não eram vistos como pessoas, tampouco tinham serventia, portanto, poderiam ser descartados socialmente.

É interessante notar que ele não menciona o nome de Joana, mas se refere a ela apontando uma característica externa e uma interna, fala da identidade visível, que a coloca no lugar de escravizada e depois descreve a razão de suas fugas a partir da condição psicológica da personagem.

A loucura de Joana tem um motivo além das chicotadas que levava. Ela, como muitas mães escravas, presenciou seus filhos de oito anos serem vendidos para o Rio de Janeiro. E ao perder seus filhos para o mercado de escravos, mostra por meio de sua loucura as verdades explícitas no sistema escravocrata (Batigniani, 2018, p.251).

Verdades que demonstram não só a maldade do senhor na violência com a qual Joana é tratada, como a desumanização das crianças ao serem vendidas como mero objetos e, ainda, a própria negação da maternidade a escravizada, de forma que, a loucura da personagem não só passa a fazer sentido para o leitor como evidencia a crueldade do senhor Tavares.

Entretanto, não era dessa forma que ele gostaria de ser visto pela abolicionista, por isso, omite o porquê de a escravizada ter desenvolvido a loucura, visto que não sabia que Joana já havia contado as razões que a deixaram louca. Assim, é evidente que a imagem que gostaria de passar, inclusive pela forma como trata a mulher branca, é de um senhor que estava apenas reivindicando seus direitos, a partir do domínio que tinha perante a lei sob suas propriedades, os escravizados em questão.

Quanto ao tratamento que é dado ao feitor, o senhor Tavares o nomeia por Antônio, elogiando o seu trabalho e diz que se trata de um servo fiel e zeloso, o que me faz levantar a hipótese de que o escravizado em questão possa ser filho do próprio senhor de engenho, visto que a cor da pele é mais clara, como já demonstrado acima, e que o seu trabalho não é um trabalho braçal no

engenho, sendo ele um trabalhador digno de confiança ou de posição diferenciada.

Conforme Schwarcz e Starling (2018, p.95):

Numa sociedade escravocrata, todo trabalho físico e que demandasse esforço era considerado aviltante, e assim relegado aos africanos. Por sinal, cor virou uma régua para essa sociedade que a eles vinculava o labor braçal. Os mulatos, por exemplo, muitos deles filhos ilegítimos do seu senhor, eram geralmente escolhidos para as funções domésticas. Embora representassem 7% da população escrava dos engenhos, executavam 20% das atividades artesanais e domésticas.

Não era incomum os senhores terem filhos com as escravizadas que trabalhavam na casa, principalmente devido ao que Carneiro (2011) chama de estupro colonial, em que os senhores brancos, em sua posição de poder, abusavam das escravizadas que, vistas como objetos, poderiam ser usadas por eles de toda forma, inclusive sexualmente.

A filósofa prossegue dizendo que esse estupro praticado pelo colonizador sobre mulheres negras tem uma extensão muito maior do que outrora se imaginava, visto que novas pesquisas genéticas revelam que 61% das pessoas que se consideram brancas no Brasil possuem em seu DNA marcas de mulheres negras ou indígenas (Carneiro, 2011).

Devido à mistura das cores, os filhos ilegítimos tinham a pele de tom mais claro, como é o caso do feitor Antônio, que tinha uma posição de confiança e era tratado de forma diferente, embora ainda fosse um escravizado. Ao passo que Gabriel, que tinha a pele mais escura e era designado aos trabalhos braçais, é imediatamente demarcado pelo Tavares como um negro fugitivo, passível de severo castigo.

Entretanto, ainda que a minha hipótese acerca da filiação de Antônio esteja errada, o simples fato de ter a cor de pele um pouco mais clara possibilita o receber um tratamento diferente e menos cruel, pois

Nas sociedades de classes multirraciais e raciais como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante (Souza, 2021, p.49).

Isso é totalmente perceptível, pois, ao se referir a Gabriel, o senhor afirma que “com este negro a coisa muda de figura, minha querida senhora, este negro está fugido, espero, mo entregará, pois sou o seu senhor e quero corrigi-lo”

(Reis, 2017, p.373). Notadamente, ele também não nomeia o Gabriel, trata-o apenas pela sua aparência e condição de objeto que não está cumprindo sua função, externando o desejo de agir violentamente contra o escravizado.

Nesta mesma frase, entretanto, é possível ver a forma com a qual trata a moça abolicionista. Ele não se refere a ela de qualquer maneira, mas usa um pronome de tratamento respeitoso, visto que a personagem também tem uma posição social elevada e é uma mulher branca da sociedade oitocentista.

Contudo, o que o senhor Tavares não esperava era o embate direto que sofreria por parte da abolicionista, visto que ela não só acalma o escravizado, pedindo que se tranquilize, mas pega um volume de papéis selados, rasga o subscrito e lê algo que o deixa totalmente contrariado e afirma: “Desculpe-me, senhor Tavares. Em conclusão: apresento-lhe um cadáver e um homem livre” (Reis, 2017, p. 374). A abolicionista havia comprado a liberdade de Gabriel.

A forma como os abolicionistas agiam no final do século XIX era mais direta, combativa e eficaz em comparação com a atuação nos primórdios do movimento pela abolição da escravatura.

O movimento abolicionista atuava de acordo com a conjuntura política, em confronto com escravistas, em alianças com políticos abolicionistas, ocupando o espaço público, tanto na rua, na imprensa, como na participação em eleições. Também se articulava a mobilizações de escravos, principalmente a partir da década de 1880, em ações de enfrentamento com proprietários e com autoridades policiais (Dolhnikoff, 2021, p.117).

Isto era possível porque o movimento abolicionista já estava consolidado e algumas mudanças já haviam acontecido na legislação, com o surgimento de leis que proibiam a escravização de crianças ou o comércio internacional de escravizados, conforme abordado na seção anterior.

No que se refere à atuação da abolicionista no conto e a possibilidade de libertação do escravizado Gabriel mediante à morte da mãe, Gomes (2022, p.195) explica:

A imediata libertação de Gabriel tornou-se um desfecho possível porque Maria Firmina situa o seu conto após o advento da Lei do Ventre Livre. Essa lei permitiu a alforria sem a anuência do senhor de escravos. A alforria sem o consentimento do proprietário de escravos é um dos principais dispositivos senhorial. Desde que o escravo reunisse os recursos correspondentes à avaliação determinada pela justiça, o senhor de escravos era obrigado a aceitar a liberdade. [...] Antes da Lei do Ventre Livre, por três séculos, a alforria só podia ser admitida com a concordância do senhor de escravos. E não havia

recurso para o caso de o proprietário de escravos negar a alforria (Gomes, 2022, p.195).

Devido a isso, o próprio personagem critica a lei e afirma ser um absurdo a possibilidade de conceder alforria a um escravizado sem que o seu dono autorize. Ele diz: “A lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo contra seu senhor; [...] Em troca desta quantia exijo a liberdade do escravo fulano - haja ou não a aprovação do seu senhor” (Reis, 2017, p. 373).

Entretanto, vale salientar que a Lei do Ventre Livre, apesar de possibilitar a alforria sem o consentimento do senhor do escravizado que seria liberto, ela ainda permite que a criança escravizada fique sob domínio do senhor da mãe até os 8 anos de idade.

Não coincidentemente essa é a idade dos filhos de Joana quando são vendidos, de forma que Maria Firmina dos Reis celebra uma conquista, advinda da Lei, ao passo que faz a crítica necessária a ela, mostrando que não havia mais a possibilidade prosseguir com paliativos, a autora deixa evidente a necessidade da abolição da escravatura de uma vez por todas.

Ainda assim, na cena final entre a moça abolicionista e o senhor Tavares é mostrado que as leis que foram um avanço e uma conquista dos movimentos abolicionistas junto aos negros escravizados que lutavam, eram vistas como um retrocesso para aqueles que detinham o poder e ambicionavam lucrar às custas da exploração de outras vidas humanas.

Desta forma, encerra-se o conto, cujo final é o próprio ápice (Gomes, 2022), visto que “o conto denuncia as injustiças oriundas do sistema escravagista brasileiro e chama atenção para as condições subumanas às quais os cativos haviam sido relegados” (Zin, 2019, p.80), mas concede, por meio das representações da branca abolicionista e do negro escravizado, um vislumbre de uma possível mudança social que ocorreria devido à união e luta dos que ansiavam por uma sociedade mais justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações estão longe de serem finais, na verdade, há ainda um longo caminho que precisa ser percorrido quando se trata das contribuições literárias de Maria Firmina dos Reis aos jornais do século XIX, pois como foi mostrado ao longo de toda a pesquisa, ela era uma autora multifacetada.

Ainda assim, busquei investigar as representações das identidades culturais apresentadas em “Gupeva” e “A escrava” a partir das publicações nos jornais do século XIX, considerando que ao ir à fonte primária, nos primeiros periódicos em que circularam, eu evitaria transformar as versões finais das narrativas como as únicas passíveis de análise e, desta forma, perder outros elementos ricos a serem investigados, conforme afirmei na introdução, de acordo com o que afirma Barbosa (2007) sobre a importância de estudar os textos que primeiro chegaram às mãos dos leitores nas páginas de jornais.

Foi desta maneira que percebi as diferenças nas versões de “Gupeva”, observei acréscimos ou subtrações devido ao periódico em que as publicações estavam sendo veiculadas, possibilitando-me uma análise mais consistente das identidades que Maria Firmina dos Reis havia representado na narrativa.

Entretanto, lamento não haver, até o momento, nenhuma cópia da *Revista Maranhense* em que o conto “A escrava” foi publicado, o que me limitou ir até a versão fac-símile para empreender a análise das identidades que foram representadas no conto em questão. Muito embora eu não tenha sido convencida pelo acervo digital e tenha me deslocado até São Luís numa tentativa frustrada de encontrar o periódico mencionado.

Posto isso, na compreensão de que os jornais estão inseridos em uma época e que não seria honesto fazer uma análise anacrônica, voltei-me para o contexto oitocentista no qual Maria Firmina dos Reis estava inserida, a fim de compreender as dinâmicas sociais no século XIX, entender como funcionava o Maranhão deste período e investigar a vida intelectual e sua relação com os periódicos que circulavam.

Ademais, a fim de empreender a análise das identidades representadas, mergulhei nos conceitos de identidade e representação propostos pela História Cultural e pelos Estudos Culturais, que compreendem a necessidade de se entender como a cultura é construída socialmente, pensando os vínculos entre

os grupos sociais e suas relações de poder, nas quais as identidades existem em interlocução.

Assim, foi possível analisar os indígenas brasileiros e a branquitude europeia a partir das diferentes versões da narrativa indianista de Maria Firmina dos Reis, “Gupeva”, que circularam, respectivamente, em *O Jardim das Maranhenses* (1861), *Porto Livre* (1863) e *Eco da Juventude* (1865).

Da mesma forma, analisei as identidades negra, parda e branca no conto “A escrava”, publicado na *Revista Maranhense* (1887), tecendo considerações acerca das relações de poder entre as raças sociais representadas por Firmina.

Em suma, apesar da dificuldade que era posta as mulheres escritoras no século XIX, Maria Firmina dos Reis não apenas se sobressaiu, ganhando espaço e notoriedade com suas publicações, como demarcou o fazer literário de uma mulher negra a partir do seu posicionamento crítico às opressões do período escravocrata.

Assim, em “Gupeva”, a autora expôs sua perspectiva acerca da relação entre os franceses e os indígenas, foi coerente com algumas descrições dos tupinambás aos quais criou representações e em outros momentos descreveu ou manteve estereótipos sobre esses povos, acredito que por falta de convivência ou proximidade com os indígenas, embora houvesse uma população considerável deles no Maranhão.

Em contrapartida, devido ao contato com as pessoas escravizadas, Firmina foi assertiva nas descrições dos personagens de “A escrava”, de forma que relatou o funcionamento das relações de poder no século XIX, além de ter deixado evidente o seu posicionamento não só contrário à escravização como declarou a urgência da abolição imediata da escravatura.

Ao longo deste trabalho ficou evidente que olhar para a produção literária de Maria Firmina dos Reis apenas pela lente de uma escola literária ou limitá-la a uma ou outra fase do romantismo empobrece a leitura e análise dos textos da autora, visto que ela publicou durante as três gerações românticas.

A obra *Úrsula*, cronologicamente, encaixa-se na geração ultrarromântica ou segunda fase do romantismo, inclusive, muitos dos aspectos e temas estão claramente presentes na narrativa, como o amor exacerbado, a morte, a idealização angelical da mulher etc.

De mesma forma, “Gupeva”, como demonstrei na análise, é uma contribuição indianista de Maria Firmina dos Reis, a autora procura deixar sua “versão nacionalista”, sua marca e posicionamento na literatura brasileira.

Assim, também ocorre com “A escrava”, que facilmente se encaixa na geração condoreira, como mencionei, pois discute a liberdade, a emancipação, traz na narrativa explicitamente a discussão acerca das questões sociais.

Todavia, ainda assim, como foi uma autora ativa nos periódicos, escrevendo textos de diferentes gêneros literários em diálogo com várias temáticas, ficou evidente que a produção literária de Firmina foi influenciada não por uma série de características comuns, de escolas que posteriormente seriam demarcadas, mas pelo contexto e pela relação com os jornais nos quais publicou.

Posto isso, os resultados da análise demonstram que a literatura produzida por Maria Firmina dos Reis não só servia para entreter o público leitor do século XIX, como tinha objetivo de denunciar o sistema escravocrata vigente, bem como evidenciar as relações de poder que eram estabelecidas entre povos de origem, gênero e etnia diferentes, ainda que, por vezes, a autora reforçasse determinados estereótipos que também circulavam nas obras literárias de seus contemporâneos.

Desta forma, como bem pontuou Algemira de Macêdo Mendes (2016), não interessa muito se Maria Firmina detém primazia, como por vezes foi muito discutido, e sim o desejo é colaborar com a crítica para oferecer suporte sobre a escritora e a sua obra com o objetivo de contribuir para a formação de novos cânones na história da literatura brasileira.

Acredito, inclusive, que o aumento nos estudos acerca de Firmina, ainda que não tão numerosos, já possibilita interessantes discussões e interpretações acerca da sua obra, caminhando para sua consagração e consolidação no cânone brasileiro, pois já não se fala mais em Literatura negro ou afro-brasileira sem mencionar o nome de Maria Firmina dos Reis, pois o seu texto carrega a crítica social a partir do olhar de uma escritora negra, porém, muitas vezes, alguns trabalhos estão restritos ao romance de estreia da autora, devido às críticas e representações culturais nele expostas.

Entretanto, para além de reafirmar a importância dos jornais para o estudo da literatura, espero que este trabalho possa contribuir com novas pesquisas

acerca das produções de Maria Firmina dos Reis, para além dos estudos referentes ao romance *Úrsula*, e incentivar outros pesquisadores da área de literatura a explorar outros textos da autora, a partir de diferentes fontes que necessitam de leituras, interpretações e análises, pois, ao desvendá-las, quem sabe um dia não encurtamos a caminhada em busca das considerações finais acerca da obra de Maria Firmina dos Reis.

REFERÊNCIAS

ADLER, Dilercy Aragão. **Maria Firmina dos Reis**: uma missão de amor. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.

AGOSTINHO, Régia. Maria Firmina dos Reis: precursora negra da abolição. *In*: REIS, Maria Firmina. **Úrsula**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021. p.295-307.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AZEVEDO, Natanael. Duarte. História Cultural: em busca de um método. *In*: **Trajetórias pornográficas**: O Riso pronto para o ataque, uma história dos jornais eróticos brasileiros. 2015. Tese (doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. p.80-86.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BATIGNIANI, Rosangeli de Fátima. Corpos e mentes: a loucura nas obras firminianas: *Úrsula* (1859) e *A escrava* (1887). *In*: DUARTE, Constância Lima (org.). **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018. p.243-254.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1975

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 52 ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

CAIRES, Daniel Rincon. A imperfeição do sexo: questões de gênero nos relatos de Yves d'Évreux e Claude d'Abbeville. **Revista de História da UFBA**, v. 4, n. 1, 2012.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. Remate de Males. **Revista do Departamento de Teoria Literária**, São Paulo, n.esp., p. 81-89, 1999.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. *In*: _____. (org.). **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2014. p.51-80.

CARNEIRO, Suely. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2 ed. Aiges - Portugal: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. As práticas de escrita. *In*: _____. **História da vida privada 3**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CORREA, Frederico José. **Um livro de crítica**. São Luís: Tip. do Frias, 1878.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

COSTA, Yuri Michael Pereira. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.10, n.20, p.241-263, 2018.

CRUZ, Arlete Nogueira da. **Sal e sol**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DA SILVA, Ana Rita Santiago. Literatura de autoria feminina negra: (des)silenciamentos e ressignificações. **Fólio – Revista de Letras**, v.2, n.1, 2010.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Planeta, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira**: volume 2: Império. São Paulo: LeYa, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **À procura deles**: quem são os negros e mestiços que ultrapassaram a barreira do preconceito e marcaram a história do Brasil, da colônia à República. São Paulo: Benvirá, 2021.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil império**. São Paulo: Contexto, 2021.

DORRICO, Julie. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. *In*: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p.227-255.

DUARTE, Constância Lima. O Jardim das Maranhenses. *In*: _____. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: Século XIX: dicionário ilustrado. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2017. p.152-155.

DUARTE, Constância Lima. A história possível: imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX. *In*: _____. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: Século XIX: dicionário ilustrado. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2017. p.13-28.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. *In*: Reis, Maria Firmina dos. **Úrsula**; a escrava. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004. p.263-279.

FACIOLI, Valentim. Pátria, Natureza e Sentimentos. *In*: _____. **Poesia brasileira**: Romantismo. 11 ed. São Paulo: Ática, 2001. p.5-14.

FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu editora, 2020.

FARIAS, Virna L. Cunha de. **Machado de Assis na imprensa do século XIX**: práticas, leitores e leituras. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

FARIAS, Tom. **Escritos negros**: crítica e jornalismo literário. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Gato, Matheus. Espaço, cor e distinção social em São Luís (1850-1888). *In*: BARONE, Ana; RIOS, Flavia (org.). **Negros nas cidades brasileiras**. São Paulo: Intermeios, 2018, p.1-52.

GOMES, Agenor. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil**. São Luís: AML, 2022.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **Decolonialismo indígena**. 2 ed. São Paulo: Matrioska Editora, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para rosas negras**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GOTLIB, Nádia Battella. **Teoria do conto**. 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.
HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. *In*: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.103-133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO. **História do IHGM**. São Luís, MA. Disponível em: <<http://www.ihgm.org.br/historia.php>>. Acesso em 24 de maio de 2023.

KOUKLANAKIS, Andrea. Translating Luiz Gama: 'No álbum do meu Amigo JA da Silva' (In my friend's album). **Texto Poético**, v. 19, n. 38, p. 297-305, 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LAGO, Rafaela Domingos. Demografia escrava e o impacto das leis abolicionistas no Espírito Santo (1850-1888). **Almanack**, Guarulhos, n. 19, p. 119-166, ago. 2018.

LOBO, Luiza. Prefácio. *In*: GOMES, A. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil**. São Luís: AML, 2022. p.13-22.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MACENA, Keyla; BONAMIGO, Lais.; ALMEIDA, Eliene Amorim de. Análise da obra oitocentista Úrsula sob a perspectiva das categorias Gênero e Raça. **Revista Educare** (Online), [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1–27, 2020.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Introdução - Maria Firmina dos Reis: invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil do século XIX ao

XXI. In: Reis, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018. p.7-42.

MARQUESE, Rafael de Bivas. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos**, São Paulo, n. 74. p. 107-123, mar.2006.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. Breve panorama histórico da imprensa literária no Maranhão oitocentista. **Animus. Revista interamericana de comunicação midiática**, v. 9, n. 18, 2010.

MATOS, MARCOS FÁBIO BELO; DE ARAÚJO, RONI CÉSAR ANDRADE. Apresentação: Imprensa no Maranhão: trajetória bicentenária. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 18, n. 32, p. 169-175, 2021.

MATTELART, Armand.; NEVEU, Érik. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MENDES, Algemira de Macêdo. **A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira**: revisitando o cânone. São Paulo: Chiado Editora, 2016.

MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. **Corpos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006): posse da história e colonialidade nacional confrontada**. 250 fls. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

MORAES FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem da cultura brasileira. 2 ed. São Paulo: Global, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé de miscelâneas**: o folhetim nos jornais do Mato Grosso (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: Relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Gleise Ferreira de; SANTOS, Irlas Evelline de Carvalho; SILVA, Manuela Oliveira; SOUZA, Josefa Eliana. **O Gonçalves Dias**: biografia e indianismo através do poema I-Juca-Pirama. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Tiradentes, Sergipe, 2007.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIMENTEL, Spensy. **O índio que mora na nossa cabeça**. São Paulo: Prumo, 2012.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. A Escrava, de Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Constância Lima (org.). **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018. p.103-111.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 3 ed. Rio de Janeiro: Grumin Edições, 2019.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.11-44.

RAMOS, Ivana Pinto. **Ubirajara**: ficção e ficções alencarianas. Dissertação (Mestrado em Estudo Literários) – Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Letras, Belo Horizonte, 2006.

RESENDE, Rafael Serra. **“Atenas Brasileira”**: representações sobre o mito (1840-1880). Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Paulo: Editora Fora do Ar, 2020.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Porto Alegre: Taverna, 2018.

REIS, Maria Firmina dos. A escrava. *In*: FURTADO, Lucciani M. (org.). **Memorial de Maria Firmina dos Reis**. São Paulo: Editora Uirapuru, 2017. p.357-374.

SANTANA, Patrícia. Vozes que gritam em um Brasil que não quer ouvir: uma análise da literatura como forma. **Padê**: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos (encerrada), v. 2, n. 1, 2009.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Manuais de bons costumes: ou a arte de bem civilizar-se. *In*: _____. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.195-205

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Régia Agostinho. Maria Firmina dos Reis e sua escrita antiescravista. *In*: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Paulo: Editora Fora do Ar, 2020. p.211-243.

SILVA, Régia Agostinho da. “A mente, essa ninguém pode escravizar”: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. **ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História** - Fortaleza, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: _____. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.73-102.

SOARES, Angélica. **Gêneros Literários**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

SOUZA, Natália Lopes de. **Uma senhora maranhense que cultivava as belas letras**: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 - 1911). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2020.

SOUZA, Natália Lopes de. A experiência editorial de Maria Firmina dos Reis no periódico O Jardim das Maranhenses. **Revista Aedos**, v. 12, n. 26, p. 424-452, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.401-442.

WILLIAMS, Raymond. Conceitos básicos. *In*: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.7-72.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZILBERMAN, Regina. O jornal e a vida literária brasileira. *In*: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007. p.11-13.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis**: a trajetória de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. São Paulo: Aetia Editorial, 2019.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis e a imprensa literária no Maranhão do século XIX. **Revista Interdisciplinar Em Cultura E Sociedade**, 4(especial), p. 15–27. 2018.

Fontes Periódicas

O Jardim das Maranhenses. São Luís. 1861-1862.

Echo da Juventude: publicação dedicada a literatura. São Luís. 1861-1865

Porto Livre: jornal político, commercial e noticioso. São Luís. 1861-1865.

Revista Maranhense. São Luís. 1887-?

APÊNDICE A²⁸

- ***O JARDIM DAS MARANHENSES (1861 – 1862)***²⁹

PERIÓDICO SEMANÁRIO

LITERÁRIO, MORAL, CRÍTICO E RECREATIVO

Ano 1. Domingo, 13 de outubro de 1861. N.25

Gupeva³⁰

Romance basiliense³¹

I

Era uma bela tarde de agosto; e o sol, que declinava já no ocidente, mandava seus doces, e melancólicos adeuses, a pacíficas águas da Bahia de Todos os Santos; e esses raios amortecidos d'um sol, que meigamente se despedia a nossa vista, brincavam nas enxarcias d'um navio, aí ancorado; e beijavam o cume dos palmares, e os areais da praia. Eu amo a beleza da tarde, como a um suspiro, que repassado de amor, e de saudade, destacando-se do coração d'uma donzela, foge vagaroso, tímido e melancólico.

Era pois uma bela tarde, dessas que inspiram poesia, dessas que obrigam o homem, a um docíssimo cismar, porque parece-lhe por toda a parte escutar os seus longínquos d'uma harpa. Esses místicos sons, que escutamos no cair da tarde, devem ser a voz dos anjos, que derramada das alturas vem quase sumida; mas melodiosa, e doce afagar nossos ouvidos, e serenar nosso dolorido e acusado sofrer.

O navio, que vemos ancorados nessa bela Bahia, a hora solene do crepúsculo, era o Infante de Portugal, vaso de guerra que aí havia trazido Francisco Pereira Coutinho, donatário daquela Capitania, depois que a celebre Paraguassu, Princesa do Brasil, cedera seus direitos em favor da coroa de

²⁸ Todos os textos de periódicos aqui transcritos estão de acordo com as regras gramaticais estabelecidas pelo *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 2009. Contudo, as pontuações não foram alteradas, a fim de não incorrer em possíveis “distorções” acerca do que o texto realmente quer dizer.

²⁹ Infelizmente, as edições deste jornal em que contém Gupeva não foram todas localizadas e/ou disponibilizadas na Hemeroteca Digital.

³⁰ O texto não está assinado por Firmina.

³¹ Na edição do jornal há este erro de ortografia – a letra “r” de basiliense não foi digitada.

Portugal. O Infante, acabava de receber as últimas ordens de Coutinho, e velejava no dia seguinte em demanda do Tejo.

Recostado ao castelo de proa, com os olhos fitos em terra, como que devorara por um frenético desejo, desenhava-se a forma esbelta, e juvenil de um belo mancebo, cujo uniforme de marinha, fazia sobressair, com os finos traços de suas feições aristocratas, a brancura d'uma pele levemente crestada pela ardentia do sol. E o mancebo, com os olhos fitos em terra, parecia meditar profundamente, porque em seus grandes olhos negros transpareciam todo o desassossego d'um coração, que deseja, e que não pode. (p. 97) Mas, não era a resignação que ele cedia, era a uma espécie de desesperação; e se ele meditava, era o como seus desejos tão ardentes, e quase tão impossíveis se haviam realizar. Essa ideia, essa única ideia o preocupava tanto, que o mancebo mostrava-se indiferente a tudo que o cercava, até a beleza do horizonte, nessa hora cingido por uma faixa larga, e avermelhada. Essa faixa sanguínea nos horizontes, parecia ameaçar sinistra tempestade. Seria acaso verdade? O mancebo oficial, nem isso reparou.

E o sol de todo amortecia nas orlas avermelhadas do horizonte, e o coração do moço mais se assanhava, e confrangia; mais ele debatia-se numa dolorosa ansiedade. Seus olhos ardentes pareciam querer divisar através dessas matas, ainda quase virgens, um objeto qualquer que o interessava. Sem dúvida nesse lugar outrora solitário, onde hoje se eleva a bela cidade de S. Salvador, devia haver alguma coisa, algum ente extremamente amado, que atraia para si, todos os pensamentos, todas as faculdades, parece que toda a alma do mancebo europeu.

Que tens, meu querido Gastão? – perguntou-lhe um outro jovem oficial tocando-lhe amigavelmente no ombro – ainda pensas nela?

O moço, interpelado, estremeceu ligeiramente como quem desperta de um profundo sono, e voltando-se para o seu interlocutor, com um sorriso amargo, disse-lhe:

Sim; e agora mais que nunca. Oh! Alberto – continuou – homem eu a vi, quis dizer-lhe que ia deixá-la, que voltava a Europa, e não pude, não tive forças para tanto. E ela! Ela, a mísera. Como se alguma coisa lhe pressagiasse o coração, deixou cair na relva, suas ardentes lágrimas, e na voz d'um soluço que se lhe destacou do peito, perguntou-me:

Gastão, quando voltareis aqui?

Julguei que ela tinha adivinhado o momento da partida; mas tudo ignorava. Enxuguei-lhe as lágrimas, prometendo-lhe que hoje voltaria, mas... Alberto, amanhã aos faremos a vela, e não a tornarei a ver!

E a tua promessa? – perguntou Alberto.

Saberemos amanhã – tornou o moço apaixonado, e hoje bem sabes, passo a noite de quarto.

(continua.) (p.98).

**Não me acreditas!
(a pedido)³²**

Não me acreditas!... acaso

Há quem mais te possa amar?

Quem te renda mais extremos,

Quem saiba mais te adorar!?

Acaso amor mais constante,

Acaso paixão mais fida,

Mais melindroso afetos

Prendeu-te, de amor – a vida?

Acaso viste a teu lado

Gozar alguém mais ventura

Acaso ternas carícias

Cobraste de mais ternura?

Não compreendes quanto dói

Essa dúvida cruel!

É gota, a gota espremida

No peito, - de dor, e fel.

³² Tal poema está aqui transcrito por estar disponibilizado na mesma edição de Gupeva e possuir a mesma autoria.

Não me acreditas... entanto
 Ninguém mais fiel te amou,
 Ninguém te rende mais cultos,
 Ninguém melhor te adorou.

Sinto em amar-te prazer;
 Por que o duvidas? – cruel!
 Há quem mais vale teus dias,
 Quem mais te seja fiel?

Não me acreditas? Procura
 Mais fido, mais terno amor,
 Mais duplicados extremos,
 Desvelos de mais primor.

Mas embalde... Oh eu te juro,
 Só eu te dei adoras!
 Mais doce amor, e mais terno;
 Jamais na vida hás de achar.

Guimarães M. F. dos Reis. (p. 100).

Ano 1. Segunda-feira, 25 de novembro de 1861. N. 27

Gupeva

Romance brasiliense³³

Por M.F. dos Reis³⁴

(continuado do nº 26)

|

³³ É possível notar nesta edição o ajuste com relação à ortografia do texto.

³⁴ Apenas as iniciais do nome e o sobrenome de Firmina estão registrados, contudo, acredito já ser possível, na época, identificar a autoria.

Pode ser que assim seja, – tornou-lhe Alberto – Os portugueses também sabem amar; com quanto esse sentimento, só nos franceses, seja um dom natural tu o disseste: mas ainda assim eu te repito: é uma loucura a tua paixão.

Loucura!!!... Alberto, tu não a conheces. Loucura, - tornou este – loucura.

Gastão, esquece essa mulher, que é como uma nuvem negra, que vem toldar os horizontes de tua vida, aliás tão risonha. Esquece-a Gastão, em nome de teus pais, de quem és o único filho, em nome de tua brilhante carreira na marinha, em nome do amigo, que te implora. A antiga nobreza de teus antepassados, o orgulho do teu sangue, não se revoltam contra essa paixão insensata? Primeiro tenente de marinha, hoje, ou amanhã serás um grande capitão: preferes o amor de uma selvagem as grandezas que te esperam?

Alberto, não me fales assim; o meu porvir é ela.

Ela!... E que pretendes fazer dessa mulher?

Amá-la... amá-la louca, e cegamente.

E depois?...

Viver, ou morrer com ela.

Isso é romantismo Gastão, acredita-me, é o clima ardente do Brasil, que te inspira semelhantes ideias, e logo que deixes de respirar estes ares, que deixes de intimar as vistas por estas árvores seculares, que inspirem melancolia, logo que deixes estas praias, onde o mar se quebra murmurando queixas, que encontram eco em teu coração, esqueceras, e (p. 99) te envergonharás mesmo deste instante de fraqueza.

Envergonhar-me, eu? Alberto, tu te enganas.

Teus pais, Gastão, não hão de amaldiçoar o teu amor? Não te hão de expulsar do seu seio?

E que me importa isso? Faltará acaso no mundo, um lugar ignorado, onde eu, e ela, nós dois somente de longe dessa sociedade, que nos não compreende, entregues aos doces eflúvios d'um amor sempre novo, sempre crescente, e apaixonado, passamos a viver essa vida de bem-aventurança, que Deus tão raramente concede ao homem cá na terra!

Alma cega, e apaixonada! – exclamou tristemente o jovem português – supunha-te mais sensato.

Queres tu fazer-me um favor? – interrogou Gastão, sem responder a exclamação de seu jovem amigo.

Pois não – redarguiu Alberto – Farei tudo o que quiseses, menos loucuras, como as tuas.

Pois bem – lhe tornou o amigo – Alberto, estou mais calmo, mais razoável, farei tudo o que quiseses; mas com a condição de que irei hoje pela derradeira vez ver Épica, dizer-lhe um adeus, que será o derradeiro; porque nunca mais voltarei a este país ainda que para isso seja preciso cortar a minha carreira. Mas, ela hoje espera-me, eu lhe prometi... Eia, um último favor.

Compreendo-te – disse Alberto – cada vez mais louco! Gastão, assim é que se foge a mulher que se quer esquecer?

E não a deixarei amanhã para sempre?

Mas hoje?

Hoje quero somente vê-la.

Entraria de quarto em teu lugar – tornou Alberto – toda a vez que o quisesses, mas Gastão, coadjuvar uma loucura...

(Continua.) (p. 100).

Ano 1. Segunda-feira, 13 de janeiro de 1862. N.29

Maranhão, 13 de janeiro de 1862

Entramos no ano de 1862! O *Jardim das Maranhenses* ainda existe! Graças a boa vontade dos Srs. assinantes.

Ei-lo, pois, saudando respeitosamente ao belo sexo, a quem deseja inúmeras felicidades e boas entradas de ano; e aos Srs. assinantes, a quem encarecidamente imploramos o perdão de suas faltas. Conhecemos serem elas dignas de todo o reparo; mas como foram cometidas involuntariamente, pedimos mil desculpas: e novamente rogamos-lhes que continuem a prestar o seu apoio a bem desta pequena, mas útil, empresa.

Temos lutado com imensas dificuldades, para a sustentação do *Jardim*, mas também a risca temos cumprido o seu programa publicado em o n.1; o qual pretendemos fielmente seguir.

Concluindo este pequeno artigo, não podemos deixar de agradecer a todas as pessoas que, com suas belas produções literárias, honraram as páginas do nosso acanhado jornal; muito especialmente a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis.

Franças estão as páginas do *Jardim* a quem quiser honrá-las com seus escritos, uma vez que estes estejam compreendidos nas raías da decência.³⁵

Gupeva
Romance brasileiro
Por
Maria Firmina dos Reis
(continuado de n. 27).

I

Prometo-te, querido Alberto – interrompeu o moço francês – prometo-te que as não farei.

Nesse caso, principia por te deixar cá ficar: não vás, querido amigo, a essa entrevista.

O jovem francês, teve então um momento de impaciência e franzindo o supercílio, disse.

Custa-te, a prestar-me o serviço, que te peço?... pois bem. Vai-te, e deixa-me com a minha loucura.

Alberto, fixou-o com indizível tristeza: o coração como que nessa hora pressagiava-lhe o quer que fosse aflitivo, e desagradável; mas era demais para duas forças, essa luta, em que ele em vez de ganhar com a sua lógica, perdia consideravelmente. Meditou por algum tempo, e depois disse:

O teu delírio te torna ingrato... mas eu te perdoo, não estás em ti. O comandante, passa a noite em terra, aproveita a sua ausência; ali está uma lancha, vai à terra; mas pela honra, jura-me que antes do amanhecer estarás a bordo.

Juro-te – exclamou o moço, lançando-se nos braços do amigo.

Foi um abraço prolongado o desses jovens marítimos, a quem a igualdade de nascimento, e o embate dos mares tinha tão intimamente ligado.

Um momento depois, a lancha cortava mansamente as águas, deixando após si um rasteiro esbranquiçado.

³⁵ Tal artigo foi digitalizado por se referir à Maria Firmina dos Reis e estar na mesma edição em que *Gupeva* foi publicado.

Acabavam de soar nove horas; a noite era escuríssima, e nem sequer uma estrela se pintava no céu. Alberto, seguiu com o seu (p.114) ouvido de marítimo, o ruído dos remos, e quando cessou de ouvi-lo, exclamou um profundo suspiro, e foi ocupar o lugar de Gastão.

II

E aquela bela, e melancólica tarde, sucedera como já dissemos uma noite escura, e feia. As nuvens ameaçavam tempestade, e o vento gemia nas solidões das matas. Entretanto, Gastão, ébrio de felicidade; porque acabava de transpor esse pequeno lençol movediço, que o separava da terra, dessa terra querida, onde ia encontrar a mulher de suas afeições, Gastão, dizemos nós corria como um louco, importando-lhe tanto a escuridão da noite, como lhe tinha importado a beleza arrebatadora da tarde. As nuvens, arqueavam-se negras, sobre os rochedos, por entre os quais insinuava-se ele louco de esperanças, e de amor. Gastão, corria afadigado, dir-se-ia ter asas, entretanto o caminho parecia-lhe por demais longo. Tardava-lhe ver Épica. Por essas sendas tortuosas, por essas brenhas quase virgens de uma habitação do homem civilizado, por esses lugares, que já não tendo aqui, e ali a selvagem beleza d'uma mata virgem, não tinha também em parte alguma o caráter d'uma povoação, corria velozmente o jovem colega de Alberto, sem outra ideia mais que a de encontrar em breve a bela filha do deserto. Nem sempre aos vinte e um anos o homem tem o coração gasto, e resfriado pela sucessão continua de paixões desenfreadas: aos vinte e um anos, ainda o homem não se pode furtar aos transportes d'um amor puro, sentimento único na vida, que nos faz virtuosos, que nos aproxima de Deus, que nos purifica a alma, elevando-a nas doçuras d'um êxtase, até as regiões do céu.

(Continua). (p. 115)

APÊNDICE B

• *PORTO LIVRE (1863)*³⁶

JORNAL POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO

ANO II. Terça-feira 9 de fevereiro de 1863. N.68

GUPEVA³⁷

Romance Brasiliense

I

E a... [ininteligível].

Era pois uma bela tarde, [ininteligível] que [ininteligível].

O navio que vemos ancorado nessa bela Bahia, a hora solene do crepúsculo, era o Infante de Portugal, [ininteligível] havia trazido Francisco Pereira Coutinho, donatário daquela capitania, depois que a celebre Paraguassu [ininteligível] Brasil cedera seus direitos em favor da cora de Portugal.

O infante acabava de receber as últimas ordens de Coutinho, o velejava no dia seguinte em [ininteligível].

Recostado ao castelo de [ininteligível], com os olhos fitos em terra, como que devorado um frenético desejo, desenhava-se a [ininteligível], a juvenil de um belo mancebo, cujo uniforme de marinha, fazia sobressair, com os finos traços de suas feições aristocratas, a brancura de uma pele levemente [ininteligível] pela ardentia do sol. E o mancebo, com os olhos fitos em terra, parecia mediar profundamente; porque em seus grandes olhos negros, transportaria todo o desassossego de um coração que deseja e que não pode. [ininteligível] não era a resignação que ele [ininteligível] era uma espécie de desesperação; e se ele mediava, era como [ininteligível] desejos tão ardentes, e quase tão impossíveis se haviam realizar. Essa ideia, esse única ideia o preocupava tanto, que o mancebo mostrava-se indiferente a tudo que o cercava, até a beleza do horizonte

³⁶ Boa parte deste jornal está ilegível, tanto no que diz respeito a *Gupeva*, como a outros textos do periódico.

³⁷ Neste número do Jornal, *Gupeva* não está publicado na parte destinada apenas aos folhetins, bem como não está assinado por Maria Firmina dos Reis. A assinatura da autora só aparecerá na edição em que *Gupeva* se encerra, abaixo do nome “Fim” encontra-se “Por Maria Firmina dos Reis”

só nessa hora erguida por uma faixa larga, avermelhada. Essa faixa sanguínea no horizonte parecia ameaçar sinistra tempestade. Seria acaso verdade? O mancebo oficial nem nisso reparou.

E o sol de tudo amortecia nas orlas avermelhadas do horizonte, e o coração do moço mais se acanhava, e confrangia; mas ele debatia-se numa dolorosa ansiedade. Seus olhos ardentes pareciam querer divisar através desses matos, ainda que virgens, um objeto qualquer que o [ininteligível]. Sem dúvida nesse lugar [ininteligível] solitário, onde hoje se eleva a bela cidade de S. Salvador, devia haver alguma coisa, algum ente extremamente amado, que [ininteligível] para si todos os pensamentos, todas as faculdades, [ininteligível] que toda a alma do mancebo europeu.

Que tens, meu querido Gastão? -, perguntou-lhe um outro jovem, [ininteligível] – Ainda pensas nela?

O mancebo [ininteligível] disse-lhe:

Sim. E agora mais do que nunca. Oh! Alberto -, continuou, [ininteligível] eu a vi, quis dizer-lhe que ia [ininteligível], que voltava à Europa, e não pude. Não tive forças para tanto. E ela” Ele, a mísera, como se alguma coisa lhe [ininteligível] o coração, deixou [ininteligível] na relva suas ardentes lágrimas, e na [ininteligível] de um soluço, que se lhe [ininteligível] do peito, perguntou-me:

Gastão, quando voltareis aqui?

Julguei que ela tinha [ininteligível] da partida; mas muito ignorava. E [ininteligível] as lágrimas, prometendo-lhe que hoje voltaria; mas... Alberto, amanhã nos [ininteligível] a vela, e eu não tornarei a ver!

E a tua promessa?-, perguntou Alberto, [ininteligível] a manhã -, [ininteligível] sabes, passo a noite de [ininteligível]

(Continua) (s/p)

ANO II. Sábado 21 de fevereiro de 1863. N. 69

GUPEVA

Romance Brasiliense

(Continuação do n. 19.)³⁸

É verdade - <<retrucou Alberto ->> depois de alguma pausa, continuou:

E não será assim melhor? Meu amigo, acredite-me, aflige-me ver-te assim apaixonado por uma brasileira, por uma indígena da Bahia, por uma moça sem educação, por uma pagã.

Pagã... exclamou Gastão ->> Alberto, tu te enganas, essa moça, não é pagã. Os índios chamam-na Épica; mas seu nome de baptismo, é o de uma santa, ela chama-se Maria. Sua educação, e o talhe de suas feições, Alberto, é um doce misto de dois [ininteligível], inteiramente opostos. Ela reúne à todas as perfeições europeias, o encanto, e a sedução das mulheres do seu país... Alberto, não há mulher alguma em toda a Europa que tenha a doce amabilidade das filhas do Brasil, que sem que o queiram despertam amor, e adoração.

[ininteligível]... Gastão, procura esquecer a filha das matas americanas.

É impossível: - <<[ininteligível] este com amargura ->> Alberto, meu amigo, tu não me compreendes. Alberto, eu sou francês, e no coração de um francês, o amor é como um dom natural. Nós não amamos por distração; amamos, porque nascemos para amar; e como esse sentimento nobre, é desinteressado eu amo cegamente a primeira mulher, e a única, que sonhe captar as minhas afeições. Alberto eu amo-a, até a adoração.

Gastão, sorriu-se, e disse: - tu ainda não maste, meu caro amigo.

Talvez... objetou Alberto.

O amor - << continuou o jovem oficial francês ->> o amor é um sentimento indefinível, e a que o homem se não pode furtar. Épica, é um anjo, uma fada, uma mulher enfim, que se não pode ver sem adorar: Épica, é uma parcela de céu, a vagar na terra, em forma de mulher. É ela, o anjo, que presidiu meu nascimento, é a visão celeste, e arrebatadora da minha infância, é a mulher, com que meu sonhava nos anos da adolescência. Alberto, quem a poderá resistir? Seus grandes olhos negros exprimem um quê de indizível pureza, que enleva, e o homem cai a seus pés, e rende-lhe um culto de respeitosa adoração. Tu

³⁸ Eu não compreendo e não consegui achar alguma explicação plausível no próprio periódico que justificasse essa informação em parêntese, pois o número do jornal presente no frontispício é 69, portanto, o seguido da edição de número 68, da qual transcrevi o início de *Gupeva*, marcado pelo número 1 em algarismo romano. No número seguinte do Porto Livre, 70, há a continuidade da publicação do texto *Revoltante e Escandalosa Injustiça*, texto sem assinatura de autoria, acompanhado do seguinte parêntese: "(continuação dos ns. 65, 66, 67, 68 e 69)", da mesma forma ocorre nos números anteriores.

mesmo Alberto, se a visses, oh! De joelhos lhe suplicarias perdão de a não amares, ainda sem conhece-la; ainda mesmo antes de ter começado a tua existência.

Pode ser que assim seja, tornou-lhe Alberto. – Os portugueses também sabem amar; com quanto esse sentimento, só nos franceses, seja um dom natural – tu, o dissestes: mas ainda assim, eu só repito: É uma loucura a tua paixão.

Loucura!!... Alberto, tu, não a conheces.

Loucura, -<< tornou este ->> loucura. Gastão esquece essa mulher, que é como uma nuvem negra, que vem [ininteligível] os horizontes de tua vida, aliás tão risonha. Esquece-a Gastão, em nome de teus pais, de quem és o único filho, em nome de tua brilhante carreira na marinha, em nome do amigo, que te implora. A antiga nobreza de teus antepassados, o orgulho do teu sangue, não se revoltam contra essa paixão insensata? Primeiro tenente da marinha hoje, amanhã será uma um grande capitão; preferes o amor de uma selvagem a grandezas que te esperam?...

Alberto, não me fales assim; o meu povir é ela.

Ela!... E que pretendes fazer com essa mulher?

Ama-la... ama-la louca, e cegamente.

E depois?...

Viver, ou morrer com ela.

(Continua) (s/p)

ANO II. Sábado 1(?) de março de 1863 N. 70

GUPEVA

Romance Brasiliense

(continuação do n. 19 e 20.)

Isso é [ininteligível] Gastão, acredite-me, é o clima ardente do Brasil, que te inspira [ininteligível] e logo que deixes [ininteligível] estas árvores seculares, que inspiram melancolia, logo que deixes estas pratas, [ininteligível] murmurando queixas, que encontrou [ininteligível] em teu coração, esquecerás, e te envergonhas mesmo neste instante de fraqueza.

Envergonha-me, eu? Alberto, tu te enganas. Teus pais, Gastão, não hão de amaldiçoar teu amor? Não te hão de expulsar de seu [ininteligível]?

[ininteligível]

O jovem francês teve um momento de impaciência, e franzindo o supercílio, disse:

Custa-te a prestar-me o serviço que te peço?...

Alberto, fixou-o com [ininteligível] tristeza: o coração com que nessa hora pressagiava-lhe o quer que fosse de aflitivo, e desagradável; mas era demais para suas forças, essa [ininteligível], em que ele em vez de ganhar com a sua lógica, perdia consideravelmente. Meditou por algum tempo, e depois disse:

O teu delírio te torna ingrato... mas eu te perdoo, não estas em ti. O comandante passa a noite em terra, aproveita a sua ausência, ali está uma lancha, vai a terra; mas pela honra, jura-me que antes de amanhecer estarás a bordo.

Juro-te ->> exclamou o moço, lançando-se nos braços do amigo.

Foi um abraço prolongado e desses jovens marítimos, a quem a igualdade de nascimento, e o embalo dos mares tinha tão intimamente ligado.

Um momento depois, a lancha cortava mansamente as águas, deixando após si um rasteiro esbranquiçado.

Acabavam de soar nove horas-; a noite era escuríssima, [ininteligível] sequer uma estrela se pintava no céu. Alberto, seguro com o seu [ininteligível], o ruído dos remos, e quando cessou de ouvi-los, e [ininteligível] um profundo suspiro, e foi ocupar o lugar de Gastão.

(Continua) (s/p)

ANO II. Quarta-feira 6 de maio de 1863. N. 74³⁹

GUPEVA

Romance Brasiliense

Continuação dos ns. 68, 69 e 70.

³⁹ Gupeva continua no jornal apenas no número 74, não estando presente nas edições anteriores, entretanto, neste número, como aqui transcrito, há a informação dos números corretos em que antes fora publicado.

E aquela bela, e melancólica tarde, sucedera como já dissemos uma noite escura e feia. As nuvens ameaçavam tempestade, e o vento gemia nas solidões das matas. Entretanto, Gastão, ébrio de felicidade; porque acabava de [ininteligível] pequeno lençol movediço, que o separava da terra, dessa terra querida, onde ia encontrar a mulher de suas afeições, Gastão, dissemos nós corria como um louco, importando-lhe [ininteligível] a escuridão da noite, como lhe tinha importado a beleza arrebatadora da tarde. As nuvens, arqueavam-se negras sobre os rochedos, por entre os quais insinuava-se ele louco de esperanças, e de amor. Gastão, corria afadigado, dir-se-ia ter asas; entretanto o caminho parecia-lhe por demais longo. Tardava-lhe ver Épica.

Por essas sendas tortuosas, por essas brenhas quase virgens de uma habitação do homem civilizado, por esses lugares, que já não tendo aqui, e ali a selvagem beleza de uma mata virgem, não tinha também em parte alguma o caráter de uma povoação, corria velozmente o jovem colega de Alberto, sem outra ideia mais que a de encontrar em breve a bela filha do deserto. Nem sempre aos vinte e um anos o homem tem o coração gasto, e resfriado pela sucessão continua de paixões desenfreadas: aos vinte e um anos, ainda o homem não se pode furtar aos transportes de um amor puro, sentimento único na vida, que nos faz virtuosos, que nos aproxima de Deus, que nos purifica a alma, elevando-a nas doçuras de um êxtase, até as regiões do céu.

Ah! Se o homem pudesse em toda sua vida amar, com esse amor divinizado, que animava nessa hora o coração do jovem marítimo, para que havia Deus formar outro céu, criar outras delícias para os seus anjos?!... O céu seria o mundo, e nós os bem-aventurados. Mas, mesquinhos, e desgraçados filhos de Adão, essa ora de mágicos enlevos, só uma vez a provareis na vida; porque o oásis, que vos deleitou, desaparece para sempre... Prossegui no vosso deserto, requeimado pelo seu maléfico simum, que uma só fonte de água fresca jamais encontrareis na vossa longa, e [ininteligível] peregrinação. E só depois deste penoso afã, deste doloroso caminhar, vereis no extremo, por desafogo de tantas dores, o antro escuro, e frio de uma sepultura. Não recueis, oh não... aí está o esquecimento de tão fundas, e amarguradas dores. Ao cabo de uma hora, Gastão, atravessava uma densa mata, e vai [ininteligível], e ocultando-se parece que as árvores, única testemunha, que observava o rochedo, que se erguia no extremo da mata. A seus pés, balançava-se a copa altiva, e estreitamente unidas

dessas árvores seculares, que semelhando uma massa informa, e negra, se distendia medonha, através de léguas. De outro lado uma mimosa campina morria-lhe nas [ininteligível]. Aí as águas de uma ligeira cascata, pareciam sorrir-se a amenidade do lugar; e do cume do rochedo, o mar alargava-se, e vinha [ininteligível] espreguiçar-se, como que na sua base.

Havia aí um que de indefinível melancolia, uma harmonia doce, e suave, que se semelhava, se harmonizava, se [ininteligível] com o coração do moço francês, onde havia sensações doces, e meigas, como os sons longínquos de uma harpa esquecida na solidão. O mancebo subiu o rochedo, correndo; em um minuto estava no [ininteligível] dessa rocha erguida no meio do deserto. Dali, a não ser a escuridão da noite, Gastão poderia sem custo descobriu o amigo; mas ele estava por demais preocupada, para sequer lembrar Alberto.

Havia um negrume espantoso, porém a natureza estava calma; a tempestade, que avançava, não prometia ser breve.

E Gastão, contava os minutos, pelas palpitações do seu coração. A entrevista, estava marcada para o meio giro da noite, por que procurasse a lua, ou uma estrela, que o horizonte, acerca da hora marcada pela incomparável Épica; parece que a lua e as estrelas pareciam nessa noite apostas para se ocultarem. Pareciam ter medo de testemunhar alguma cena desagradável, ou estranha.

Só no cume do rochedo, entre o céu e a terra; longe das vistas indiscretas do homem, longe das [ininteligível] de Alberto, tanto por único conselheiro, seu coração, por testemunha só Deus, Gastão estava louco de prazer. Esperando cedeu a um [ininteligível]

Não haverá aí um só amante, um só homem que tendo sentido seu coração os transportes de um primeiro amor, não adivinhe o doce meditar desse mancebo apaixonado. Gastão esquecido do que prometera ser essa a derradeira vez, que veria a sua bela Épica, deixava-se arrebatado por pensamentos [ininteligível] que lhe mentiam. E ele sonhava as delícias do paraíso, aspirava os perfumes do céu, e embalava-se nas doces esperanças de desventuras, que jamais provara. Depois de tudo isso, a morte: porque a vida inteira resume nesse gozo de um momento, no fruir de uma hora de louco devanear. Só a dor no coração do homem é coisa real, tudo o mais é fictício, [ininteligível] e vaporoso. Triste condição humana!...

Depois do amor, a morte! E para que a vida quando o coração frio como a louça de um sepulcro, arrasta a vida com penoso desanimo? Premiar entre o amor, e a sepultura, é um tormento inqualificável, é a tortura da Idade Média, não adoçada pelo [ininteligível] algoz, Gastão, pois pensava bem, e qualquer [ininteligível] em idênticas circunstâncias pensaria da mesma maneira. Do mundo ele só almejava uma coisa; uma somente; do mundo, ele só queria aquela mulher, que ele amava com paixão, com idolatria. Por essa donzela extremamente amada, Gastão dará todo o seu sangue, a felicidade de uma vida inteira.

Sim – exclamou ele, após alguns instantes de mediação, como respondendo a si próprio - << viver, ou morrer com ela. A mim que me importam os prejuízos do mundo?... e demais, [ininteligível] é Épica digna de mim? Não é ela filha de um cacique?...

Um ligeiro rumor interrompeu a exclamação que lhe ouvimos, e ele julgando que a moça corria ao seu encontro, estremecendo de amor, e de [ininteligível] , erguendo a voz com um acento apaixonado, disse:

Épica! Eis-me aqui.

Ainda bem não acabara estas palavras, que um homem estava com ele face a face.

Gastão recuou um passo, puxou pela sua espada; mas recuperando o seu costumado sangue frio, em semelhantes casos, perguntou:

Quem sois vós?

A noite era tão escura, que o jovem oficial de marinha não reconheceria esse homem ainda que fosse ele o seu melhor amigo.

Quem vos respondeu-lhe o recém chegado. Quem sou? Desejais saber? Pois bem eu vos direi.

Depressa senhor, depressa, ou livrai-me já da vossa presença.

Agora ->> prosseguiu o desconhecido ->> bem conheço o quanto vos sou importuno, logo mais conhecereis a importunidade de vossas perguntas, e a imprudência de vossa visita a estes sítios.

Insistes em não dizer quem sois? -<< de novo indagou Gastão, enfurecendo-se; e um assomo de cólera lhe saltou o coração. O moço pensou que tinha diante de si um odioso rival.

Não, insisto não, senhor -<< lhe tornou o homem interpelador ->> vou responder pontualmente as vossas perguntas; mas não vos esqueça jamais, que a mim é que tocava o direito de interrogar. Eu sou um tupinambá, sou o cacique desta tribo, sou finalmente o pai de Épica. Espantai-vos?

Traição!... exclamou o jovem europeu, [ininteligível] baixando de novo sua espada, que cintilou na escuridão da noite.

Enganai-vos, senhor -<< tornou o índio, com vós partida, e grava ->> ninguém vos traiu; senão vossas próprias palavras. Eu tudo sei.

Sabeis!... e como inquiriu Gastão.

Segundo dia por sai vossos passos, ouvindo vossa conversa, com minha filha, ainda ontem vós lhe dizeis junto a cabana de seus pais: Amanhã ao meio giro da noite, no cume deste mesmo rochedo. Era neste lugar, que estavas, e eu ouvia-vos por detrás daquele ingazeiro.

Espião Infame! - << rugiu Gastão, arremessando-se contra o cacique ->>.

Esperai, mancebo. -<< lhe disse este ->> esperai por Tupã matar-vos-ei hoje, ou me haveis de matar, e isto antes do meio giro da noite; porque a essa hora Épica acudia ao vosso apelo. Quando ela aqui chegar, deve achar somente um de nós; se for a vós, paciência... mas ao menos eu não testemunharei minha filha nos braços de um francês.

Amo-a, senhor, e vós [ininteligível] poderes desunir, a não serdes um covarde, assassino de vossa filha. Se eu morrer, Épica não poderá sobreviver-me.

O cacique sorriu-se com selvática ferocidade, e disse: Medroso! Medroso, [ininteligível]

Senhor! - << lhe bradou Gastão ->> Quereis que eu tinha minhas mãos no sangue do homem, que deu o ser a Épica?

Não, -<< tornou ele com calma ->> no sangue dos [ininteligível] não tingireis vossas mãos por certo. Escutai-me mancebo, tenho uma história a contar-vos, ouvir-me-eis. Depois matai-me, ou matar-vos-ei, isso me é indiferente. Vossa entrevista com Épica só terá lugar daqui a uma hora, falemos.

Havia um não sei quê no acento dessa voz, que revelava inabalável querer.

Eu, vos escuto -<< disse Gastão>>

(continua) (s/p)

ANO II. Quarta-feira 13 de maio de 1863. N. 75

GUPEVA

Romance Braziliense

Muitas luas se têm passado depois de que eu vou contar, mas ainda assim ninguém ouviu já de mover os lábios o segredo de minhas dores: porque esse segredo, eu só jurei revelar a um francês, no dia último da minha vida. Esse francês, senhor, não eras vós, não; mas Tupã não quis que eu me encontrasse com ele, pondo-vos por meio entre vós, digo, entre ele, e eu; Ouvireis por vós a narração, e depois matar-vos-ei, como devia matar, ou então vós acabareis esta vida, que só tenho conservado por este momento,

Era uma bela tarde, como o foi a de hoje, mas era ainda mais poética, mais enlevadora; porque era na lua das flores, nessa lua em que toda a natureza, [ininteligível] uma noiva, [ininteligível] de galas, em que as flores esmaltam mais primorosamente os nossos campos, em sua suavíssima, fragrância deleita os sentidos todos, em que finalmente a vida é encanto. Dir-se-ia a nossa primavera, se a primavera aqui não fosse constante.

Bem -<< continuou o tupinambá ->> era na lua das flores, que nessa bela tarde, um velho cacique e um mancebo índio, do cume deste rochedo, lançavam ambos um olhar saudoso de despedida, sobre um navio normando – que levava destas praias a gentil Paraguassu. Mas não eram saudades da Paraguassu que eles carpiam, não. Uma donzela da sua tribo, uma filha queria do velho cacique acompanhava nessa viagem a esposa de Caramuru; e o velho cacique, e o moço índio choravam de saudades a partida dessa donzela, que era a vida de ambos, entretanto o navio largava suas velas na vastidão dos mares.

O moço tinha um peso no coração; foi-lhe pois preciso chorar. Chorou, e chorou muito. E porque chorava ele? Oh! Chorava, não obstante ser valente guerreiro; porque essa moça era toda a esperança de sua via; ele a amava extremosamente. E ela? Ela nem sequer o adivinhava. Pobre e inocente lírio, dessecado na solidão das matas.

Esse mancebo índio, desde a infância, tinha sido por seus pais destinado para esposo de Paraguassu, nunca porém ele sentira por ela essa afeição, que constitui o amor, nem tampouco lhe sonhe inspirar mais que um amor de [ininteligível]. Já vedes pois, que entre eles o matrimônio sem constrangimento

era impossível. Deixou a donzela o livre arbítrio de seguir suas inclinações, e rendeu seu coração inteiro à filha do cacique, seu protetor, seu amigo. Havia um quê de tanta sinceridade na dor da separação, que afligia ao moço guerreiro, que o velho abraçando-lhe disse, apontando para o extremo do horizonte, onde se perdia já o navio.

Sê sempre digno de [ininteligível], e de teu pai, traze-me as cabeleiras e os dentes de cem inimigos nossos, que esta, quando voltar, será tua. Por teu pai, meu filho, será a tua recompensa.

O moço índio ajoelhou aos pés do cacique e beijou-lhe as mãos com o entusiasmo de reconhecimento.....

.....
 França! França! -<< exclamou Tupinambá, após amargurado silêncio->> poderá eu, esmagaria em meus braços!... E cerrou os demais uns contra os outros, ringiu de cólera.

Passaram-se vinte e quatro luas, -<< continuou serenando-se um pouco ->>, e o mancebo começava a esperar sua jovem desposada. Era este o tempo que Paraguassu marcara de sua estada na Europa. O índio tinha nesse breve espaço arrancado, a [ininteligível] bravo, seus vizinhos, trezentas cabeleiras e deposto todos aos pés do seu protetor. A sua recompensa devia ser infalível. O velho cacique tinha cegado na ausência da filha, e os devaneios do guerreiro no estado da escuridão lhe avivaram mais amizade e o afeto que lhe dedicava.

No fim do dia, o mancebo roubava-se a seus afazeres, subia ao cume do outeiro, e procurava em toda a extensão dos mares e navio esperado. Nada! Voltava à noite, triste e desconsolado, para no dia seguinte cobrar novas esperanças. Mas neste aflitivo esperar, ainda mais uma lua se passou, sem que voltasse a nossas praias aquela que tão ardentemente era esperada. Finalmente, um dia uma vela alvejou em maio dos mares. Era ela, era Paraguassu, que voltava; o mancebo não podia duvidar. Foi correndo levar tão agradável nova a toda a tribo; e ela e o velho cacique correram a praia, sorrindo e chorando de alegria. E de lá o moço contemplou com estas [ininteligível], e quanto ela deixou ancora, ele cerrou um ligeiro esquife, e abordou o navio. Um momento depois a donzela estava na praia do seu país, nos braços do seu pai.

Era um espetáculo bem tocante ver a filha enxugar as lágrimas de alegria dos olhos, sem vida, de seu pai, que abraçava, sem jamais a poder ver!...

Perdoai-me -<< disse o cacique ->> se insiste nestas particularidades, o que me resta a contar, provar-vos-á que elas não são aqui supérfluas.

Paraguassu de volta a sua pátria -<< prosseguiu o índio ->> parecia sentir na alma os efeitos desses inexplicáveis sentimentos de suprema felicidade, que deleita, e enlouquece o infeliz proscrito, no dia em que, ainda que com as vestes despedaçadas, e a frente cuspida pelas vagas, uma delas mais benéfica o arremessava à praia, onde seus olhos viram o primeiro raio de sol. [ininteligível] dos lábios um sorriso, que levava a compreender facilmente o prazer facilmente o prazer, que lhe transbordava na alma. Mas, com a frente risonha, e sobancelha da alma. Mas, com a frente risonha, a sobancelha dessa gentil princesa contrastava dolorosamente a pálida e abatida fronte de sua jovem companheira, e seus sorrisos eram misturados de lágrima, e suas lágrimas não eram as que vem do coração pelo excesso de alegria. Seria pois possível que o velho mundo, com sua magnificência, obriga-se a donzela em dia a riscar de seu coração o amor de sua pátria? Não! Alguma outra coisa devia abater aquela flor selvagem; porém bela, e pura em sua rudeza.

O moço índio a contemplava silencioso, e sentia doer-lhe no coração a dor daquela moça.

Nem uma palavra ela murmurou: mas abraçava com ternura seu velho pai, e parecia não se poder separar dele.

O moço guerreiro deixou cair entre as mãos sua fonte ardente, e meditando mil coisas esperava que o chamassem; porque ela ainda não tinha tido para ele um sorriso, uma palavra meiga, um olhar sequer, [ininteligível] a moça parecia esquecida até de si própria, e o mancebo não podendo suportar por mais tempo tão estranha reserva, disse-lhe:

Nem uma palavra para vosso irmão?... Ela estremeceu ligeiramente, e disse: Perdoai-me Gupeva... Tenho tanto a agradecer-vos. E estendeu-lhe a mão com um inefável sorriso nos lábios.

Agradecer-me!... << exclamou o índio ->> agradecer-me... o que? E beijou-lhe a mão com transporte do mais ardente, e respeitoso amor. Ela o compreende, e retirando brandamente a mão, corou de leve, e disse-lhe: fizeste por Épica o que ela teria feito a seu velho pai, eu vos agradeço, meu bom irmão.

E ainda é esse o único sentimento que nutris a meu respeito? Indagou Gupeva.

A moça abaixou os olhos e disse:

Julguei que estavas satisfeito.

Não deveis ignorar -<< prosseguiu o cacique ->> que Paraguassu, de volta a França, [ininteligível] abraço da religião católica romana não poupou esforços [ininteligível] ao grêmio da igreja, os homens de sua raça, sua voz, era persuasiva, e insinuava-se no coração e [ininteligível] a voz de um anjo.

Épica, ouviu dos lábios de seu pai, o nome de um homem, que este lhe destinava para esposo, e por toda a objeção só a moça lembrou-lhe que era cristã. Bem sabeis mancebo -<< Continuou ->> que ao jovem guerreiro, esse sacrifício seria custoso; [ininteligível] não conhece obstáculos. Gupeva, recebeu o batismo, e com ele, a mulher na sua adoração. Exatamente aquele culto que apenas começava a observar, sem crença nesse Deus dos cristãos, que viu pela vez primeira, Épica era sua divindade, e sua religião. Na hora porém em que ela unia seus dias para sempre aos dele, [ininteligível] estremecer-lhe a mão, entre as suas: um [ininteligível] se lhe escapou, e a moça índia, caiu desmaiada aos pés do altar.....

O Tupinambá, levantou-se, deu alguns passos rápidos e incertos. Fulguravam-lhe os olhos, na escuridão da mente, e um tremor convulso lhe agitava os lábios. [ininteligível], e pouco recuperou seu aparente sangue frio, e [ininteligível] o fio de sua narração.

(Continua) (s/p)

ANO II. Quinta-feira 21 de maio de 1863. N. 76.

GUPEVA

Romance brasiliense

{Vide⁴⁰ n 75}

IV.⁴¹

Era alta noite, -<< começou o índio, com uma voz a [ininteligível]

⁴⁰ No jornal está: “vid” por isso acredito a palavra hoje seja “vide”.

⁴¹ Exceto a primeira publicação, que inicia com a indicação de um capítulo ou parte, começando com “I”, as outras edições não fazem demarcação ou divisão por número, o que torna intrigante nesta última publicação aparecer o número “IV” antes do texto.

Aqui, no pico deste rochedo, no lugar mesmo em que nos achamos, um homem ouvia, com o coração saturado de fel, a dolorosa confissão de uma mulher criminosa. Só o acento magoado, e trêmulo de sua voz chorosa, quebrava o silêncio do lugar; silêncio [ininteligível], e medonha, como o que ela dizia.

E sabes só quem eram eles? Era o jovem Gupeva e sua esposa.

Oh! -<< dizia ela soluçando ->> sou muito criminosa, Gupeva, meu irmão, para que me desprezaste?

Tá, Épica, criminosa? [ininteligível] para que essas lágrimas Épica, qual poderá ser o teu crime? Não, tu és pura, tu és um anjo.

Ouve-me -<< disse ela ->> A França fez do seu anjo uma mulher.....

Cala-te -<< lhe tornou ele ->> Épica, Épica, minha cabeça se perde.

Ela de joelhos, e banhada em pranto, levantou seus olhos para ele, e disse:

Oh! Meu irmão – quanto sou desgraçada!...

Perdoa-me; ou antes mata-me, pois não sou digna de ti.

Basta! -<< tornou ele, com um acento inexplicável.

Não -<< lhe retorquiu a aflita esposa ->> minha penosa confissão, não está ainda concluída, Gupeva, meu amigo, meu irmão, nenhum juramento me ligava a ti. Na minha partida para Europa, eu era ainda inocente de uma afeição amorosa, e só a minha chegada soube com amargura, e com vergonha, que meu pai te ia ligar ao meu destino. [ininteligível] revelar-te antes do meu casamento, [ininteligível].

Sem compromisso algum no [ininteligível] país, [ininteligível] brilho da França, iluminada pelos encantos dessa terra de magia, esquecido, talvez, de minha dignidade e de meus princípios. Gupeva, eu amei louca e apaixonadamente a um mancebo francês, a quem chamavam Mr. D'Anvergue. Mais tarde morreu seu pai, e ela foi o conde d... Oh! Disse ela, esse homem, seu coração, e quem a meu pesar ainda hoje ama, desposou uma donzela de sua nação, não curando de minha vergonha, nem sequer do fruto do nosso amor que trago em meu seio!!!

O moço [ininteligível], sentiu um calafrio mortal percorrer-lhe os membros; no fundo do coração nascia-lhe um tormento atroz.

O índio prosseguiu -<< E a miséria [ininteligível], convulsa no leito de relva a meus pés; porque senhor, esse esposo desgraçado, que na primeira noite do

seu casamento, ouvia semelhante confissão, esse homem que acaba de receber como sua a mulher impura e maculada pelo filho da Europa, o homem era [ininteligível] em cuja frente acabavam de estampar o cunho do opróbrio, e da ignomínia, era eu.

Vós!... << exclamou Gastão, com desanimo. Sim, eu!... eu mesmo ->> proferiu o Cacique. O que se passou porém naquela noite horrível, nunca o soube alguém. O velho cacique morreu ignorando.

E o sedutor de Épica -<< continuou ->> era francês, como já o sabeis, é um cristão, mancebo desde essa hora eu deixei de o ser. Tupão não abandona seus filhos... Oh! Eu não amo o Deus dos cristãos: o conde de... era filho da Igreja.

<< Gastão tentou interrompe-lo, mas Gupeva continuou ->>

A dor, a vergonha, mancebo, bem depressa terminaram os dias da infeliz Épica. E eu a não segui de perto a sepultura, porque uma filha, uma débil criança que ela tinha feito batizar com o seu nome, Maria – me ficou com um legado precioso. Cumpria-se o dever de velar pela filha querida daquela a quem tanto amei, e daquela embalde procurei suavizar as dores, compartilhando-as.

Vivo pois -<< continuou ->> para cercar de carícias, e desvelos a filha do conde...

Oh! Pelo céu ->> exclamou Gastão, no auge da mais profunda, e aflitiva angústia.

<< Ainda outra coisa me susteve a vida ->> prosseguiu Gupeva, sem atender a exclamação do jovem marítimo. Sabeis qual seja ela? [ininteligível] a vingança!... a minha vingança!

Jurei vingar o ultraje da mulher, que aos olhos do mundo foi minha esposa, a honra daquela a quem eu amei mais que a própria vida. Na hora em que para sempre eu a escondia a meus olhos, encerrando-a na profundidade da terra, de joelhos, jurei morrer matando aquele que desdenhou a filha das selvas [ininteligível]. Ainda não cumpri meu juramento. A pequena Épica necessitava de um apoio, e esse apoio era [ininteligível]. Deixei-a pois crescer, e desenvolver-se como a flor dos nossos prados, e agora dou-a em matrimônio a um jovem índio, que leal e generosa [ininteligível] fazê-la feliz. [ininteligível] predispor lhe o coração para recebê-lo, e quando já nada me prender aqui, irei à França cumprir meu juramento.

Poupei-vos o semelhante trabalho -<< disse Gastão ->> meu sangue bastara para lavar a nódoa de vossa frente. Eu sou francês, eu sou...

Não -<< tornou aquele ->> vosso sangue, não bastará. Depois de vós, o conde de...

O que se passava na alma do infeliz Gastão, não há palavras que o possa exprimir. Seu coração acabava de receber o golpe mais profundo, mais doloroso, mais doído que feriu jamais o coração de um homem. Gastão não amaldiçoou a hora de seu nascimento, mas pediu a Deus, a morte, como o termo de uma dor para a qual no mundo não há remédio. Todas as suas ilusões, estavam dissipadas... seus sonhos lisonjeiros era uma mentira insofrível. Depois do amor, a morte, amor era já impossível, a morte era o único bem que podia aspirar.

Sim -<< replicou o cacique ->> a filha de Épica, não será infamemente seduzida por um francês como o foi sua desditosa mãe. Mancebo, vós sois francês, e eu odeio os franceses, vós sois o sedutor de Épica...

Sou ainda mais que isso -<< interrompeu Gastão, dolorosamente ->> sou irmão de Épica; sou filho do conde de...

Gupeva rugiu como um tigre e brandindo entre as mãos o tacape, lançou-se furioso sobre o jovem oficial.

Nessa hora a lua, rompendo o negrume das nuvens, [ininteligível] com sua face pálida, o cume do rochedo. Era o meio giro da noite; a hora da entrevista, tinha suado.

E uma mulher vaporosa, uma visão angélica desenhou-se entre as árvores: era ela, era Épica, o anjo das solidões. E ela veio ao clarão da lua, Gupeva que lançava por terra seu jovem adorador e com uma voz revelava amargurada aflição, gritou:

Gupeva! Gupeva, em nome do céu. E depois deus grandes olhos negros, se abaixaram para a terra, e seu corpo caiu rendido de aflição sobre o corpo do seu amante.

Flutuava-lhe a mercê dos ventos as sedosas madeixas de seus cumpridos cabelos, e suas roupas alvas de neve davam-lhe o aspecto de uma vestal.

Épica, no excesso de sua aflição, curvou-se sobre o corpo, já meio gelado do infeliz Gastão <<[ininteligível] a cabeça entre as mãos, disse, voltando-se para o tupinambá:

Mataste-o! e com que direito?... Não sabes tu Gupeva, que se eu pudesse sobreviver, seria para odiar-te?!... E depois unindo os lábios a face do mancebo, depositou-lhe aí um ósculo fraternal, e disse-lhe:

Gastão, Gastão, vive para a tua Épica. Oh! Eu te amo... eu te amo.

E o mancebo a custo murmurou estas palavras.

Épica – amarmo-nos é um crime, eu sou... teu... ir...mão.

Quando o sol novamente clareou o horizonte, rebentou a tempestade, por tantas horas contida. Gemia um vento sinistro, e pavoroso nas enxarcias do Infante de Portugal, e o comandante, que se havia recolhido da [ininteligível], suspendeu todas as ordens que dera para a [ininteligível]. Nesse dia, tornava-se impossível toda e qualquer navegação.

E Gastão, nele estava ele? Alberto redobrava de inquietação; mas como ir a terra, com semelhante tempo? A tarde, em [ininteligível] tinha acalmado, os ventos, e as chuvas, e o mar estava [ininteligível]. O comandante interino, amigo do conde de... Informado da ausência do moço oficial, começou também a inquietar-se e permitiu Alberto, que seguido de mais dois oficiais e alguns marinheiros fossem a terra.

Pesquisaram em [ininteligível] e começava já a desanimar, quando Alberto, subindo ao cume do rochedo, onde na noite [ininteligível] desenvolver-se tão lamentável cena, viu o quadro horrível e doloroso que nos resta relatar.

Um ancião índio, sentado nas raízes de uma árvore, olhava espantado para um [ininteligível] arenoso que lhe estava aos pés, e onde unidos pela morte, pálidos e [ininteligível] dois cadáveres. O índio volvia entre as mãos um tacape ensanguentado.

Monstro!... -<< exclama um moço português fixando-o ->> [ininteligível] E ajoelhou soluçando ante os dois cadáveres, como uma criança.

Depois ergueu-se, em um ímpeto de [ininteligível] ferir ao desconhecido; mas sua espada caiu inerte; porque Gupeva, pois era ele, arregaçando os lábio num sorriso convulsivo, disse:

[ininteligível] horrivelmente. Vele-a... essa menina era minha filha!... E caiu com a face em terra.

Foi só então que Alberto reparou no outro cadáver. Era o de uma mulher, mas de uma mulher angélica: era um anjo. A doçura de suas feições, a regularidade de [ininteligível], a alvura de sua [ininteligível], tudo levo-o

reconhecer nela a donzela que Gastão lhe desejava na tarde anterior. É Épica - << disse ele [ininteligível] ->> é ela mesma. Oh! Gastão, tu tinhas razão meu pobre amigo, a tua Épica excedia a todas as belezas europeias. Mas este [ininteligível] de feições, mais que tudo esta extraordinária semelhança!... Meu Deus, perdoai-me: aqui há mistério; Épica, não podia deixar de ser sua irmã...

Os marinheiros tinham já escavado a sepultura para dois cadáveres: então Alberto de novo ajoelhando beijou na testa seu irmão de armas, seu melhor amigo, e deixou correr sobre suas faces [ininteligível], um choro [ininteligível] que cobrou lágrimas aos corações endurecidos [ininteligível], de seus colegas. Depois [ininteligível] e os lançou sobre a donzela endurecida.

Finda a dolorosa [ininteligível], Alberto procurou domo [ininteligível] levar ao que ainda caído. Este [ininteligível] o segredo do nascimento desta que diz sua filha, e depois o matarei, o que é ainda pouco para vingar meu infeliz amigo.

E chegando-se a ele, ordenou que se levantasse: mas o índio não se mexeu.

Então Alberto volveu-lhe a cabeça, com a ponta da espada, e curvando-se, e olhando-o, disse:

Está morto!...

FIM.

Por Maria Firmina dos Reis. (s/p)

APÊNDICE C

• *Echo da Juventude (1864-1865)*

PUBLICAÇÃO DEDICADA À LITERATURA.

Volume I. San'Luiz, 12 de Março de 1865. Número 14

Começamos hoje a estampar o romance *Gupeva*, trabalho da talentosa maranhense, Maria Firmina dos Reis, cuja tenacidade nos labores literários, e amor ao estudo são bem conhecidos do público.

Essa composição ligeira, porém onde revela-se o talento de sua hábil autora foi-nos ofertada por a mesma, que a cuidadosamente corrigiu para ser publicada neste jornal.

Seja a publicação do *Gupeva* um estímulo as mais senhoras, que cultivam as letras, porém uma modéstia condenável as tem conservado no silêncio e obscuridade.

Aos ilustrados leitores recomendamos que o leiam, e sejam indulgentes para as lacunas, que por ventura encontrem. (Pág 107)⁴²

GUPEVA.

ROMANCE BRASILIENSE.

I

Era uma bela tarde; o sol de agosto animador, e grato declinava já seus fulgidos raios; no acaso ele derramava um derradeiro olhar sobre a terra e sobre o mar. Que a essa hora mágica do crepúsculo, estava calmo, e bonançoso, como uma criança adormecida nos braços de sua mãe.

Seus raios desenhavam no horizonte as cores cambiantes⁴³ do prisma, e desciam com melancólico sorriso as planuras da terra, e a superfície do mar.

Uma tarde de agosto nas nossas terras do norte, tem um encanto particular; quem ainda as não gozou, não conhece na vida o que já de mais belo, mais poético, não conhece a hora do dia que o Criador nos deu para esquecermos

⁴² Tal artigo foi aqui transcrito por se tratar de Maria Firmina dos Reis e se assemelhar a uma apresentação de *Gupeva*.

⁴³ Pelo contexto, acredito que cambiante derive de cambiar que, segundo o Dicionário Houaiss, da língua portuguesa, é “dar e receber mutuamente (coisas iguais ou diferentes); trocar, permutar” (p. 584). No texto aqui transcrito, parece-me que a palavra está sendo utilizada para falar que há uma troca de cores no horizonte devido aos raios solares.

todas (p.107) as ambições da vida, para folhearmos o livro do nosso passado, buscarmos nela a melhor página, a única dourada que nela existe, e aí nos deleitarmos na recordação saudável da hora feliz da nossa existência: aquele que ainda não a gozou é como se seus olhos vivessem cerrados à luz; é como se seu coração empedernido nunca houvera sentido uma doce emoção, é como se a voz da sua alma nunca uma voz amiga houvera respondido.

O que a gozou, sim; o que a goza, esse advinha os prazeres do paraíso, sonha as poesias do céu, escuta a voz dos anjos na morada celeste; esquece as dores da existência, e embala-se na esperança d'uma eternidade risonha, ama o seu Deus, e lhe dispensa afetos; porque nessa hora como que a face do Senhor se nos patenteia nos desmaiados raios do sol, no manso gemer da brisa, no saudoso murmúrio das matas, na vasta superfície das águas na ondulação mimosa dos palmares, no perfume odorífero das flores, no canto suavíssimo das aves, na voz reconhecida da nossa alma!

Era pois como dissemos, uma bela tarde de agosto, e dessa encantadora tarde gozavam com delícias os habitantes da Bahia, nessa época bem raros, e ainda incultos, ou quase selvagens. O disco do sol amortecido em seu último alento beijava as enxarcias d'um navio ancorado na Bahia de Todos os Santos, a cuja frente eleva-se hoje a bela cidade de S. Salvador, e afagava mansamente as faces pálidas d'um jovem oficial, que a hora do crepúsculo, com os olhos fitos em terra parecia devorado por um ardentíssimo desejo, por um querer que a seu pesar lhe atraia para onde quer que fosse todos os sentimentos da sua alma.

Sonhava acordado; mas era esse sonhar desesperado, ansioso, frenético como o sonhar de um louco; era um sonhar doído, cansado, incômodo, como o sonhar do homem que já não tem uma esperança; era o sonhar frenético de Napoleão, nas solidões de Santa Helena, era o sonhar doído de Luiz XVI na véspera do suplício. Encostado ao castelo da popa o mancebo parecia nada ver do que lhe ia em torno, nem mesmo o sol, que lhe dava então seu derradeiro, e melancólico adeus, escondendo seu disco nas regiões do oceano.

Patética, sublime, e quase misteriosa era a despedida desse sol, brincando tristemente nos cabelos acetinados do moço oficial, e fugindo vagaroso, e de novo voltando, envolvendo-o pelas espádua, como em um último abraço, e depois mergulhando-se pressuroso nas trevas, como um amigo que junto do

sepulcro beija as faces geladas, e lívidas do amigo, e corre com a saudade no coração a cobrir seus membros de lutuosas vestes.

O navio em que acabamos de ver esse moço, que ainda mal conhecemos, era *O Infante de Portugal*, vaso de guerra, que havia trazido a Bahia Francisco Pereira Coutinho, donatário daquela capitania, depois que a celebre Paraguassú, princesa do Brasil, cedera seus direitos em favor da coroa de Portugal. *O Infante* acabava de receber as últimas ordens de Coutinho, e velejava no dia seguinte em demanda de Tejo.

Voltemos pois ao mancebo, que com quanto fosse noite, permanecia ainda no mesmo lugar em que o encontramos. Em seus grandes olhos negros transparecia todo desassossego d'um coração agitado. Sua idade não podia exceder a vinte e um anos. Era jovem, e belo; o uniforme da marinha fazia sobressair as delicadas formas do seu talhe esbelto e juvenil.

Mas, as trevas eram já mais densas, e o coração do moço confrangia-se, e redobrava de ansiedade. Seus olhos ardentes pareciam querer divisar através dessas matas ainda quase virgens um objeto qualquer. Sem dúvida nesse lugar outrora solitário, hoje populoso e civilizado, havia alguma coisa que o mancebo amava mais que vida, em que fazia (p.108) consistir toda a sua felicidade, resumia todo o seu querer, todas as suas ambições, toda a sua ventura. Havia aí algum ente extremamente amado; alguém que atraia para si todas as faculdades, toda a alma do mancebo europeu.

- Que tens tu, meu querido Gastão? Interpelou-lhe um outro jovem oficial, tocando-lhe amigavelmente no ombro. O que te aflige? Estás triste!!..

O moço interrogado estremeceu ligeiramente, como quem desperta de um profundo sono; e fitando o seu interlocutor, com pungente sorriso, disse:

- Triste... sim, Alberto, contrariado, meu caro amigo.

- Tú, meu caro? E por quê? Tornou-lhe aquele a quem este designara Alberto. O que te aconteceu, caro Gastão?

- Sairemos amanhã!... respondeu Gastão. Nestas duas únicas palavras encerrava-se tudo quanto o homem pode sofrer de mais doloroso, amargo, e acerbo na carreira da vida; e por isso o acento com que as proferia calou n'alma de Alberto. Este contemplou-o por algum tempo com uma curiosidade travada de surpresa, e sem poder compreender o acento de tais palavras, nem qual a causa de tão grande amargura, disse-lhe:

- É isso o que te contraria, e te aflige?!...

Gastão ergueu a fronte até então abatida, e deixando cair suas vistas sobre seu amigo, murmurou:

- Alberto, para que me interrogas? Podes acaso compreender o martírio do meu coração?

- Ah! Pensas nela?!... exclamou sorrindo-se o jovem Alberto, ora, Gastão, pelo céu! Meu amigo, creio que estás louco.

Gastão abaixou novamente a cabeça, e balbuciou:

- Embora... mas... era um delírio, que poderia ter suas consequências. Alberto pensou nisso, e procurou dissuadi-lo. Gastão, disse procurando tomar-lhe entre as suas mãos, que loucura meu amigo – que loucura a tua apaixonares-te por uma indígena do Brasil, por uma mulher selvagem, por uma mulher sem nascimento, sem prestígio: ora, Gastão, sê mais prudente; esquece-a.

- Esquece-a! exclamou o moço apaixonado, nunca!

- Tanto pior, lhe tornou o outro, será para ti constante martírio.

- E por quê?

- E por quê?! Porque ela não pode ser tua mulher, visto que é muito inferior a ti; porque tu não poderás jamais viver junto dela a menos que intentasses cortar a tua carreira na marinha, a menos que desprezando a sociedade te quisesses concentrar com ela nestas matas. Gastão, em nome da nossa amizade, esquece-a.

- Pede a terra que esqueça seu constante movimento, ao vento que cesse o seu girar contínuo, as flores que transformem seus odores em pestilentos cheiros, as aves que emudeçam as galas da madrugada, murmurou Gastão, com melancolia.

Alberto guardou silêncio por alguns minutos, e de novo disse:

- Louco! Louco! Gastão, meu amigo, traga até as fezes o teu cálice de amargura; mas faze o sacrifício do teu amor em atenção a ti mesmo, ao teu futuro...

- O meu futuro é ela... replicou Gastão, interrompendo seu jovem amigo.

- Primeiro tenente de marinha hoje, meu querido Gastão, breve terás uma patente superior que...

- Que me importa a mim tudo isso, Alberto, acaso isso pode indenizar-me da dor de perde-la? Alberto, tu não és francês, o teu clima cria almas intrépidas,

corações fortes, ou rudes ardendo sempre mas em fogo belicoso: o sague que herdaste de teus avós gira em teu peito com ambição de glória, de renome; são nobres as tuas ambições, eu as respeito: porém as minhas são destituídas (p. 109) de toda a vaidade... As minhas ambições, o meu querer, o meu desejo resume-se todo nela. Para que me falas das grandezas deste mundo? Alberto, eu as desprezo, se não forem para repartir com ela.

- Todos nós, lhe disse Alberto, temos a nossa hora de loucura, também o português, meu caro, a experimenta as vezes, não obstante como dizes, o nosso clima gera corações mais rudes; mas, Gastão, teus pais! Queres acaso afrontar a maldição paterna?

- Sim, tornou o jovem francês, ainda quando ela houvesse de cair sobre minha cabeça, eu não poderia esquecer a mulher a quem dedico todo o meu coração.

- Decididamente perdeste o juízo, meu caro amigo, disse Alberto comovido. Que pretendes, Gastão, fazer dessa mulher?

- Amá-la, meu Alberto, como numa se amou mulher alguma.

- O amor, Gastão, é como um meteoro luminoso, é uma aurora boreal dos trópicos, sua duração é de momento.

- Não, redarguiu o triste, sinto que hei de amá-la em quanto me animar um átomo de vida, sinto que seu nome será o derradeiro que ei de pronunciar a hora da morte, sinto que...

- Cala-te, Gastão, cala-te! Lhe retorquiu o jovem português; teus desvarios me causavam um pungente sofrer.

- E que me importa isso? Disse friamente o moço francês, sabes acaso a grandeza do meu sofrimento? Sabes, bem conheces e não te apiedas de mim.

- Ingrato! Exclamou comovido o jovem oficial português. Gastão, em nome do céu, recompõe o teu juízo, não penses mais nessa mulher. Eia, promete-me, e eu...

- É impossível, Alberto. Impossível, meu amigo. Oh! Se soubesses... Alberto, eu a tenho aqui no coração. É ela a mulher dos meus sonhos da adolescência, é a visão celeste, e arrebatadora da minha infância, é o anjo que presidiu o meu nascimento. Alberto, quem a poderá resistir? Louco o que a vendo possa deixar de amá-la; louco o que a conhecendo não lhe render eterna vassalagem. Anjo na beleza, e na inocência, anjo na voz, nas maneiras. É ela

superior as filhas vaporosas da nossa velha Europa. Épica é o seu nome. No seu rosto, Alberto, se revela toda a candura da sua alma, e toda singeleza dos costumes ainda tão virgens da inculta América. Onde está pois o meu crime em adorá-la? Seus grandes negros de doçura inexprimível falham a alma com suavíssima poesia: são arpejos da lira harmoniosa, ou notas d'anjos em torno do Senhor. E esse olhar seu exprime um quê de indizível pureza que obriga a adorá-la, como se adora a Deus. Alberto, de joelhos suplicarias a essa mulher angélica, se a visses, perdão de a não teres amado mesmo sem conhece-la, desde o dia em que começou a tua existência.

Alberto suspirou com desalento: sentia-se fraco para lutar com o coração de seu amigo. Gastão compreendo o pesar, que mal grado seu causava ao moço português, e disse:

- Perdoa-me, meu caro amigo, doa-me, se te ei magoado, soffro... tanto.

Alberto não achava uma palavra para exprimir sua angústia, tomou então as mãos a seu amigo, apertou-as com efusão, e depois, apertando-o contra o seu coração, a custo exclamou:

- Meu amigo, meu irmão, fizeste bem em confiar-me tuas magoas, eu te ajudarei no caminho espinhoso, e direi do que tens a percorrer d'ora em diante. Eia, coragem, serei o teu cireneu.

Mas, o moço francês não compreendeu uma só das palavras de Alberto, e julgando que está mais compadecido lhe aplainava a senda dos seus amores, ergueu para ele uns olhos, onde havia gratidão, e amizade, e disse-lhe: (p. 110)

- Então é verdade Alberto que tens um coração?

- E não adivinhavas tu nos transportes de nossa amizade?

- Obrigado! Exclamou com efusão o jovem francês. Alberto, meu Alberto. Faze-me hoje um favor, um único; prometo-te que será o último que te peço.

- Fala, mas não peças coisa que se assemelhe à uma loucura.

- Cruel! Chamas loucura ao sentimento mais santo, que Deus implantou no coração do homem!...

- Fala – vejamos o que exiges de mim.

- Bem sabes, Alberto, que devo entrar hoje no quarto...

- Queres que entre eu em teu lugar?

- Sim, quero que entres em meu lugar.

- Pois não, meu caro.

Gastão envolveu o amigo entre seus braços: era a expressão sincera da sua gratidão. Guardam um momento de silêncio, só interrompido pelo murmúrio das vagas que se chocavam, e pelo sibilar do vento nas enxarcias.

- Que pretendes fazer desta noite, Gastão? – interrogou o jovem português.

- Não o adivinhes já, meu querido Alberto? Ah! Ela espera-me; eu lh'o prometi.

- Compreendo-te! Gastão, o teu delírio, meu caro amigo, te faz ingrato. És surdo à minha voz, insensível aos extremos da amizade... Vai, Gastão, vê essa mulher cuja vista te fascinou, como fascina as cobras do seu país a míseros pássaros. Tu também és um pássaro, nascido em regiões estranhas, que alevantaste o teu voo, atravessaste os mares, e pousaste amoroso nas fraças do pau d'arco americano; Gastão não te deixes atrair da serpente venenosa: goza um momento disso, a que chamas a tua felicidade; mas desprende novamente o voo. Gastão, eu te aguardo só antes do romper da alva. Jura-me pela honra.

Juro-o – exclamou o moço francês, com acento doloroso, com indefinível expressão.

O comandante estava em terra: - Alberto acenou para Gastão uma lancha.

Então os dois mancebos, como se naquela despedida se dissessem um adeus eterno, de novo em um fraterno amplexo uniram seus jovens corações, onde tão diversos sentimentos se cruzavam.

E a lancha, cortando vagarosamente as águas, deixava após si estreito, e espumoso rasteiro. Cinco minutos depois abicou em terra.

Alberto, seguiu-o com o coração: depois um profundo suspiro lhe fugiu do peito, que mal grado seu gotejava sangue.

(Continua)

Maria Firmina dos Reis (p. 111)

Volume I. San'Luiz, 19 de março de 1865. Número 15.⁴⁴

GUPEVA.

⁴⁴ É interessante notar que apesar de ser um novo número do jornal, ele não “zera” o número das páginas, mas prossegue como um livro. A última página da edição anterior era 112 e a primeira do número 15 é 113.

ROMANCE BRASILIENSE.

II

E aquela bela tarde sucedeu uma noite escura e feia. A atmosfera estava baixa, e carregada, as nuvens ameaçavam tempestade. O mar quebrava-se raivoso nas praias, e o vento gemia nas solidões das matas. Entanto Gastão ébrio de prazer, acabava de transpor o pequeno lençol movediço, que o separava da terra, dessa terra querida, onde ia encontrar em breve a mulher de suas doidas afeições. As nuvens arqueavam-se negras sobre os outeiros, por entre os quais insinuava-se, louco de esperanças, o jovem adorador da filha dos palmares.

Corria o moço afadigado por entre as árvores copadas da velha América: arfava-lhe o peito, as artérias latejavam-lhe, o sangue afluía-lhe para o rosto, o suor cai-lhe em bagas, da fronte para o peito. Com que rapidez, com que afã devorava ele o espaço que o separava ainda do lugar da entrevista... Tardava-lhe a hora da ventura.

Por essas sendas tortuosas, por essas brenhas quase virgens de uma habitação do homem civilizado, por esses lugares, que já não tendo aqui, e ali a selvagem beleza de uma mata virgem, não tinha em parte alguma o carácter d'uma povoação, corria loucamente o jovem colega de Alberto, sem outro pensamento mais que o de rever sua idolatrada Épica. Se havia ainda um mundo, além do lugar dos seus sonhos, Gastão havia-o inteiramente esquecido: o amor do seu coração absorvia-lhe todas as faculdades. Aos vinte e um anos o homem não tem o coração embotado; - o excesso de paixões mal sofreadas, ainda nessa idade juvenil, não o tem aviltado, e enegrecido. O amor que abrasa o coração nessa idade, a mais bela talvez da nossa vida, é um amor puro como os afetos de uma criança, é o amor sincero como o beijo de um irmão querido, é um amor santo como um hino sacro entoado pelos anjos do Senhor.

O amor, nessa idade é uma emanção do céu, é um concerto divino, noite, e dia a vibrar no coração do homem; e ao som desse dulcíssimo concerto, a mente exalta-se, e vai tocar ao infinito, bebe deleites, que purificam a alma; sonha enlevos virtuosos; goza mimos de um sentir indefinível, desses que o mundo só concede uma vez, desses que só no viver dos anjos se goza eternamente. Ah! Se o homem pudesse em toda a sua vida amar assim tão pura,

e santamente, com esse amor que então animava o coração do jovem Gastão, para que havia Deus, criar um outro céu, criar outras delícias para os seus escolhidos?! O céu, seria o mundo, e nós os bem-aventurados. Mas, mesquinhos, e míseros filhos de Adão, essa hora de mágicos enlevos, não a tornareis achar!... esses oásis que vos deleitou desapareceu para sempre.

Foi um bafejo divino na hora da tormenta; foi uma gota de orvalho sobre a erva emurchecida pela calma. Agora (p. 117) segue⁴⁵ o vosso deserto; árida e espinhosa será a vossa senda. Abrasar-vos-á o simum, e em vossa peregrinação, que vos suavize o requeimar do sangue. E depois deste afã, deste doloroso caminhar, no extremo já, vereis por desafogo de tantas dores o antro escuro e húmido de uma sepultura. Não recueis, oh! Não: aí está o esquecimento de uma existência amargurada, aí o descanso, o repouso, a felicidade.

Ao cabo de algumas horas o jovem oficial se havia entranhado num bosque solitário, e ermo. A direita, a uns cem passos de distância avultava uma cabana, cujo teto coberto de pindoba era sombreado por palmeiras simultâneas, que lhe davam um aspecto poético, e melancólico; à esquerda erguia-se um pequeno rochedo. A sua base serpeava uma ligeira corrente, deslizando suas mansas águas por sobre a areia, e pedrinhas; espreguiçando-se como uma criança no seu leito, sumia-se, murmurando no meio do bosque. Havia aí um quê de indefinível doçura, uma melancolia meiga, e suave, que se assemelhava, se harmonizava, se casava com o coração de Gastão, onde havia sensações deleitáveis, como os sons longínquos d'uma harpa que geme na solidão. O mancebo galgou a eminência com presteza. Dali seus olhos, poderiam descobrir Alberto, ainda pensativo, e desgostoso, se nessa hora ele se lembrasse de alguém que não fosse a mulher por quem esperava, e se a escuridão da noite o permitisse.

Havia um negrume espantoso, porém a natureza ainda estava calma; a tempestade que ameaçava não prometia ser breve.

Gastão contava os minutos pelas palpitações do seu coração. Era a primeira vez que ia encontrar-se com Épica face a face na escuridão da noite;

⁴⁵ Ao consultar a edição de *Gupeva* presente em *Úrsula e outras histórias da Edições Câmara*, a palavra está escrita “seguir” como no jornal, entretanto, a conjugação verbal empregada lá não condiz com o que está escrito no parágrafo. Acredito que o uso de “segue” é o que corresponde ao escrito por Firmina, principalmente devido ao padrão das palavras escritas, já que é perceptível uma troca da letra “i” pela “e”, bem como do “am” pelo “ão”, etc.

era a primeira vez que ia achar-se com ela só, no cimo de um outeiro⁴⁶, entre o céu e a terra, longe das vistas indiscretas do homem, longe das admoestações de Aberto, tendo por conselheiro só seu coração, por testemunha só Deus! Gastão bebia as delícias do paraíso. Esperou, e esperando cedeu a meditação.

Não haverá aí um só homem, que tenha sentido em seu coração o fogo de um primeiro amor, que não adivinhe o doce meditar desse mancebo de coração ardente, e alma apaixonada. Gastão aspirava os perfumes do céu, embalava-se nas fagueiras esperanças de um amor sem limites.

Depois de tudo isso a morte; porque o único gozo, que semelha aos dos anjos, teria então passado. Assim pensava o moço francês, e esse pensamento não podia ser um erro. Errar por muito tempo, entre o amor e a sepultura, é um tormento inqualificável, é morrer sem esperança da salvação da alma, é a tortura da idade média não adoçada pelo cutelo do algoz. Gastão pois pensava bem; e qualquer outro em idênticas circunstâncias pensaria com ele. Do mundo o moço só almejava uma coisa, uma somente, do mundo ele só queria aquela mulher, que ele aguardava com frenesi, aquela mulher, que ele amava com delírio, que idolatrava loucamente. Por ela Gastão daria toda a sua vida, todo o seu sangue, sua alma, seu sossego, toda a felicidade de um futuro, que se lhe antolhava risonho.

- Sim, exclamou ele, acordando do seu sonho mentiroso, respondendo ao seu próprio pensamento – viver ou morrer com ela. Que me importa a mim os prejuízos do mundo? Haverá acaso no mundo mulher mais digna do meu amor?!... Épica! Épica! Eu te adoro, Épica, anjo dos meus sonhos, visão encantadora, que afaga, e adoça o amargor dos meus dias... serás acaso uma ilusão?!...

Um leve murmúrio, um rumor vago, como a bulha subtil de passos cautelosos, interrompeu-o: ele julgou esse leve ruído a aproximação da mulher amada; estremeceu de amor, e correu ao encontro dessa visão angélica.

E encontrou-se face a face com um homem. Gastão recuou um passo e levou a mão a sua espada.

⁴⁶ “Pequena elevação de terreno; colina, monte”, de acordo com o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (p.2093).

- Quem sois? Perguntou-lhe em português, com acento de cólera mal reprimida.

A noite era tão escura, que Gastão mal poderia reconhecer este homem, inda que fosse ele o seu melhor amigo.

- Quem sois? Repetiu o moço estrangeiro, pelo céu, ou pelo inferno, dissei-o.

- Quem sou? Respondeu o recém-chegado, com voz grave, magoada e horripilante. Desejais conhecer-me? Breve sabereis quem sou.

- Depressa, Senhor, depressa, lhe tornou Gastão, ou livrai-me da vossa presença.

- Conheço, mancebo, quanto vos deve ser importuna a minha presença neste lugar; mais tarde, porém, reconheceréis que não sou aqui o mais importuno.

Gastão julgou-se em face de um rival, e sua cólera redobrou.

- E insistes em não dizer quem sois, nem a que vindes?

- Não insisto, não, senhor, quero responder pontualmente as vossas perguntas não obstante ser quem devia interrogar-vos.

- Vós!... e com que direito?

- Com o mesmo, mancebo, com que me interrogais.

- Zombais acaso de mim? Disse Gastão no auge de desesperação, ponde-vos em guarda: não quero ser um assassino.

- Esperai, senhor, esperai, replicou o desconhecido, com calma, escutai-me:

- Eu sou tupinambá, continuou, sou o cacique desta tribo, sou finalmente o pai de Épica. Isto espanta-vos?

- Traição! Exclamou Gastão, desembainhando a espada, que cintilou na escuridão da noite.

- Enganai-vos, senhor, ninguém vos traiu. Eu sei tudo: vossas palavras eu as tenho escutado.

- Mentis, maldito tupinambá.

- Não minto, não: dia por dia hei seguido vossos passos, e ouvido vossa conversação com minha pobre Épica. Ainda ontem lhe dizias ao pé da cabana de seu velho pai: Amanhã, quando a lua estiver em meio giro, eu te agarrei no cume do outeiro.

- Espiam infame! Exclamou o moço desatinado, arremessando-se contra o cacique.

- Esperai, mancebo, esperai, lhe disse o índio, juro-vos por Tupã que hei de matar-vos ou morrer as vossas mãos e isto antes do meio giro da lua; porque a essa hora Épica, a inocente Épica, virá louca, correndo ao vosso apelo, e só um de nós deve receber. Se fordes vós ao menos eu não testemunharei semelhante aviltamento.

- Calai-vos, disse Gastão, puxando novamente pela espada.

O índio, porém, como se não reparasse naquele movimento do jovem oficial, continuou: - vossa entrevista será ao meio giro da lua: mancebo, vos antecipastes; ainda me resta pois uma hora, peço que me escuteis.

Haia um não sei quê de profundo, de solene, no acento dessas palavras que revelavam inabalável resolução.

A seu pesar Gastão sentiu-se comovido, e respondeu:

- Eu vos escuto.

(Continua)

Maria Firmina dos Reis (p. 118)

Volume I. San'Luiz, 26 de março de 1865. Número 16.⁴⁷

GUPEVA. ROMANCE BRASILIENSE

III

- Muitas luas se hão passado, mancebo, continuou o cacique, com voz magoada, muitas luas já, e tantas que nem vos sei dizer. E era uma tarde, bela como o foi a de hoje; mais bela talvez, porque era então a lua das flores, e eu dela me recordo ainda, como se fora hoje...

⁴⁷ Neste número do jornal, há, antes de iniciar-se os textos literários dos autores que colaboram com o periódico, um artigo intitulado *Instrução Publica*, cujo respondente é *Instrução Pública*. Tal texto traz uma reflexão acerca da educação e de sua importância para o sucesso e moralidade do país, ainda afirma que se baseia em nações como França, Alemanha e Inglaterra, bem como diz não haver preocupação no país com a instrução, nem por parte de literatos, nem estadistas, e tampouco há verdadeiras escolas.

Sim, era uma tarde de elevadora beleza; nela havia sedução, e poesia, nela havia amor, e saudade. Sabeis vós o que nós outros chamamos – lua das flores? É aquela em que um sol brando, e animador, rompendo as nuvens já menos densas, vem beijar os prados, que se aveludam, enamorar a flor, que se adorna de louçanias, verificar os campos, que se revestem de primoroso ornato, afagar o home, que se deleita com a beleza da natureza. É a lua em que os pássaros afinam seus cantos melodiosos, é a lua em que cessem mimosa embalsama as margens dos nossos rios, em que as campinas se esmaltam de flores odorosas, em que o coração amo, em que a vida é mais suave, em que o homem é mais reconhecido ao seu Criador...

Ele fez uma pequena pausa e continuou:

- Era pois na lua das flores, que a tarde um velho cacique, e um mancebo índio, do cume deste mesmo outeiro, lançavam um olhar de saudosa despedida, sobre o navio normando, que levava destas praias uma formosa donzela. Era ela filha desse velho cacique, que com mágoa, a via partir para as terras da Europa; mas a formosa Paraguassú da muito a havia distinguido dentre as demais filhas do cacique; e a afeição por ela sincera, e imensa. Paraguassú seguia para a França, onde devia receber batismo, tomando por sua madrinha a célebre italiana, Catharina de Medices⁴⁸, cujo nome tomou na pia batismal; e não podendo separar-se da amiga querida, levava-a consigo, arrancando-a dessa arte ao coração de seu pai, a aos sonhos deleitosos do moço índio, que magoado via fugir-lhe a mulher de suas afeições. Épica, Sr., chama-se essa jovem índia. Épica era o seu nome. A sua ausência, não seria prolongada; o velho e o moço não o ignoravam; mas eles a amavam tanto, que foi-lhes preciso chorar. Seria um pressentimento a dor que os afligia? Foi talvez... choraram ambos: entretanto o velho era um bravo, e o moço já um valente guerreiro.

Ela, entanto só concebia a dor do velho; as saudades paternas agravavam mais a mágoa de o deixar; o moço índio era-lhe apenas pouco mais que um estranho. Seu coração ainda virgem desconhecia as delícias, e as torturas do amor. O índio, pois, era-lhe indiferente, se é que indiferente se pode entender

⁴⁸ Hoje denominada por Caterine de Médici ou Catarina de Médici, foi uma nobre italiana que se tornou, posteriormente rainha consorte da França e se destacou devido as características de inteligente e estrategista. Dentre uma das suas mais famosas biografias está *Catarina de Médice: poder, estratégia, traições e conflitos. A rainha que mudou a França*, de Leonie Frieda.

um homem que estava sempre a seu lado, e que tinha em suas veias o sangue de seu pai. Este mancebo índio era filho de um irmão do velho cacique, e seu íntimo amigo. Destinado desde a infância para esposo de Paraguassú, este mancebo nunca a pode amar, nem tão pouco inspirar-lhe amor. Entretanto Paraguassú era bela! Ele amava perdidamente sua jovem parenta: Épica era a mulher de suas doidas afeições, porém esse amor puro como a luz da estrela da manhã estava todo cuidadosamente guardado no santuário do seu coração; uma palavra, um gesto, não havia maculado ainda a pureza desse sentir mágico, e deleitoso. Épica era pura, e inocente, como a pomba, que geme na floresta: seu coração conservava ainda o descuido enlevador⁴⁹ dos dias da infância. Oh! Ela era como a açucena a margem do regato...

O velho cacique atentou nas lágrimas do guerreiro jovem; e num transporte afetuoso, apertando-o contra o seu coração, apontando para o extremo do horizonte, onde se perdia já o navio, disse-lhe: (p. 125)

- Sê sempre digno de mim, e de teu pai; quando ela voltar será tua. Oh! Eu o juro.

O moço ajoelhou aos pés do irmão de seu pai, e beijou-lhe as mãos com o entusiasmo do reconhecimento

.....

- França! França!... <<exclamou o Tupinambá depois de alguns momentos de amargurado silêncio>> pudera eu esmagar-te em meus braços!!!

- Passaram vinte e quatro luas, continuou serenando-se um pouco, o mancebo as contara por séculos. Ao fim de cada dia vinha ele ao cimo deste outeiro, e daqui prescrutava os mares, nus de uma vela, que viesse lá das partes do ocidente e quando caía a noite, volvia triste e desconsolado aos lares do velho cacique. O mísero velho tinha cegado nesse curto espaço, e só da boca do mancebo esperava cada dia a nova feliz que o havia lançar do fundo das suas trevas, no gozo da felicidade. Assim se passaram muitos dias... mas uma vez a lua veio estender seu lençol de prata sobre a superfície desta imensa bahia, e confundir suas saudades as saudades do moço, que contemplava com melancolia, e ainda assim a suspirada Épica não voltara às praias do seu pais.

⁴⁹ Enlevador, derivado de enlevar, que, segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, significa "provocar ou sentir enlevo, arrebatamento; deleitar(-se), deliciar(-se), encantar(-se)" (p. 1153).

A desesperança começava a lavrar no coração do moço guerreiro. O velho sentia maiores saudades; porém esperava com mais paciência.

Um dia, porém, um navio alvejou ao longe; era ela; seu coração estremeceu de última satisfação; no coração do velho cacique o transporte não foi mais vivo. Seus olhos a viram ainda assim; ele mal podia acreditar em tanta ventura. Esse navio tão ansiosamente esperado chegara enfim, e com ele a vida, a felicidade do mancebo. Ao menos assim o acreditava ele, louco de alegria. O anjo dos seus sonhos, o encanto dos seus dias, o ídolo do seu coração, esse navio lhe acabava de restituir. O velho, tateando as trevas de sua noite eterna, correu pela mão do mancebo ao encontro de sua filha. Era um espetáculo bem tocante ver esse velho guerreiro chorar, e rir de prazer com a ideia de tornar abraçar aquela filha mimosa, que tocando-a, jamais a tornaria a ver. Épica a jovem índia, trajava ricos vestidos à europeia. Apertava-lhe a cintura delgada, e flexível, como a palmeira do deserto, um cinto negro de veludo, e as amplas dobras do seu vestido branco envolviam-lhe o corpo mimoso, delgado, como a hasta da açucena a beira-rio. As tranças negras do azeviche, que lhe molduravam as faces aveludadas, eram aqui, e ali entremeadas de flores artificiais. Erro todo artifício aquele trajar até então desconhecido do moço índio; ele sentiu repugnância em ver aquela, que era tão simples no meio da solidão, ornar-se agora de trajes, que faziam desmerecer sua beleza, e seus encantos...

- Paraguassú de volta a sua pátria, continuou o cacique após breve pausa, parecia sentir na alma os efeitos desse inexprimível sentimento de suprema felicidade, que deleita, e enlouquece o infeliz proscrito, no dia em que, ainda que com as vestes despedaçadas, e a fronte cuspida pelas vagas, uma delas, mais benéfica, o arremessa à praia, onde seus olhos viram a primeira vez a luz. Trazia nos lábios um sorriso, que levava facilmente a compreender o prazer, que lhe enchia o coração. Pela mão dessa bela princesa, seguia, débil e abatida, melancólica e desconsolada, a jovem donzela brasiliense. Semelhava ela o lírio, crestado pela ardentia da calma; borboleta, que a luz da vela emurcheceu as asas.

Contraste doloroso havia entre a fronte pálida, e abatida da moça índia, e a fronte altiva, e risonha da jovem esposa de Caramuru.

- Perdoai-me, continuou o cacique, se insisto nestas particularidades; o que me resta a contar provar-vos-á que elas não são aqui inúteis. (p.126)

Um vago, mas doído pensamento, magoou o coração do moço guerreiro, a hora em que essa mulher, que a muito ele criara seu ídolo, lhe aparecia assim melancólica, e triste como a estátua do sofrimento. Que terá ela? Interrogava ele a si mesmo. Terá saudades desse país longínquo, que apenas viu, onde não pode contar um amigo, onde tudo lhe é estranho, linguagem, costumes, rostos, e religião?!...

Em quanto ele assim discorria, a moça aproximou-se de seu pai, e sorrindo-se por entre lágrimas, estreitou-o com ternura filial contra o coração. Foi um prolongado abraço: um profundo suspiro lhe rasgou o peito; e uma só palavra ela não proferiu. E tornava a apertar o velho; e a moça parecia não se poder separar o pai, que chorava de alegria, sentindo-se abraçar por sua filha querida.

Com indizível ansiedade aguardava o mancebo por uma só palavra da sua querida Épica; mas embalde. Ela parecia toda abstrata, não na contemplação de seu pai, mas numa ideia oculta, que dir-se-ia-lhe amargurava a alma. Mas ele, vencendo o pensamento doloroso, que lhe atravessara a mente, aproximando-se dela, em voz de suplica, disse-lhe:

- Épica! Épica, nem uma palavra para o vosso irmão?... Errou-lhe então nos lábios um mimoso sorriso, duas lágrimas ressaltaram-lhe dos olhos, e rolaram sobre as faces; e ela estendeu-lhe a mão amiga, que o moço beijou com reconhecimento.

Essa mão, esse beijo, desfizeram o ponto negro, que assomara improvisto na alma do guerreiro brasileiro, como desfaz o vento a nuvem carregada a hora do meio dia. Só o extremo do seu amor lhe representara Épica triste, pálida, e desconcertada. Épica era a mesma virgem das florestas, com a diferença única de uma inteligência cultivada pelo trato europeu. Esses trajes, que tanto haviam afligido o mancebo, davam agora maior realce a beleza daquela que lhe sorria. Sua voz era mais melodiosa, mais doce; pareceu-lhe, ouvindo-a, melhor que a do sabiá, melhor que as notas da perdiz mimosa, que a própria pecuapá⁵⁰

⁵⁰ “Pecuapá” é uma palavra cujo significado não foi por mim encontrado nem em dicionários e nem na internet. A única referência que o google apresenta sobre o termo diz respeito a um morador de rua barbudo de Pedreiras – MA. Entretanto, prosseguindo com as buscas, encontrei a palavra “Pecu”, no Dicionário Houaiss de língua portuguesa, cujo significado remete-se a gado, rebanho, manadas... mas uma informação importante é trazida: “antepositivo, de uma raiz indo-européia. [...] (us. Sobreretudo no pl.: *pecua, uum*)” (p. 2161). Assim, acredito que “pecuapá” derive realmente de “pecu” e tenha sido utilizada para se referir a origem indígena de Épica, ainda que esta tenha ido e vivido alguns anos na Europa, portanto, indo-europeia.

gemendo a noite. Ele acreditou que Tupã lhe havia arrebatado um instante para lhe restituir mais sedutora, mais bela, que os próprios anjos, que lhe entoam hinos. O índio escutava com enlevo; e cada uma de suas palavras causava-lhe suavíssima impressão. Como Paraguassú, Épica havia recebido batismo. Com quanto a jovem princesa do Brasil não poupasse esforços em chamar os homens do seu país ao grêmio da Igreja; com quanto sua voz fosse persuasiva, suas palavras insinuantes; todavia foi voz de Épica que rendeu o moço índio. Ele abraçou o Cristianismo, quando soube que Épica era cristã. Oh! Mancebo, murmurou o tupinambá, quanto pode o amor, quando é ele santo, como o que há no céu!...

Raiou enfim o dia, em que a donzela brasiliense devia pertencer pelo matrimônio ao homem, que a idolatrava; e ele a levou pela mão aos pés de Altar; e um sacerdote cristão abençoou os noivos que estavam ajoelhados, a face de grande multidão. A hora, porém, em que Épica, pronunciava os votos, a voz alterou-se-lhe: sua mão resfriada estremeceu convulsa não do esposo. Ele olhou-a surpreso. Épica era pálida como um cadáver. A última palavra do sacerdote, a moça caiu desalentada

.....
O tupinambá levantou-se, deu alguns passos rápidos, e incertos. Fulguram-lhe os olhos na escuridão da noite, e um tremor convulso lhe agitou os beijos. Depois foi pouco, e pouco serenando, e reatou o fio de sua narração.

(continua.)

Maria Firmina dos Reis. (p.127)

Volume I. San'Luiz, 2 de abril de 1865. Número 17.

**GUPEVA.
ROMANCE BRASILIENSE**

(conclusão.)

IV.

- Era alta noite, prosseguiu ele, com uma voz cavernosa, o vento ciciava entre os palmares, e a lua, prateando a superfície das águas, passava

melancólica por cima destas árvores anosas. A sururina desprendia o seu canto harmonioso; na mata ondulava um vento gemedor, e o mar quebrava-se nas solidões da praia. Sobre o cume deste mesmo rochedo, mancebo, a essa hora da noite, silenciosa, e erma, uma jovem índio, e uma donzela americana, que o céu, ou o inferno havia unido em matrimônio, naquele mesmo dia, em confiança dolorosa, tragavam até as fezes o amargor da desonra, e da ignomínia. De joelho a mulher fazia a mais custosa, e triste confissão, que jamais custosa, e triste confissão, que jamais caio dos lábios de uma mulher.

- Gupeva! Meu Gupeva! – exclamava ela –. Assim se chamava, senhor, o jovem esposo. Meu irmão, meu amigo, poderás perdoar-me?

Oh! Ele adivinhava já o que restava a dizer a essa infeliz mulher; mas era-le necessário ouvir de seus lábios aquilo mesmo, que ele daria mil vidas para nunca ouvir.

- Fala! Disse-lhe Gupeva, tremendo de furor.

- Vou merecer o teu desprezo, o teu abandono; mas ao menos peço que meu pobre pai ignore tudo. Gupeva, confiei em ti; talvez minha confiança te ofenda; mas tu conheces a meu pai... ele não poderia sobreviver a minha...

- Cala-te! Cala-te, mulher, exclamou com desprezo assustador o desgraçado esposo.

- Não, continuou ela, sem se perturbar. Tens sobre mim direito de vida, ou morte, mata-me Gupeva; mas ouve-me primeiro. (p. 132)

- Épica! Épica, oh! Se isto fora um sonho!

- Amei, continuou ela, amei com esse amor ardente, e apaixonado que só o nosso clima sabe inspirar, com essa dedicação que só é capaz a mulher americana, com essa ternura, que o homem nunca soube compreender. E sabes tu que homem era esse?

- Basta!

- Oh! É preciso que me escutes até o fim, depois mata-me.

Esquecida, prosseguiu Épica, de que o homem de suas afeições chamava-se o conde de..., Gupeva, eu cometi uma falta, que mais tarde devia cobrir de opróbrio o homem que me recebesse por esposa. O amor não prendeu o coração do conde, ele esqueceu os extremos de meus afetos, e desposou uma donzela nobre da sua nação, sem si quer comover-se das minhas lágrimas.

Ah! Bem tarde conheci eu a grandeza do meu sacrifício; bem tarde reconheci a perfídia, e a indignidade no coração daquele que era até então o eu ídolo. A pequenez da minha origem apagou-lhe o amor no coração. O conde de..., Gupeva, era já esposo, e eu... eu trazia em meu saio um filho, que há de envergonhar-se do seu nascimento!...

Ao nome do conde de..., proferido pelo tupinambá um calafrio mortal percorreu os membros do jovem Gastão, que submergido em longas cogitações, ouvia, ouvia a narração do índio: no fundo do coração despontava-lhe um tormento inqualificável.

O índio prosseguiu: ela estorcia-se convulsa no leito de relva a meus pés; porque, senhor, esse esposo desventurado, que na primeira noite do seu casamento, ouvia semelhante confissão, esse homem que acabava de receber a mulher impura, e maculada pelo filho da Europa, essa homem enfim que devorado por um amor louco, e apaixonado, estampava em sua fronte o ferrete da ignonímia⁵¹, o cunho do opróbrio, era eu.

- Vós! Exclamou Gastão, com um sentimento indizível.

- Sim eu!... eu mesmo, responde o cacique, com voz de trovão.

E prosseguiu: o que se passou porém nessa noite de tão amargurada recordação, só Deus, e eu sabemos. O sedutor de Épica, mancebo, era um francês, um francês é um cristão; bem, desde essa hora eu deixei de o ser. Tupã não abandona seus filhos... mancebo, eu não amo o Deus dos cristãos. O conde de... era filho da Igreja.

Gastão tentou interrompê-lo; mas ele continuou:

A vergonha, a dor, bem depressa levaram ao sepulcro a desgraçada Épica. Não segui de perto essa mulher por quem houvera dado todo o meu sangue, se disso dependesse a sua ventura, porque restavam-me pessoas missões a cumprir. Penosas, mancebo, e bem árduas: vivi para cumpri-las; ouvis?

Restava-me o dever de velar por essa menina, que tem em suas veias o sangue francês, velar pela filha do conde de..., velar finalmente por Épica, essa jovem donzela a quem pretendeis seduzir

⁵¹ “1. Grande desonra infligida por um julgamento público; degradação social; opróbrio [...] 2. Caráter daquilo que degrada, humilha; ação, palavra que desonra, que envergonha” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1568).

- Oh! Exclamou Gastão, pálido como o sudário de um morto. Meu Deus! Meu Deus, onde estou eu!...

- Ainda uma outra missão me reteve a vida, continuou Gupeva, - a vingança...

No momento em que no seio da sepultura se escondia para sempre os restos daquela a quem eu tanto amei, de joelhos, senhor, de joelhos jurei que havia vingá-la. Anhagá⁵² escutava os protestos da minha alma. Um guerreiro amanhã desposará a minha Épica, e hoje, daqui a um minuto, eu terei vingado a mulher que lhe deu a vida. Agora mancebo estás em meu poder; eu podia prender-te; aqui está a sussurrama⁵³, podia apresentar-te a minha tribo, e fazer-te morrer como (p. 133) meu prisioneiro; mas não quero: duas razões me obrigam a proceder ao contrário. Para dar-te essa morte honrosa era preciso dar a causa dela; minha desonra se tornaria manifesta; e por outra, tu covarde europeu, hás de empalidecer em face da morte: fraco, e tímido, não saberás entoar o teu canto de morte; quero poupar-me a vergonha de uma confissão, quero poupar a meus irmãos o espetáculo de um covarde. Prepara-te para morrer; ou mata-me...

⁵² Anhagá é uma palavra indígena, de origem Tupi, equivalente a *a'ñana*, que significa “gênio do mal, diabo”, de acordo com o Dicionário etimológico da língua portuguesa (p.49). Contudo, o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, apresenta outras definições, inclusive, afirma que o significado de “diabo” ou “gênio do mal” foi uma deturpação por parte dos jesuítas. Segundo o mesmo dicionário, Anhagá tem as seguintes definições: “1 ente que protege os animais, sobretudo os mais indefesos, de caçadores ou pescadores inescrupulosos 2 espectro animal que traz desgraça para quem o vê [...] gênio da floresta, protetor da flora e da fauna na mitologia Tupi” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 221). Dentro do contexto de *Gupeva*, é possível perceber que a utilização da palavra não remete a um sentido negativo, do contrário, parece se tratar de uma divindade capaz de ouvir os lamentos do indígena e consolá-lo ou ajuda-lo.

⁵³ Algumas transcrições, como a da *Edições Câmara*, apresenta a palavra com “ç”: suçurrama. Todavia, eu não encontrei a palavra com um significado em nenhum dicionário ou site da internet, e a palavra que mais se aproxima da escrita por Maria Firmina dos Reis é “suçuarana” que, de acordo com o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha, significa “mamífero carnívoro da família dos felídeos” ou, por extensão, “indivíduo de má índole, perverso” (p. 741). O dicionário apresenta, também, a mudança na escrita da palavra ao longo dos anos, a saber: 1587, suaçarana; 1610, susurana; 1618, cissuarana; 1648, ceçarana; 1648 etc. até chegar ao que temos o hoje. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (p. 2632) apresenta definições semelhantes, “pessoa de mau gênio” e “tartaruga-verde” e “mamífero da família dos felídeos” acompanhado da descrição dos animais, mas acrescenta a seguinte informação sobre a palavra: “ETM segundo Nascentes, do tupi, susua’arana semelhante ao veado (na cor do pelo), tb. Var. de taturana; [...] o tupi siwasusua’rana ‘mamífero da família dos felídeos; p ext., indivíduo de má índole, perverso’.” Assim, pelo contexto do parágrafo, é possível inferir que se trata realmente de um animal selvagem, visto que o indígena ameaça o rapaz de morte, mas pode-se interpretar de maneira dúbia, crendo que Maria Firmina tenha escolhido tal palavra para transparecer o caráter do próprio personagem.

O que então se passava na alma do infeliz mancebo, a quem eram dirigidas tais palavras, não pode a pena descrever. O mais doloroso golpe acabava de transpassar-lhe o coração; golpe o mais profundo, mais dilacerante, que jamais feriu o coração de um homem. Gastão não amaldiçoou a hora do seu nascimento; mas pediu a Deus, a morte, o esquecimento. Todas as suas ilusões estavam dissipadas; desfeitos todos os seus sonhos. Já não era Gupeva, que se interpunha entre ele, e o seu amor, era Deus, era a natureza, era a sua própria consciência. Depois do amor, a morte... ele havia dito... seria acaso um erro?

- Da minha vingança serás tu a primeira vítima, continuou o cacique, mais tarde o conde de...

- Eis-me, disse Gastão, interrompendo-o Gupeva, eu sou filho do conde de... não me reconheceste então? Oh! Eu sou francês, sou o filho do sedutor de vossa esposa, sou irmão de Épica...

- Infame! Rugiu o velho tupinambá. Infame filho do conde de... não terei compaixão de ti. E brandindo o seu tacape, o cravou com fúria no peito do jovem oficial. E batia com os pés na terra; e fazia com gritos m alarido infernal.

Gastão, levando a mão a ferida, obrigou-o por um instante a calar-se, e disse-lhe:

- Obrigado, Gupeva, eu queria a morte.

- Covarde! Exclamou o índio

- Não me insultes na hora do passamento, tornou-lhe o moço empalidecendo. Cacique, eu podia matar-te; mas para que queria eu a vida depois do que me acabaste de narrar?...

- Nessa hora a lua rompendo o negrume das nuvens aclarou com sua face pálida o cimo do outeiro. Era o maio giro da lua: a hora da entrevista tinha suado.

E uma visão angélica, uma mulher vaporosa, apareceu no cume do outeiro, como um anjo mandado pelo Senhor para receber a alma do mancebo cristão, que ia partir. Era Épica.

Ela soltou um grito de angustia à vista da cena que, mercê da lua, se apresentou a seus olhos. Esse grito, essa voz tão conhecida, tão amada, atraindo a atenção do moribundo, fez calar o guerreiro índio, que apupava a sua vítima.

Ela avançou alguns passos, e olhando fixamente para o seu pai, disse-lhe:

- Gupeva, porque o mataste? Cruel! Sabes acaso, que este é o homem a quem adoro?

Gupeva, esse feroz Gupeva, esse bárbaro que se ufanava da sua vingança até na presença da morte, a voz da moça, cruzou os braços sobre o peito, e com um olhar que queria dizer: perdão, exclamou com aflição:

- Épica!...

Ela pareceu não ouvir essa única palavra, que em si resumia quanta ternura há no coração de um homem: seus grandes olhos negros como o azeviche fitavam-se desvairados no mancebo agonizante. Ondulavam a mercê do vento suas madeixas acetinadas; e seu corpo flexível, e mimoso como o leque da palmeira, cedendo a um vertiginoso ondular, caiu inerte sobre o jovem Gastão.

Ele olhou-a com assombro, e disse-lhe:

- É um crime.

-Monstro! – tornou ela para Gupeva, que, com os olhos fitos no chão, não se atrevia a encarar a donzela. Monstro! (p. 134) foi para me resgares o coração, que me criaste em teus braços!... E voltando-se para o jovem francês, disse-lhe:

- Gastão, meu querido Gastão, vive para a tua épica.

Nesses olhos em que já se estampava a morte, um átomo de vida reapareceu.

- Épica, disse ele, o nosso amor era um crime...

Épica, eu sou teu irmão!...

V.

Ao alvorecer do dia rebentou a tempestade a tanto ameaçada. O mar rugia com assustadora fúria, o vento raivoso sibilava por entre as enxarcias do *Infante de Portugal*, que não obstante as ordens recebidas não podia levantar âncora sem grande perigo de despedaçar-se todo de encontro a algum arrecife. Abrigado no ancoradouro, ainda o comandante temia o furor da tempestade. O navio arfava inquieto: joguete das ondas, ele estalava como se houvera de disjuntar-se todo. Um sopro mais violento da tempestade o pobre lenho seria aniquilado. A chuva desprendia-se em torrentes; o raio sibilava ameaçador; o mar era um lençol negro, e de sinistro aspecto. O mais corajoso tremia; só Alberto parecia incessável à voz do temporal. Sua fronte ardente, seus olhos

requeimados pela vigília da noite, seu coração oprimido pelo pressentimento de terrível sucesso, inquieto pelo temor de alguma desgraça irremediável, abatido, angustiado pela não aparição de seu louco, e infeliz amigo, parecia não compreender a grandeza do perigo, que os ameaçava. O mar cuspia-lhe, irritando as faces, o vento insinuava-se, rumorejando, por entre as madeixas de seus negros cabelos, e ele não atendia, nem aos insultos do mar, nem o raivoso perpassar do vento.

Alberto pensava em Gastão. Tinha visto amanhecer sem que Gastão voltasse ao navio: era preciso que já não existisse para assim deixar de cumprir sua promessa!

Alberto comunicou ao comandante seus receios, e o desassossego da sua alma: toda a oficialidade, e toda a marinhagem sentiu interesse pelo jovem francês.

Ao meio dia a tempestade serenou: o mar tornou-se calmo, e pacífico, o vento conteve-se nos seus limites. Agora o azul das nuvens refletia-se nas águas da imensa bahia, e as vagas se moviam mansamente, aniladas, e risonhas, como um ligeiro sorriso. Então o comandante deu suas ordens; um escalor bem tripulado recebeu o oficial português, que um momento depois pesquisava ansioso vestígios de seu infeliz colega. Incansável, devassava o moço todos os subúrbios da pequena habitação, incansável, percorria ele todas as sendas, todas as devesas, todos os recônditos lugares daquele vasto terreno; era embalde. Extenuação de cansaço, ele, e um velho marinheiro, que o seguia; enquanto outros investigavam outros lugares, Alberto chegou ao alto do outeiro, onde na noite antecedente deu-se a cena que acabamos de narrar.

Oh! Que doloroso espetáculo!

Sentado no tronco de uma árvore estava um velho tupinambá; brandia em suas mãos um tacaie ensanguentado: a seus pés estavam dois cadáveres!... Reclinadas as faces ambas para a terra, Alberto não pode reconhecer seu amigo, senão pelo uniforme de marinha, que o sangue tingira, e que as águas, que se desprenderam a noite, haviam ensopado, e enxovalhado. O outro cadáver era o de uma mulher... Bela devia ser ela; porque seus cabelos longos, e ondulados, fáceis aos beijos da viração da viração da tarde, esparsos assim sobre o seu corpo, davam-lhe o aspecto de uma Madalena.

Alberto exclamou: que horror! E cobriu o rosto com as mãos, caiu por terra.

Depois erguendo-se com ímpeto raivoso, e aproximando-se do índio, que (p.135) imóvel parecia aguardá-lo, disse-lhe apontando para o seu infeliz amigo:

- Bárbaro!... por que o assassinaste?

Gupeva, pois era ele, soltou uma gargalhada, estridente, e descomposta, que lhe tornou o aspecto sinistro, e medonho, e disse:

- As! Minha filha... não a vedes? E de novo pôs-se a brincar com o tacape.

- Louco! Murmurou Alberto, a minha vingança seria um crime.

Os seus companheiros de pesquisa foram-se pouco e pouco reunindo, ele voltou pálido, e com a mágoa no coração para junto do cadáver do desditoso Gastão.

Ninguém mais curou do louco.

Quando iam porém deitar os cadáveres nas sepulturas, que o rosto da mulher adormecida ao lado do jovem oficial, voltaram para cima, todos os circunstantes agruparam-se, e curiosos procuravam ver tanta formosura. Alberto surpreso exclamou:

- Que extraordinária semelhança!...

- Eles não podiam deixar de ser irmãos, exclamaram unanimemente os companheiros de Alberto.

Ah! Era Épica, era a virgem das florestas, era o anjo dos sonos mentirosos de Gastão, era ela que acabava de conduzi-lo a Deus, e que ia descer com ele a sepultura. Formosa ainda na palidez da morte, Épica levou Alberto a perdoar os extremos de seu infeliz amigo.

Alberto ajoelhou a orla da sepultura, e o orou; todos o imitaram, e aquelas regiões selvagens guardaram respeitoso silêncio em quanto durou o ato religioso, em quanto a oração subiu da terra ao trono do Senhor.

E quando eles deixaram no sepulcro aqueles que tão extremamente se adoravam, e quando lembraram-se novamente do velho tupinambá, e o olharam, ele tinha a face em terra, e o tacape lhe havia escapado das mãos. Então um velho marinheiro, tocando-o com a ponta do pé, e voltando-lhe o corpo para o lado, disse:

- Está morto!

Maria Firmina dos Reis. (p. 136)

Referências

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora, 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva: 2001.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

Fontes periódicas

O Jardim das Maranhenses. São Luís. 1861-1862. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=761265&pagfis=21>

Echo da Juventude: publicação dedicada a literatura. São Luís. 1861-1865.

Disponível em:

http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_a_d/20150625111808.pdf

Porto Livre: jornal político, commercial e noticioso. São Luís. 1861-1865.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=749516&pagfis=150>

Revista Maranhense. São Luís. 1887-?.